

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGPol

CAMILA MARIA RISSO SALES

**O BRASIL NA *ECONOMIST*: PENSANDO A INFLUÊNCIA DO PERFIL POLÍTICO-
IDEOLÓGICO DA REVISTA NA FORMAÇÃO DA IMAGEM INTERNACIONAL
DO PAÍS**

São Carlos

2016

CAMILA MARIA RISSO SALES

**O BRASIL NA *ECONOMIST*: PENSANDO A INFLUÊNCIA DO PERFIL POLÍTICO-
IDEOLÓGICO DA REVISTA NA FORMAÇÃO DA IMAGEM INTERNACIONAL
DO PAÍS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

São Carlos

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S163b Sales, Camila Maria Risso
O Brasil na Economist : pensando a influência do perfil político-ideológico da revista na formação da imagem internacional do país / Camila Maria Risso Sales. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
255 p.


Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

1. Brasil. 2. Imagem. 3. Economist. I. Título.



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Camila Maria Risso Sales, realizada em 16/05/2016:



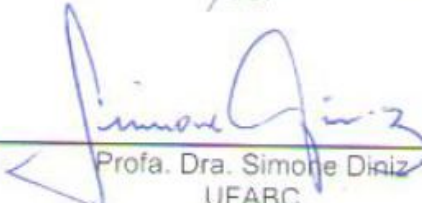
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
UFSCar



Prof. Dr. Angelita Matos Souza
UNESP



Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino Silva
USP



Profa. Dra. Simone Diniz
UFABC



Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
UFSCar

Pro Ri

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecimentos à CAPES tanto pela bolsa concedida no Brasil quanto por aquela que possibilitou a realização do estágio de doutorado-sanduíche no King's College London.

Aos servidores e servidoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciências Sociais e do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos vão meus agradecimentos pelos problemas resolvidos, pela boa vontade no atendimento, pela conversa amiga no dia a dia. Além disso, é necessário reconhecer o trabalho do Prof. Dr. Thales Haddad, do Prof. Dr. Marcelo Vargas, da Prof. Dra. Vera Cepêda e da Profa. Dra. Maria do Socorro Braga que estiveram na coordenação do PPG-Pol durante o período em que realizei o doutorado. Agradeço também ao Prof. Dr. Renato Almeida de Moraes pela atuação na Comissão de Bolsas.

Aos professores membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Anthony Pereira e Profa. Dra. Simone Diniz, foi gratificante poder contar com as críticas, sugestões e encaminhamentos, significativos para que este trabalho fosse aprimorado. Da mesma forma, gostaria de deixar os agradecimentos às professoras que se dispuseram a participar da banca de defesa dessa tese: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino, Profa. Dra. Angelita Matos Souza, Profa. Dra. Simone Diniz e Profa. Dra. Maria do Socorro Souza Braga.

É difícil medir e expressar o quanto sou grata ao meu orientador Prof. Dr. João Roberto Martins Filho, creio que poucas pessoas têm a oportunidade de desfrutar de uma orientação tão profissional, atenta, cuidadosa e generosa quanto eu tive. Sempre que tenho oportunidade digo a ele que é um grande exemplo e quero aqui, mais uma vez, externar isso.

Agradeço novamente ao Prof. Dr. Anthony Pereira que me recebeu como orientanda no King's Brazil Institute do King's College London durante os doze meses do doutorado sanduíche.

O doutorado também me propiciou encontrar grandes amigos e amigas e reencontrar outros. Assim, aos colegas de turma Jorgiene, Kátia e Gustavo digo que foi muito bom dividir as conquistas e angústias com vocês. Tatiane e Leandro são das pessoas mais especiais que a vida poderia ter me dado. Fernanda foi um porto seguro, uma referência de carinho e cuidado. Junto com o Pedro e o Manuel foram e são minha família em São Carlos. Flávia, Joelson e Miguel também são imensamente queridos. Andréa e Ricardo estiveram sempre presentes, assim como a Aline. Estamos longe, mas juntos! Às amigas da vida inteira, Ana Paula,

Melissa, Moana, Mayra e Michele também não posso deixar de agradecer. Assim como à Carolina que sempre deixou minha vida mais divertida. Gustavo e Natali também fizeram parte desse percurso de uma maneira muito marcante. Ao Daniel Pícaro todo meu carinho em um abraço apertado que raramente posso dar. Todos os agradecimentos à Marcia não serão suficientes, ela conhece cada palavra desse trabalho, cada vírgula e ponto e vírgula (!). Conhece também cada parte de mim.

O período na Inglaterra foi ainda melhor, pois pude contar com a acolhida dos melhores amigos que alguém pode ter: Pérola, André e Luiza. Ademais, encontrar lá Paula e Roberta foi enriquecedor em todos os sentidos. João e Tânia me deram preciosos conselhos acadêmicos em conversas amigáveis e despretensiosas. A ela devo agradecer talvez a mais valiosa indicação de caminho para a redação do texto.

À minha família de onde veio um incentivo sempre fundamental. Aos meus avós, ao meu pai Carlos, cujo gosto pela leitura me colocou no caminho das Ciências Sociais, à minha irmã Carla por ser o alicerce da família e por cuidar de todos com tanto carinho, compensando a minha quase permanente ausência. À sobrinha mais linda, Thaísa. Ao meu amado irmão Ricardo que certamente estaria muito feliz e orgulhoso desse momento. E, principalmente, à minha mãe, Marinei, que só tem amor dentro dela. À minha tia Maria Elisa que foi o suporte que muitas vezes precisamos, também não poderia deixar de agradecer.

Enfim, a todas essas pessoas que eu tive a sorte de terem cruzado meu caminho fica toda minha gratidão e amor. O doutorado para mim não foi um processo doloroso, foi uma trajetória de muito aprendizado, uma construção paulatina de um trabalho que eu espero que seja o início da pesquisadora e professora que eu quero ser. E deve ter sido assim porque tive muita gente que fez com que o percurso fosse muito mais leve.

RESUMO

A imagem internacional do Brasil é tema de debate há muito tempo. É importante notar que a construção da imagem de um país passa, necessariamente, pelo discurso oficial, mas também pela representação que outros atores fazem dele. Entre esses, a mídia internacional vem adquirindo um papel cada vez mais destacado. A proposta desse trabalho é compreender como o Brasil foi representado e como imagens de país são construídas e desconstruídas. Para isso, a revista britânica *Economist*, pela sua relevância no cenário internacional, foi escolhida como estudo de caso. Objetiva-se ainda traçar o perfil político-ideológico da revista e entender em que medida esse influencia sua cobertura. A fim de se estabelecer um recorte temporal buscaremos analisar como se estabeleceu a cobertura da *Economist* sobre o Brasil em quatro momentos distintos: a) durante a ditadura militar (1964-1985), b) no período que compreende os primeiros governos pós-redemocratização (1986-1994), c) durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, d) nas duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Para cumprir os objetivos propostos, tanto os editoriais, como os artigos e as reportagens especiais foram analisados. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo. A partir da leitura foram selecionados os assuntos e trechos mais significativos que foram separados em temas e subtemas. Verificou-se que o Brasil sempre esteve presente entre os assuntos considerados relevantes pela *Economist*. Foi possível identificar que algumas temáticas interessavam mais à revista e colaboraram para a construção das imagens do Brasil. A posição político-ideológica da revista foi identificada a partir de duas ideias básicas: a defesa do liberalismo econômico conjugado com certo conservadorismo político. A forma como o Brasil foi noticiado e interpretado refletiu esse posicionamento e isso pode ser visto em diversos momentos, como na defesa da necessidade de intervenção militar, no uso do Brasil como um exemplo de adesão ao livre mercado e na quase ausência de críticas sobre o desrespeito aos direitos humanos. Por outro lado, o endividamento e a inflação pareceram ser os elementos que capitanearam as críticas. Depois disso, a estabilidade da economia e a emergência do país foram imagens também marcantes. A *Economist* parece manter uma linha editorial que subordina a política à economia e o perfil da revista contribuiu para que a imagem do país fosse mais positiva ou negativa dependendo do contexto interno e internacional.

Palavras-chave: Brasil. Imagem. *Economist*.

ABSTRACT

The Brazilian international image is subject of debate for a long time. It is important to notice that both the official discourse and the way other actors represent a country are relevant for the construction of its image. Among these, the international media has been acquiring an increasingly important role. The purpose of this work is to understand how Brazil was represented and how its images are constructed and deconstructed. With this intent, the British magazine *The Economist* was chosen as a case study for its relevance in the international arena. Another goal is to inform the political and ideological profile of the magazine and to understand to what extent this influences their coverage. In order to establish a time frame we will analyse the coverage in four different moments: a) the military dictatorship (1964-1984), b) the first governments after democratization (1985-1994), c) Fernando Henrique Cardoso's government (1995-2002) and d) Luiz Inácio Lula da Silva's period (2003-2010). To achieve the proposed objectives, editorials, articles and special reports were analysed. The methodology used was content analysis. From the first reading the most significant issues and quotes were divided into themes and sub-themes. It was possible to ascertain that Brazil has always been present among *The Economist* relevant issues. We could identify that the magazine was more interested in some specific themes and these contributed to the construction of images of Brazil. The political and ideological profile of the magazine can be identified with two basic ideas: the defence of economic liberalism combined with certain political conservatism. The manner that Brazil was reported and interpreted reflected this position and it can be seen repeatedly. For example: in the defence of the military intervention, the use of Brazil as an example of adherence to free market and the almost absence of criticism for the human rights abuses. On the other hand, debt and inflation appeared to be the elements that headed the criticism. After that, the economic stability and the country emergency were striking images. *The Economist* seems to maintain an editorial line that subordinates politics to economics and the magazine's profile contributed to construct a more positive or negative image of Brazil depending on domestic and international context.

Key-words: Brazil. Image. Economist.

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
AI - Ato Institucional
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ALN - Ação Libertadora Nacional
AP - Ação Popular
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BBC - British Broadcasting Corporation
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICs - Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CENIMAR - Centro de Informação da Marinha
CIA - Central Intelligence Agency
CIE - Centro de Informações do Exército
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
COPOM - Comitê de Política Monetária
CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPP - Código de Processo Penal
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DOI - Destacamentos de Operações de Informação
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EC - Emenda Constitucional
ESG - Escola Superior de Guerra
FA - Forças Armadas
FMI - Fundo Monetário Internacional
FTAA - Free Trade Area of the Americas
G-20 - Grupo dos 20 Países em Desenvolvimento

II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento
IMF - International Monetary Fund
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LSE - London School of Economics
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MIT - Massachusetts Institute of Technology
MOLIPO - Movimento de Libertação Popular
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA - North American Free Trade Agreement
NCO - Non Commissions Officers
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN - Operação Bandeirantes
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
OPAEP - Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP - Partido Progressista
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPS - Partido Popular Socialista
PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PV - Partido Verde
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
Sissegint - Sistema de Segurança Interna
SNI - Serviço Nacional de Inteligência
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito
STF - Supremo Tribunal Federal
TNP - Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
TUC - Trades Union Congress
UN - United Nations
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais (1964-1984)	44
GRÁFICO 2: Distribuição dos artigos por tema (1964-1984)	46
GRÁFICO 3: Temas gerais dos editoriais em que o Brasil é mencionado (1985-1994)	117
GRÁFICO 4: Número médio de artigos por ano em cada período	148
GRÁFICO 5: Número de artigos por ano.....	200
GRÁFICO 6: Número absoluto e média anual de artigos publicados em cada período	201
GRÁFICO 7: Número de editoriais, por ano.....	201
GRÁFICO 8: Número absoluto e média anual de editoriais publicados em cada período	202
TABELA 1: Número de vezes em que a <i>Economist</i> foi citada, por ano	40
TABELA 2: Trechos dos editoriais por temas (1964-1984)	45
TABELA 3: Subtemas dos artigos, por ano (1964-1984)	45
TABELA 4: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais, por ano (1985-1994).....	117
TABELA 5: Temas dos artigos sobre o Brasil, por ano (1985-1994).....	118
TABELA 6: Temas dos artigos sobre o Brasil, por ano (1995-2002).....	148
TABELA 7: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais, por ano (1994-2002).....	148
TABELA 8: Temas dos artigos sobre o Brasil, por ano (2003-2010).....	199
TABELA 9: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais, por ano (2003-2010).....	199

SUMÁRIO

1	Introdução	17
<u>PARTE I: DISCUSSÃO TEÓRICA E HISTÓRIA DA REVISTA.....</u>		24
2	Teoria e conceitos	25
3	A revista e sua história	35
<u>PARTE II: A DITADURA MILITAR NAS PÁGINAS DA REVISTA.....</u>		42
4	A <i>Economist</i> e a ditadura militar no Brasil: 1964-1985	43
4.1	<i>Política Interna</i>	46
4.1.1	<u>Do golpe ao AI-5, do ajuste ao início do <i>milagre</i>.....</u>	<u>46</u>
4.1.2	<u>Do AI-5 até o governo Geisel</u>	<u>51</u>
4.1.2.1	Com a economia mais aberta, o regime fechava-se.....	53
4.1.3	<u>A <i>Economist</i> e a violação dos direitos humanos.....</u>	<u>56</u>
4.1.3.1	A <i>Economist</i> e as violações de direitos humanos que envolviam a Igreja Católica	65
4.1.4	<u>O longo processo de abertura</u>	<u>69</u>
4.1.4.1	O novo sindicalismo	75
4.1.4.2	As eleições de 1982 e os últimos anos da ditadura militar	77
4.2	<i>Economia</i>	82
4.2.1	<u>Mas, havia o <i>milagre</i></u>	<u>82</u>
4.2.2	<u>A <i>Economist</i> e a crise</u>	<u>87</u>
4.2.2.1	“Hard times”	93
4.2.2.2	Desigualdade	97
4.2.2.3	O governo civil trazia novas esperanças à economia?	99
4.3	<i>Política internacional</i>	100
4.3.1	<u>Brasil potência</u>	<u>103</u>
4.3.2	<u>Relações bilaterais</u>	<u>106</u>
4.3.2.1	Relação Brasil-Estados Unidos	106
4.3.2.2	Visita de Geisel à Inglaterra	108
4.3.2.3	Brasil-Argentina	110

4.3.3	Questão Energética e Nuclear	111
--------------	---	------------

PARTE III: O BRASIL DEMOCRÁTICO: DO ENDIVIDAMENTO À POTÊNCIA

EMERGENTE	115
------------------------	------------

5	O Brasil democrático: de Sarney a Itamar	116
----------	---	------------

5.1	<i>O primeiro governo civil.....</i>	118
------------	---	------------

5.1.1	<u>O governo Sarney na <i>Economist</i></u>	120
--------------	--	------------

5.1.1.1	<u>A sombra dos militares</u>	121
---------	-------------------------------------	-----

5.1.1.2	<u>Eleições.....</u>	122
---------	----------------------	-----

5.1.2	<u>Finalmente, eleito pelo voto popular</u>	124
--------------	--	------------

5.1.3	<u>A <i>Economist</i> e os governos Fernando Collor e Itamar Franco</u>	125
--------------	--	------------

5.1.3.1	<u>Eleições de 1994.....</u>	128
---------	------------------------------	-----

5.1.4	<u>Direitos humanos</u>	129
--------------	--------------------------------------	------------

5.2	<i>Economia</i>	131
------------	------------------------------	------------

5.2.1	<u>Desigualdade</u>	137
--------------	----------------------------------	------------

5.3	<i>Política internacional</i>	138
------------	--	------------

5.3.1	<u>Brasil potência</u>	138
--------------	-------------------------------------	------------

5.3.2	<u>Energia.....</u>	141
--------------	----------------------------	------------

5.3.2.1	<u>A questão nuclear continuava relevante</u>	141
---------	---	-----

5.3.2.2	<u>Petróleo, álcool combustível e hidrelétricas</u>	142
---------	---	-----

5.3.3	<u>A questão ambiental</u>	143
--------------	---	------------

6	A era FHC	147
----------	------------------------	------------

6.1	<i>Política interna - A cobertura da <i>Economist</i> sobre os dois governos de Fernando Henrique Cardoso.....</i>	149
------------	---	------------

6.1.1	<u>Reformas</u>	150
--------------	------------------------------	------------

6.1.1.1	<u>Aposentadorias</u>	151
---------	-----------------------------	-----

6.1.1.2	<u>Emenda da reeleição.....</u>	152
---------	---------------------------------	-----

6.1.2	<u>Corrupção</u>	153
--------------	-------------------------------	------------

6.1.3	<u>Indicadores sociais.....</u>	154
--------------	--	------------

6.1.4	<u>Direitos Humanos</u>	160
--------------	--------------------------------------	------------

6.1.5	<u>Eleições</u>	163
--------------	------------------------------	------------

6.1.5.1	<u>1998</u>	163
---------	-------------------	-----

6.1.5.2	<u>2002</u>	168
---------	-------------------	-----

6.2	<i>Economia</i>	172
6.2.1	<u>Privatizações</u>	180
6.2.1.1	O setor de energia	182
6.3	<i>Política Internacional</i>	183
6.3.1	<u>Potência emergente e regionalismo</u>	184
6.3.1.1	Regionalismo: A ALCA e o MERCOSUL	187
6.3.1.2	Relações Brasil-Argentina.....	190
6.3.2	<u>Protecionismo</u>	191
6.3.3	<u>Questão nuclear</u>	193
6.3.4	<u>Meio ambiente</u>	193
7	<i>A imagem do Brasil no século XXI</i>	196
7.1	<i>A Economist e o Brasil: a potência em pauta</i>	198
7.2	<i>Política interna: os governos Luiz Inácio Lula da Silva na Economist</i>	202
7.2.1	<u>Lula: “nunca antes na história desse país”</u>	205
7.2.2	<u>Políticas sociais</u>	207
7.2.3	<u>Política energética: um dos motores do crescimento</u>	213
7.2.4	<u>Eleições</u>	214
7.2.5	<u>Alguns problemas permaneciam: corrupção e violência</u>	218
7.2.5.1	Violência.....	220
7.3	<i>Economia</i>	221
7.3.1	<u>Economia em crescimento: mercado emergente</u>	222
7.4	<i>Política Internacional</i>	228
7.4.1	<u>Comércio internacional: economia emergente e liderança nas negociações</u>	231
7.4.1.1	BRICs	232
7.4.2	<u>Presença do Brasil no mundo</u>	234
7.4.2.1	Conselho de Segurança.....	235
7.4.2.2	Liderança regional	236
7.4.3	<u>Meio ambiente e não proliferação</u>	238
8	<i>Considerações Finais</i>	240
	Referências bibliográficas.....	243

ANEXO I - Busca nos editoriais.....254

ANEXO II – Busca nos artigos.....255

1 Introdução

A imagem internacional do Brasil é tema de debate há muito tempo. A discussão sobre a potencialidade do país e a necessidade deste exercer um papel de destaque pode ser notada na nossa diplomacia desde a gestão do Barão de Rio Branco (1902–1912). Externamente, a referência que ficou mais conhecida foi a do ensaio “Brasil, um país do futuro”, escrito por Stefan Zweig e publicado em 1941¹. Todavia, análises acadêmicas sobre o tema são, ainda, pouco frequentes.

É importante notar que os atores internacionais são moldados pelo meio em que atuam. Logo, a imagem de um país e seu papel nas relações internacionais são constituídos também através da forma como este é apresentado pelos e para os demais atores². Esse é um processo complexo, que conta com elementos constitutivos endógenos, ou seja, o entendimento que o país tem de si próprio e do mundo e exógenos, formados pelo processo de socialização desse e pela imagem que os outros atores têm dele. É o que se chama, na abordagem construtivista das relações internacionais, de processo de co-constituição, em que o perfil de um ator depende do reconhecimento dos demais e do contexto social, político e cultural³. Assim, a construção da imagem de um Estado passa, necessariamente, pelo discurso oficial, mas também pela representação que outros atores fazem do país. Entre estes, a mídia internacional vem adquirindo um papel cada vez mais destacado tendo em vista que, com o processo de globalização, afirma-se o poder tanto da mídia quanto do público transnacional⁴.

A proposta desse trabalho é, portanto, a de compreender como o Brasil foi e tem sido representado na imprensa estrangeira e como imagens de país são construídas e

¹ O olhar externo sobre o país também foi tema de uma coletânea de artigos publicada por Thomas Skidmore. Cf. SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

² Os conceitos papel e imagem são chaves para esta pesquisa. A ideia de papel está relacionada mais com as funções que o Estado desempenha no sistema internacional e a de imagem à maneira como os demais atores o percebem, no caso, um veículo da imprensa estrangeira.

³ Cf. WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Wendt não abandona a ideia de estrutura do sistema internacional consolidada por Kenneth N. Waltz em *Teoria das Relações Internacionais*, mas acredita que esta depende, além dos recursos materiais, dos significados constituídos coletivamente pelos atores do sistema. Para ele, os neorealistas veem a estrutura do sistema internacional como distribuição de capacidades materiais, ou seja, se aproximam do assunto através de lentes materialistas. Cf. também: WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.; WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado e a Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴ “Globalization is about the universal process or set of process which generate a multiplicity of linkages and interconnections which transcend the states and societies which makes up the modern world system”. Cf. HURRELL, Andrew. **On Global Order: Power, Values, and Constitution of International Society**. New: Oxford University Press, 2007. p. 196. Em termos econômicos há um aumento das transações interestatais, dos fluxos de capital, trabalho, bens, serviços e informação. Social e politicamente, há uma emergência de novas formas de governança e autoridade, novas arenas para a ação política e novos entendimentos de identidade e comunidade.

desconstruídas. Busca-se entender qual a influência da comunicação de massa na construção da imagem de um país. Para isso, a revista britânica *Economist*, foi escolhida como estudo de caso⁵. Entre os motivos que levaram a escolha de tal publicação está o lugar de destaque assumido por ela tanto internacional quanto nacionalmente. É considerada a mais importante revista de economia do mundo e é um dos veículos estrangeiros mais citados dentro do Brasil.

A sua sede encontra-se em Londres, no Reino Unido, mas, 80% da circulação acontece fora das fronteiras britânicas. É distribuída, com o mesmo conteúdo, pelas mais importantes cidades do mundo e tem o poder de influenciar os veículos locais. No Brasil, é muito comum que a mídia repercuta o que foi tema do periódico quase como uma chancela de verdade. Por isso, é considerado um elemento importante na construção da imagem do país tanto nacional como internacionalmente.

Nesse sentido perguntamos: Qual a linha político-ideológica da publicação? Essas características interferem na cobertura sobre o Brasil? Existe regularidade? Mudanças políticas afetam a visão da revista sobre o país?

Desta forma, o *objetivo principal* desta tese é compreender o perfil político-ideológico da revista através de seu noticiário sobre o Brasil procurando demonstrar que, por suas concepções, ela tende a subordinar a política à economia. Assim, mais ou menos democracia não importaria tanto quanto mais ou menos liberdade de mercado. Desejamos compreender, portanto, como a *Economist* vê processos econômicos e políticos e, a partir disso, como constrói e/ou veicula determinadas imagens do país. O *objetivo complementar* é construir um quadro geral da evolução da cobertura da publicação sobre o Brasil com foco nos temas mais abordados buscando descortinar estereótipos e imagens associadas ao país e relacionando-os ao perfil de veículo de imprensa.

Propomos a ideia de que a revista tem um diapasão, que seriam as regras do livre mercado. Ela exalta o país quando este se aproxima delas e o deprecia se há afastamento. É uma ideia que constitui uma espécie de fio condutor da pesquisa.

⁵ Apesar de, atualmente, ter o formato de uma revista, a *Economist* se autointitula um jornal, a justificativa apresentada em seu próprio *site* é que além de oferecer análise e opinião, tenta cobrir os principais eventos da semana: “First, why does it call itself a newspaper? Even when The Economist incorporated the Bankers' Gazette and Railway Monitor from 1845 to 1932, it also described itself as ‘a political, literary and general newspaper’. It still does so because, in addition to offering analysis and opinion, it tries in each issue to cover the main events - business and political - of the week”. Cf. http://www.Economist.com/help/about-us#About_Economistcom. Em 1952, a primeira página começa a ter apenas chamadas, mudando o aspecto de jornal, em 1958 surgem as ilustrações nessa página. Em 1959, é introduzido o logotipo vermelho. Foi Donald Tyerman, editor entre 1956 e 1965, que idealizou a mudança de formato. Nesse trabalho, optamos por usar *revista* para evitar estranhamento do leitor brasileiro que conhece a publicação dessa maneira. No entanto, fica aqui a ressalva que *newspaper* (jornal) é a escolha da *Economist*.

A fim de se estabelecer um recorte temporal recorreremos a marcos políticos relevantes e buscaremos analisar como se estabeleceu a cobertura da *Economist* sobre o Brasil em quatro momentos distintos: a) durante a ditadura militar (1964-1985), b) no período que compreende os primeiros governos pós-redemocratização (1986-1994), c) durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, d) nas duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesse quadro, a análise empírica será dividida, em quatro capítulos.

A escolha desse longo período de análise justifica-se em função da necessidade de compreendermos se há regularidade na cobertura, se mudanças conjunturais internas afetam ou não a visão da publicação e se o perfil ideológico da revista influencia a forma como determinados temas são abordados, bem como a sua escala de importância. Assim, poderemos entender como a imagem do Brasil repercutida nas páginas da *Economist* caminha desde o milagre econômico até a emergência dos BRICs, ou desde o golpe militar até o governo de um líder sindical de esquerda.

Uma das imagens mais relevantes e que foi ponto de partida da inquietação que resultou na proposta deste trabalho é a de *Brasil potência*⁶. Principalmente depois do chamado *milagre econômico* tanto a imprensa como a academia propagaram essa ideia⁷. Acredita-se que em meados dos anos 2000 esse padrão repetiu-se. No entanto, várias outras imagens podem ser atribuídas: as que dizem respeito à dívida, à questão ecológica, à produção de *commodities*, aos países emergentes, etc. Nesse sentido, buscamos regularidades e rupturas na cobertura da *Economist*. Apesar desse não ser um estudo comparativo, esse viés perpassa alguns trechos deste trabalho. Especificamente no que tange às violações dos direitos humanos. Devido à importância do tema consideramos necessário observar como outros atores trataram o assunto, principalmente outros veículos da imprensa e a representação diplomática.

⁶ O conceito de potência é definido por Aron como a capacidade que as unidades têm de impor sua vontade às demais. Cf. ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UNB/IPRI, 2002. Buzan enfatiza que além dos meios materiais, a definição de potência deve levar em conta o estatuto que os outros Estados conferem a uma determinada unidade política e o lugar em que os próprios Estados se colocam. Cf. BUZAN, Barry. **From international to world society?: English school theory and the social structure of globalisation**. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press, 2004.; BUZAN, Barry e WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Quanto ao conceito específico de potência emergente, é difícil precisar o momento de seu surgimento. Como referência ao Brasil essa ideia começa a ser usada a partir dos anos 1970. Perry e Kern atribuem-na àqueles países que passam a ser competidores cada vez mais acreditados no ambiente internacional, ou que estejam emergindo para algum *status* de maior poder, como um ator internacional significativo. Cf. PERRY, William e KERN, Sheila. The Brazilian nuclear program in a foreign policy context. **Comparative Strategy**, v. 1, n. 1-2, p. 53-70, 1978.

⁷ Como, por exemplo, em: PERRY e KERN, 1978.; PERRY, William. **Contemporary Brazilian foreign policy: the international strategy of an emerging power**. Beverly Hills: Sage Publications, 1976.; ROETT, Riordan. Brazil ascendant: international relations and geopolitics in the late 20th century. **Journal of international affairs**, v. 29, n. 2, p. 139-54, 1975.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo⁸. Para a constituição do *corpus* da pesquisa o primeiro passo foi fazer a seleção dos textos que o comporiam. A partir de fontes primárias, o objetivo foi fazer a amostra mais ampla possível dentro da perspectiva de uma análise qualitativa obedecendo as regras: 1) da exaustividade, ou seja, uma vez definidos os critérios de seleção, todo o corpus será analisado; 2) da representatividade, assegurando-nos de que o conjunto de textos selecionados fosse representativo do universo inicial; 3) da homogeneidade, isto é, que os princípios utilizados para a seleção dos textos fosse sempre o mesmo e também 4) da pertinência, certificando-nos de que os documentos fossem relevantes enquanto fonte de informação.

Assim, foram selecionados todos os editoriais que mencionaram o Brasil através da busca simples pela palavra-chave Brazil na base de dados “The Economist Historical Archive 1843-2010”⁹.

No restante da revista selecionamos os artigos em que o *Brazil* apareceu no título e/ou nas palavras-chaves nas seguintes seções: *Business News* (com as subseções *Business and finance*, *Company meeting reports and statements*, *Economic and financial indicators*, *Financial and commercial tables* e *Railway monitor*), *Opinion and Editorial* (a subseção *Editorial* foi excluída visto que foi objeto de pesquisa exclusiva e foram incluídas as subseções *Letter to the editor*, *Bagehot Column*, *Lexington Column* e *Charlemagne Column*), *News* (com todas as subseções sendo, *Court and Social*, *Law*, *News*, *News in brief*, *Politics and parliament*, *Science and technology*), *Supplements Only* e *Cover Pages Only*.

Por não tratarem de questões consideradas pertinentes a esse trabalho foram excluídas as seções completas de *Advertising* (*Classified ads*, *Display ads*), de *Arts and Sports* (*Arts & Entertainment*, *Review*, *Sports*), *People* (*Obituary* e *Business appointments*), *Table of contents*, *Limit by illustration type* (*Cartoon*, *Chart*, *Drawing-Painting*, *Graph*, *Map*, *Photography* e *Table*) e *Exportable Tables Only*¹⁰.

Aquino considera que um mesmo veículo da mídia impressa pratica simultaneamente dois tipos de jornalismo, o informativo, que pode ser verificado nos artigos e reportagens em que o foco é a descrição dos eventos e o opinativo encontrado nos editoriais e nas matérias assinadas em que a opinião do periódico fica explícita¹¹. Essa separação entre informação e opinião não é muito simples na *Economist*, dado que uma das peculiaridades da revista é o

⁸ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

⁹ Disponível em: Gale Databases.

¹⁰ Ver Anexo I e II.

¹¹ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: EDUSC, 1999.

anonimato. Excetuando-se as reportagens especiais, denominadas *surveys*, nenhum texto da revista é assinado. As colunas conservam os nomes dos primeiros editores, como por exemplo, *Bagehot Column* ou tem seu nome atribuído à alguma personalidade, local ou elemento simbólico considerado importante. Por isso, no texto, optou-se por evitar, sempre que possível, a distinção entre artigo e editorial. No entanto, indicamos esses últimos com a abreviação (ed.) depois do título em caráter informativo.

Como o objetivo da pesquisa é compreender o tom da cobertura, a profundidade e a abrangência desta, todos os editoriais e artigos que resultaram da busca à base de dados da revista foram lidos integralmente e fichados. Dessa forma, a unidade de contexto, conforme definição de Bardin foram os artigos e editoriais completos (título, subtítulo - se havia - e íntegra).

Assim, após a finalização da fase compilação seguiu-se um inventário e a classificação das notícias em unidades temáticas gerais. Destarte, “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’”¹². O olhar está voltado para saberes deduzidos desses conteúdos. Seguimos assim as etapas propostas por Bardin de descrição, inferência e interpretação do material de pesquisa. Para nós, mais importante que analisar as estruturas do texto propriamente dito é compreender quais são os fatores que determinam as características deste, o que chamamos de perfil político-ideológico da revista, para assim entendermos melhor as imagens do Brasil que aparecem na publicação.

Tendo claro que a comunicação é o transporte de significados de um emissor para um receptor sabemos que a forma como a imprensa apresenta um evento influencia em como o leitor o recebe. Nesse sentido, optou-se por investigar qual é o enquadramento que a revista tem feito do Brasil no longo prazo. O seja, como ela escolheu se expressar sobre o tema, qual a organização de seus valores, crenças e juízos.

Durante a leitura foram selecionados os assuntos considerados mais significativos, o que permitiu uma primeira classificação em temas e a posterior divisão desses em subtemas. Desta forma a categorização foi feita a partir de unidades de registro, ou seja, um conjunto de palavras, expressões, locuções que permitiram a alocação dos textos. Pela própria natureza da pesquisa temos claro que existe algum grau de subjetividade nessa seleção, que tentamos minimizar. A princípio os textos foram divididos em três grandes categorias, ou temas: Economia, Política Interna e Política Internacional. Em seguida, esses foram detalhados em

¹² BARDIN, 2007. p. 33.

temáticas mais específicas ou subtemas que serão expostos de maneira mais detalhada nos capítulos.

Desta maneira, a partir da compilação de uma ampla gama de informações e de uma análise detalhada do *corpus* da pesquisa buscamos construir uma espécie de história da revista na sua relação com o Brasil e como esta colaborou para construir e solidificar determinadas imagens relacionadas ao país. Mesmo com uma coleta sistemática e uma análise exaustiva dos dados somos conscientes das limitações intrínsecas a esse tipo de trabalho. Conferir inteligibilidade a discursos, classificar temas e subtemas é uma tarefa pessoal e, invariavelmente, um tanto arbitrária.

Com o objetivo de tornar ainda mais clara a exposição foram formulados gráficos e tabelas em que poderemos verificar a tabulação desse material. Contudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que alguns dados serão apresentados, adicionalmente, na forma quantitativa com a expectativa de que complementem a análise exposta no texto¹³.

A tese está dividida em três partes além dessa Introdução (capítulo 1) e das Considerações Finais (capítulo 8). A primeira parte é composta por dois capítulos. No capítulo 2, *Teoria e conceitos*, apresentamos o instrumental teórico mobilizado para pensarmos tanto o perfil da revista quanto a cobertura que esta empreendeu sobre os mais variados assuntos da conjuntura nacional influenciando a construção de imagens do país. No terceiro capítulo, *A revista e sua história*, reconstruímos a trajetória da publicação que começa em 1843, apontando sempre que possível sua ligação com o Brasil. A segunda e a terceira partes constituem o núcleo da tese. Desta forma, a Parte II é composta pelo capítulo que trata do período da ditadura militar (1964-1984). Entre outras coisas chama a atenção o tema dos direitos humanos e como a *Economist* teve uma postura *sui generis* quanto ao assunto.

Na Parte III, em que tratamos do Brasil democrático, temos outros três capítulos. No capítulo 5 abordamos os dois primeiros governos civis, desde a eleição de Tancredo Neves até a gestão de Itamar Franco, passando pela presidência de José Sarney e Fernando Collor de Mello. Nesse período a imagem marcante foi a da dívida externa e da inflação. O capítulo 6 é dedicado às duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, tempos em que a publicação parece retomar a confiança no Brasil. As avaliações positivas estavam vinculadas à uma aproximação ao perfil político-ideológico da revista. No último capítulo pretendemos traçar um panorama geral das visões da revista sobre os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Nestes, a

¹³ Cf. HOPKIN, Jonathan. The Comparative Method. In: MARSH, David e STOKER, Gerry (org.). **Theory and Methods in Political Science**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010. cap. 14, p.285-307.; KING, Gary, KEOHANE, Robert O. e VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton : Princeton University Press, 1994.

soma da ortodoxia econômica com a figura carismática do presidente resultaram em uma espécie de euforia sobre o país.

Nas Considerações Finais, nosso interesse é destacar os passos que nos levaram a construir um mosaico de informações que reúne aspectos teóricos, metodológicos, historiográficos e empíricos. Estes nos permitiram traçar um fio condutor entre o perfil político-ideológico da revista e a forma como ela noticiou os acontecimentos no Brasil. A narrativa, sob o olhar da *Economist*, nos permitiu compreender como a construção de imagens do país reflete a relação entre o que o Brasil é e o que a revista gostaria que ele fosse.

Parte I: Discussão teórica e história da revista

2 Teoria e conceitos

Um estudo empírico requer primeiro que o tema a ser pesquisado seja concebido como um fenômeno complexo. Isso exige que o olhar seja dirigido ao problema através de algumas lentes específicas e esse papel cabe à teoria¹⁴.

A proposta desse trabalho tange a algumas áreas de estudos caras à Ciência Política. A princípio, a política e as relações internacionais uma vez que buscamos compreender a imagem do Brasil no cenário internacional, mais especificamente, a imagem construída por um ator cada vez mais importante, a mídia transnacional. Nesse sentido, partimos do suporte teórico dado pelo construtivismo. A partir dele acredita-se que as ideias compartilhadas são tão ou mais relevantes que as forças materiais na formação de identidades e interesses. Diferentemente dos neorrealistas que veem a estrutura do sistema internacional apenas como a distribuição de capacidades materiais, no construtivismo as ideias, os papéis e imagens são também valorizados, o mesmo acontecendo com os atores não-estatais. Para Wendt, o caráter da vida internacional é determinado por crenças e expectativas e estas dependem da imagem que os Estados têm no plano internacional¹⁵.

Ainda na perspectiva construtivista, a estrutura internacional é entendida como uma estrutura de conhecimento compartilhado que afeta não apenas o comportamento dos Estados, mas também sua identidade e seus interesses, num processo mais ou menos estável de construção de si e do outro¹⁶.

Wendt propõe uma definição ampla do conceito de Estado, conjugando elementos marxistas, weberianos e pluralistas e conclui que este é um ator organizacional embutido de uma ordem institucional-legal constituída por soberania e pelo monopólio do uso legítimo da violência organizada sobre uma sociedade e um território. Alia a essa definição a ideia que os Estados são entidades às quais se podem atribuir identidades e interesses. São exatamente as

¹⁴ Teoria aqui não é entendida em termos positivistas, como uma proposta explicativa que cria hipóteses testáveis, mas sim como aquilo que organiza sistematicamente um campo, que estrutura questões e estabelece um conjunto razoavelmente rigoroso e coerente de conceitos e categorias inter-relacionadas. Cf. BUZAN, 2004.

¹⁵ WENDT, 1999. Para Vigevani, os construtivistas discutem o significado e o peso que as ideias têm na determinação da agenda internacional. Cf. VIGEVAANI, Tullo et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 83, p. 111-43, 2011. Cf. também: BUZAN, Barry. As implicações do 11 de Setembro para o estudo das relações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 24, n. 2, p. 233-65, 2002.

¹⁶ Ainda sobre construtivismo Cf. também: ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 47, p. 201-46, 1999.; REUS-SMIT, Christian. Imagining society: constructivism and the English School. **The British Journal of Politics & International Relations**, v. 4, n. 3, p. 487-509, 2002.; CHECKEL, Jeffrey T. The Constructivist Turn in International Relations Theory. **World Politics**, v. 50, n. 2, p. 324-48, 1998.; LEZAUN, Javier. Limiting the Social: Constructivism and Social Knowledge in International Relations. **International Studies Review**, v. 4, n. 3, p. 229-34, 2002.

identidades que importam, por estas serem elementos fundamentais para a construção da imagem de um Estado.

A identidade é apreendida como uma qualidade subjetiva e, no nível das unidades, enraizada no autoentendimento do ator. No entanto, o significado desses entendimentos depende de se os outros atores o representam da mesma maneira. Assim, também tem características intersubjetivas e sistêmicas. As identidades são constituídas tanto de estruturas internas quanto externas¹⁷. A relação entre esses elementos varia, o que sugere que a identidade não é um fenômeno unitário.

Segundo Wendt, são quatro espécies de identidade, as quais serão apresentadas de maneira sucinta: a pessoal ou corporativa, a de tipo, a de papel e a coletiva. A identidade pessoal, ou no caso das corporações a identidade corporativa, é construída por estruturas auto-organizadas e equilibradas que tornam os atores entidades distintas, com características próprias e essenciais. Seria uma narrativa de si mesmo que pressupõe a diferenciação dos outros.

A identidade de tipo é um rótulo aplicado àqueles que compartilham algumas características que são intrínsecas aos Estados, não dependendo de outros para existirem, apesar de terem significado social. São, por exemplo, tipos de regimes ou formas de Estado.

A identidade correspondente ao papel de um Estado leva a cultura e os outros atores um pouco além, não sendo baseada apenas em características intrínsecas e só existindo em relação aos outros. Por isso, o conceito de papel implica numa estrutura social: “By adopting a more social conceptualization of the international system the structural aspects of states role identities may come more clearly into view”¹⁸.

Por fim, a identidade coletiva, que pode ser entendida como uma combinação entre as identidades de tipo e papel e diz respeito à reconhecimento dos Estados uns para com os outros. Momento em que as distinções tornam-se mais turvas e as fronteiras de um são estendidas para contemplar o outro. Os realistas enfatizam que é ingênuo considerar a possibilidade dos Estados formarem identidades coletivas.

Todavia, o que mais nos interessa é o papel, uma vez que a determinação deste é importante para o que vamos chamar de imagem do Estado construída pela imprensa. Ou seja, o papel tem importante elemento interno, de constituição própria e a representação desse papel e do próprio Estado na revista é o que vamos chamar de imagem. Como pretendemos entender a construção da imagem do Brasil por um órgão da imprensa internacional, é

¹⁷ WENDT, 1999. p. 224.

¹⁸ Ibid., p. 229.

importante nos aprofundarmos no que Wendt chamou de identidade de papel, pois é essa que leva em conta a visão do outro.

Tendo em mente os supostos papéis desempenhados pelo Brasil no sistema internacional, como os de *potência emergente, em ascensão, país do milagre econômico, nacional-desenvolvimentista*, etc. é que vamos buscar entender as imagens utilizadas pela *Economist* procurando apreender como algumas dessas imagens são incorporadas ao repertório da revista, como outras podem ser criadas ou reforçadas por ela e como certos aspectos são mais valorizados em determinados momentos na medida em que outros têm sua importância minorada.

Um dos trabalhos pioneiros sobre a ideia de papéis nacionais foi o de Kalevi J. Holsti, publicado na *International Studies Quarterly*, em 1970. Primeiro, o autor lembra que são poucas as aplicações sistemáticas da teoria do papel na Ciência Política e que esta noção vai além da tradicional visão realista dos papéis de agressor, defensor e mediador, comuns na literatura das relações internacionais. Desta feita, para o autor, o conceito amplo de papel incorpora quatro concepções analiticamente distintas:

Thus far, we have four concepts that will help us analyse foreign policy: (1) role performance, which encompasses the attitudes, decisions, and actions governments take to implement (2) their self-defined national role conceptions or (3) the role prescriptions emanating, under varying circumstances, from the alter or external environment. Action always takes place within (4) a position, that is, a system of role prescriptions¹⁹.

O papel nacional além de estar relacionado com as concepções definidas pelos próprios Estados também se conecta com as prescrições do ambiente externo. Holsti destaca ainda que os Estados podem desempenhar mais de um papel dependendo do contexto. Por exemplo, no contexto da Guerra Fria, globalmente um Estado poderia estar no papel de país não-alinhado e regionalmente exerceria um papel de liderança.

Algumas variáveis como a opinião pública, as necessidades socioeconômicas do Estado, sua localização geográfica e a sua tradição política podem estar relacionadas com o papel nacional. Essas variáveis quando pensadas em relação ao Brasil mostram-se interessantes para a formação da imagem na imprensa estrangeira²⁰.

¹⁹ HOLSTI, Kalevi J. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 14, n. 3, p. 233-309, 1970. p. 240.

²⁰ A ideia de imagens nacionais é também discutida por uma literatura mais ligada às relações públicas, à comunicação social e aos estudos de *media agenda setting*, cuja proposta é compreender como a mídia atua na construção da opinião pública. Apesar dessa não ser nossa perspectiva, algumas referências são importantes. Assim, Cf. COHEN, Bernard C. **The press and foreign policy**. Westport, Conn: Greenwood Press, 1983.;

Para apreendermos a imagem de um Estado convém precisar em qual contexto está inserido. De acordo com Wendt, a estrutura do sistema internacional é mais bem definida em termos lockeanos do que em termos hobbesianos, como demarcariam os realistas. Desta forma, a ideia de que os indivíduos são autorregulados e definidos como possuidores é a assunção de um discurso liberal. Isso fica claro quando partilhamos a concepção de que o primeiro critério para que um Estado componha a sociedade internacional é que este possua soberania, que seja, portanto, individualizado. Da mesma maneira, apenas alguns tipos de organização são tidas como legítimas, isto é, o Estado-nação, com instituições características do Estado moderno e cada vez mais, capitalista e democrático. A terceira forma com que a cultura lockeana constitui Estados como indivíduos diz respeito às identidades coletivas e sociais, ou seja, é cultivado um senso de lealdade e de obrigação para com o grupo.

Mas, é o quarto efeito da cultura lockeana sobre a formação das identidades dos Estados que mais nos interessa e alinhava nossos pontos fundamentais: primeiro, considerar o papel do Brasil como ator internacional, segundo averiguar como este ator é representado por um veículo da imprensa estrangeira, criando assim uma imagem do país e por fim verificar qual o perfil político-ideológico de um dos mais importantes veículos da imprensa estrangeira e como este interfere na imagem do Brasil. O efeito a que estamos nos referindo é a lógica do individualismo possessivo.

O interesse individual tornou-se uma espécie de senso comum da política internacional. No entanto, apesar dos atores serem entendidos como individualistas e autointeressados, que reconhecem a soberania uns dos outros, também se compreende que determinados interesses levam os Estados a constranger seu próprio comportamento e a cooperar. Dentro dessa lógica a estrutura hobbesiana é substituída pela lockeana e a submissão a regras e a instituições internacionais são relevantes na definição da atuação dos Estados²¹.

O que difere o pensamento de Wendt do *mainstream* da política internacional é o entendimento de que o sistema de Estados, formado por atores autointeressados, possessivos e

MANHEIM, Jarol B. e ALBRITTON, Robert B. Changing National Images: International Public Relations and Media Agenda Setting. **The American Political Science Review**, v. 78, n. 3, p. 641-57, 1984.; WANTA, Wayne, GOLAN, Guy e LEE, Cheolhan. Agenda Setting and International News: Media Influence on Public Perceptions of Foreign Nations. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 81, n. 2, p. 364-77, 2004.

²¹ “Those who deny that there has been significant change in the character of international political relations rely on such a narrow view of the agenda of international order, such a one dimensional view of the logic of power-political competition amongst states, and such a constrained account of the role of international law and institutions that it becomes impossible to make sense of the far-reaching changes that have taken place in the character of international society, above all in the period since 1945”. Cf. HURRELL, 2007. p. 8.

soberanos, é resultado de ideias compartilhadas, construídas historicamente pela difusão da cultura do liberalismo lockeano e não resultado da natureza intrínseca dos atores.

Nesse quadro, o propósito passa a ser a compreensão de como a cultura do individualismo possessivo norteia não apenas a ação dos Estados no plano internacional, como também o perfil político-ideológico da revista e por consequência as imagens que esta estabelece acerca do Brasil. Isso, na prática, se manifesta por posicionamentos político-ideológicos ligados principalmente ao liberalismo econômico. Politicamente, a postura alterna-se entre o conservadorismo em determinados assuntos, principalmente relativos aos direitos sociais e de manutenção do Estado mínimo, combinado com uma posição progressista em outros, especialmente àqueles conectados aos direitos individuais.

Assim, é importante aglutinarmos um segundo aporte referente a área da Ciência Política, os estudos relativos à mídia. Ainda que nosso interesse seja compreender o perfil político-ideológico da revista para averiguarmos sua cobertura acerca do Brasil.

Com isso em tela olhamos mais detidamente para dois conceitos: liberalismo e conservadorismo. Como levantado anteriormente, esta reflexão começa pela teoria do individualismo possessivo sob a análise do cientista político canadense Crawford B. Macpherson. O ponto de partida dele é que as relações comerciais moldam todas as outras relações sociais e que o pensamento político inglês do século XVII ao XIX tem uma unidade: o individualismo possessivo. Conforme o autor, as dificuldades centrais do pensamento liberal democrático são mais bem entendidas se vistas a partir dessa persistência.

Todavia, a tradição inicia-se com Thomas Hobbes que apesar de não chegar a conclusões liberais parte de postulados individualistas e deduz direitos e deveres políticos, do interesse e do desejo dos indivíduos²². O individualismo possessivo é a característica distintiva da visão liberal do indivíduo, que depois vai ser aplicada aos Estados:

Its possessive quality is found in its conception of the individual as essentially the proprietor of his own person or capacities owing nothing to society for them. The individual was seen neither as a moral whole, nor as a part of a larger social whole, but as an owner of himself. The relation of ownership, having become for more and more men the critical important relation determining their actual freedom and actual prospect of realizing their full potentialities, was read back into the nature of the individual²³.

²² HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

²³ MACPHERSON, Crawford B. **The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke**. Oxford: Oxford University Press, 1985. p. 3.

Desta forma, toda a ideia de liberdade está relacionada com a de posse e os conceitos de direitos, deveres e justiça também são fortemente moldados pela propriedade. O indivíduo é entendido essencialmente como um proprietário, de si mesmo e de suas capacidades, não devendo nada à sociedade por isso. Para Macpherson, foi Locke que concebeu a estrutura principal da teoria liberal inglesa. O humano é visto como proprietário e a sociedade como uma série de relações de mercado. O resultado disso é que a igualdade dos indivíduos é trazida pela submissão de todos às leis mercadológicas e à autoridade política que organiza essas relações. Ou seja, é uma noção de igualdade caracteristicamente burguesa em que pretensamente todos têm acesso às mesmas oportunidades de acumulação de somas desiguais de recursos. Ultrapassa-se assim a ideia de uma economia de mercado para se pensar em uma sociedade de mercado²⁴.

Para Macpherson quase todas as características de um liberal democrata moderno já estavam em Locke. Portanto, o governo por consentimento, a lei da maioria, os direitos das minorias, a supremacia moral do indivíduo e a santidade da propriedade individual são elementos que permeiam o pensamento liberal inglês pelo menos desde a publicação do “Segundo Tratado sobre o Governo Civil” em 1689²⁵. Além disso, ainda em Locke, o conceito de racionalidade é diferencial. Os homens desenvolveriam racionalidades diferentes por posições econômicas distintas, ou seja, a economia seria então o fator decisivo, escolhas econômicas determinariam a racionalidade dos indivíduos e, em última instância, das nações.

Entender a lógica do individualismo possessivo é relevante para a compreensão da sociedade liberal-democrática. Para tanto, apresentaremos aqui, sinteticamente, as sete proposições básicas:

- 1) O que torna o homem humano é ser livre da dependência dos desejos dos outros;
- 2) Isso quer dizer liberdade de qualquer relação exceto daquelas em que o indivíduo entra voluntariamente, para satisfazer seu próprio interesse;
- 3) O indivíduo é proprietário de si mesmo e de suas capacidades e não deve nada à sociedade;
- 4) Mesmo que o indivíduo não possa alienar-se completamente, ele pode alienar seu trabalho;
- 5) A sociedade humana consiste em relações de mercado;

²⁴ Ibid.

²⁵ Cf. LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

6) Desde que a liberdade dos desejos dos outros é o que o torna humano, a liberdade de cada indivíduo só pode ser limitada por obrigações e regras necessárias para assegurar a mesma liberdade para os outros; e

7) A sociedade política é uma invenção humana para proteger a propriedade do indivíduo, de si mesmo e de seus bens e para proteger as relações de trocas entre eles²⁶.

Esses postulados colocam os pontos de partida da lógica do individualismo possessivo e que vão marcar a tradição da liberal democracia. Esta se tornou possível a partir do momento em que a ideia de um homem, um voto não era mais vista como uma ameaça à propriedade. O homem passa a ser percebido como livre, proprietário de si e a sociedade como uma série de relações de mercado²⁷.

Desta forma, a estabilidade do sistema só pode ser mantida pela satisfação de duas condições fundamentais: a submissão inevitável às leis do mercado e certa coesão entre os interesses políticos - a princípio, esse requisito era preenchido porque a voz política era restrita àqueles que tinham posses. Macpherson alerta que essas duas condições foram afetadas desde o final do século XIX. A primeira, pela classe trabalhadora que passa a adquirir consciência e a pensar alternativas para o sistema e a segunda, pela universalização do direito ao voto. A questão que ele coloca então é porque o Estado liberal democrático permanece, mesmo com o abalo nessas duas premissas.

Propõe duas possíveis respostas. A primeira, pela habilidade que as classes possuidoras têm de manterem em suas mãos o poder efetivo, apesar do sufrágio universal e a segunda, pela coesão de classe no nível internacional. Para ele, a concordância entre as nações substitui a conexão classista.

No entanto, conclui que nenhuma dessas respostas é satisfatória para justificar moralmente a permanência da democracia liberal. O individualismo possessivo permanece em um tempo em que a estrutura da sociedade de mercado não mais provê as condições necessárias para a dedução de uma teoria válida dos deveres políticos. A pergunta que permanece na obra é: qual o sentimento de igualdade que mantém os valores e instituições liberais? A resposta proposta em 1962, portanto no contexto da Guerra Fria, é a possibilidade

²⁶ MACPHERSON, 1985.

²⁷ MACPHERSON, Crawford B. **The life and times of liberal democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

de uma guerra internacional. Esta criava uma igualdade na insegurança em que a destruição de todos era uma possibilidade mais real e presente do que em Hobbes²⁸.

Atualmente, acredita-se que o espaço preenchido pela Guerra Fria e o temor da destruição generalizada pode ser suprido, no nível das nações, pela economia de mercado globalizada. O sistema financeiro e o mercado internacional estão de tal maneira interligados que as ideias fundamentais do individualismo possessivo ainda fazem sentido. Segundo Buzan, na sociedade internacional liberal, os atores transnacionais adquirem uma enorme importância e as grandes corporações controlam os recursos e o conhecimento produzido no mundo²⁹. Nesse sentido, compartilhar valores liberais é credencial para que os Estados sejam considerados parte de um sistema e para que sejam vistos como pares pelas nações mais ricas:

Increasing trade also places governments under pressure to adopt pro-market policies [...] They find themselves forced to cut back the role of the public sector in order to attract inward investment from increasingly footloose multinational companies quick to punish governments who stray from the path of economic righteousness by exercising their exit option. Consequently, the range of policy options open to governments is claimed to be dramatically reduced. Social democratic parties in particular have had to adjust their policy proposals, as traditional left-of-centre economic programs, focused on active government involvement in economic activity, along with generous welfare state provisions will simply trigger the wrath of both the multinationals and the markets³⁰.

Isso se reflete um pouco na oscilação de imagens do Brasil reproduzidas na *Economist*, como averiguaremos nos capítulos subsequentes.

A concepção de individualismo possessivo pressupõe um entendimento bastante amplo do liberalismo, percebido até aqui em termos filosóficos. Com esse pano de fundo teórico desdobraremos as duas ideias que usaremos para nos referir ao que podemos chamar de linha político-ideológica da revista: liberalismo econômico e conservadorismo político.

É preciso deixar claro o que entendemos por estas expressões e em qual sentido elas são usadas nesse trabalho, uma vez que podem ter significados diferentes dependendo do tempo e do lugar de que se fala.

Segundo Robert Nisbet, ideologia é “any reasonably coherent body of moral, economic, social and cultural ideas that has a solid and well known reference to politics and political power; more specifically a power base to make possible a victory for the body of

²⁸ MACPHERSON, 1985. Cf. também: LEISS, William. **C.B. Macpherson: dilemmas of liberalism and socialism**. Montréal: New World Perspectives, 1988.; TOWNSHEND, Jules. **C.B. Macpherson and the problem of liberal democracy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

²⁹ BUZAN, 2004.

³⁰ HURRELL, 2007. p. 198-99.

ideias”³¹. Para ele, o conservadorismo seria uma das três grandes ideologias políticas junto com o liberalismo (político, no sentido americano) e o socialismo. O conservadorismo estaria ligado, a princípio, à religião e à monarquia, mas na segunda metade do século XX, com Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher no Reino Unido adquire nova feição:

[...] conservative verities: a minimal state, a strong but unobtrusive government, laissez faire in most matters, family, neighbourhood, local community, church and other mediating groups to meet most crises decentralization, localism, and a preference for tradition and experience over rationalist planning, and withal an unconquerable prejudice against redistributionist measures³².

Além disso, os conservadores apresentam descrença na nacionalização e centralização do Estado e da economia e os símbolos da família e da paróquia continuam bastante frequentes. Enquanto na Inglaterra e na França há uma história de manutenção de uma tradição conservadora, nos Estados Unidos, ele se fortalece depois dos anos 1960 com a volta de um apelo pela religiosidade e como reação aos movimentos de libertação³³. Nisbet também ressalta que na segunda metade do século XX há um grande aporte de recursos para pesquisas nessa linha, com o surgimento de diversas instituições de financiamento.

Seymour M. Lipset também chama atenção para o fato que os termos conservadorismo e liberalismo têm definições que devem ser vistas com cuidado. A tradição conservadora na Europa tem ligações com a histórica aliança entre o Estado e a Igreja no continente. Já o conservadorismo nos Estados Unidos nasce com características que o aproximam do que os europeus nomeiam de liberalismo, doutrina antiestatista com ênfase no *laissez-faire*. No entanto, o conservadorismo britânico se transforma. O conservadorismo originário, aquele ligado à nobreza e à Igreja, de defesa dos valores tradicionais da aristocracia e de setores rurais da sociedade - antes característico dos *Tories* - dá lugar, paulatinamente, a um partido conservador que caminha no sentido de aproximação com os liberais. Estes representavam a burguesia inglesa e a defesa de um Estado menor, do livre comércio, de igualdade de oportunidade de participação política³⁴.

³¹ NISBET, Robert A. **Conservatism: dream and reality**. Milton Keynes: Open University Press, 1986. p. VII.

³² *Ibid.*, p. 95.

³³ Nos anos 1960, os Estados Unidos viveram um momento de efervescência dos movimentos negro, feminista e gay.

³⁴ LIPSET, Seymour Martin. Liberalism, Conservatism, and Americanism. **Ethics & International Affairs**, v. 3, n. 1, p. 205-18, 1989. Deve-se chamar atenção para o fato de que, nos Estados Unidos, liberalismo tem um significado diferente e por vezes expressa uma aproximação com a social democracia.

Para este trabalho assumimos a definição europeia, em que o liberalismo se liga ao pensamento lockeano e, principalmente, a tradição de defesa dos livres mercados na economia. Por liberalismo “entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social”³⁵. Em suma, o liberalismo seria a teoria do Estado limitado tanto em seus poderes como em suas funções, a limitação dos poderes faz com que ele seja classificado como Estado de direito em contraposição com o Estado absoluto e a limitação de suas funções traz a ideia de um Estado mínimo contrastando com a perspectiva de um Estado máximo. Para o liberalismo, o Estado é entendido como um mal necessário e como mal deve interferir o mínimo possível na esfera de ação dos indivíduos. Por seu turno, a defesa da propriedade privada adquire *status* fundamental no liberalismo uma vez que esta seria a garantidora da liberdade econômica que é o pressuposto necessário para as demais liberdades³⁶. Giovanni Sartori tem concepções parecidas: “O liberalismo pode ser considerado, muito simplesmente, como a teoria e a prática da defesa jurídica, através do Estado constitucional, da liberdade política individual”³⁷.

Para Norberto Bobbio a democracia é o desenvolvimento natural do liberalismo, no entanto apenas se não tomada pelo seu ideal de igualdade, mas sim por sua forma política, pela ampliação do sufrágio até a universalização.

Embora muitos escritores liberais tenham contestado a oportunidade da extensão do sufrágio e no momento da formação do Estado liberal a participação no voto fosse consentida apenas aos proprietários, a verdade é que o sufrágio universal não é, em linha de princípio contrário nem ao Estado de direito nem ao Estado mínimo³⁸.

A *Economist* sempre sustentou valores liberais na economia, nasce com esse propósito. O olhar da revista é conduzido, portanto, pelo liberalismo político e econômico e por posturas conservadoras quanto a preservação dos direitos de propriedade, do Estado mínimo e do livre comércio.

³⁵ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 7.

³⁶ Ibid.

³⁷ SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada (volume II - As questões clássicas)**. São Paulo: Ática, 1994. 162-63.

³⁸ BOBBIO, 2000. p. 42.

3 A revista e sua história

A *Economist* figura entre as publicações mais importantes e respeitadas do mundo. Devido a forte circulação internacional da revista, mais de 80% das vendas ocorrem fora do Reino Unido³⁹. É publicada simultaneamente e com o mesmo conteúdo em seis países; apenas a capa e os anúncios podem ser diferentes. Distribuída para todas as principais cidades do mundo, a circulação hoje gira em torno de um milhão e quatrocentos mil exemplares. Deixou de ser uma empresa familiar em 1928 e atualmente metade das ações pertence ao *Financial Times*, que é subsidiário do grupo *Persons*, e a outra metade a acionistas diversos⁴⁰.

Foi fundada em Londres, em 1843, por James Wilson, fabricante de chapéus nascido em Hawick, uma pequena cidade da Escócia. Wilson começou sua vida pública manifestando-se contra as leis protecionistas da Inglaterra (*Corn Law*)⁴¹. Desta forma, desde sua fundação, a revista teve uma identidade clara que se alterou pouco no decorrer de seus mais de 170 anos, “in essentials The Economist remains unaffected by the passage of the time”⁴².

Alia, portanto, desde seus primeiros exemplares, liberalismo econômico e político com uma postura bastante pragmática em relação a diversos temas e uma defesa conservadora do Estado mínimo e do livre mercado. É um veículo de mídia que normalmente não se furta a emitir opinião: “[...] a classic article in the best Economist tradition of setting the facts down, putting the evidence in context, analysing it dispassionately and reaching a strong opinion”⁴³. E em diversos assuntos relevantes a apreciação feita pela revista reafirma sua posição em defesa do *laissez faire* e de uma política de viés conservador. Por exemplo, em 1847 o semanário foi claramente contra a redução da jornada de trabalho de doze para dez horas. Por outro lado, já no século XX sustentou uma postura antiguerra, uma vez que a segurança era essencial para as operações comerciais, posicionando-se contrariamente ao gasto de recursos públicos com armamentos. Francis Hirst, editor de 1907 a 1916, estabeleceu na *Economist* uma posição quase isolada em relação à guerra, não fazendo nenhuma concessão ao movimento pró-beligerância que surgiu na imprensa do Reino Unido. O sucessor dele na

³⁹ TUNGATE, Mark. **Media monoliths: how great media brands thrive and survive**. London ; Sterling, VA: Kogan Page, 2004. p. 205.

⁴⁰ Um dos grandes acionistas é a família de banqueiros Rothschild. Cf. MOLINA, Matías M. Tempos nunca vistos. **Valor Econômico**, 13 dez. 2013. s/p.

⁴¹ É importante compreender um pouco da história da revista para que tenhamos claro duas coisas: quem fala e qual o lugar institucional em que se produz o discurso, ou seja, para entendermos qual é a posição ocupada pelo sujeito que produz esse discurso. Cf. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 56-58.

⁴² EDWARDS, Ruth Dudley. **The pursuit of reason: The Economist 1843-1993**. London: Hamish Hamilton, 1993. p. 136.

⁴³ *Ibid.*, p. 352.

editoria, Hartley Withers (1916-1921)⁴⁴ apresentou uma atitude mais ortodoxa diante do conflito e a cobertura passou a ser focada muito mais nos aspectos econômicos do que na questão política, em um sinal de que a revista, como dissemos, tende a subordinar a política à economia.

Walter Bagehot (1861-1877), genro de James Wilson, foi o editor mais destacado do século XIX e sua editoria marca a identidade da revista até hoje. As ideias do *laissez-faire* ganharam certa moderação pragmática durante seu período como editor da *Economist*, no sentido de que ele percebeu que certa regulação do Estado era inevitável e também necessária. Esses ideais mantiveram-se, como se mantém até hoje e a relação da publicação com a política se torna mais estreita. Bagehot jamais escondeu, por exemplo, sua postura pró-colonialismo. Foi durante sua editoria que a *Economist* desenvolveu uma cobertura estatística da economia internacional e passou a publicar regularmente, um índice de preços de diversos produtos. Tornou-se, assim, fonte de consulta para o mundo todo e modelo para outras publicações.

O conservadorismo político da revista pode ser notado também em questões como os direitos da mulher. A publicação mostrou-se resistente à extensão do direito ao sufrágio às mulheres, declarando, durante a editoria de Francis Hirst (1907-1916), sua posição contrária. Quase nenhuma importância foi dada à mudança da legislação em 1918, que permitiu que mulheres acima dos trinta anos de idade votassem e também à eleição da primeira mulher em 1919. Apenas no final dos anos 1920, com Walter Layton (1922-1938) na editoria iniciou-se algum avanço nesse sentido.

Durante esse período, o semanário ganhou ainda mais importância e se firmou como um dos mais notáveis veículos de mídia do Reino Unido. As decisões de Winston Churchill enquanto foi ministro da Fazenda do Reino Unido, de 1924 a 1929, foram fortemente apoiadas, inclusive na questão da volta do padrão ouro, o que foi, mais tarde, assumido como um dos maiores erros da aclamada editoria de Layton.

A segunda metade da década de 1920 foi marcada pela exacerbação da crise capital-trabalho no Reino Unido, diversas greves aconteceram no período, a mais importante delas, a dos mineiros, em 1926. A revista sempre foi contrária às manifestações dos trabalhadores deixando claro seu tradicional gosto pela estabilidade.

Pode-se dizer, desta maneira, que dois dos mais destacados editores foram Walter Bagehot no século XIX e Walter. T. Layton no século XX. Com eles a revista galgou novos

⁴⁴ As datas entre parênteses referem-se ao período de editoria.

degraus em importância. Da mesma forma, Geoffrey Crowther (1938-1956) também é bastante lembrado por ter contribuído para aumentar a cobertura internacional, especialmente sobre os Estados Unidos, que hoje representam boa parte do mercado internacional da *Economist*. Foi na editoria de Crowther que em 10 de maio de 1941 a publicação perdeu sua sede na *Strand Street*, devido a um incêndio, consequência de um dos muitos bombardeios que a região foi alvo na Segunda Guerra Mundial⁴⁵.

Nos anos 1940, duas questões tiveram forte impacto no noticiário econômico: o ataque à inflação e a cruzada contra uma política de planejamento centralizada. A revista completava cem anos e permanecia como uma grande defensora do livre comércio. No entanto, diferentemente de 1843, quando o principal objetivo econômico era a geração de riquezas, em 1943 a publicação percebe que os órgãos do Estado estavam preocupados com outros temas, entre eles, melhorar a regularidade e a distribuição da renda. A *Economist* acreditava que, com isso, o *laissez-faire* desapareceria da economia britânica e que “it had been thoroughly resurrected by 1993”⁴⁶.

Mais recentemente, o apoio político tanto a Margareth Thatcher no Reino Unido quanto a Ronald Reagan nos Estados Unidos evidencia-se na história do semanário. Este foi frequentemente classificado como thatcherista por suas posições favoráveis ao livre mercado e ao reformismo político. Por outro lado, tem se mostrado favorável a temas como a descriminalização das drogas e ao casamento homossexual, ratificando sua defesa das liberdades individuais.

Entretanto, o viés conservantista em outros temas, principalmente quanto aos direitos sociais, pode ser constatado no apoio quase permanente aos candidatos do Partido Conservador. Houve uma única exceção, em 1964, em que a editoria de Donald Tyerman (1956-1965) opta por apoiar o candidato do Partido Trabalhista: “In 1964, after thirteen years of a Conservative government, the paper opted for Labour”⁴⁷.

A justificativa foi dada nas páginas da própria revista: “It does seem to The Economist that, on the nicest balance, the riskier choice of Labour – and Mr. Wilson – will be better choice for people to vote on Thursday”⁴⁸. Talvez essa seja uma das maiores polêmicas que circundou a publicação, o que não demora muito, já que em 1966, voltou a apoiar os Conservadores.

⁴⁵ Os bombardeios a Londres ficaram conhecidos como Blitz e duraram de 7 de setembro de 1940 a 10 de maio de 1941.

⁴⁶ EDWARDS, 1993. p. 743.

⁴⁷ Ibid., p. 838. James Harold Wilson foi primeiro ministro do Reino Unido entre 1964 e 1970 e 1974 a 1976 pelo Partido Trabalhista.

⁴⁸ A Vote of No Confidence? 10 out. 1964. p. 113 e ss., apud EDWARDS, 1993. p. 838.

Ruth Dudley Edwards, historiadora responsável por reconstruir a trajetória da *Economist* no seu aniversário de 150 anos, ressaltou que uma das principais características é uma editoria altamente qualificada, com pessoas oriundas das mais respeitadas universidades do Reino Unido. Quase todos os editores do século XX saíram das Universidades de Cambridge ou Oxford. Além disso, entre seus colunistas figuram nomes como Herbert Spencer e John Maynard Keynes.

Economia e política são os temas fundamentais. A *Economist* sempre deu especial importância à cobertura internacional e sempre ultrapassou as fronteiras do Reino Unido. O próprio Wilson, como primeiro editor (1843-1857), fazia questão que os temas internacionais fossem priorizados: “It was he too who had set the internationalist tone of the paper and set up a splendid network of correspondents at home and abroad”⁴⁹.

Esse interesse aparece não apenas no expediente costumeiro da revista, mas também nos suplementos, *surveys* ou reportagens especiais que passam a ser publicados regularmente a partir da década de 1960: “For many years *Economist* surveys or supplements on foreign countries have been written from a severely independent viewpoint, without any contributions by the country’s ministers, officials or politicians”⁵⁰.

Uma peculiaridade que se mantém até hoje, é que suas matérias, com exceção destas reportagens especiais, não são assinadas. O anonimato é uma marca da publicação, traz forte personalidade e unicidade. Como, na maioria dos casos, não é possível determinar o autor do artigo reforça-se a importância de se compreender a linha editorial do periódico:

[...] two of the paper’s most unusual characteristics: anonymity and the collegiate structure. Except for the surveys, the occasional signed article by an outsider, the occasional lengthy special and any review of a book by a member of staff, anonymity is adhered to rigidly: and it is defended stoutly by all but a tiny number of staff⁵¹.

The Economist Group comanda, além da revista, outras publicações e negócios, entre eles *The Economist Intelligence Unit*, um serviço privado e confidencial de análise de perspectivas econômicas que provê serviços de pesquisa e estatística a clientes individuais e é responsável pela publicação de livros de referência como o *Economist Year Book*. Tem uma receita anual de cerca de 350 milhões de libras⁵².

⁴⁹ EDWARDS, 1993. p. 223.

⁵⁰ Ibid., p. 644. Os surveys são publicados com regularidade desde meados da década de 1970.

⁵¹ Ibid., p. 852-53.

⁵² GREENSLADE, Roy. Economist group defies gloomy media trend with upbeat results. **The Guardian**, 21 jun. 2011. s/p.

Além de política e economia, as relações comerciais do Reino Unido sempre foram prioritárias na editoria da *Economist*, por isso, o Brasil foi objeto privilegiado da cobertura internacional da revista desde sua fundação.

As relações mercantis com o país apareceram já no número inaugural, em 2 de setembro de 1843. A primeira matéria de capa do então jornal destacava os tratados comerciais entre o Reino Unido e o Brasil. Intitulada “Our expiring commercial treaty with the Brazils” inicia a trajetória de uma cobertura atenta sobre o país⁵³.

Nesse artigo, destacou que as relações do Reino Unido com o Império Brasileiro eram o assunto mais relevante para o comércio britânico naquele momento. Não escondeu seu descontentamento tanto com a posição brasileira quanto com a dos congressistas saxões na negociação de um novo acordo para substituir aquele assinado em 1827 e que expiraria em 1844. A revista destacou que este era francamente favorável ao Reino Unido e que faltava reciprocidade.

Enquanto o Brasil importava manufaturas inglesas quase sem tarifas, seus produtos passavam por uma taxa que chegava a 200% no mercado britânico. A revista temia que essa relação desigual fizesse com que novos acordos comerciais não fossem estabelecidos e que com a união da Princesa Isabel com o príncipe francês aquele país fosse favorecido⁵⁴.

A escravidão e suas implicações nas relações comerciais entre o Reino Unido e o Brasil também apareceram como um tema relevante nas primeiras edições da *Economist* que defendeu que a prática da escravidão não poderia ser empecilho para a continuidade das boas relações mercantis. Ainda em setembro de 1843 deixou evidente que acreditava que não era possível causar males à Inglaterra para beneficiar os escravos no Brasil. O comércio entre as nações não deveria ser usado como forma de coerção para o fim da escravatura:

[...] have once abolished slavery in our own dominions we ought to interdict the importation of articles produced by slave labour in other countries, in order to coerce them, for the sake of their trade with us, to follow our example. We trust we shall be among the last who will ever be found advocating the continuance of slavery, or opposing any legitimate means for its extinction; but we feel well assured that those who have adopted the opinion quoted above, have little considered either the consequences or the tendencies of the policy they support⁵⁵.

⁵³ Antes da edição número 1 da revista, de 2 de setembro de 1843, houve uma edição de apresentação lançada em 1 de agosto do mesmo ano, chamada de “Preliminary number and prospectus”.

⁵⁴ Our Expiring Commercial Treaty With The Brazils. 2 set. 1843. p. 1 e ss.

⁵⁵ Our Brazilian Trade And The Anti-Slavery Party. 16 set. 1843. p. 33 e ss. A referência **The Economist** foi suprimida das notas de rodapé a fim de evitarmos repetições excessivas.

Assim, podemos ter uma noção geral da longa trajetória da revista e sinais de seu perfil político-ideológico. Como vimos, é liberal no sentido europeu do termo. Defende a abertura da economia e o reforço das liberdades individuais. É refratária à ampliação dos direitos trabalhista e dos gastos do governo.

Sobre a publicação é importante termos em mente que não é uma revista semanal de informação, ela não pretende cobrir variedades como outras revistas importantes no mundo, por exemplo, a americana *Time*. Sendo assim:

The Economist tem algo de semanário de informação, de revista de opinião e de publicação especializada. Mas também é algo mais. Ocupa, sozinha, uma categoria que foge a qualquer tentativa de classificação. [...] Há menos preocupação com 'furo', a notícia exclusiva, do que em mostrar tendências e fazer análise⁵⁶.

Segundo Matías Molina, a *Economist* é considerada a revista mais influente do mundo e vive uma curva ascendente, de meados dos anos 1990 a 2010 sua circulação quase triplicou. Com a *internet*, considerada uma ameaça por muitos veículos, se fez ainda mais presente, mesmo que as vendas em papel tenham caído, o número de assinaturas aumentou. De acordo com o chefe executivo do grupo, Andrew Rashbass, uma das razões para o sucesso é que a *Economist* é publicada em inglês. Ele afirma que com a globalização essa se tornou a língua universal o que favoreceu a revista. O periódico é global também na redação, quase a metade dela está fora do Reino Unido⁵⁷.

No Brasil são cerca de 8.500 assinantes. É um número relativamente pequeno que não justificaria um estudo específico sobre o semanário. Entretanto, apesar disso, é uma das publicações mais citadas pela imprensa nacional⁵⁸. Vejamos um breve levantamento do número de citações da *Economist* nas versões impressas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*:

TABELA 1: Número de vezes em que a *Economist* foi citada, por ano

	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
2010	146	110
2011	130	97
2012	137	127
2013	122	116

⁵⁶ MOLINA. Tempos nunca vistos. **Valor Econômico**, 13 dez. 2013. s/p.

⁵⁷ Ibid. e GREENSLADE, Roy. Interview - Andrew Rashbass: 'The biggest reason we are successful is that we are lucky'. **The Guardian**, 27 nov. 2011. s/p.

⁵⁸ A repercussão da *Economist* no Brasil foi discutida no *paper*: UNDURRAGA, Tomás, "Complexo de viravolta: The use and abuse of The Economist in Brazilian domestic disputes" (paper presented at the 175 years of The Economist: An International Conference, London, 24, 25 set. 2015).

2014	104	86
2015	*	244**
* A <i>Folha de S. Paulo</i> não disponibilizou os dados completos de 2015. ** A partir de fevereiro de 2015 <i>O Estado de S. Paulo</i> passa a publicar o conteúdo da <i>Economist</i> .		

Fonte: Elaboração própria

Esse destaque dado pela imprensa nacional ao conteúdo e às opiniões veiculadas pela revista aumenta consideravelmente sua relevância e justificam a necessidade de apreendermos seu perfil político-ideológico em longo prazo. Poderemos assim, tentar traçar explicações sobre a cobertura realizada não apenas nos últimos anos⁵⁹.

A partir de agora pretendemos direcionar nossa análise para o Brasil e para o período em questão (1964-2010) levantando os temas e subtemas que foram mais frequentes e procurando verificar nestes a imagem do país e as características da publicação.

⁵⁹ O conteúdo da *Economist* já foi publicado no Brasil pela *Carta Capital*. Segundo Mino Carta, a revista brasileira foi escolhida pela inglesa para replicar alguns de seus artigos devido a sua qualidade e não por afinidade ideológica. Cf. O senhor polêmica. **O Povo Online**, 13 mai. 2013. s/p.

Parte II: A ditadura militar nas páginas da revista

4 A *Economist* e a ditadura militar no Brasil: 1964-1985

A proposta desse capítulo é refletir acerca da cobertura realizada pela *Economist* sobre o Brasil durante o período da ditadura militar⁶⁰. Para isso, tanto os editoriais como os artigos e as reportagens especiais que versavam sobre o país foram analisados. Com o objetivo de contextualizar melhor a discussão foram verificados os textos publicados desde 1964, ano do golpe, até a retomada dos governos civis. Pretende-se analisar o período basicamente sob dois aspectos: o econômico e o político. Do ponto de vista econômico podemos pensar em dois momentos. Primeiro, os anos do chamado *milagre econômico* de 1968 a 1973, período em que houve taxas de crescimento nunca antes experimentadas. O segundo momento é o período que sucede a crise do petróleo. Anos em que há uma desaceleração do crescimento e que são também caracterizados pelo processo de endividamento do país.

Politicamente podemos estabelecer uma separação temática. Ou seja, a análise se centrará em dois aspectos fundamentais: a política interna e a política externa e dentro destes, subtemas serão apresentados com a finalidade de uma melhor organização em termos analíticos. É na política que temos a mais importante mudança: a de regime. De 1964 a 1985 o Brasil viveu um golpe, 21 anos de ditadura militar e o processo de redemocratização.

Pretende-se ainda comparar, nesse período, a visão da revista com os relatórios diplomáticos enviados pelos embaixadores britânicos no Brasil. Infelizmente só poderemos fazer isso nesse capítulo uma vez que os relatórios anuais só estão liberados até 1981.

A partir dessa delimitação inicial nos perguntamos: Há um padrão na visão da revista sobre o Brasil? A linha ideológica da publicação influencia na forma como a imagem do país é construída? As mudanças de regime afetam seu posicionamento? Ou seja, importa mais democracia ou liberdade de mercado? E, qual a relação entre política e economia nas notícias sobre o Brasil?

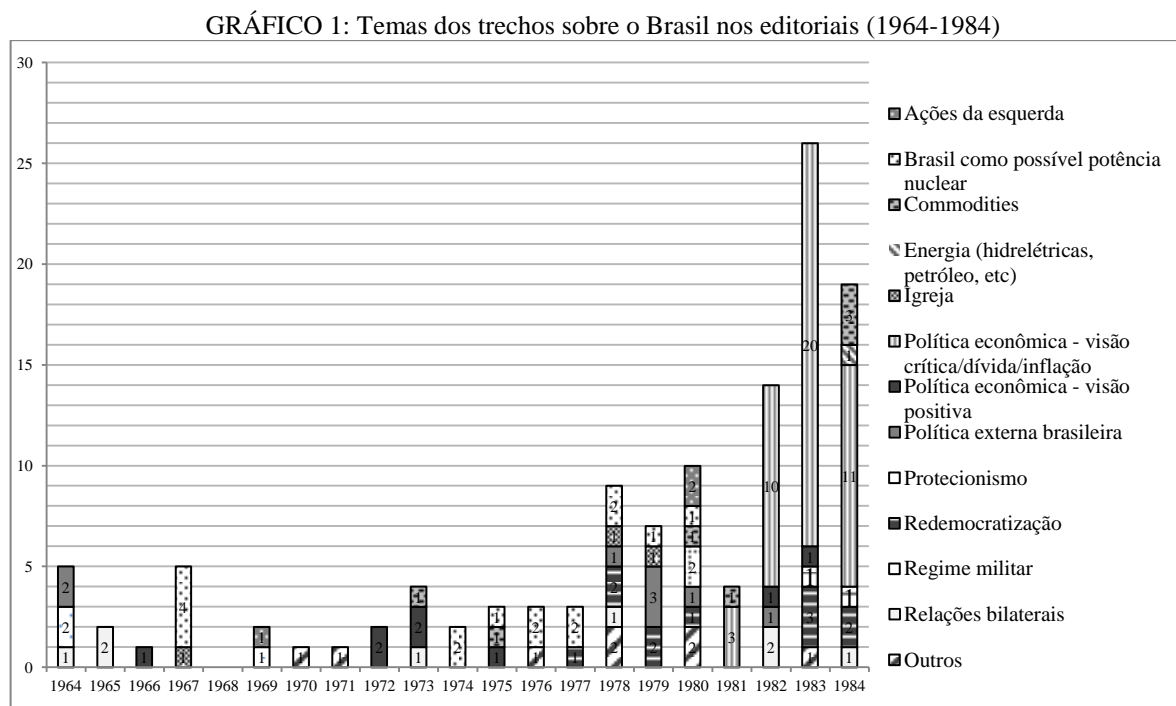
Nesse quadro, a hipótese norteadora é que devido às suas concepções, a revista tende a subordinar a política à economia. Assim, a democracia importaria menos se a liberdade de mercado estivesse se expandindo. Num sentido mais geral, entende-se que a publicação tem a tendência de alternar momentos em que o tom da cobertura é positivo e com alta expectativa

⁶⁰ Optamos por usar termo consagrado, ditadura militar e não, ditadura civil-militar por considerarmos que tanto a ideologia do regime quanto as estruturas de poder eram majoritariamente militares. Contudo, não deixamos de considerar a participação e o apoio dos civis tanto no Golpe de 1964 quanto no período posterior. Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Adieu à la dictature militaire? Brésil (s). Sciences humaines et sociales*, n. 5, p. 17-32, 2014.

com outros de crítica dura dependendo se o governo aproxima-se ou afasta-se da sua ideologia.

Portanto, parte-se do pressuposto de que a *Economist* tem uma conformação ideológica bem definida, de longa duração e vem sendo coerente com ela. Além disso, funciona como produtora de ideologia, com grande influencia sobre outros veículos de comunicação e nos mercados.

Entre o início de 1964 e o final de 1984 a amostra conta com 123 editoriais que de alguma forma mencionaram o Brasil; desses apenas oito tratavam especificamente de questões sobre o país, por isso optou-se por averiguar os trechos específicos da citação e verificar quais temas foram mais ou menos frequentes⁶¹. Nesse sentido, elaboramos o Gráfico 1:



Fonte: Elaboração própria

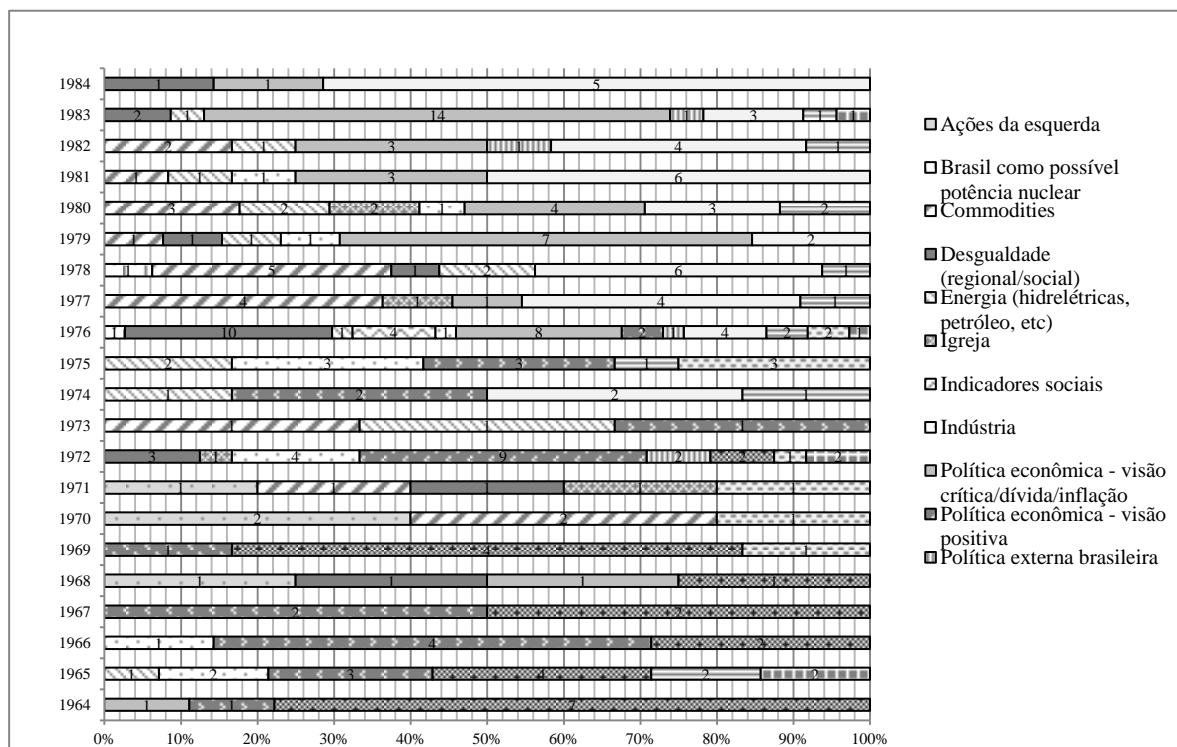
Fica claro que o interesse pelo Brasil aumenta no final dos anos 1970 e principalmente nos primeiros anos da década seguinte. Mas, também se modifica o foco da atenção. Enquanto antes os temas que mais apareciam se conectavam a ideia de *Brasil potência*, como no caso da questão nuclear e do *milagre econômico*, no período que antecede a democratização as críticas à política econômica, principalmente ao endividamento do país, tomam conta de parte bastante considerável dos artigos.

⁶¹ Como a eleição do primeiro governo civil se dá em janeiro de 1985 optamos por analisar, nesse capítulo, os textos publicados até dezembro de 1984.

Relações bilaterais		2									1	1	2	1	1		2		1	1		
Repressão						1	1	1	1			3	2									
Outros		2							2				1									1
Artigos no ano	7	14	7	4	4	6	5	5	24	3	6	12	37	11	16	13	17	12	12	23	7	
Número total de artigos	247																					

Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 2: Distribuição dos artigos por tema (1964-1984)



Fonte: Elaboração própria

Desta maneira, acredita-se que conseguimos ter uma ideia geral das temáticas abordadas pela *Economist* no período da ditadura militar (1964-1985). No entanto, nos interessa compreender as nuances dessa cobertura e os momentos em que o perfil da revista aparece mais nitidamente. Para isso apresentaremos os temas e subtemas encontrados de forma mais detalhada nas seções a seguir.

4.1 Política Interna

4.1.1 Do golpe ao AI-5, do ajuste ao início do milagre

Como a *Economist* viu a mudança de regime? Democracia realmente importa? Há uma tendência política conservadora? Como era a imagem da ditadura militar? A partir desses

simples questionamentos averiguaremos como a revista tratou esse momento capital da história brasileira e quais as posturas por ela assumidas; isso nos ajudará a compreender a questão central deste trabalho.

Os primeiros anos da década de 1960 foram politicamente tumultuados. O governo Jânio Quadros iniciado em 31 de janeiro de 1961 terminou em renúncia no final de agosto. João Goulart, vice-presidente eleito por outra chapa, acaba empossado depois de uma tentativa de impedimento feita pelos ministros militares e de um acordo para que assumisse a presidência em um regime parlamentarista. Em 1963, depois de um plebiscito que decide pelo presidencialismo, João Goulart finalmente assume o cargo com seus devidos poderes. A instabilidade era patente e os setores conservadores da sociedade manifestavam-se diariamente contra o governo. Segundo Caio Navarro de Toledo, o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. No contexto da Guerra Fria, Goulart representava, na visão destes, a ameaça comunista. Dentre os diversos momentos de tensão considera-se que tanto o discurso que o presidente fez no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, em que defendeu as reformas agrária, fiscal, política e educacional, as reformas de base, quanto aquele realizado na reunião da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube na mesma cidade, foram os estopins para o Golpe de 1º de abril⁶². As Forças Armadas (FA) com o apoio da Igreja Católica, de boa parte da imprensa e de vários setores da sociedade civil assumem o poder⁶³.

No dia 9 de abril foi promulgado o Ato Institucional (AI), que dava liberdade ao governo militar de alterar a Constituição, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Dois dias depois, ultrapassada a fase de negociações no interior das Forças Armadas, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi indiretamente eleito presidente. Mais três Atos Institucionais foram editados durante o primeiro governo e entre as principais medidas estavam: a dissolução dos partidos políticos, a instituição definitiva de eleições indiretas para a Presidência, estendida posteriormente para os governadores e prefeitos de capitais, além da convocação do Congresso Nacional para a redação de uma nova Carta Constitucional. A gestão Castelo Branco foi marcada também por ajustes na economia, capitaneados pelo ministro do Planejamento Roberto Campos.

⁶² Segundo Wanderley Guilherme dos Santos o jogo político havia se polarizado em torno desses temas. Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986. E também: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

⁶³ TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 2014.

O primeiro período militar finda em 15 de março de 1967, quando Artur da Costa e Silva assume, ficando no poder até agosto de 1969. Na economia, destacou-se a figura de Antônio Delfim Netto à frente do Ministério da Fazenda. Segundo Gaspari, até 1968 o governo Costa e Silva procurou manter certa ordem constitucional, o que muda radicalmente depois do AI-5⁶⁴.

Para a *Economist*, tão logo se iniciou 1964, as crises e tensões políticas que rondavam o governo João Goulart asseveraram-se e culminaram no golpe. Um editorial e um artigo dão conta dos acontecimentos: a resistência do presidente caíra rapidamente, o pano de fundo era a inflação galopante e o descontentamento do setor agrário e dos trabalhadores. A causa imediata teriam sido as demandas de Goulart por mudanças na Constituição no sentido de aumentar seus poderes e de torná-lo elegível em 1965. Por isso, havia se levantado uma coalizão conservadora que incluía os líderes dos mais importantes estados⁶⁵.

Segundo a revista, o elemento catalizador do golpe foi o discurso da Central do Brasil em que o presidente havia defendido a emancipação dos analfabetos, a expropriação de terras e a reforma constitucional numa tentativa desesperada de sair da impotência. Nesse primeiro momento, classificou a subida dos militares ao poder como um golpe de Estado resultado de uma maquinação dos Estados Unidos, com reflexos desastrosos na América Latina⁶⁶. Logo em seguida, a ideia de golpe é substituída pela de *revolução* que vai ser predominante na cobertura sobre a ditadura militar⁶⁷.

A publicação adiciona que Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, cunhado e aliado político de Goulart, disse, também na Central, que o Congresso não tinha mais identificação com a população. Avaliou que isso era um ataque à instituição e contribuíra para polarizar mais a oposição⁶⁸. Essa descrição dos fatos não é isenta, tem a tendência de colocar em Goulart e seus aliados a responsabilidade sobre o golpe. A *Economist* se junta ao coro da imprensa local e apoia a suposta intervenção temporária dos militares.

Às notícias do golpe sucederam-se aquelas sobre a reação da sociedade: o entusiasmo maior teria vindo das classes médias e altas e o respeito e a admiração às Forças Armadas

⁶⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

⁶⁵ Brazil Cracks (ed.). 4 abr. 1964. p. 14 e ss.; Mend or End. 4 abr. 1964. p. 31.

⁶⁶ Brazil Cracks (ed.). 4 abr. 1964. p. 14 e ss.

⁶⁷ Para o construtivismo é importante a compreensão de como os significados são compartilhados socialmente e a escolha da revista em usar, na maioria das vezes, a terminologia oficial deixa clara a imagem que esta queria passar para seus leitores. Cf. WENDT, 1999. No início dos anos 1970 *revolução* é a terminologia predominante. Por exemplo, Cf. Governors-General. 2 set. 1972. p. 23 e ss.; What follows? 2 set. 1972. p. 25. Volta a usar o termo *coup* para se referir ao golpe de 1964 só em 1976, nos artigos: Balanced growth. 31 jul. 1976. p. 25. e Not so much a miracle. 31 jul. 1976. p. 15 e ss. E em 1979, nos artigos: Elephants can't be pink. 4 ago. 1979. p. 3 e ss. e Poverty traps. 4 ago. 1979. p. 7 e ss. Em 1980: The fight goes on (ed.). 2 fev. 1980. p. 5 e ss.

⁶⁸ Mend or End. 4 abr. 1964. p. 31.

foram estampados nos mais importantes jornais. Segundo a reportagem, uma manifestação no Rio de Janeiro teria reunido mais de um milhão de pessoas. Enfatizava que não havia dúvidas de que a reação de alívio da população era espontânea. Expressou finalmente o que ficara subentendido: “Senhor Goulart provoked his own expulsion”⁶⁹ por seu extremismo e por suas tentativas de destruir a disciplina das Forças Armadas.

Apesar de ter deixado a ideia de golpe de lado, ressaltou que algumas atitudes pareceram contrariar a defesa da legalidade, como a prisão de mais de três mil pessoas no estado da Guanabara⁷⁰, o encarceramento do então governador de Pernambuco Miguel Arraes e a demissão do economista Celso Furtado da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁷¹.

A publicação concluía que os generais teriam se movimentado para salvar a Constituição e acabaram revelando o amorismo do presidente João Goulart. Define a promulgação do primeiro AI como necessária para por fim à ameaça comunista e limpar a bagunça financeira⁷². O início do governo Castelo Branco foi visto com desconfiança, mas uma mudança de perspectiva parece ser paulatinamente criada a partir de meados de 1964. Eram animadoras as notícias sobre a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), pois se abria espaço para que o capital estrangeiro fosse tratado da mesma forma que o nacional⁷³.

A *Economist* fez algumas críticas, como à cassação dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek e a intervenção no governo de Goiás⁷⁴. Isso demonstra a convicção de que o país precisava livrar-se do comunismo e ajustar a economia, mas que não concordava plenamente com a supressão das liberdades políticas. A partir do momento em que a política econômica do governo Castelo Branco começa a tomar forma as críticas ao regime ficam mais raras.

Com o sugestivo título “Back to almost normal” fazia elogios às medidas de austeridade, como a restrição ao crédito, o ajuste fiscal e a rigidez na cobrança de impostos,

⁶⁹ *Roses for the Generals*. 11 abr. 1964. p. 131. As causas do golpe foram discutidas em diversos trabalhos no Brasil. Sobre a ideia de que um dos elementos fundamentais foi a paralisia decisória do governo Goulart Cf. SANTOS, 1986.

⁷⁰ O estado da Guanabara ficava no território que compreende hoje o município do Rio de Janeiro e onde esteve localizado o Distrito Federal

⁷¹ *Roses for the Generals*. 11 abr. 1964. p. 131. A prisão de Celso Furtado foi tida como injustificável: “so ‘dangerous a communist’ that one of the jobs he has been offered is a professorship at Yale University”. Cf. *Gorillas or Reformers?* 30 mai. 1964. p. 936 e ss.

⁷² *Shipshape, Army Style?* 18 abr. 1964. p. 248.

⁷³ *Three in One*. 6 jun. 1964. p. 1156.

⁷⁴ *One Way to Win*. 13 jun. 1964. p. 1223.; *Hard Right Turn*. 12 dez. 1964. p. 1241 e ss. O Supremo Tribunal Federal (STF) havia concedido um *habeas corpus* ao governador Mauro Borges, como não foi possível cassá-lo de imediato, em novembro o governo Castelo Branco decidiu decretar a intervenção federal no estado.

tomadas pelo ministro Roberto Campos⁷⁵. De modo geral, ajuizava que o plano teria diversos avanços como: um orçamento mais balanceado, o incremento das exportações, novas regras para cobrança de impostos, um aumento significativo das reservas externas e a abolição de alguns subsídios. Além disso, a inflação estaria mais controlada do que no período de “demagogia caótica” de Goulart⁷⁶. Outro elemento que considerou importante foi a criação do Banco Central em 1965: significava que haveria disciplina monetária e uma nova ordem ao sistema⁷⁷.

Nesse cenário, entende-se que a política fica subordinada à economia. A partir do momento em que são tomadas as medidas de austeridade sempre recomendadas pela revista a postura crítica desaparece e os elogios do campo econômico estendem-se para a política, como podemos ver nessa descrição de Castelo Branco: “With caution and finesse, the president is trying to clean up the mess left by his predecessor and, even more difficult, to ensure that the ‘revolution against the communism and corruption’ continues after the promised elections in November 1966”⁷⁸. A suavização da crítica que começou em matérias cujos títulos eram: “Cleaning up the past”, “Back to almost normal”, “Power for a young giant” e “Good conduct prize”⁷⁹ chega ao ápice em um artigo intitulado “How undemocratic?”. Neste, o governo Castelo Branco foi classificado como o mais sensato da América Latina, defendendo ainda que o presidente poderia adiar as eleições para que completasse o período correspondente a um mandato⁸⁰.

Apesar de noticiar o fechamento maior do regime com a promulgação do AI-2, a imagem de Castelo Branco é a de um político moderado, que não usava integralmente os poderes de que dispunha - os jornais permaneciam criticando-o e políticos o desafiavam impunemente⁸¹.

Com a certeza de que o candidato à sucessão seria Costa e Silva a publicação via riscos para a política econômica, com redução das medidas de austeridade: “And this, *more than any political change*, would mean an end to the revolution”⁸². Evidencia-se a ideia de que a economia era o motor daquele governo. No entanto, na gestão Costa e Silva surge uma figura crucial. A *Economist* passou a atribuir a Delfim Netto a responsabilidade pela

⁷⁵ Back to Almost Normal. 15 mai. 1965. p. 754 e ss.

⁷⁶ Rule by faulty computer. 3 set. 1966. p. 901 e ss. A inflação teria passado de 90% em 1963 e 86% em 1964 para 46% em 1965 e estaria em 29% até aquele momento em 1966.

⁷⁷ Brazil's New Order. 26 nov. 1966. p. 37.

⁷⁸ Angry revolutionaries. 17 jul. 1965. p. 230.

⁷⁹ Respectivamente de 27 de março de 1965, 15 de maio de 1965, 22 de maio de 1965 e 14 de agosto de 1965.

⁸⁰ How Undemocratic? 9 out. 1965. p. 134.

⁸¹ End of the game. 30 out. 1965. p. 482 e ss.; The general and black beans. 19 fev. 1966. p. 696 e ss.

⁸² Rule by faulty computer. 3 set. 1966. p. 901 e ss. (grifos meus).

continuidade na linha de atuação da equipe econômica, graças a ele, as taxas de juros caíram e houve recuperação das atividades no campo dos negócios⁸³.

Depois da sucessão, a revista voltou a asseverar que Castelo Branco havia tomado medidas importantes no campo econômico, como a redução do déficit orçamentário e o aumento do investimento em indústria básica. Mas, ainda era necessário atrair mais capital privado estrangeiro. Acreditava que: “Branco bravely (and we think rightly) switched the emphasis from undue protection of domestic industry to the stimulation of exports”⁸⁴.

4.1.2 Do AI-5 até o governo Geisel

Houve alteração da posição da revista devido ao endurecimento do regime? O que realmente importava no período que conjugou crescimento econômico e as mais severas violações dos direitos humanos? Nesta seção, averiguaremos, a posição da *Economist* em relação à conjuntura política interna, principalmente depois do AI-5.

Em 1968, houve uma onda de protestos estudantis pelo mundo, cidades como Berlim, Paris, Cidade do México e Berkeley foram tomadas por estudantes. No Brasil não foi diferente, de março a outubro aconteceram dezenas de manifestações. Um dos episódios mais marcantes foi a morte, no dia 28 de março, do secundarista Edson Luís de Lima Souto em confronto com a polícia no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. O episódio provocou imensa comoção e cerca de cinquenta mil pessoas acompanharam o velório e o enterro do estudante. A partir daí, diversas outras manifestações aconteceram apoiadas por diferentes setores da sociedade, o que culminou em 26 de junho, na Passeata dos Cem Mil⁸⁵.

As greves de Contagem (MG) no mês de abril e de Osasco (SP) em junho também contribuíram para o aguçamento dos ânimos e o governo militar estava cada vez mais próximo de fechar de vez o regime⁸⁶. O elemento derradeiro foram os discursos do deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Márcio Moreira Alves, no Congresso Nacional em final de agosto e início do mês seguinte. Nesses, apelava para que a população, em protesto, não participasse dos desfiles de 7 de setembro. A princípio pouco notados, foram usados pela ditadura como o elemento desencadeador do AI-5. Somaram-se à crise os artigos

⁸³ Redecorating the house that Campos built. 23 set. 1967. p. 1088 e ss.

⁸⁴ Changing of the guard. 25 mar. 1967. p. 1177 e ss.

⁸⁵ Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987. E também: CODATO, Adriano. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História. Questões e Debates**, n. 40, p. 11-36, 2004.

⁸⁶ CODATO, 2004.

publicados no *Correio da Manhã* por Hermano Alves, também deputado pelo MDB. O que se seguiu foi o pedido de cassação dos deputados e de licença para processar Márcio Moreira Alves, o que a Câmara recusou por uma diferença de 75 votos⁸⁷.

Não sendo possível retirar os direitos políticos dos deputados pela via do Congresso Nacional, em 13 de dezembro de 1968, depois de reunião do Conselho de Segurança Nacional, o regime militar decretava o quinto AI. Segundo Maria Celina D'Araújo:

[...] autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, 'com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país'. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República⁸⁸.

O Ato suspendeu os direitos e garantias individuais que ainda restavam e foi a carta branca para a disseminação da violência de Estado. Como consequência houve uma onda de cassações, prisões, assassinatos, desaparecimentos forçados e torturas no período mais conturbado da ditadura militar.

Em 1969, em função da doença de Costa e Silva e do impedimento do vice Pedro Aleixo assumiu o governo, em 31 de agosto, uma Junta Militar formada pelo General Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército), pelo Almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e pelo Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (ministro da Aeronáutica)⁸⁹.

Logo em seguida, aconteceu o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick despertando grande interesse da imprensa internacional. Arquitetado por militantes do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN),

⁸⁷ SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil: 1964-85**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1988. E também: D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. FGV/CPDOC s/ano. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> >. Acesso em: 10 out. 2014. Nesse meio tempo aconteceu a visita da Rainha Elizabeth II ao Brasil.

⁸⁸ D'ARAÚJO. O AI-5. FGV/CPDOC, s/ano. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> >. Acesso em: 10 out. 2014.

⁸⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 86 e ss. A Constituição previa que o vice assumisse, mas não foi isso o que aconteceu e a subida ao poder da Junta Militar é considerada uma manobra política. Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

iniciara-se em 4 de setembro e terminara no dia 7 com a libertação de quinze presos políticos que seguiram para o exílio no México e a consequente soltura do embaixador⁹⁰.

Uma série de outros atos institucionais sucedeu o AI-5. Mas, os de número 13 e 14 foram consequência direta do sequestro. O primeiro deles previa a pena de banimento ou expulsão e o segundo a aplicação de pena de morte em casos não só de guerra externa, mas também de guerra psicológica adversa, revolucionária ou subversiva.

A Junta governou o Brasil até outubro de 1969. A escolha do General Emílio Garrastazu Médici para substituí-la foi anunciada em 7 de outubro. O Congresso foi reaberto, excepcionalmente para as eleições e o então chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e seu vice, o Almirante Augusto Rademaker, assumem no dia 30. O futuro da ditadura militar estava agora nas mãos de Médici, que governou até março de 1974.

Nesse período, as ações da guerrilha urbana e rural foram frequentes. Destaca-se, além de diversas ações nas principais cidades, a Guerrilha do Araguaia. O palco foi a região conhecida como Bico do Papagaio na divisa dos estados do Pará e Goiás (no norte do estado, hoje Tocantins) e foi combatida pelas Forças Armadas de 1972 a 1974. A ocupação começara anos antes, em 1967, por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁹¹.

Foi uma fase de radicalização, no campo e na cidade, por parte dos movimentos de esquerda. A resposta do governo foi a violência de Estado, respaldada pelo AI-5.

4.1.2.1 Com a economia mais aberta, o regime fechava-se

Entre 1968 e meados dos anos 1970 duas imagens tornaram-se características nas descrições da conjuntura brasileira: o *milagre econômico* e os *anos de chumbo*. Apesar de imprecisas, elas podem ajudar a compreender o sentido das elaborações da *Economist* nesse período. Uma dessas ideias, a do *milagre* foi francamente assumida pela publicação e demonstra a centralidade das questões econômicas.

Por outro lado, num período histórico coincidente, houve a supressão quase absoluta dos direitos, garantias e liberdades individuais. A Anistia Internacional avaliou que por pelo menos seis anos a polícia e o exército tiveram carta branca para tratar os militantes de

⁹⁰ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987. Foram libertados: Agonalto Pacheco, Flávio Tavares, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti, José Dirceu, José Ibrahim, Leonardo Rocha, Luís Travassos, Maria Augusta Carneiro, Mário Zanconato, Onofre Pinto, Ricardo Vilas Boas, Ricardo Zaratini, Rolando Fratti e Vladimir Palmeira.

⁹¹ POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

esquerda com a crueldade que achavam necessária⁹². Entretanto, essa dimensão talvez não tenha merecido tanta atenção da publicação.

Para a *Economist* a situação política do Brasil estava muito ruim. A causa: ações terroristas e enfrentamentos entre a polícia e os estudantes em protesto. Citava o *Jornal do Brasil* que dizia que o direito à desordem não estaria incluído nos direitos humanos e que as manifestações não tinham apoio dos trabalhadores⁹³. Não mencionou o fato de que, mesmo no ambiente hostil da ditadura, em 1968, houve dois movimentos grevistas, o de Contagem e o de Osasco, citados anteriormente.

Voltou a insistir na ausência das massas trabalhadoras nas manifestações e aproveitou para tratar pejorativamente os intelectuais da esquerda: “Missing so far from all the open dissent are the workers, ‘the people’, the one element which could perhaps start the quebra-quebra, the wholesale rioting which theorists of the left, whisky in hand, have been predicting for many months”⁹⁴. O mesmo artigo diz que Márcio Moreira Alves estava sendo acusado por insultar as Forças Armadas em seus discursos no Congresso Nacional e que o Supremo Tribunal Federal (STF) analisava o pedido para que o deputado tivesse a sua imunidade cassada.

Todavia, o elemento em que mais se nota uma mudança de tom é quando a revista trata da censura. Assim, argumentou que a “revolução” de 1964 voltava às suas origens autoritárias quando colocava os correspondentes internacionais sob vigilância para que transmitissem apenas notícias favoráveis ao governo⁹⁵. Atacar a liberdade de expressão era uma afronta aos valores fundamentais do liberalismo.

Conquanto, continuasse ressaltando os bons resultados da política econômica: “The pity of it is that this latest evidence of the intolerant core of the regime obscures the administrative and financial benefits which the military revolution had brought to Brazil”⁹⁶.

Daí em diante, na *Economist*, o endurecimento do regime não foi enfaticamente criticado. Parece que o primeiro impacto do AI-5, da censura e das denúncias de tortura foram sentidos, mas isso muda consideravelmente nos anos seguintes. A consolidação dos índices de crescimento e a abertura da economia sobrepuseram-se às críticas mais contundentes, repetindo-se o que aconteceu logo após o golpe.

⁹² POWER, Jonathan. **Amnesty International: the human rights story**. Oxford: Pergamon Press, 1981. p. 93.

⁹³ Change can only be for the worse. 16 nov. 1968. p. 31 e ss.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Let democracy wait. 4 jan. 1969. p. 22. A revista também critica a prisão do jornalista Alberto Dines do *Jornal do Brasil*.

⁹⁶ The gnat that stung Brazil into a spasm. 21 dez. 1968. p. 16.

Como um sinal disso, a palavra ditadura aparece poucas vezes. A primeira delas na seguinte passagem: “Brazil is settling down after last month’s sudden return to dictatorship, when President Costa e Silva prorogued the national congress indefinitely and returned to rule by decree”⁹⁷. A impressão que se tem é que o Brasil não vivera um regime ditatorial antes do AI-5. Mas, havia justificativa para o endurecimento:

And since President Costa e Silva’s ‘humanization’ had been accompanied by growing unrest, student violence, attempted strikes, the emergence of left wing priests by the score, the revival of noisy political opposition and other signs of ‘indiscipline’, the radical military had become more and more certain that the revolution was being undermined⁹⁸.

Durante o governo Costa e Silva, a censura, a radicalização do regime e a perda dos direitos políticos, pelo período de dez anos, de deputados federais, estaduais, prefeitos, juízes, oficiais da reserva e jornalistas foram noticiadas como uma marcha à direita, assim como o método de eleição indireta estendido para governadores e prefeitos⁹⁹.

Em meados de 1969, o adoecimento do presidente e a gravidade da situação foram escondidos pelo governo brasileiro até quando possível tanto que a *Economist* tratou da sua rápida recuperação: “On Wednesday morning the three ministers paid their first call on President Costa e Silva, who is receiving physiotherapy and reported to be recovering fast”¹⁰⁰.

Como vimos, um dos fatos mais notáveis desse período foi o sequestro do embaixador americano. O periódico defendeu o governo dizendo que apesar da vitória dos revolucionários, esses eram fracos para ameaçar o regime e que a violência não havia aumentado. Assinalava que: “[...] after Stalin and Hitler, no Latin American strongman can fit the term ‘dictator’”¹⁰¹. Os grupos de esquerda eram pouco coesos, pequenos e agiriam sem coordenação: “Now, when you analyse the activities of the revolutionary left in Brazil since 1964, the reasons for its eventual collapse become obvious”¹⁰².

Para a *Economist*, os atos institucionais publicados depois do sequestro, o AI-13 e o AI-14, eram provas do endurecimento do regime. A essa crítica soma-se importante denúncia dos esquadrões da morte: “The notorious ‘deathsquads’ which have been summarily

⁹⁷ Let democracy wait. 4 jan. 1969. p. 22. Só aparece de novo em 1976.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 22.

⁹⁹ By the right, quick march. 17 mai. 1969. p. 39 e ss.

¹⁰⁰ Thunder and flowers. 13 set. 1969. p. 36.

¹⁰¹ Year of the Guerrilla (ed.). 13 set. 1969. p. 16 e ss.

¹⁰² Where is the revolution? 2 set. 1972. p. 71 e ss. Cf. Death of a guerrilla. 25 set. 1971. p. 45. Quando tratava da desarticulação da esquerda, a revista referia-se às mortes dos líderes Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969, Joaquim Câmara Ferreira, em 23 de outubro de 1970 e Carlos Lamarca em 17 de setembro de 1971.

executing hardened criminals for years are evidence that absence of the death penalty need not mean an absence of blood-letting”¹⁰³.

A Guerrilha do Araguaia surpreendeu a publicação. Esta sustentou que poucos estrategistas acreditavam na possibilidade de uma guerrilha na floresta, mas que esta foi “[...] the only significant terrorist action in Brazil”¹⁰⁴.

4.1.3 A *Economist* e a violação dos direitos humanos

Assim como o *milagre econômico* tem o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a abertura da economia como pontos focais os *anos de chumbo* são marcados pela temática dos direitos humanos.

É crucial compreender como a revista se posicionou sobre as violações dos direitos humanos. No início dos anos 1970, o caso brasileiro foi o de maior repercussão internacional. Não só a imprensa estrangeira, mas organizações de defesa dos direitos humanos tinham seus olhos voltados para a ditadura militar que se instalara em 1964. Acredita-se que a *Economist* mesmo tendo se manifestado algumas vezes optou por não dar destaque ao tema. Para isso, nesta seção será estabelecido um contraponto com a cobertura feita por outros veículos da mídia impressa com foco especial no *The Times*, tradicional jornal inglês, de viés moderado.

Na conjuntura interna, às ações da esquerda correspondia uma reação desproporcional do regime. O aparato do Estado concentrava-se na captura, tortura e posteriormente na eliminação dos opositores. Não houve nenhuma sutileza na repressão. Como vimos, o AI-5 dava a sustentação legal que a ditadura militar precisava e a partir daí desenvolveu-se também a estrutura logística e institucional da tortura.

Em 1970, o presidente Médici e o ministro do Exército Orlando Geisel criaram o Sistema de Segurança Interna (Sissegint). Cada uma das Zonas de Defesa Interna, equivalentes ao I, II, III e IV Exércitos, ganhou um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Em maio, começaram a funcionar os primeiros Destacamentos de Operações de Informação (DOI), a princípio em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília, eram os braços operacionais do Sissegint¹⁰⁵. Com isso estabelecido é difícil negar que a tortura tenha sido

¹⁰³ Thunder and flowers. 13 set. 1969. p. 36. Mesmo assim, a *Economist* continua a tratar as ações da esquerda como terrorismo. Por exemplo: Balance of terror. 21 mar. 1970. p. 32.; Who are the terrorists now? 6 dez. 1969. p. 41.

¹⁰⁴ Where is the revolution? 2 set. 1972. p. 71 e ss.

¹⁰⁵ Depois se instalam em Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Belém e Fortaleza. Cf. GASPARI, 2002.

uma prática sistemática e institucionalizada. Somam-se os treinamentos feitos por oficiais principalmente na Escola da Américas, no Panamá, mas também em países como a França e a Inglaterra¹⁰⁶. Anos depois, o próprio Geisel admitiu o uso da tortura e o treinamento dos torturadores no exterior. Em conversa com Golbery relatada por Gaspari:

Golbery: Mas para começo de conversa? Começam a torturar; para depois então conversar, quebrar o moral do sujeito.

Geisel: É o tal do troço inglês... Foram lá na Inglaterra e estudaram o troço do inglês¹⁰⁷.

Nesse sentido, vale destacar, mais uma vez, as palavras de Gaspari: “[...] o regime fazia da tortura de presos seu instrumento primordial de investigação, vangloriava-se de seus resultados e não pretendia mudar de posição”¹⁰⁸.

Os anos em que o Brasil esteve sob o comando de Médici foram os mais brutais em termos de torturas, desaparecimentos, assassinatos e outras violações dos direitos humanos. De acordo com o relatório “Brasil Nunca Mais”, entre 1964 e 1968 foram feitas, às Cortes Militares, 488 denúncias de tortura e, apenas em 1969 foram 1027¹⁰⁹. De 1970 a 1973 foram registradas outras 3479 denúncias¹¹⁰. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) apurou que de 1964 ao final de 1969 foram 61 mortos, de 1970 até o final de 1973 são 76. O número de desaparecimentos sobe muito. De 1964 a 1969 são 12, já de 1970 a 1973 são 142. Os números de desaparecimentos continuam altos em 1974, 53¹¹¹.

O discurso do governo era que a polícia agia na medida necessária para acabar com as ações terroristas. As declarações de Médici: “Eu acabei com o terrorismo nesse país” e de Geisel “Era essencial reprimir” e “Acho que a tortura em certos casos, torna-se necessária, para obter confissões” citadas por Gaspari deixam claro que a atitude e o comando, eram

¹⁰⁶ Para o treinamento de oficiais na Inglaterra Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. **Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)**. 2015. 234 p. Tese (Professor Titular). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos

¹⁰⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 380. Conversa de Geisel com Golbery, 19 de fevereiro de 1974. APGCS/HF, nota 18.

¹⁰⁸ GASPARI, 2002. p. 260.

¹⁰⁹ Ibid., p. 159.

¹¹⁰ ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985.

¹¹¹ BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade: Mortos e desaparecidos maio de 1974 - outubro de 1985**. 2014. v. 3. p. 487 e ss. Existem ainda 6 casos de desaparecidos entre 1971 e 1975 que a CNV lista separadamente. São eles: Divo Fernandes D’ Oliveira (PCB) (desaparecido em 1964-1965), Israel Tavares Roque (PCB) (desaparecido entre 1964 e 1967), Boanerges de Souza Massa (MOLIPO) (desaparecido em 1971-1972), Amaro Felix Pereira (PCR) (desaparecido em 1971-1972), Tobias Pereira Júnior (PCdoB) (desaparecido em 1973-1974), Líbero Giancarlo Castiglia (PCdoB) (desaparecido em 1973-1974), Orlando Momente (PCdoB) (desaparecido em 1973 ou 1974) e João Leonardo da Silva Rocha (MOLIPO) (desaparecido em 1974-1975).

outros¹¹². O AI-5 dava a liberdade que os oficiais precisavam, a suspensão do direito ao *habeas corpus* e outras medidas do ato permitiram que violações aos direitos humanos acontecessem constantemente.

Foram relatados milhares de casos no Brasil e no exterior. O de maior repercussão foi o de Vladimir Herzog. Ele era diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo e havia suspeitas de sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Convocado a prestar esclarecimentos, apresentou-se voluntariamente no DOI em São Paulo, em 25 de outubro de 1975 e na mesma noite o Departamento informou que ele tinha se enforcado com a própria gravata¹¹³. A versão do suicídio foi profundamente contestada e o presidente solicitou que fosse instaurado um Inquérito Policial Militar para investigar as circunstâncias da morte. Na história da Anistia Internacional o episódio é resumido da seguinte forma:

Vladimir Herzog, was summoned to appear at the military intelligence headquarters in São Paulo. Within hours of presenting himself, he was dead. The official verdict was that he had taken his life by hanging. A death certificate gave the cause of death as suicide. Much later the doctor who signed it admitted he had never seen the body. In October 1978 a São Paulo federal judge ruled that the Brazilian government was responsible for the death of Mr Herzog¹¹⁴.

Herzog era o 38º “suicida” do regime, o 18º que teria se matado enforcado e o nono a fazê-lo sem vão livre. Manoel Fiel Filho somava-se a esses números no início do janeiro seguinte¹¹⁵.

Na *Economist*, no final de 1969, a palavra tortura foi mencionada pela primeira vez: “At last there are signs that the as yet unmentioned subject, the torture of political prisoners, is getting under the uniformed skins of Brazil’s leaders”¹¹⁶. O mesmo artigo reproduz uma notícia da revista *Veja* que dava conta de que Médici havia ordenado o fim dos métodos violentos de repressão. Sabe-se, no entanto, que essa nunca foi a real intenção do presidente.

Tanto o *Daily Telegraph* quanto o *Times* já tinham noticiado que o tratamento dos presos políticos no Brasil envolvia a tortura. Este publicara um depoimento de Onofre Pinto:

¹¹² GASPARI, 2002. p. 17, p. 18 e p. 37. As fontes citadas são a entrevista do ex-presidente Emilio Garrastazú Médici ao jornalista Antônio Carlos Scartezini, em Scartezini, Segredos de Médici, p. 36 e Maria Celina d’Araújo e Celso Castro (orgs.), Ernesto Geisel, p. 223-4; 225. Notas 1 e 2 do capítulo: A praga; e nota 1 do capítulo: A dor.

¹¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

¹¹⁴ POWER, 1981. p. 103.

¹¹⁵ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 224.

¹¹⁶ Who are the terrorists now? 6 dez. 1969. p. 41. Acredita-se que um dos textos inaugurais da cobertura internacional sobre a tortura no Brasil seja o editorial do *New York Times*, de 4 de janeiro de 1969, intitulado “Latin America’s Jailed News”.

“I have been tortured by beatings and electric shocks applied to all parts of my body. This is the standard treatment of political prisoners in Brazil”¹¹⁷.

Para a revista, a imprensa local referia-se timidamente à tortura, enquanto os jornais britânicos e franceses, principalmente, publicavam detalhes como os nomes dos estudantes, suas atividades políticas, informações sobre padres torturados e algumas vezes mortos. Adiciona que o governo se defendia apontando que os correspondentes internacionais eram manipulados pelos militantes da esquerda. No entanto, concluía, era muito improvável que as notícias publicadas na Europa não fossem verdadeiras¹¹⁸. A *Economist* não entendia a tortura como uma prática sistemática do Estado brasileiro. Foi sempre tratada como um excesso, um incidente ou algo excepcional.

Mesmo as sevícias praticadas contra religiosos e religiosas, que despertaram a atenção da revista, foram noticiadas como situações isoladas. O caso emblemático é o de Madre Maurina, de Ribeirão Preto, os suplícios sofridos pela freira foram os primeiros a aparecerem no semanário, mas como um incidente:

In November the police announced the smashing of a plot in Ribeirão Prêto [...]. The most spectacular feature, was the alleged involvement of a nun Mother Maurina Borges, in the conspiracy. Church sources said that she had been tortured with electric shocks, whereupon the archbishop of Ribeirão Prêto excommunicated the city's two senior police officers and denounced brutality towards other prisoners, including priests.
This incident came closely after the sensational implication of Dominican friars in Sr Mariguella's murder¹¹⁹.

Em 1969, a tortura de membros da Igreja Católica também foi noticiada por outros veículos da imprensa inglesa. Mas, foi *apenas* nessas circunstâncias que a *Economist* publicou algo sobre o tratamento dos presos políticos. O comportamento do *The Times* é diferente. Depois de já ter publicado as declarações de Onofre Pinto veiculou uma notícia sobre torturas sofridas pelos estudantes Luís Medeiros de Oliveira e Elenaldo Celso Teixeira em Recife: “According to documents from Brazil reaching Europe, they were tortured for six days, during which they were moved to 10 different police stations”. Os presos teriam sido

¹¹⁷ RICHARD, Wigg, JUAN DE, Onis e LOUIS, Heren. Brazil rebels set free US Ambassador. *The Times*, 8 set. 1969. p. 1. Onofre Pinto foi sargento do Exército e teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro AI ainda em 1964. Foi fundador e dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Preso em 2 de março de 1969 foi um dos libertados no sequestro do embaixador americano. Depois de viver exilado no México, em Cuba, no Chile e Argentina, volta ao Brasil a fim de organizar uma guerrilha na região sul. No dia 13 de julho de 1974 foi preso numa emboscada em Foz do Iguaçu e morto sob tortura. O corpo de Onofre Pinto ainda não foi localizado. Cf. BRASIL, 2014. v. 3. 1705 e ss.

¹¹⁸ Who are the terrorists now? 6 dez. 1969. p. 41.

¹¹⁹ Ibid., p. 41. (grifos meus).

transferidos ainda para um hospital, quando já estavam em coma. Dom Helder Câmara (arcebispo de Recife) chegou a visitar Oliveira na prisão¹²⁰.

The Times tratou a tortura como algo sistemático. Apesar de também ressaltar o caso de Madre Maurina, o jornal assinalou, em mais de uma ocasião, que os maus tratos a presos políticos não eram pontuais:

By November, 19, possibly 30 priests and other members of religious orders were detained. Although torture is a commonplace in Brazil and the torture of priests not exceptional, says *Herder Correspondence*, the torture of a nun apparently represents a new low; Sister Maurina Borges Silveira, charged with letting guerrillas use her convent, was given electrical shock torture. [...] Informed Brazilians know that torture of political prisoners is used systematically by military police to obtain information¹²¹.

O jornal também noticiou que o General Médici havia proibido a tortura, mas o tom deste em relação às ações da esquerda é bastante diferente daquele que observamos na revista:

It has been in the name of social justice that Brazilian lawyers, journalists, bank clerks, Roman Catholic priests, former officers and N.C.O.s¹²² but above all, students of both sexes, have taken during the past year to conspiring as the only way left to oppose the military regime¹²³.

Seguindo essa linha, *The Times* deixou de tratar os militantes de esquerda como terroristas já em 1970¹²⁴. No editorial “Torture in Brazil” mencionou que o assassinato de um dos assistentes de Dom Helder Câmara teria sido cometido por gangues “terroristas de direita”. Para o jornal: “Torture has been used not merely against the violent urban guerrillas operating in cities such as Rio and São Paulo but against all manner of intellectuals whose loyalty was at all suspect”¹²⁵.

Por outro lado, na *Economist*, o sequestro do Cônsul Geral do Japão foi noticiado no artigo “Balance of *terror*”. Em função dele, foram libertados cinco presos políticos, entre eles

¹²⁰ A, Special Correspondent. Torture of political prisoners in Brazil. **The Times**, 21 nov. 1969. p. 6. Na ocasião, o religioso enviou uma carta ao governador de Pernambuco, Nilo Coelho, intitulada “Em defesa da pessoa humana” em que denunciava as torturas sofridas pelos estudantes. Cf. CAMARA, Dom Hélder e LAMARTINE, José. Em defesa da pessoa humana. Dom Hélder pastor da liberdade - website s/ano. Disponível em: < <http://www.pe-az.com.br/dh/1969.htm> >. Acesso em: 13 out. 2014.

¹²¹ PHS. The Times Diary. **The Times**, 22 jan. 1970. p. 10. *Herder Correspondence*, citada no trecho, era uma revista católica publicada mensalmente.

¹²² NCO é a sigla para Non-Commissions Officers que seria o equivalente a suboficiais no Brasil.

¹²³ RICHARD, Wigg. Brazil reign of terror. **The Times**, 4 fev. 1970. p. 7. Ao contrário da *Economist*, no *The Times* a maioria das matérias é assinada.

¹²⁴ Havia usado a palavra terrorista para se referir aos sequestradores do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, no artigo “Brazil rebels set free US Ambassador”, de 8 de setembro de 1969.

¹²⁵ Torture In Brazil. **The Times**, 28 mai. 1970. p. 11.

Madre Maurina, e Mário “Japa”¹²⁶. A revista admitiu o uso de métodos violentos de interrogatório de presos comuns e a extensão desses a presos políticos, mas não a sistematicidade das práticas e nem a responsabilização do Estado por elas¹²⁷.

Não só a imprensa estrangeira começava a dar maior atenção ao que vinha acontecendo em relação ao desrespeito dos direitos humanos, mas organizações internacionais também voltavam seus olhares para o tema. Foi o caso da Comissão Internacional de Juristas que publicou o relatório “Police Repression and Tortures Inflicted upon Political Opponents and Prisoners in Brazil”¹²⁸, baseado nas denúncias dos quarenta prisioneiros libertados no sequestro do embaixador alemão. Para James Green:

Significantly, the report argued that the practice of the premeditated infliction of pain was ‘systematic and scientific’. The document detailed how medical practitioners had collaborated in this effort: ‘By administering medicines and injections, they deprive the prisoner of the benefit of unconsciousness and allow the torturers to go on for several consecutive hours’¹²⁹.

Esse relatório foi objeto de uma importante reportagem do *The Times* assinada por Alan McGregor. Segundo a reprodução feita pelo jornal de alguns trechos do relatório, a tortura, no Brasil, foi uma prática dos órgãos responsáveis por manter a ordem, desenvolvida de maneira sistemática e científica. Além de dizer que:

According to the ICJ the report is based on documents smuggled out of gaols and concentrations camps, evidence from visitors to Brazil, and details provided by the group of political prisoners exchanged last June for the kidnapped West Germany Ambassador who are now in Algiers¹³⁰.

The Times citou ainda a atuação dos médicos e mencionou os principais tipos de sevícias, o estupro de mulheres, a tortura de crianças e a privação de água e sono. No dia seguinte, publicou a resposta das autoridades brasileiras. Nela, o então ministro da Justiça Alfredo Buzaid negou que existissem presos políticos e anunciou que o governo criaria um escritório para contra-atacar as críticas internacionais, uma vez que estava sendo vítima de difamação internacional¹³¹.

¹²⁶ O nome verdadeiro de Mario Japa era Shizuo Ozawa.

¹²⁷ Balance of terror. 21 mar. 1970. p. 32. O termo terrorismo foi usado para designar as ações da esquerda até 1980. Cf. *Guns on the streets* (ed.). 30 ago. 1980. p. 10 e ss.

¹²⁸ Em 22 de julho de 1970. De acordo com J. N. Green, a Comissão Internacional de Juristas é uma organização não-governamental, sediada em Genebra, com *status* consultivo na UNESCO.

¹²⁹ GREEN, James Naylor. **We cannot remain silent: opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States**. Durham, N.C. ; London: Duke University Press, 2010. p. 208.

¹³⁰ MCGREGOR, Alan. Report on Brazil tortures. **The Times**, 23 jul. 1970. p. 4.

¹³¹ Brazil denies torture story. **The Times**, 24 jul. 1970. p. 4.

Na *Economist* a única referência ao relatório aparece na seguinte frase: “A report by the International Commission of Jurists in Geneva painted a *ghastly* picture of torture as a political weapon in Brazil”¹³². Comunica-se no mesmo artigo a decisão do presidente Médici de investigar os esquadrões da morte e nada sobre o conteúdo do relatório foi noticiado.

A tortura voltou a ser mencionada na publicação em um artigo de 1971 que descrevia que os membros do movimento de trabalhadores rurais do Nordeste haviam denunciado alguns casos¹³³. A partir daí, a maioria das referências que a revista faz aos flagelos concentra-se na cobertura da postura assumida por setores da Igreja Católica Brasileira que denunciavam violações dos direitos humanos, da crise em torno da morte do jornalista Vladimir Herzog em 25 de outubro de 1975 e nas notícias sobre o ponto de vista do governo Carter em relação aos direitos humanos, a partir de 1977. Ou seja, a tortura por si só, de cidadãos comuns, não ocupou as páginas da revista inglesa.

Porém as violações dos direitos humanos continuaram a ser um tema muito importante internamente e para a opinião pública internacional. Pouco tempo depois que a revista publicou o primeiro *survey*¹³⁴ sobre o Brasil em 1972, a Anistia Internacional propalou o “Report on allegations of torture in Brazil”¹³⁵.

De acordo com Green, antes do Dossiê, logo no início de setembro de 1972, a Anistia Internacional lançou dois relatórios menores, um incluía o nome de 1081 vítimas de tortura e o segundo listava os torturadores¹³⁶. Estes foram objeto de uma reportagem do *The Times* que cita o advogado francês M. Georges Pinet: “In Brazil torture is not the expression of a passing crisis or a single scandalous phenomenon, but it is an integral part of the political system which affects a growing proportion of the population”¹³⁷.

Na revista nada foi publicado sobre os documentos apresentados pela Anistia Internacional. E assim segue até 1974. O tema da tortura desaparece, o que não acontece em

¹³² Killers in uniform. 8 ago. 1970. p. 34 e ss. (grifos meus).

¹³³ Those without hope. 23 jan. 1971. p. 34.

¹³⁴ *Surveys* são reportagens especiais feitas pela revista, com encarte e paginação próprios. O *survey* de 3 de setembro de 1972 tinha o título “The moving frontier – a survey of Brazil” e contava com 25 artigos distribuídos em oitenta páginas, boa parte delas com propagandas de empresas brasileiras convidando o investidor internacional a apostar no Brasil. A editoria coube a Robert Moss que foi correspondente especial da *Economist* entre 1970 e 1980.

¹³⁵ Desde 1970, a Anistia Internacional tentava investigar as denúncias de violação dos direitos humanos. Nesse ano, enviou uma delegação à embaixada do Brasil em Londres e manifestou preocupação com as constantes denúncias de tortura. O pedido foi recusado e a resposta do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa foi que se o Brasil, um dia desse acesso à comunidade internacional a assuntos que interessam apenas à jurisdição interna, isso seria feito através da Organização das Nações Unidas (ONU) e, não, para a Anistia Internacional. Mesmo com as negativas de acesso, a investigação continuou, recorrendo principalmente a informações ofertadas por exilados e pela Igreja. Cf. POWER, 1981.

¹³⁶ GREEN, 2010. p. 285.

¹³⁷ CLIFFORD, Longley. Amnesty report names Brazilian 'torturers'. *The Times*, 6 set. 1972. p. 6.

outros veículos da mídia inglesa. No *The Times*, entre 1973 e 1974 cerca de duas dezenas de artigos abordaram a temática. O mesmo pode ser visto no *The Guardian*¹³⁸.

Por exemplo, o desaparecimento da professora da Universidade de São Paulo Ana Rosa Kucinski Silva mobilizou vários veículos da imprensa internacional. Nos Estados Unidos, há registros de notícias no *New York Times* e no *Washington Post*. No Reino Unido, o *The Guardian* noticia a busca feita pelo pai e pelo irmão de Ana Rosa, Bernardo Kucinski e chama os desaparecimentos no Brasil de *epidemia*. O *The Times* publica a carta de Christopher Roper feita a pedido de Kucinski, intitulada “Life in Brazil” e assinada por outras nove pessoas¹³⁹.

Na *Economist*, foi apenas a morte de Vladimir Herzog que fez o tema reaparecer:

A well-known Brazilian television journalist, Vladimir Herzog, was found hanging in a room in the São Paulo military headquarters with his feet still on the ground; military police lamely explained that he had confessed to being a communist and committed suicide¹⁴⁰.

Podemos dizer que o caso Herzog despertou a publicação. “Strange suicides” é o primeiro artigo em que se eleva o tom da crítica: “Deaths by torture are usually disguised as road accidents or attempted escapes”¹⁴¹. A versão oficial apareceu contestada e chamou-se a atenção para um novo caso na mesma delegacia. Concluiu: “The treatment of political prisoners, usually accused of links with the banned Communist party, remains the most conspicuous boil on Brazil’s body politics”¹⁴². Mesmo assim, elogiou a postura de Geisel, sua preocupação com abusos do Segundo Exército e a consequente demissão do General D’Ávila Melo.

A excepcionalidade da cobertura dada ao caso Herzog fica patente quando se contabiliza que apenas um dos trinta artigos do *survey* de 1976¹⁴³ mencionou os casos de

¹³⁸ Por exemplo: GRAHAM R, Stephens. Prevalence of torture. **The Times**, 6 mar. 1973. p. 17.; Bishops denounce Brazil's regime as oppressive. **The Times**, 19 mai. 1973. p. 4.; The Pope's plea to Brazil on human rights. **The Times**, 29 ago. 1973. p. 3.; Growth And Repression In Brazil. **The Times**, 16 jan. 1974. p. 13.; British journalist rejects Brazilian charges. **The Times**, 5 out. 1974. p. 7. No *Guardian*: ROPER, Christopher. Crisis building in Brazil. **The Guardian**, 12 mai. 1973. p. 3.; 'Torture, murder, hunger' in Brazil. **The Guardian**, 19 mai. 1973. p. 3.; KEATLEY, Patrick. Brazilian rebels 'tortured after being abducted'. **The Guardian**, 19 fev. 1974. p. 2.

¹³⁹ ROPER, Christopher. Plea for people who vanish in Brazil. **The Guardian**, 17 ago. 1974. p. 3; ROPER, Christopher et al. Life in Brazil. **The Times**, 5 fev. 1975. p. 15.

¹⁴⁰ We set the rules. 13 dez. 1975. p. 58.

¹⁴¹ Strange suicides. 31 jan. 1976. p. 53.

¹⁴² Ibid. O artigo referia-se a morte de Manoel Fiel Filho.

¹⁴³ O título do *survey* é “Change in Direction: a survey of Brazil”. A reportagem especial contou com 64 páginas, assim como no *survey* de 1972, boa parte delas dedicadas a propagandas de empresas brasileiras abertas ao investimento estrangeiro. Foi realizado sob a editoria de Robert Harvey que foi diretor assistente da *Economist* e é político do Partido Conservador Britânico.

desrespeito aos direitos humanos. Neste, o Segundo Exército foi tido como um dos maiores centros de tortura, responsável pelas mortes do jornalista e de Manoel Fiel Filho. Calculava ainda cerca de mil presos políticos conhecidos e cerca de outros mil que nunca foram divulgados oficialmente.

Ainda nesse artigo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury apareceu pela primeira vez na revista, Segundo esta, ele pertencia às forças de segurança de Niterói¹⁴⁴. Além disso, afirmou que os centros de tortura teriam sido deslocados para o interior, com o objetivo de burlar a reprovação da prática pelo presidente¹⁴⁵. No texto, mais um exemplo de como o discurso de que a tortura era realizada contra o comando central foi absorvido:

One member of the security forces in Niteroi, Sergio Paranhos Fleury, has been indicted on 22 charges of murder, without a single case ever being brought to court, usually for lack of witnesses [...] opposition reports suggest that the torture centres have been moved out of the major cities, from under the disapproving eye of the president, to remote locations of the country¹⁴⁶.

No *survey* de 1979¹⁴⁷, a tortura foi mencionada numa referência aos anos mais severos:

Student pseudo-revolution and urban guerrilladom then spread across Latin America.
It was met in Brazil in 1968-1973 by deterrent torture (putting students briefly into prison and given them a few weeks of a rather worse time than fags had in minor British public schools in the 1930s, so that Brazilian students then did not want to be imprisoned again) and by much crueller investigative torture (so that those with information about urban guerrillas quickly squealed)¹⁴⁸.

Nos editoriais, a primeira referência à tortura acontece apenas em 1980. Mesmo trazendo, finalmente, o assunto para a seção mais importante da revista, o que se pode verificar foi que ele veio associado à ideia de que as organizações que lutaram contra a ditadura no Brasil praticaram terrorismo:

¹⁴⁴ Apesar de ter nascido em Niterói em 19 de maio de 1933, Fleury não atuou na cidade. Foi delegado em São Paulo e algumas vezes colaborou com as forças repressivas do Rio de Janeiro, inclusive no episódio do assassinato de Carlos Marighella, mas nunca esteve lotado em Niterói. O regime era absolutamente conivente com o delegado. Em 1973, sua prisão preventiva foi decretada como suspeito de cerca de 20 assassinatos. Para que ele fosse solto, providenciou-se uma mudança no Código de Processo Penal (CPP). A Lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973, que alterava os artigos 408, 474, 594 e 596 do CPP ficou conhecida como Lei Fleury.

¹⁴⁵ Essa é provavelmente uma referência aos centros clandestinos de Petrópolis (Rio de Janeiro) e Itapevi (São Paulo).

¹⁴⁶ You won't budge us. 31 jul. 1976. p. 45 e ss.

¹⁴⁷ De 4 de agosto de 1979. Intitulado "Oh Brazil: a survey" tem 22 páginas, nove delas compostas por anúncios. Norman Macrae foi o responsável pela reportagem especial e era subeditor da *Economist* na época, tendo trabalhado na revista de 1949 a 1988.

¹⁴⁸ The importance of not being Ernesto. 4 ago. 1979. p. 4 e ss.

Many Latin American countries (Uruguay, Argentina, Bolivia, Brazil) have discovered that terrorism can be virtually stamped out if the security forces are given a free hand. When the police can control people's movements, search buildings at will, round up suspects and torture them, and put pressure on their relatives and friends, fear soaks up terrorism support. But the price of a no-holds-barred struggle is large¹⁴⁹.

Era de se esperar que encontrássemos mais referências à tortura nos artigos e reportagens do que nos editoriais, não só devido ao maior número de textos selecionados para essa pesquisa, mas também pela maior liberdade que há para os articulistas, mas o total silêncio da seção de 1964 a 1980 deve ser ressaltado.

Entretanto, é preciso lembrar que na *Economist* não existem matérias assinadas, a não ser aquelas nos *surveys*. Dessa forma, é difícil separar a opinião da revista e a opinião do autor. Dito isso, nota-se que a crítica à tortura está longe de ser dominante, mesmo que viesse a mencionar o alto preço pago pelo governo ao aplicá-la. O periódico não se furta a opinar em outros tipos de questão, principalmente econômicas, mas aparece pouco quando o assunto é o desrespeito aos direitos humanos.

Essa postura é ainda mais notável quando olhamos para o que foi publicado na revista e fazemos o contraponto com o *The Times*, por exemplo. Um jornal, bastante tradicional e com uma perspectiva talvez mais moderada deu destaque muito maior às violações dos direitos humanos no Brasil. Acredita-se que esta foi uma escolha da *Economist*, deixar de noticiar essas situações sempre que possível, contribuiria para a formação de uma imagem mais positiva do país, atrativa para os negócios.

4.1.3.1 A *Economist* e as violações de direitos humanos que envolviam a Igreja Católica

As relações entre o Estado e a Igreja são relevantes na nossa análise, não apenas porque a Igreja Católica sempre foi profundamente influente no Brasil - em 1964, apoiou majoritariamente o Golpe; mas com as denúncias de torturas e outras violações dos direitos humanos foi se afastando do poder central -, mas também porque sua vinculação com alguns setores da resistência é importante para a *Economist*. O elo de religiosos com organizações de esquerda adquiriu tamanha expressão que a ordem dos dominicanos chegou a ser considerada

¹⁴⁹ Into terrorist hands (ed.). 9 fev. 1980. p. 18.

base de apoio da Ação Popular (AP) pela Central Intelligence Agency (CIA) e o jornal o *Estado de S. Paulo* publicou um editorial em que solicitava sua expulsão do país¹⁵⁰.

A morte do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto marcou o fim das relações mais cordiais entre as duas instituições. A mobilização que se sucedeu ao assassinato, desde o velório até a missa de sétimo dia foi fortemente reprimida pelos militares e teve o apoio de vários setores do clero. Neste sentido, lembra Gaspari: “A erosão da estrutura institucional da sociedade brasileira chegara a um ponto em que só restava a Igreja como força política organizada capaz de se mobilizar em defesa dos direitos humanos”¹⁵¹.

As relações da Igreja com a ditadura militar estavam num momento de tensão. Houve várias prisões de religiosos, torturas e atentados como, por exemplo, o de 26 de outubro de 1968 quando a casa de Dom Helder Câmara, em Recife, foi alvo de uma saraivada de tiros, o que se repete em abril do ano seguinte. A perseguição culminou no assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, auxiliar do bispo, em 27 de maio de 1969¹⁵².

No final de outubro do mesmo ano, o delegado Fleury investigou a ligação de alguns membros da Igreja com líder de esquerda, Carlos Mariguella. Frei Ivo e Frei Fernando foram presos e levados para o Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) no Rio de Janeiro. O delegado os aguardava, no dia seguinte foram para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e dois dias depois o Convento das Perdizes foi invadido. O desfecho foi o assassinato de Carlos Marighella, considerado a maior vitória das forças de repressão¹⁵³.

Os relatos da tortura e da violência policial contra religiosos começam a ser frequentes fora do Brasil. Para Gaspari, uma carta assinada por 38 padres de Minas Gerais foi a primeira denúncia da tortura publicada no exterior. Foi enviada em julho de 1969 e publicada pela *Politique d’Aujord’hui*, revista católica francesa, em dezembro. Elencava os locais em que eram realizados os flagelos em Belo Horizonte e quais eram as técnicas mais comuns¹⁵⁴.

Em 1970, há uma sucessão de denúncias. Além de o cardeal canadense Maurice Roy apresentar dossiês sobre torturas aplicadas nas prisões, o Papa Paulo VI recebeu Dom Hélder Câmara no Vaticano. No dia 25 de março, em pronunciamento na Basílica de São Pedro, o Papa levantou a questão da tortura no Brasil: “Pela própria honra de algumas nações que nos

¹⁵⁰ GASPARI, 2002. p. 147. Sobre a relação da Igreja Católica com a ditadura no Brasil Cf. SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁵¹ GASPARI, 2002. p. 226.

¹⁵² Ibid., p. 251.

¹⁵³ Ibid., p. 151. Em 1971, o Centro de Informações do Exército (CIE) concede a Fleury a medalha de pacificador.

¹⁵⁴ Ibid., p. 273.

são queridas, só podemos desejar um desmentido de fatos nos casos de torturas policiais que lhes são atribuídas”¹⁵⁵. Em outubro, o Sumo Sacerdote manifestar-se-ia mais uma vez sobre o tema¹⁵⁶. E em novembro, Dom Paulo Evaristo Arns assumiu a arquidiocese de São Paulo. Havia uma nítida movimentação da Igreja Católica no sentido de oferecer sustentação às acusações de violação dos direitos humanos. Isso também mobilizou a imprensa internacional. O posicionamento da Igreja Católica Brasileira, através de Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Ivo Lorscheider e Dom Helder Câmara, foi importante na denúncia da prática de tortura. Os bispos tinham canal aberto com a mídia estrangeira e as denúncias levadas à frente por esta foram fundamentais para que a opinião pública internacional tomasse conhecimento do que acontecia aqui.

The Times contabilizava que até novembro de 1969 cerca de trinta membros da Igreja estariam presos¹⁵⁷. E faz duas referências à manifestação do Pontífice, na primeira: “The Pope today publicly denounced police torture and repression in a clear reference to events in Brazil”¹⁵⁸. E, depois de citar as denúncias feitas por Dom Helder, expôs, mais uma vez, a posição do Papa sobre a tortura: “[...] the pope, deploring international evils recently, quoting torture as one such – obviously with Brazil in mind”¹⁵⁹.

Para as autoridades brasileiras a opinião do Vaticano pareceu ter importado muito pouco. Em fevereiro de 1970, Frei Tito de Alencar foi levado à Operação Bandeirantes (OBAN), sofreu bárbaras torturas e protagonizou uma das mais tristes histórias do cárcere. A situação do frei foi noticiada na Europa e nos Estados Unidos. No *The Times*:

Another of those released, Senhor Octavio Angelo, a São Paulo mechanic, said he heard scream of young priests tortured at night in São Paulo gaols. ‘One of them, Friar Tito Alencar, who was in the cell near mine, tried to commit suicide by slashing his arm with a razor after he had been tortured for 72 hours with submersion in a bucket of water, electric shocks and no food’, Senhor Angelo said”¹⁶⁰.

Nos Estados Unidos, a revista *Look* publicava o artigo “Brazil: Government by torture” sobre as sevícias sofridas pelo religioso¹⁶¹. O discurso de Dom Helder Câmara em

¹⁵⁵ **Veja**, 8 abr. 1970, p. 30 apud *ibid.*, p. 279.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 308.

¹⁵⁷ PHS. *The Times Diary*. **The Times**, 22 jan. 1970. p. 10.

¹⁵⁸ PETER, Nichols. Pope attacks torture in Brazil. **The Times**, 26 mar. 1970. p. 5.

¹⁵⁹ Torture In Brazil. **The Times**, 28 mai. 1970. p. 11.

¹⁶⁰ RICHARD, Wigg. Nun accuses Brazilian police of tortures. **The Times**, 18 mar. 1970. p. 10.

¹⁶¹ GREEN, 2010. p. 165.

Paris também citou o caso: um dominicano teria tentado suicídio por não aguentar o suplício da tortura, o que se tornava regra entre os prisioneiros políticos, resumia o *Times*¹⁶².

A *Economist* não se pronunciou a respeito das declarações dos líderes católicos. Apontou apenas a divisão na assembleia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): de um lado, Dom Helder Câmara, crítico ao governo e de outro, o Cardeal Agnelo Rossi que classificou as críticas da imprensa estrangeira sobre a tortura como uma campanha de difamação capitaneada por certos veículos¹⁶³.

No *survey* de 1972, o periódico discutiu o papel da Igreja no artigo “Church Militant” em que analisou a postura de Dom Helder Câmara: “By aligning himself with the revolutionary left outside Brazil, he has lost credibility and influence within the church itself”¹⁶⁴. Avaliava que certos grupos eram críticos do regime militar, como Dom Ivo Lorscheider e Dom Paulo Evaristo Arns, mas que de outro lado, existiriam religiosos como Dom Eugênio Salles que preferiam não opinar sobre a tortura e tinham um diálogo amigável com as Forças Armadas.

Em 1973, mais uma vez, o Papa Paulo VI fez referências ao desrespeito dos direitos humanos. Numa audiência com o embaixador brasileiro para a Santa Sé, Antônio Borges Leal Castelo Branco, disse que o bem comum só poderia ser atingido se houvesse pleno respeito aos direitos humanos. O apelo do Pontífice foi noticiado pelo *The Times*: “The Pope, in a clear reference to allegations of torture and political repression in Brazil, today urged the Brazilian Government to respect human rights and ensure economic justice”¹⁶⁵. Como na primeira vez, nada foi comunicado na *Economist*. No entanto, no final da década, a revista destacou o posicionamento do Papa, mais conservador, João Paulo II. Para ele a Igreja na América Latina deveria levantar-se pelos direitos humanos, mas não assumir postura política¹⁶⁶.

O semanário optou, durante muito tempo, por não divulgar as denúncias de violação dos direitos humanos no Brasil. E aqui, mais importante do que averiguar o que a revista publicou é fazer notar o que ela escolheu não publicar. A menor ênfase na questão dos direitos humanos parece ser uma tendência, o que coincide com o período em que há notícias mais favoráveis sobre o *milagre econômico*. O que segue até pelo menos 1975, quando o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado, fato que provoca comoção internacional.

¹⁶² EDWARD, Mortimer. Brazilian prelate calls for 'violence of the peaceful'. **The Times**, 28 mai. 1970. p. 6.

¹⁶³ Down from the stratosphere. 20 fev. 1971. p. 36.

¹⁶⁴ Church militant. 2 set. 1972. p. 68 e ss.

¹⁶⁵ The Pope's plea to Brazil on human rights. **The Times**, 29 ago. 1973. p. 3.

¹⁶⁶ For God, not Pinochet or Marx (ed.). 3 fev. 1979. p. 14.

No contraponto principalmente com o *The Times*, mas também com o que foi possível visualizar em outros jornais, evidenciou-se que a *Economist* teve uma postura singular quanto à violação dos direitos humanos. Mostrou-se mais moderada nas denúncias, não assumindo, ao contrário do que acontece em outros tópicos, uma posição clara. Acredita-se que faz a opção de não dar relevo a esse assunto, pois economia, comércio e investimentos estavam acima das questões políticas. Em suma, direitos humanos não foram, à época, uma prioridade editorial.

4.1.4 O longo processo de abertura

Como a revista se posiciona sobre o processo de abertura política? Com a crise econômica os assuntos políticos passam a importar mais? As mudanças de governo e da equipe econômica, além das alterações conjunturais, mudaram a imagem do Brasil? Acredita-se que a linha editorial permanece a mesma e a partir daí pretendemos analisar como o processo de abertura foi noticiado pela *Economist*. No entanto, é preciso lembrar que o governo Geisel (março de 1974 a março de 1979) é só o início de um processo que ficou conhecido com abertura lenta, segura e gradual. Tanto em seu governo, como no governo Figueiredo (março de 1979 a março de 1985) as práticas da ditadura continuaram ativas.

Ernesto Geisel chegou a Presidência da República, assim como os seus antecessores, de forma indireta. Assumiu com o discurso da abertura e da descompressão. Esperava-se que a violência da repressão diminuísse e que torturas, mortes e desaparecimentos fossem controlados. Mas, não foi o que aconteceu, pelo menos nos dois primeiros anos. Em 1974, foram registrados 52 mortos e 52 desaparecidos. E, em 1975 os casos de tortura triplicam em relação ao ano anterior¹⁶⁷.

Nas eleições para o Congresso Nacional em 1974 contabilizou-se que o MDB, partido da oposição, tinha conquistado dezesseis das 22 cadeiras do Senado, com cerca de quatro milhões de votos a mais que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Além disso, tinha obtido a maioria no Legislativo de seis estados¹⁶⁸. O regime imaginava uma derrota menor, contava que perderia em São Paulo e no Rio Grande do Sul, mas não em estados como Minas Gerais, Paraná e Amazonas. Mesmo com o bom desempenho do MDB, o governo continuou a ter maioria na Câmara, muito embora, não dispusesse mais da maioria constitucional.

¹⁶⁷POWER, 1981. p. 98.; GASPARI, 2003. p. 389.; GASPARI, 2004. p. 162.

¹⁶⁸When losing is winning. 21 dez. 1974. p. 39. Cf. ALVES, 1989.

Para as eleições seguintes o governo não pretendia correr o mesmo risco. No mês de abril de 1977, usando as prerrogativas dadas pelo AI-5, Geisel fechou temporariamente o Congresso Nacional. Diversas propostas do governo não estavam sendo aprovadas diante da oposição exercida pelo MDB e da necessidade de maioria qualificada para se alterar a Constituição. O presidente decidiu que a melhor forma de aprovar uma reforma política que garantisse maioria para a ARENA era fechando as Casas Legislativas. Depois do *pacote de abril* a Constituição passou a poder ser alterada por maioria simples, o que garantiria ao governo a aprovação de seus projetos¹⁶⁹.

Nesse quadro, a sucessão estava praticamente decidida. Geisel já havia se referido ao nome de João Batista Figueiredo para ocupar o cargo e sua opção foi reforçada pelos resultados eleitorais de 1974. Figueiredo assumiu e já no primeiro ano de seu governo foi promulgada a Lei da Anistia¹⁷⁰. Dentro do processo de abertura é restabelecido o pluripartidarismo e em 1982 foram realizadas eleições municipais e estaduais. Apesar do cenário de descompressão, o governo Figueiredo apresentou intercorrências oriundas das correntes mais conservadoras das Forças Armadas. É o caso, por exemplo, dos ataques à bomba na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro em 27 de agosto de 1980 e no Rio Centro em 30 de abril de 1981.

Em 1984, mesmo com a enorme campanha pela realização de eleições diretas para o governo federal, o Congresso Nacional decidiu que a sucessão dar-se-ia pela via indireta. Nas eleições de 15 de janeiro de 1985, Paulo Maluf foi o candidato governista e Tancredo Neves concorreu pela oposição. Este último venceu no colégio eleitoral, mas devido a problemas de saúde, José Sarney, seu vice, assumiu a Presidência, a princípio interinamente. Tancredo Neves morreu no dia 21 de abril e Sarney acabou permanecendo no cargo.

Na *Economist*, todos os passos para a abertura foram noticiados. A começar pelas eleições para o Congresso Nacional em 1974: “It is now in turn of Brazil, which goes to polls this Friday to elect a new congress. President Geisel is no doubt sincere in his belief that these elections will mark a first step on the road to political freedom”¹⁷¹. No entanto, lembrou que a oposição tinha chances de ter bons resultados e que isso poderia significar um endurecimento do regime.

¹⁶⁹ A Emenda Constitucional nº 8, outorgada por Geisel durante os 14 dias de fechamento do Congresso ficou conhecida como Pacote de Abril. Um de seus *efeitos colaterais* foi a aprovação da lei do divórcio (Lei 6.515 de 1977). A oposição só conseguiu aprová-la, a contragosto do governo, depois das mudanças nas regras feita por Geisel.

¹⁷⁰ GASPARI, 2004. p. 88. A Lei 6.683/79, de 28 de agosto de 1979, promulgada pelo presidente Figueiredo, não foi notícia na *Economist*. Resultado de intensas negociações, a lei configurou um acordo entre a oposição e os setores militares mais conservadores. Cf. ALVES, 1989.

¹⁷¹ Don't do well. 16 nov. 1974. p. 61.

A possibilidade da volta da repressão relacionada ao sucesso eleitoral do MDB torna-se realidade. “One step back” é o sugestivo título do artigo que descreve o movimento. Mais de vinte desaparecimentos teriam sido registrados em três ou quatro semanas¹⁷². O Brasil titubeava em direção à democracia e a revista ironizava: “[...] it is as difficult to be a little bit democratic as it is to be a little bit pregnant”¹⁷³.

De modo geral os artigos publicados no *survey* de 1976 demonstravam certa impaciência com o demorado processo de abertura política. Mas, ressaltava-se que Geisel tinha um ambicioso programa de reformas cujo catalisador era o General Golbery do Couto e Silva. Para a *Economist*, o presidente teria aprendido a acreditar na democracia na Escola Superior de Guerra¹⁷⁴. E, as críticas passaram a ser dirigidas aos generais *linha dura*.

Enfatizava-se, a partir de então, o esgotamento do modelo imposto pela ala mais conservadora das Forças Armadas: “The generals who took office in 1964 sailed along in power on a sea of illusion. They called their military coup a ‘revolution’. They took full credit for an economic miracle much of which was in train before they came to power”¹⁷⁵. Esse mar de ilusões parece ter sido navegado também pelo semanário que boa parte do tempo classificou o golpe como revolução e demonstrou grande otimismo acerca do *milagre*.

No entanto, no final dos anos 1970 não se fazia mais a ligação automática entre os governos militares e o sucesso econômico. As expectativas sobre o Brasil vinham diminuindo desde que Geisel assumiu a Presidência. Somava-se a isso certa tensão em relação ao ambiente para os negócios¹⁷⁶.

“Two steps forward one back”, com essa imagem lembrava-se que o General Castelo Branco já havia prometido um retorno à democracia logo em 1964, que Médici fez o mesmo e que Geisel ofereceu, de fato, nada mais que uma lenta descompressão submetendo-se aos argumentos da linha dura das Forças Armadas: “There you are, clucked the *linha dura* generals, give the people the chance and they vote for the wrong people”¹⁷⁷.

Para a revista, o chefe do executivo cedia às pressões exercidas pela ala mais conservadora: “But, more recently arguments from the *linha dura* have convinced General Geisel that the next president must be a tough military man, who is prepared to take *descompressão* one stage further”¹⁷⁸. Listava que os possíveis nomes para a Presidência eram

¹⁷² One step back. 29 mar. 1975. p. 50.

¹⁷³ Military tortoise. 14 jun. 1975. p. 34.

¹⁷⁴ Geisel gives ground. 31 jul. 1976. p. 46 e ss.

¹⁷⁵ Not so much a miracle. 31 jul. 1976. p. 15 e ss.

¹⁷⁶ New liberals. 12 fev. 1977. p. 68.

¹⁷⁷ Two steps forwards, one back. 31 jul. 1976. p. 51 e ss.

¹⁷⁸ Tomorrow's men. 31 jul. 1976. p. 52 e ss.

os generais: Reinaldo de Almeida, Silvio Frota e Leopoldo Figueiredo. A publicação chamou de inteligente a estratégia brasileira de trocar o presidente a cada cinco anos, o que desarticulava a oposição¹⁷⁹.

Em 1977, teceu algumas críticas em tom moderado. Geisel foi apresentado como o mais liberal dos presidentes militares, que diminuiu a censura e tentou controlar os piores excessos da repressão. Havia inserido algum tipo de consciência social no governo e foi responsável pela realização de eleições relativamente livres. Mas, reprovava as políticas de desenvolvimento social: “Unless Brazil’s political development one day catches up with its social development, a potential superpower has all the makings of a supernova”¹⁸⁰. Mesmo com uma visão menos positiva do governo a publicação ainda relutava em assumir questões como o desrespeito aos direitos humanos, chamando-os de excessos.

A manobra de fechamento do Congresso Nacional em 1977 foi criticada: “If you can’t beat’em change the rules. That is what General Geisel, the Brazilian president, has been busy doing since he summarily ordered the suspension of Brazil’s two-house legislative on April 1st”¹⁸¹.

Depois de Geisel ter preparado o terreno para a sucessão, a *Economist* publicou que esta estava finalizada e que o escolhido havia sido o pouco conhecido, chefe do SNI, João Batista Figueiredo cuja candidatura foi oficialmente divulgada na primeira semana de julho de 1977. O nome ainda devia ser aprovado pela convenção da ARENA, em fevereiro de 1978 e pelas eleições indiretas em outubro. Mas a escolha já estava feita e seria apenas referendada¹⁸².

As eleições de outubro de 1978 receberam, por parte da revista, uma cobertura menor do que as de 1974. A disputa se daria entre generais já que Euler Bentes Monteiro havia sido escolhido pelo MDB¹⁸³. O colégio eleitoral foi descrito da seguinte forma: “the pinnacle of the cracked democratic facade behind which Brazil’s soldiers like to shelter”¹⁸⁴. Avaliou que nas eleições parlamentares, o MDB apesar de ter tido bons resultados, ficou atrás da ARENA, como reflexo das mudanças constitucionais: “The soldier who rules Brazil, General Geisel,

¹⁷⁹ You won’t budge us. 31 jul. 1976. p. 45 e ss. Mais tarde a revista voltou a citar Silvio Frota, dizendo que ele era o candidato do exército, mas que Geisel era francamente contrário a seu nome para a sucessão. Cf. One out. 22 out. 1977. p. 77.

¹⁸⁰ Geisel the fainthearted (ed.). 9 abr. 1977. p. 12.

¹⁸¹ Fixing to win. 16 abr. 1977. p. 74.

¹⁸² Next general. 14 jan. 1978. p. 55 e ss.

¹⁸³ Insubordination. 2 set. 1978. p. 67.

¹⁸⁴ Generals' election. 14 out. 1978. p. 53 e ss.

ensured that his civilian front party, Arena, would win when he changed the electoral rules after temporally closing down congress in April, 1977”¹⁸⁵.

No final do governo Geisel, a *Economist* começou a tecer críticas sobre o regime militar, mas de maneira geral a postura conservadora permaneceu. A desaprovação voltava-se muito mais a exacerbação da política nacionalista e a condução pessoal em assuntos econômicos do que à ditadura. Na verdade, o regime político importava pouco e repete-se a ideia de que a economia sobrepõe-se à política. As críticas ao governo militar surgem quando a condução da política econômica entra em descompasso com a linha editorial da publicação.

Ainda assim, os golpes militares em países da América Latina foram defendidos como medidas acertadas diante da situação econômica e social. Ou seja, a democracia, não era um valor a ser defendido a qualquer custo. Estabilidade econômica e a abertura dos mercados interessavam mais:

The armies of Brazil in 1964, of Chile in 1973 and of Argentina in 1976 were right to intervene when the economy collapsed, public order disintegrated and the constitution was flouted by irresponsible civilian governments. It is their post-intervention policy that is wrong¹⁸⁶.

A única crítica é à longa permanência dos militares no poder¹⁸⁷. Era a continuidade e o viés nacionalista que os governos tomaram que incomodavam:

In the past, Brazil’s generals used to intervene only briefly to restore constitutional order, then withdraw again. No longer. Four of Brazil’s generals have now done turns of duty at the presidency. Each has promised on his accession that the country would return to civilian rule at the end of his term; and each has found a new excuse for handing on to yet another man draped in gold braid¹⁸⁸.

Mesmo em 1979, a revista posicionava-se a favor do golpe. No primeiro artigo do *survey*, argumentou que o regime militar havia substituído um governo populista, mas “about-to-become-murderous” em referência à gestão de João Goulart.

A possibilidade de retorno aos governos civis começa a ser levantada uma vez que a publicação arrazoou que os militares sabiam que havia uma parte da classe média ressentida e

¹⁸⁵ Did we rig it enough? 25 nov. 1978. p. 72.

¹⁸⁶ Even for Latins (ed.). 27 mai. 1978. p. 15 e ss.

¹⁸⁷ O mesmo acontece quando em um de seus editoriais, cujo tema é a ditadura chilena. Apesar do fim da democracia no Chile ter sido considerado lamentável a culpa por isso acontecer foi depositada no próprio Salvador Allende. Cf. The end of Allende (ed.). 15 set. 1973. p. 16 e ss.

¹⁸⁸ Even for Latins (ed.). 27 mai. 1978. p. 15 e ss.

que o sistema multipartidário seria retomado assim que os militares afrouxassem a *camisa de força*¹⁸⁹.

As críticas à lentidão do processo de democratização tornaram-se paulatinamente mais notáveis. Consoante o semanário, o ponto de retorno foi perdido e o governo militar deixou de ter apoio da população. Além disso, ARENA e MDB estavam se desintegrando¹⁹⁰. Na opinião da *Economist*, a promessa de realização de eleições livres em 1985 deveria ser mantida, inclusive para presidente: “the bitterest omission from the economic miracle in the years immediately after 1964 is that democracy was not set free in the early 1970s”¹⁹¹.

Como a sucessão já estava decidida, em 15 de março de 1979, João Batista Figueiredo assumiu a Presidência. Em agosto, no terceiro *survey*, as iniciativas para a abertura tomadas por Geisel foram destacadas, como a restauração da liberdade de imprensa e as eleições para o legislativo:

It was therefore courageous when President Geisel, immediately after his inauguration in 1974, called back the more liberal pre-1967 political household-managers, and told his fellow officers that the army was corrupting its name with the young. President Geisel restored a much freer press. There are today investigative programmes on Brazilian television into people who disappeared in the Silva and Medici days, although usually with a punch line demanding pensions for their widows rather than punishment of interrogators. President Geisel restored freer elections to Brazilian institutions that do not greatly matter (see The Economist’s article last November 25th on the Brazilian congressional election, called ‘Did we rig it enough?’), and picked a successor in the new President Figueiredo who will annoy the hard-line generals by moving further along this road¹⁹².

A revista previu que o sucessor de Figueiredo seria um civil eleito não democraticamente; especulava-se entre Delfim Netto e Murilo Macedo. Além disso, classificou a oposição consentida do MDB de estúpida¹⁹³. E ressaltou, mais uma vez, a lentidão do processo de abertura: “Brazil’s generals like to think that they are slowly liberalising their country and they do not like to be compared with the more repressive neighbouring regimes”¹⁹⁴.

Mesmo com toda a parcimônia do governo, a redemocratização tinha fortes opositores, como a revista deixou patente ao noticiar o caso do atentado à OAB do Rio de Janeiro: “There is little doubt that the attacks were perpetrated by right-wingers who opposed the

¹⁸⁹ Gleam in the crater (ed.). 29 jul. 1978. p. 16.

¹⁹⁰ Learn from Somoza (ed.). 20 out. 1979. p. 19 e ss.

¹⁹¹ Breathless Brazil (ed.). 15 dez. 1979. p. 14.

¹⁹² The importance of not being Ernesto. 4 ago. 1979. p. 4 e ss.

¹⁹³ Tightrope to democracy. 4 ago. 1979. p. 18 e ss.

¹⁹⁴ General manoeuvres. 30 ago. 1980. p. 33 e ss.

government's step-by-step liberalization policy [...] there is strong evidence of links between the terrorists and the security forces”¹⁹⁵.

Estas não foram as únicas bombas que figuraram nas páginas da publicação. O atentado do Rio Centro, também:

To the embarrassment of Brazil's military government, the army is being blamed for a bomb explosion in Rio de Janeiro. [...] a lot of Brazilians now have the impression that an army officer was involved in some kind of terrorist plan [...] last week in Brasília the president was given a rare show of civilian support by leaders of the political parties, among them Mr Luiz Inácio da Silva (Lula), of the Workers Party, despite two-year prison sentence hanging over his head for calling an illegal strike¹⁹⁶.

Outros acontecimentos relacionados ao processo de abertura política foram noticiados. Entre eles, a renúncia do Chefe da Casa Civil, em 1981. Para a *Economist* a saída de Golbery do Couto e Silva, considerado o articulador político das mudanças, principalmente do processo da Anistia, beneficiava Delfim Netto, o *tzar* da economia. O primeiro civil a ocupar a Presidência da República foi Aureliano Chaves substituindo o General Figueiredo depois de um ataque cardíaco. Pouco tempo depois, o general voltou ao cargo, mas para a revista muito havia mudado durante a sua ausência, uma vez que o tabu militar quebrara-se¹⁹⁷.

Porém, o processo de abertura ainda estava desacreditado: “The progress towards democracy that Brazil's President Figueiredo promised when he took power in 1979 clearly does not extend to allowing opposition parties to win elections”¹⁹⁸.

4.1.4.1 O novo sindicalismo

No artigo que descreve o caminho para a volta do regime democrático Luiz Inácio Lula da Silva, então com 33 anos, mereceu destaque na *Economist*. Segundo a revista, o líder sindical, desconhecido até aquele momento, teria o apoio da Igreja e de outras instituições consideradas progressistas. Apesar disso, questionava a legitimidade do movimento liderado

¹⁹⁵ Bombs against change. 6 set. 1980. p. 33. A OAB, assim como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), já tinha sido alvo de ataque terrorista em 19 de agosto 1976. Cf. GASPARI, 2004. p. 275. Uma das bombas, endereçada ao presidente da Ordem, Eduardo Seabra Fagundes, provocou a morte da secretária Lyda Monteiro da Silva. Cf. QUERO, Caio. Comissão da Verdade do Rio investiga 'ligação' entre atentados na OAB e Riocentro. **BBC Brasil**, 2013. s/p.

¹⁹⁶ Quite an explosion. 16 mai. 1981. p. 76.

¹⁹⁷ Kingmaker unmade. 15 ago. 1981. p. 37 e ss.; Figueiredo returns. 31 out. 1981. p. 55.; A civilian, at last. 26 set. 1981. p. 57 e ss.

¹⁹⁸ Making sure. 12 dez. 1981. p. 52.

por ele: “60,000 people in a football stadium (how many of them had ever been auto workers?)”¹⁹⁹.

A possibilidade de o ABC paulista ser o centro do movimento operário brasileiro já tinha sido levantada no *survey* de 1976: “the concentration of urban workers around Sao Paulo, particularly in the massive ‘ABC’ complex of industrial suburbs – Santo Andre, Sao Bernardo and Sao Caetano – could be the breeding ground for a revolution”²⁰⁰. Considerava que as greves de 1978 e 1979, as primeiras em dez anos, fizeram com que boa parte da mobilização política do país surgisse na região: “The success of the stoppages staged in São Paulo’s industries in May suggested that the decade of worker docility is coming to a close”²⁰¹. A opinião, do então líder do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo é ressaltada: “‘It is not only a problem of rights, but of hunger’. So says ‘Lula’ (Mr Luis Ignacio da Silva) president of the metalworker’s union in Sao Bernardo”²⁰². A mobilização grevista ganhou força com o apoio da Igreja Católica. Para a revista, a ligação da CNBB com o movimento operário, desagradou o presidente Figueiredo.

A visita do papa João Paulo II, marcada para 30 de junho de 1980, traria à tona as críticas da Igreja ao regime militar²⁰³. Sobre o episódio a publicação descreveu que depois de encontrar Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo, o Pontífice fez um discurso para cerca de 150 mil pessoas, ocasião em que esteve com Lula. Depois disso, embarcou para Recife onde se reuniu com Dom Hélder Câmara “whose name until recently was proscribed on television and in the newspapers”²⁰⁴.

Lula tinha sido preso em 19 de abril de 1980 e o encarceramento do sindicalista foi taxado de retrocesso em relação ao processo de abertura. O que demonstra que a revista, pouco a pouco, vai se comprometendo com a redemocratização sem, contudo, atacar os governos militares. Segundo a revista, Lula: “[...] is not what Brazil’s army-led regimes had in mind when they called, one after the other, for more democracy. [...] With the founding of the new party he captured the imagination of large sections of the middle class, as well as workers all over Brazil”²⁰⁵.

¹⁹⁹ Tightrope to democracy. 4 ago. 1979. p. 18 e ss.

²⁰⁰ You won’t budge us. 31 jul. 1976. p. 45 e ss.

²⁰¹ Less tame. 1 jul. 1978. p. 63.

²⁰² Industrial inaction. 27 mai. 1978. p. 85. Essa é a primeira vez que Luiz Inácio Lula da Silva é citado pela revista.

²⁰³ Priests unrestrained. 28 jun. 1980. p. 35.

²⁰⁴ Eyes upwards, the Pope tells Brazil’s soldiers and priests. 12 jul. 1980. p. 33 e ss.

²⁰⁵ Can they shut Lula up? 26 abr. 1980. p. 38. A Anistia Internacional também se manifestou contra a prisão do líder sindical: “Amnesty again sent telegrams. And at the same time, within Brazil there was an enormous upwelling of support for a man many regard as a future president”. Cf. POWER, 1981. p. 102.

Consoante a *Economist*, depois das greves no ABC, o governo repensava a sua política de reconhecimento dos sindicatos. Destacou o papel de liderança exercido por Lula:

The political problem remains, not least because the charismatic trade union leader, Luis Inacio da Silva, known as Lula, was locked up during the strike, and remains in jail. Real peace will probably not return until he is free. Lula is no longer just another union leader, but a man most other politician now few obliged to support, even if they do not entirely want to²⁰⁶.

O Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, aliado da Igreja Católica, ganhava espaço tanto no campo quanto na cidade, entretanto: “Lula himself, although a very capable union leader in the past, does not seem to have the ingredients needed by the leader of a mass party”²⁰⁷. Tempos depois, a revista noticiou que o Tribunal de Justiça de São Paulo confirmara a sentença condenatória de três anos e meio de prisão, acrescentava que poucos acreditavam que ele iria para trás das grades, mas que o objetivo principal era deixá-lo momentaneamente fora da política²⁰⁸.

4.1.4.2 As eleições de 1982 e os últimos anos da ditadura militar

As eleições parlamentares foram a principal notícia de 1982. O pleito realizado em 15 de novembro era, para a *Economist*, o maior passo em direção à democracia desde que os militares tomaram o poder. Assinalou, contudo as estratégias do governo a fim de dificultar o processo. Primeiro, a cédula não teria os nomes dos candidatos previamente impressos: “The government believes that its supporters are less likely to make a mistake than opposition supporters”²⁰⁹. Houve também proibição da campanha eleitoral veiculada pela televisão com o objetivo de prevenir que a oposição tivesse chance de atacar o governo. E outra regra obrigaria os eleitores a escolherem candidatos do mesmo partido para todos os cargos. Estimava-se que cerca de um terço dos votos seria anulado. Para o semanário, uma possível vitória de Brizola, favorito nas pesquisas para governador no Rio de Janeiro, era o que mais preocupava os generais²¹⁰.

²⁰⁶ Strikes are back. 10 mai. 1980. p. 66 e ss.

²⁰⁷ The long road back from The miracle. 12 set. 1981. p. 48.

²⁰⁸ Making sure. 12 dez. 1981. p. 52.

²⁰⁹ Victory by confusion. 28 ago. 1982. p. 38.

²¹⁰ Confuse them as much as you can. 23 out. 1982. p. 66.; Bouncing back. 23 out. 1982. p. 66.

As eleições ocorreram como previsto. A revista noticiou que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) teve 15,2 milhões de votos, somados aos 2,3 milhões do Partido Democrático Trabalhista (PDT), a oposição teria uma boa margem já que o Partido Democrático Social (PDS), governista, teve 13,6 milhões de votos. O PMDB garantiria a vitória para os governos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Espírito Santo e Amazonas e o PDT no Rio de Janeiro. Contudo, o legislativo federal continuaria a ser controlado pelos militares²¹¹.

No *survey* de 1983²¹², dizia-se que o Brasil caminhava para ser a terceira maior democracia do mundo, mas ainda sob rígido controle: “The military remain in control; it will not suddenly abandon power, leaving ill-equipped civilian politicians to cope with a mess much greater than they have expected”²¹³. Segundo a publicação, as eleições de 1982 não foram justas e livres devido ao conjunto de regras estabelecido pelo governo. O artigo terminou por dizer que o PT teve uma pequena votação, 3,7%, mas que a esquerda comemorava a vitória de Brizola no Rio de Janeiro. O PMDB ganhou o governo de nove estados, inclusive Franco Montoro em São Paulo e Tancredo Neves em Minas Gerais²¹⁴.

Outro artigo da reportagem especial ainda alertou que:

Like the economy, Brazilian politics is entering unfamiliar ground. Since the coup in 1964, the country has been run by technocratic ministers chosen by autocratic generals. It has known repression, though not on the scale of the most other Latin American countries. The military therefore has less to fear from civilians raking over its record, so Brazil has a greater chance of smooth right back to democracy. When he became president in 1979, General Joao Figueiredo started sketching out the timetable²¹⁵.

Os avanços foram destacados: “Brazilians are found saying theirs is the country of the future and always will be. The jest cannot disguise Brazil’s already remarkable achievements”. O tamanho do Estado era, no entanto, considerado um problema, o país tinha um dos maiores setores públicos fora da Europa Oriental²¹⁶. Nesse sentido: “The only winner of a large state on whom the label demagogue could be pinned was Mr Leonel Brizola in Rio

²¹¹ A feeling of change. 27 nov. 1982. p. 74.

²¹² O *survey* intitulado “The morning after” foi publicado no dia 12 de março de 1983 com vinte páginas sendo cinco delas de propaganda. Foram sete artigos escritos sob o comando de Rupert Pennant-Rea, então editor de economia da revista.

²¹³ The generals stand at ease. 12 mar. 1983. p. 14 e ss.

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ When the music stopped. 12 mar. 1983. p. 3 e ss.

²¹⁶ Turning wine into water. 12 mar. 1983. p. 4 e ss.

de Janeiro, the brother in law of the country's very demagogic last civilian president João Goulart”²¹⁷.

A crise econômica passara a influenciar fortemente a visão sobre a política: “The effect of the economic crisis upon Brazil's politics has, remarkably enough, so far been largely to the good. The slump seems to be persuading the country's ruling soldiers that they cannot hang on power any longer”²¹⁸. Para a disputa eleitoral a publicação listava que os candidatos governistas poderiam ser os generais Mário Andreazza ou Otávio Medeiros, além de Aureliano Chaves ou Paulo Maluf. A oposição provavelmente indicaria Tancredo Neves, mas havia a possibilidade de que o candidato fosse Ulisses Guimarães²¹⁹.

O processo de abertura é descrito da seguinte forma: “In Brazil, free elections for the chamber of deputies and the state governors were held in November, although the presidency remains in military hands”²²⁰. Apesar da lentidão, acreditava-se que o país estava tentando se tornar uma democracia enquanto lutava para controlar os índices inflacionários e pagar as dívidas.

As discussões sobre as eleições diretas também começaram a aparecer: “And in Brazil, where General-now-President Figueiredo permitted elections for governors and legislators last year, politicians are demanding a move to the next stage – the direct election of a civilian president”²²¹. Os militares na América Latina seriam, de acordo com a *Economist*, bem recebidos quando subiam ao poder, mas eles não sabiam quando e como sair.

Mesmo tendo vivido o mais longo período ditatorial da região, o Brasil era tido como uma exceção, pois não havia mais como os militares permanecerem no poder. A crise acabava com qualquer plano desse tipo, somava-se ainda um forte movimento pelas eleições diretas: “There is a growing popular demand for an immediate direct election for president [...] huge demonstrations in favour of direct elections have been held in Brazil's cities”²²². Apesar disso, os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica disseram que elas não aconteceriam: “They do not want to end up like their Argentine colleagues, forced to answer for the repression and corruption of the past 20 years”²²³.

Segundo a *Economist*, os protestos pelas eleições diretas reuniram mais de um milhão de pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro e o Congresso Nacional votaria em 25 de abril

²¹⁷ Tottering Brazil. 7 mai. 1983. p. 25 e ss.

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Ten years enough? (ed.). 25 jun. 1983. p. 16 e ss.

²²¹ Dismounting with dignity (ed.). 10 dez. 1983. p. 15 e ss.

²²² Direct choice. 25 fev. 1984. p. 49 e ss.

²²³ Ibid.

de 1984 uma emenda constitucional restaurando-as. Em tom especulativo, dizia que o pleito provavelmente seria vencido por Leonel Brizola, mas Tancredo Neves era o candidato mais palatável tanto para a oposição como para o Exército. Pouco tempo depois noticia que a emenda foi rejeitada, avaliando que mesmo com essa derrota formal, a oposição teve uma vitória moral na campanha pelas eleições diretas²²⁴.

O processo de abertura foi criticado sob duas perspectivas. Primeiro, a decisão de que as eleições seriam indiretas uma vez que as pesquisas mostravam que cerca de 90% dos eleitores apoiavam o contrário: “Demonstrations in favour of them bring more people out than does the Carnival or winning the World Cup”. E segundo, a proposta de Figueiredo para que o mandato presidencial terminasse em 1988: “Democracy is good for Latin Americans, their bankers, and the IMF”. Agora, afirmava que Tancredo tinha tudo para ser eleito, era banqueiro e industrial, defendia sua candidatura, pois acreditava que o novo presidente deveria ser hábil para negociar com os bancos²²⁵. Os elementos centrais da preocupação, mais uma vez, estavam na relação com o mercado.

A disputa ficou entre Paulo Maluf do PDS e Tancredo Neves, pelo PMDB e todo o arranjo político partidário foi noticiado. Tancredo era “political moderate with a finely honed talent for negotiation”, apesar da idade “he is in good health”²²⁶. Por outro lado, o candidato do governo era impopular inclusive no seu partido, por isso, Aureliano Chaves e Marco Maciel fundaram a Frente Liberal. Calculava que Tancredo Neves abocanharia os 66 votos da Frente caso José Sarney, ex-presidente do PDS, fosse seu vice.

Segundo a *Economist*, o PT acusara o candidato do PMDB de trair a campanha pelas eleições diretas aliando-se a Sarney. Dizia ainda que Brizola, mais moderado, acreditava que Tancredo Neves, assim que assumisse, deveria chamar eleições diretas para 1986. No entanto, o artigo descrevia que ele estava mais preocupado em tranquilizar a direita do que satisfazer a esquerda. Por isso, entre seus principais objetivos estava renegociar a dívida de 96 bilhões de dólares. Ademais, não demonstrava nenhum interesse em investigar os abusos e torturas praticadas nos governos precedentes. Porém, muitos generais ainda não haviam aceitado que um candidato de oposição fosse vencer e temiam que houvesse investigações sobre corrupção e abusos dos direitos humanos²²⁷.

De acordo com a publicação, Figueiredo foi o presidente que fez renascer a democracia: “Brazil’s generals know they will hand over the presidency next year either to

²²⁴ Let us do it ourselves. 21 abr. 1984. p. 36 e ss.; Delay won't help. 28 abr. 1984. p. 56.

²²⁵ Setting Latins free (ed.). 5 mai. 1984. p. 11 e ss.

²²⁶ A funny thing happened. 18 ago. 1984. p. 36.

²²⁷ Ibid.; The people's choice, perhaps. 17 nov. 1984. p. 56.

their own man or to the opposition candidate”²²⁸. Apesar de Tancredo ter sido ministro do governo *populista* de João Goulart parecia uma opção viável inclusive para os militares: “Mr Neves has promised not to launch an investigations, of the sort Argentina insists on, into human-rights abuses during the period of military rule”²²⁹.

Em janeiro de 1985, dava-se a notícia da vitória de Tancredo Neves com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. Os generais, por sua vez “extracted assurances that Mr Neves would not promote any embarrassing, Argentinestyle investigations into past human right abuses and corruption”²³⁰. A transição foi ao estilo brasileiro, lenta e controlada e: “Mr Neves won wide acceptance because he is a conciliator. Although he will be 75 before he takes office on March 15th, his heath is good”²³¹.

Na visão da publicação, o ressurgimento e a manutenção da democracia estavam fortemente conectados às condições da economia: “The big issue in the region for the next few years will be whether democracy can survive in countries that are struggling to service huge foreign debts and to hold back runaway inflation”²³². Não havia dúvidas que o governo de Tancredo Neves seria pró-ocidente e, além disso: “Mr Neves has sought to modify the generals by promising that there will be no government investigations into the torture of suspects by the army and political police, the worst cases of which happened more than a decade ago”²³³.

Em março de 1985, o Brasil havia retomado o regime democrático²³⁴. O que não foi feito pelas mãos de Tancredo Neves, mas de alguém que nunca desempenhou o papel de opositor do regime: “For 20 of the past 21 years, Mr Sarney loyally supported the generals and was eventually head of their tame political party”²³⁵. José Sarney foi descrito como conservador, apoiador dos militares e um homem honesto²³⁶.

Com todo esse processo em mente é possível dizer que a imagem do Brasil na *Economist* oscilou durante o período analisado nessa seção. Entretanto, a linha editorial alterou-se pouco. Desde o apoio ao golpe até as críticas aos governos militares e ao processo de abertura verificou-se que os aspectos econômicos foram privilegiados na avaliação. A

²²⁸ Pinochet won't go (ed.). 24 nov. 1984. p. 14.

²²⁹ The world's most borrowed man (ed.). 5 jan. 1985. p. 12 e ss.

²³⁰ Democracy can hurt. 19 jan. 1985. p. 46.

²³¹ Ibid.

²³² Even in Brazil the kissing has to stop. 9 mar. 1985. p. 45 e ss.

²³³ Ibid.

²³⁴ Mexico's next revolution (ed.). 23 mar. 1985. p. 19.

²³⁵ Calmly done, Brazil (ed.). 6 abr. 1985. p. 13.

²³⁶ Without the principal actor. 20 abr. 1985. p. 54 e ss.

imagem na política foi mais positiva quando a economia estava mais alinhada à perspectiva do livre mercado.

4.2 *Economia*

4.2.1 Mas, havia o milagre

O *milagre econômico* influencia a cobertura da revista? Em que medida o noticiário econômico sobrepõe-se ao político? A crise inspira maiores críticas ao regime político?

Depois de uma fase inicial de ajustes, a partir de 1968, o Brasil viveu altas taxas de crescimento do PIB, em média 11% entre 1968 e 1973, combinadas com índices inflacionários em queda justificariam o título²³⁷. O *milagre* foi resultado de um ambiente externo favorável, de alguns elementos da política econômica do período e principalmente das reformas instituídas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) cujas principais estratégias eram: o controle do crédito para o setor privado, a redução do déficit do governo e uma política de controle dos salários. O *Brasil grande, Brasil potência* ocupava as páginas do noticiário econômico²³⁸.

Médici foi considerado o presidente do *milagre*. Como resultado, em 1971, o IBOPE apontou 82% de aprovação:

Em 1972 a economia cresceria 11,9%, a maior taxa de todos os tempos. Era o quinto ano consecutivo de crescimento superior a 9%. A renda per capita dos brasileiros aumentara 50%. Pela primeira vez na história as exportações de produtos industrializados ultrapassaram 1 bilhão de dólares. Duplicara a produção de aço e o consumo de energia, triplicara a de veículos, quadruplicara a de navios. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro tivera em agosto uma rentabilidade de 9,4%. Viviam-se um regime de pleno emprego²³⁹.

²³⁷ Em 1968, o crescimento registrado foi de 9,8%; em 1969 de 9,5%; em 1970 de 10,4%; em 1971 de 11,3%; em 1972 de 11,9%; e em 1972 de 14%. Para esses dados Cf. VELOSO, Fernando A., VILLELA, André e GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, n. 2, p. 221-46, 2008.

²³⁸ As principais reformas promovidas pelo PAEG foram a fiscal e tributária e a financeira, além da abertura da economia para o investimento externo. Cf. *Ibid.*, p. 258. Cf. também: MACARINI, José Pedro. Um aspecto da política econômica do "milagre brasileiro": a política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971. *Estudos Econômicos*, v. 38, n. 1, p. 151-72, 2008. E, ALVES, 1989.

²³⁹ GASPARI, 2003, p. 25.

Internamente, o *milagre* aumentou a autoconfiança do governo e a ênfase que este colocava na necessidade de assumir o papel de potência emergente. “Falava-se de um ‘Brasil Grande’, ‘Brasil Potência’. Distribuíam-se adesivos com a inscrição ‘Brasil ame-o ou deixe-o’”²⁴⁰. Em 1972, o secretário do tesouro americano, John Connally, reforçando ainda mais o orgulho nacional, chegou a dizer que os Estados Unidos deveriam olhar o exemplo brasileiro a fim de colocar a sua economia em ordem. O ministro da Fazenda era uma figura central:

O Milagre Brasileiro chamava-se Delfim Netto. Em quatro anos saíra dezoito vezes na capa da revista *Veja*, uma na edição latino-americana da *Newsweek* e outra, como super-homem, na *Institutional Investor* [...]. Nos seus sete anos de mandarinato (1967-1973) o Produto Interno Bruto crescera 85% e a renda per capita 63%²⁴¹.

As apostas no Brasil eram resultado não só de fatores internos, mas também de circunstâncias internacionais. De acordo com Gaspari, nos anos iniciais da década de 1970, pela primeira vez no século XX, tanto a economia europeia quanto a americana haviam se retraído. Os bancos dos grandes centros financeiros precisavam de novos clientes. Nesse quadro, a dívida brasileira aumentou consideravelmente. Em 1974, ela chegou a 17,2 bilhões de dólares, o que representava uma elevação em relação ao PIB, de 2,3% em 1972-1973 para 6,8% em 1974²⁴².

Os êxitos no campo econômico fizeram com que a *Economist* indicasse, em diversas oportunidades, o país como um modelo de aplicação das regras do livre mercado²⁴³. Não apenas o *laissez faire*, mas também a concentração de renda pareciam ser elementos fundamentais para o crescimento econômico: “The Brazilian formula, ‘to grow is to concentrate’ sums up a fundamental truth that industrialization requires a concentration of capital and resources”²⁴⁴. A publicação destacara ainda que os governos de direita proveem uma base econômica firme nos países que dirigem, classificando as taxas de crescimento do Brasil como impressionantes²⁴⁵. Nesse ambiente, o enriquecimento e o crescimento são temas recorrentes e a revista não escondeu sua aprovação às decisões da equipe econômica comandada pelo ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto.

O artigo de abertura do *survey* de 1972 é um exemplo do otimismo. Ainda que houvesse, em alguns momentos, certo receio quanto ao regime político e a má distribuição de

²⁴⁰ GASPARI, 2002. p. 208.

²⁴¹ GASPARI, 2003. p. 269.

²⁴² Ibid.

²⁴³ A candle in a fog (ed.). 19 ago. 1972. p. 17 e ss.

²⁴⁴ From frying-pan to fire (ed.). 2 jun. 1973. p. 12 e ss.

²⁴⁵ The undoing of Unctad (ed.). 27 mai. 1972. p. 18 e ss.; From frying-pan to fire (ed.). 2 jun. 1973. p. 12 e ss.

renda, não há crítica dura a esses assuntos. Por outro lado, o *boom econômico* e a ascensão do país apareceram em destaque. É interessante notar que a expressão *take off*²⁴⁶ foi usada no *survey*, como referência ao crescimento e a um novo lugar a ser ocupado no ambiente internacional:

The economic boom that enable the Brazilians to attain the highest growth rate in the world last year. [...] Brazil is a rare case in the developing world of a country that has at last reached the magical ‘*take off*’ point by applying the principles of a free market economy to the problems of development²⁴⁷.

É possível perceber, portanto, otimismo e grandes expectativas em relação à economia e à potencialidade do Brasil. Isso se devia, em grande medida, à simpatia pelo estilo assumido pela equipe econômica. Delfim era o homem de confiança dos investidores²⁴⁸ e:

The formula for growth applied by Senhor Antônio Delfim Netto, the finance minister, and the other technocrats in the present government, is *exciting as a case of the successful application of the principles of the free market economy to the problems of a developing country*²⁴⁹.

Nessa passagem está nítido que a medida do sucesso é a aplicação das regras do livre mercado. O regime ditatorial importava menos, a adequação ao jogo mercadológico era mais significativa que a democracia. Da mesma forma, a desigualdade social era vista apenas como um dado. A publicação estava de acordo com a ideia de que era preciso primeiro crescer para então distribuir a riqueza:

But Delfim Netto’s aphorism *crescer é concentrar* (‘to grow is to concentrate’), certainly applies to the western experience of the industrialization process. ‘You can’t distribute what doesn’t exist’, he goes on. The argument comes back to the old idea that there is not all that much point in slicing the cake into smaller slices unless you can bake a bigger cake²⁵⁰.

²⁴⁶ A capa de 12 de novembro de 2009, com a foto do Cristo Redentor e a frase “Brazil takes off” foi uma das reportagens internacionais mais repercutidas no Brasil nos últimos anos.

²⁴⁷ *The Moving Frontier*. 2 set. 1972. p. 1. A expressão *take off* ficou conhecida depois da publicação de *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* do economista americano Walt Whitman Rostow. Na edição brasileira a expressão foi traduzida como *arranco*. Cf. ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do desenvolvimento econômico. Um Manifesto não-Comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

²⁴⁸ *Soldiers and technocrats*. 2 set. 1972. p. 19 e ss.

²⁴⁹ *The Brazilian model*. 2 set. 1972. p. 28 e ss. (grifos meus).

²⁵⁰ *To grow is to concentrate*. 2 set. 1972. p. 33 e ss. p. 37. Na imprensa nacional, principalmente em O Estado de S. Paulo o *status* de superministros de Delfim Netto incomodava. Cf. AQUINO, 1999.

E essa linha de raciocínio se completa com afirmações do tipo: “The Brazilians have chosen to promote growth today and tackle distribution tomorrow”²⁵¹. Democracia e justiça social poderiam esperar. Mesmo com a exposição da opinião de Robert McNamara, então presidente do Banco Mundial, de que era necessário expandir o mercado interno para que não houvesse interrupção do crescimento econômico, a reportagem especial é concluída em tom elogioso²⁵².

O clima econômico favorável fazia com que os países centrais vissem no Brasil a oportunidade de excelentes negócios. Como afirma Power: “[...] the economic miracle was in full swing with growth rates around 10 percent a year. Capital was pouring in and, whatever individuals or organizations might do, Western governments continued to be friendly”²⁵³.

Na *Economist*, o regime ditatorial foi tratado como uma espécie de mal necessário. Justificando-o pela necessidade de se lidar com o caos econômico e pelo forte apoio da classe média temerosa da inflação. A escolha de tecnocratas para as pastas da Fazenda e do Planejamento sempre foi vista com bons olhos: “The Brazilian army has allowed its economic managers a remarkable freedom of manoeuvre”²⁵⁴. Um governo formado por soldados e tecnocratas seria a combinação política típica do Brasil²⁵⁵.

Em 1973, a legenda da foto de Delfim Netto dizia: “the businessman’s friend”. O ministro dedicava-se a manter o governo receptivo aos negócios internacionais executando políticas de controle da inflação, empréstimos estrangeiros e impulsionando o crescimento em setores como o financeiro e de mineração²⁵⁶.

Na revista, além de uma visão bem positiva da atuação dele, são feitos elogios ao trabalho de Roberto Campos no Ministério do Planejamento entre 1964 e 1967. “Campos was courageous enough to sacrifice popularity to long term economic growth”²⁵⁷. Mesmo anos depois, a revista afirmava que os *brilhantes economistas* treinados nos Estados Unidos “have made Brazil one of the success stories of the past decade, with an average growth rate of 10% between 1970 and 1974”²⁵⁸.

A tendência de justificar os caminhos políticos pelo sucesso econômico era constante, mesmo que a revista anunciasse que não o faria: “It is no purpose of this *survey* to justify the

²⁵¹ Towards the year 2000. 2 set. 1972. p. 72 e ss.

²⁵² To grow is to concentrate. 2 set. 1972. p. 33 e ss.

²⁵³ POWER, 1981. p. 98.

²⁵⁴ Governors-General. 2 set. 1972. p. 23 e ss.

²⁵⁵ Soldiers and technocrats. 2 set. 1972. p. 19 e ss.

²⁵⁶ Sniffing around. 11 ago. 1973. p. 76.

²⁵⁷ To grow is to concentrate. 2 set. 1972. p. 33 e ss.

²⁵⁸ What price Nato unity? (ed.). 2 abr. 1977. p. 18.

Brazilian political system. But it would be even more misguided to overlook the spectacular developments that the military governments since 1964 have been able to promote”²⁵⁹.

A economia em crescimento atraía o investidor estrangeiro. Em agosto de 1973, contabilizou que cerca de 40% dos novos investimentos no Brasil vinham do capital internacional: “The City has been a generous lender to Brazil”²⁶⁰. Economia em alta e inflação sob controle eram os elementos fundamentais para que o dinheiro da *City* fosse enviado ao sul do Equador²⁶¹. Sobre a inflação podemos ver o otimismo em passagens como esta: “Inflation in Brazil is now a manageable 12% a year, compared with 12% a month not so long ago”²⁶².

Em outubro de 1973, a crise do petróleo afetou o Brasil com muita força. Apesar da economia do *milagre* ter levado um choque preservava-se, na publicação, um tom otimista. No início de 1974, a *Economist* disse que o país estava se recuperando de golpes cruéis, principalmente do desequilíbrio da balança comercial²⁶³. Destacava-se também o sucesso da política de indexação da economia: “Index-linking has become almost a way of life in Brazil and a remarkably successful one, considering the unpromising circumstances in which it started”²⁶⁴.

Andrew Hurrell acredita que o sucesso no período do *milagre* deveu-se a circunstâncias temporárias: “There are four factors which points to the underlying fragility of Brazil’s international economic position and which highlight the extent to which success was the product of temporary circumstances”²⁶⁵. Essas eram: 1) o ambiente econômico internacional que era apenas, excepcionalmente, favorável; 2) apesar do crescimento das exportações, houve um aumento ainda maior das importações, o que gerava déficit comercial, como em 1971 e 1972; 3) a vulnerabilidade energética tornou-se um problema dominante depois de 1973/1974, com a crise do petróleo e 4) as altas taxas de acumulação de capital e de despesas com consumo eram possíveis apenas por conta das altas taxas de dívida e o contínuo afluxo de capital estrangeiro.

A insustentabilidade do crescimento, nos termos apontados por Hurrell, começou a ter reflexos depois da crise do petróleo. Houve uma queda no otimismo e nas expectativas da revista em relação ao Brasil. Do ponto de vista político o governo Geisel foi visto a maior

²⁵⁹ Towards the year 2000. 2 set. 1972. p. 72 e ss.

²⁶⁰ Sniffing around. 11 ago. 1973. p. 76.

²⁶¹ Rolling to Rio. 14 jun. 1975. p. 65. *City* é como é chamado o centro financeiro de Londres.

²⁶² Sniffing around. 11 ago. 1973. p. 76.

²⁶³ Flooded. 6 abr. 1974. p. 85.

²⁶⁴ How Brazil showed the way. 27 abr. 1974. p. 82 e ss.

²⁶⁵ HURRELL, Andrew. **The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985**. 1986. 385 p. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculty of Social Studies, University of Oxford, Oxford. p. 146.

parte do tempo com simpatia, entretanto, o controle exercido por ele na economia fez com que as críticas se intensificassem. O entusiasmo do período do *milagre* diminuiu e o olhar para os problemas acentuou-se.

4.2.2 A *Economist* e a crise

Em outubro de 1973, a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) decidiu elevar o preço do combustível em resposta ao envolvimento americano na Guerra do Yom Kippur²⁶⁶. O Brasil sofreu expressivo impacto na balança comercial e, por consequência, na estabilidade da economia.

Em meio à crise, Ernesto Geisel assumiu a Presidência. Buscavam-se estratégias para enfrentar as adversidades e, para o presidente empossado, o problema parecia ser Delfim Netto. Por isso, escolheu Mário Henrique Simonsen para ministro da Fazenda e João Paulo do Reis Velloso para a Secretaria de Planejamento. O cenário negativo consolidou-se e em 1974, a inflação atingiu 35%. Apesar de o crescimento ter se mantido alto - 9,6% - outros indicadores sugeriam que a economia estava entrando em dificuldades. Por exemplo, as reservas internacionais diminuíram 18% e a dívida externa elevou-se 37%²⁶⁷.

A conjuntura político-econômica mudou e a postura, tanto do presidente como da equipe econômica, também. Geisel sempre foi um defensor do maior controle do Estado na economia e passou a concentrar as decisões em seu gabinete. Para o presidente, a iniciativa privada não estava realmente interessada no desenvolvimento do país. O capital internacional deveria funcionar apenas como um complemento e o governo seria o responsável por impulsionar o desenvolvimento. Naturalmente, o mercado internacional de capitais não recebeu bem essa mudança de postura.

As apostas do general estavam no II PND, lançado no final de 1974. Sob responsabilidade do ministro do Planejamento, foi concebido como um programa desenvolvimentista, de intervenção estatal na economia e com foco na expansão do mercado interno²⁶⁸.

²⁶⁶ Conflito entre uma coalizão de países árabes, liderados por Egito e Síria, e Israel. Aconteceu entre os dias 6 e 26 de outubro de 1973.

²⁶⁷ GASPARI, 2004. p. 45.

²⁶⁸ Sobre o II PND, Cf. FONSECA, Pedro Cezar Dutra e MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008.

Figueiredo assumiu a Presidência num clima de pouco otimismo. Com ele, Delfim Netto retornou ao governo, a princípio no Ministério da Agricultura, depois, com o pedido de demissão de Mário Henrique Simonsen, passou a ocupar o Ministério do Planejamento.

Conforme a *Economist*, enquanto quase todos os países latino-americanos eram praticamente autossuficientes, o Brasil importava 71% do petróleo que consumia. A produção nacional não dava sinais de crescimento e os preços mais altos já ameaçavam a inflação. A preocupação com o déficit comercial teria levantado a possibilidade que empresas estrangeiras viessem fazer a exploração, ao que a revista parece ser favorável²⁶⁹.

A revista argumentou que a nova política para exploração do petróleo e as novas medidas comerciais eram resultado do enfraquecimento da economia. Geisel teria em mãos um país pós-*milagre*, o otimismo dos mercados internacionais representado pela *Economist* parece que dava passos atrás e aquilo que era aclamado como pujança econômica passava a ser elemento de preocupação: “The boomtime expansion in production, road transport, and consumer durables has left the country with crippling bills for fuel and capital goods, which have been more or less ignored until now”²⁷⁰.

A partir de 1974, a inflação e a desigualdade social começaram a ser apontadas como problemas²⁷¹. Igualmente, a indexação dos salários e do custo de vida passa a receber críticas: “But the basic philosophy remains unradical and unchic: better the unequal distribution of wealth than an unequal distribution of misery”²⁷².

A derrota do governo para o MDB, nas eleições de 1974, foi, para o semanário, resultado da maneira como a inflação e a desigualdade afetaram a população²⁷³. Enquanto até 1973 a palavra que definia o Brasil era *milagre*, a partir de 1974, o retrato passa a circular entre: *inflação*, *crise* e *dívida*.

O diagnóstico aparecia nas páginas da revista. Argumentava-se que quando o mundo todo parou de crescer seria um risco continuar tentando:

The trouble started in 1974 when Brazil kept up the momentum of its growth – 9,6% - but OECD countries, its main customers, suffered a fall of 0,2%. In 1975, Brazil’s growth dropped by more than half to 4,2%, but the OECD again recorded a fall in

²⁶⁹ Power politics. 6 jul. 1974. p. 99.; Still coming in. 1 dez. 1973. p. 104 e ss.; When losing is winning. 21 dez. 1974. p. 39.; No miracle. 18 out. 1975. p. 107.; Baiting the companies. 27 dez. 1975. p. 46.; Bargaining from weakness. 3 jul. 1976. p. 99 e ss.

²⁷⁰ No miracle. 18 out. 1975. p. 107., p. 107.

²⁷¹ When losing is winning. 21 dez. 1974. p. 39.; Mistakes begin at home. 31 jul. 1976. p. 16.

²⁷² Brazil counts its debts. 13 mar. 1976. p. 77 e ss.

²⁷³ When losing is winning. 21 dez. 1974. p. 39.

real gdp, of 2,5%. Result: a current account deficit of \$ 7 billion in 1974 followed by just under \$ 7 billion last year²⁷⁴.

Nesse quadro, no *survey* de 1976, havia menos otimismo: “The worldwide recession and the rise in the oil prices hit Brazil where it hurts most”²⁷⁵. O impacto da crise do petróleo e da recessão internacional foi sentido com intensidade. E isto demonstra como o sucesso da economia no início da década estava conectado a um ambiente internacional mais favorável. Os momentos de crescimento passaram a ser vistos como pouco sustentados e esporádicos: “From its birth in 1500 up to the middle of our own century, the history of Brazil has been a long series of fantastic booms followed appalling and unexpected slumps”²⁷⁶.

Segundo a *Economist*, o II PND, em que Geisel depositava suas expectativas, tinha três pontos estratégicos: 1) o investimento em recursos energéticos; 2) a substituição de importações e 3) uma nova ênfase no desenvolvimento da agricultura. Foi descrito ainda, a partir de duas medidas: o controle das importações e os subsídios para a exportação²⁷⁷.

A política de substituição de importações de Geisel, apesar de não ter sido bem recebida pelos mercados estrangeiros foi, junto com as *commodities*, um estímulo à economia e à indústria e a revista voltou a usar a expressão *take off*: “Coffee and industry provided the mixture for its more recent industrial take-off”²⁷⁸.

Por outro lado, a contração da economia foi atribuída à situação internacional, assinalando a dependência do país a um ambiente externo favorável: “[...] a world recession which brought Brazil’s previously spectacular economic growth grinding to a halt”²⁷⁹. Em outubro, dizia que *o entusiasmo acabou* e os investimentos estrangeiros diminuíram²⁸⁰.

No terceiro *survey* descreveu-se que o cenário econômico era menos animador, o crescimento ficaria em patamares inferiores a 5% e a inflação ultrapassaria os 50% anuais. A prosperidade do pós-64 foi atribuída a uma política econômica orientada para o mercado, o que parecia não estar se repetindo no final da década:

The next few years under a new president whose main passion is fortunately horseriding, will decide whether Brazil can move from a too interventionist military technocrat government (which is the fourth worst sort of government for a South American country to have), into becoming a Japanese-style-near-democracy with a

²⁷⁴ Brazil counts its debts. 13 mar. 1976. p. 77 e ss.

²⁷⁵ Running out of oil. 31 jul. 1976. p. 11 e ss.

²⁷⁶ Ibid., 12.

²⁷⁷ Different course. 31 jul. 1976. p. 21 e ss.; The short and the long of it. 31 jul. 1976. p. 12 e ss.

²⁷⁸ The three Brazils. 31 jul. 1976. p. 7 e ss.

²⁷⁹ Geisel the fainthearted (ed.). 9 abr. 1977. p. 12.

²⁸⁰ The enthusiasm is over. 15 out. 1977. p. 98.

more market oriented economy (which is the best early hope for any development ripe poor country in today's world)²⁸¹.

Para a publicação, o Brasil herdado por Figueiredo já não era uma economia de mercado. Lembrando que quanto mais próximo um país estiver desta, mais democrático ele seria. Os campos da política e da economia não só são confundidos como o segundo sobrepõe-se ao primeiro.

Os responsáveis pela condução da política econômica e o próprio Geisel passaram a ser responsabilizados pelo cenário negativo. Ao submeter a política econômica às suas decisões, o presidente teria revertido o processo de liberalização. E, mesmo a equipe econômica, passa a ser criticada:

In 1964-1979 back-of-beyond Brazil has had perhaps the most articulate, sophisticated, expert teams of economic ministers of any country in the world. Five of the six main economic policymakers in this period have been internationally known economists in their own right. This has been, on balance, a misfortune. They have compounded Brazil's curse of overgovernment²⁸².

Problemas como desemprego e subemprego começam a aparecer no *survey* de 1979. Delfim Netto não é mais visto com tanta simpatia e Roberto de Campos é lembrado como o real promotor do desenvolvimento econômico: “The Campos squeeze of 1964-66 was one of the most triumphant macroeconomic policies of the past 50 years”²⁸³. O artigo “When Campos sowed and Delfim reaped” enuncia que a política econômica brasileira foi perdendo qualidade, até que Geisel teria assumido sua real condução.

Depois de dez anos de crescimento, a crise do petróleo e os subsídios para o crédito oferecidos pelo governo Geisel teriam, segundo a publicação, colocado a economia em queda, a inflação chegou aos 80% e a dívida externa atingiu cinquenta bilhões de dólares. A esse cenário ainda se juntavam a onda de greves e uma economia mundial em crise. Por outro lado, a memória dos anos de crescimento acelerado estava presente: “Brazil's economy has gone farther, faster, than that of any developing country outside southeast Asia in past 15 years”²⁸⁴. Por isso, reação pouco ortodoxa de Geisel à crise incomodava a *Economist*.

²⁸¹ Elephants can't be pink. 4 ago. 1979. p. 3 e ss.

²⁸² The importance of not being Ernesto. 4 ago. 1979. p. 4 e ss. A revista cita nesse artigo, o *survey* de 1976, conduzido por Robert Harvey, que assinalou que Geisel tomou a decisão de submeter às decisões econômicas às decisões políticas.

²⁸³ When Campos sowed and Delfim reaped. 4 ago. 1979. p. 15 e ss.

²⁸⁴ Breathless Brazil (ed.). 15 dez. 1979. p. 14. , p. 14.

A inflação e a dívida externa passam a ser assuntos fundamentais. Em 1979, a inflação aproximava-se dos 60% anuais e houve um aumento de dois bilhões de dólares no montante da dívida²⁸⁵.

No final do ano, as notícias eram que a inflação já atingia os 80% e que os empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) eram inevitáveis. A política promovida por Delfim Netto, de desvalorização da moeda nacional com o objetivo de favorecer as exportações, foi vista com pouco otimismo²⁸⁶.

Contudo, noticia-se que o ministro do Planejamento estaria viajando entre a Europa e os Estados Unidos para conseguir mais créditos com bancos privados. A dívida externa já era da ordem de cinquenta bilhões de dólares e ele preferiu não pegar um empréstimo com o FMI: “Why does not Mr Delfim Netto go to IMF? The bankers’ suspected answer: because, as the miracle growthman in the 10% -, expansion-a-year 1960’s, he does not want its tutelage. The bankers are probably underestimating him”²⁸⁷. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Saraiva Guerreiro, também buscava mais recursos e se reuniu com os dez maiores bancos americanos. Além do endividamento, os índices de inflação continuavam preocupantes:

Although Brazil is still regarded as a model for its debt administration, the failure to slow inflation has agitated even its staunchest defenders. Ever since Mr Antonio Delfim Netto took over a year ago as minister of planning, he has been predicting that the rate was on the point of falling. It continues to rise²⁸⁸.

Por outro lado, mesmo na crise, o crescimento de alguns setores da indústria brasileira e de outros países emergentes parecia ameaçar os interesses europeus: “South Korea, Mexico, Taiwan, Brazil and other emerging industrial nations are eroding Europe’s basic industries of the past, such as ships, steel, textiles and machines”²⁸⁹. Podemos inferir que a política de substituição de importações, diferentemente daquela de abertura ao capital estrangeiro causava certo mal estar em alguns setores da economia europeia e, por consequência, na revista.

No entanto, a *Economist* alternava momentos de mais confiança, pois para o setor financeiro ainda via possibilidade de ganhos. Mesmo com o aumento da dívida externa e dos índices de desemprego e uma queda de 11% no consumo afirmava-se que os bancos

²⁸⁵ Tightrope to democracy. 4 ago. 1979. p. 18 e ss.

²⁸⁶ Brazil devalues, decontrols, and diminishes indexation. 15 dez. 1979. p. 69.

²⁸⁷ Delfim's prospectus. 1 mar. 1980. p. 63 e ss. Meses depois, em 17 de maio de 1980, o valor noticiado pela revista era de 57 bilhões de dólares. Cf. And now, the Brazil crisis. 17 mai. 1980. p. 21.

²⁸⁸ Crashing through the debt barrier. 6 set. 1980. p. 76 e ss.

²⁸⁹ Handicapping entrepreneurs (ed.). 29 nov. 1980. p. 12.

estrangeiros estavam receptivos e que aqueles que já haviam emprestado dinheiro estavam ainda mais felizes²⁹⁰. O mercado financeiro saudava Delfim Netto: “Brazil’s economic maestro, Mr Antonio Delfim Netto, is winning big smiles from bankers and officials on his latest whistle-stop tour of Japan, West Germany and America”²⁹¹. Entretanto, enquanto pagava-se oito bilhões de dólares em juros da dívida havia recessão, diminuição do mercado interno e da produção industrial²⁹².

Inflação alta e câmbio fixo combinavam-se. Mas, o “maior devedor do mundo”, conseguiria ter superávit comercial, mesmo não tendo crescido no ano anterior²⁹³. Todavia, os anos de bonança ainda eram lembrados: “The years of the ‘economic miracle’ in Brazil saw capital sucked from the countryside to the cities, creating millions of new urban jobs and making Brazil an emerging industrial power”²⁹⁴.

Consoante a publicação, juntos o Brasil, a Argentina e a Venezuela deviam cerca de 140 bilhões de dólares e, o México, caminhava para algo semelhante: “Mexico must now either learn to live the Brazilian way of life – high inflation but high growth – or else lapse into the Argentine way: high inflation, no growth, political misery”²⁹⁵. Caberia ao presidente daquele país decidir, e os conselhos eram: obedecer ao FMI, juntar-se ao GATT, frear a corrupção e estabelecer um acordo de livre comércio com os Estados Unidos²⁹⁶.

As comparações entre a economia mexicana e a brasileira continuam:

Mexico would have done far better to have followed the path taken by Brazil in 1980. Brazil was then the world’s biggest debtor and looked a Mexican-style crisis between the eyes. With no help from the IMF, within a year it turned a trade deficit into surplus by curtailng industrial growth, increasing prices to its farmers and devaluing its currency²⁹⁷.

Dessa forma, elaborações sobre as três maiores economias da América Latina tornaram-se mais frequentes e, quase sempre, referiam-se à dívida²⁹⁸. “More cash or we crash” tratava da nova busca por mais empréstimos empreendida pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto e pelo da Economia, Ernane Galveas. O objetivo era honrar os serviços da dívida, da ordem de oitenta bilhões de dólares. Nesse intento, os ministros

²⁹⁰ Bankers do the Cha-Cha-Cha. 14 mar. 1981. p. 66 e ss.; Deflating out of deficit. 20 jun. 1981. p. 86.

²⁹¹ Middle class blues. 12 dez. 1981. p. 77 e ss.

²⁹² Fed by the Fed. 19 set. 1981. p. 76.

²⁹³ Think of a Polish number (ed.). 13 fev. 1982. p. 13.; South American blues (ed.). 6 mar. 1982. p. 16 e ss.

²⁹⁴ A hard nut for Brazil. 29 mai. 1982. p. 83.

²⁹⁵ Burros' debt (ed.). 21 ago. 1982. p. 11 e ss.

²⁹⁶ Mexico's new man (ed.). 27 nov. 1982. p. 18.

²⁹⁷ Debtors' prism (ed.). 11 set. 1982. p. 13.

²⁹⁸ The Falklands V-sign (ed.). 16 out. 1982. p. 19 e ss.

acabaram bem sucedidos: “Brazil tells bankers the tales they want to hear” foi o título do artigo²⁹⁹.

As posições da revista sobre a economia ainda oscilavam em 1982. Recomendava-se que o caminho seguro era seguir as regras do FMI, liberar as taxas de juros, cortar o déficit orçamentário e desvalorizar a moeda:

Brazil's generals should pluck up their post-election courage, borrow from the IMF, and be proud of doing so [...]. Before the election an IMF loan would have humiliated the government, even in the eyes of many supporters. Now the election is over, that gut reaction needs to change. Handled intelligently, an IMF loan could enhance Brazil's prestige [...]. For this nearly industrial, nearly democratic country, borrowing from the IMF would now be a sign of maturity [...]. It starts not with a target for exports (which planners everywhere habitually overestimate), but with the maximum that Brazil expects to borrow abroad \$ 10,6 billion, of which \$7,2 billion is to pay off old loans³⁰⁰.

Logo em seguida, o editorial “Bottomless debt” endurece a crítica. Listavam-se as causas para o pessimismo: primeiro que o país só poderia pagar sua dívida se o preço do petróleo caísse, o que não seria bom para outras economias; a segunda era a orientação geral dos bancos americanos, que estavam cautelosos, depois de terem emprestado mais de 50% de seu capital ao México. A terceira eram as taxas de juros que continuavam altas e que tornavam o pagamento das dívidas ainda mais difícil. Por fim, havia o cenário político interno.

Sendo assim, a capacidade de arcar com o montante da dívida diminuía: “Brazil, whose central bank puts its external debts at \$ 80 billion, has sent a telex to its foreign bank creditors informing them that it will not repay any of the principal on its medium-term and long term loans due to this month”³⁰¹.

4.2.2.1 “Hard times”

Como vimos, as altas expectativas e a confiança no crescimento econômico mantiveram-se por algum tempo. Mesmo que a conjuntura tivesse inaugurado os “tempos difíceis”, a importância do país no cenário internacional era notícia³⁰². Não foi à toa que a

²⁹⁹ More cash or we crash. 9 out. 1982. p. 72 e ss.; Brazil tells bankers the tales they want to hear. 25 dez. 1982. p. 65.

³⁰⁰ Debt and democracy (ed.). 20 nov. 1982. p. 15. Referiam-se às eleições estaduais e parlamentares de 1982.

³⁰¹ Brazil invents the sambatorium. 8 jan. 1983. p. 69 e ss.

³⁰² Blame shared is blame halved. 12 mar. 1983. p. 17 e ss.

revista fez uma reportagem especial, em 1983, e destacou que o Brasil seria um dos poucos países responsáveis pela configuração do mundo naquele decênio, ainda que isso fosse resultado da combinação entre a dívida e sua incipiente democracia:

Last November Brazilians had their first taste of proper democracy for almost 20 years. Within a fortnight, weighed down by \$ 80 billion of foreign debt, the government applied for a loan from the International Monetary Fund. Our economics editor, Rupert Pennant-Rea, went to see what has happened since then and came away convinced that the combination of massive debt and fledgling democracy puts Brazil among the half-dozen countries that will shape the world in the 1980s³⁰³.

Mas, os tempos difíceis permaneciam: “To the casual observer Brazil without inflation seems as improbable as Rio without Copacabana Beach”, ironizou, lembrando que medidas de contenção, como a desvalorização da moeda estavam sendo tomadas. Entretanto, lembrava que era necessário que a economia internacional colaborasse³⁰⁴. A influência da economia mundial nas questões internas apareceu em vários artigos do *survey* e conectava-se basicamente a dois fatores: o preço do petróleo e os juros da dívida, pagos em dólar. Para que a economia se recuperasse era preciso superar esses entraves. Conforme a revista: “Only a congenital pessimist could believe that the world economy will go on hammering Brazil as hard as it has in past five years”³⁰⁵.

Mas, esse sopro de otimismo não se sustentou. Para a *Economist*, a meta de superávit, de seis bilhões de dólares não seria cumprida e outro empréstimo era apenas uma questão de tempo, mesmo que o país estivesse enfrentando problemas para pagar aqueles já efetuados³⁰⁶. Nessa perspectiva: “bankers and businessmen are worried that overborrowed countries like Brazil will not be able to service their debt”³⁰⁷. Assim, termos como *borrower*, *overborrower*, *debtor*, *large debtor* são usados com frequência³⁰⁸.

Segundo a revista, 1982 foi desastroso. O país teria de tomar novos empréstimos de longo prazo para rolar as dívidas de curto e médio antes contraídas³⁰⁹. Isso deixava os

³⁰³ When the music stopped. 12 mar. 1983. p. 3 e ss.

³⁰⁴ Drawing the sting of inflation. 12 mar. 1983. p. 9 e ss.

³⁰⁵ The \$6 billion scramble. 12 mar. 1983. p. 11 e ss.

³⁰⁶ Brazil's pulse is weak. 16 abr. 1983. p. 72.; An awful lack of credit in Brazil. 23 abr. 1983. p. 95.

³⁰⁷ The Recovery Game (ed.). 23 abr. 1983. p. 13 e ss.

³⁰⁸ *Borrower* pode ser visto em: Prescription for the IMF (ed.). 15 mar. 1980. p. 18.; Might banks cry for Argentina? (ed.). 22 out. 1983. p. 17 e ss. *Overborrower*: Things that go bump (ed.). 3 out. 1981. p. 13 e ss.; A debt partnership (ed.). 2 abr. 1983. p. 13.; The Recovery Game (ed.). 23 abr. 1983. p. 13 e ss.; Buck-passing at Williamsburg (ed.). 28 mai. 1983. p. 16 e ss. *Debtor*: Down communism's sink (ed.). 13 fev. 1982. p. 11 e ss.; Better way of lending to Brazil (ed.). 15 out. 1983. p. 16. *Large debtor*: A naira so impeding (ed.). 21 dez. 1985. p. 14 e ss.

³⁰⁹ Brazil: Growing, growing, gone. 30 abr. 1983. p. 24 e ss.

mercados apreensivos: “International institutions, governments and commercial banks are all grappling with the huge international debt troubles of Mexico, Brazil and many other countries”³¹⁰. Contudo, lembrava que os problemas do México foram resolvidos por uma intervenção do FMI e o mesmo poderia ser aplicado aqui. O caso brasileiro foi classificado como especialmente dramático, uma vez que o país já havia anunciado que não poderia pagar os empréstimos tomados anteriormente. Assim, as posições de México e Brasil se invertem. No diagnóstico, o problema do país era liquidez e somente com a ajuda do FMI poder-se-ia enfrentá-lo³¹¹.

Em meados de julho de 1983, o Brasil finalmente recorreu ao Fundo, e passou a tentar enquadrar-se no pacote de medidas exigido. Uma delas era o abandono da indexação da economia; política que já havia sido motivo tanto de elogio como de crítica na revista³¹².

Enquanto noticiava a dívida de 95 bilhões de dólares, Delfim Netto era culpado pela inflação de 143%. Internacionalmente conjugavam-se a queda no preço do petróleo e a alta do dólar³¹³. Havia ainda um terceiro elemento: as taxas de juros: “Lower interest rates will also (a) ease the strain on overborrowed countries like Brazil; and (b) pull the dollar down from its overvalued heights, clamming protectionist pressures in America”³¹⁴.

Nesse quadro, a dívida permaneceu como um dos mais importantes assuntos. O editorial, “Brazil’s \$90 billion question” tratou da renúncia do então presidente do Banco Central, Carlos Langoni. Em seu lugar assumiu Affonso Celso Pastore. Ter-se-ia chegado nesse ponto por inconsistência nas avaliações: “Brazil deals with the commercial banks and the IMF were based on miscalculations of the amount of foreign exchange the country would get”³¹⁵. As fichas eram, de novo, depositadas em um velho conhecido: “In Brazil, much depends on the planning minister, Mr Antonio Delfim Netto. [...] Mr Delfim has many qualities, but even his admirers would put opportunism in the top of the list”³¹⁶.

Junto com os empréstimos do FMI, a revista apostava na adequação da economia a padrões mais liberais: “The IMF is trying to persuade the governments of Mexico, Brazil and

³¹⁰ How it all went wrong (ed.). 30 abr. 1983. p. 11 e ss.

³¹¹ Brazil still seeks the magic formula to slay the demon debt. 21 mai. 1983. p. 89.; Giving Brazil credit (ed.). 21 mai. 1983. p. 20.

³¹² Can the IMF dare to deny loans to Brazil? 9 jul. 1983. p. 79 e ss.; God save Brazil, lest the central bankers won't. 16 jul. 1983. p. 69 e ss.

³¹³ Breathing in. 1 out. 1983. p. 53.; Boom or sputter?(ed.). 16 jul. 1983. p. 9 e ss.; That mighty dollar (ed.). 13 ago. 1983. p. 10 e ss.

³¹⁴ Recovery on earth (ed.). 27 ago. 1983. p. 9 e ss.

³¹⁵ Brazil's \$90 billion question (ed.). 10 set. 1983. p. 13 e ss.

³¹⁶ Ibid., 14.

Argentina to change their policies in ways that most North Americans revere – freer markets, smaller budget deficits, fewer subsidies”³¹⁷.

Temia-se que os passos da Argentina fossem seguidos e que a possibilidade do calote se espalhasse:

The worst danger after Argentine semi-repudiation would beset Brazil, although it could least afford it. Nearly 40% of Brazil’s exports are manufactures, often depends on imports of raw materials. Many Brazilian factories working short-time now will close if Brazil cuts itself off further from International Monetary Fund aid and bankers’ solicitude. But there are some nationalist politicians in Brazil’s new semi-democratic congress who might clamour to follow any Argentine example; Brazil’s government is already making some gestures to these populists, like partial price control, which might antagonise the IMF; the smaller American banks might feel any Argentine crisis was a reason for them to withdraw from the painful bankers’ consensus being worked out with Brazil³¹⁸.

Estabelecem-se, assim, dois padrões de comportamento que o periódico usa como critérios de comparação. De um lado, o perfil mexicano, que se ajustou aos padrões da economia liberal, abrindo-se aos mercados (principalmente o americano), seguindo a cartilha do FMI. E de outro, a Argentina.

No final de 1983, os prognósticos para a economia brasileira não eram animadores. Com a liberação da última parte do empréstimo do FMI e o novo acordo para um crédito de longo prazo, mais pressão seria imposta sobre as contas públicas. Além disso, o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos teria efeitos prejudiciais³¹⁹. Dessa maneira: “But higher short-term rates harm overborrowed countries like Brazil and Mexico. [...] The FED knows too well how an extra percentage point on short rates costs Brazil an extra \$ 650 m a year”³²⁰.

Como vimos, outro componente importante em relação à administração da dívida era o petróleo. O aumento no preço do combustível pioraria a balança de pagamentos de países importadores e, conseqüentemente, a situação da dívida³²¹.

Apenas alguns dados sobre a balança comercial traziam um tom menos pessimista ao noticiário. Com um superávit de onze bilhões de dólares: “Brazil, the largest sovereign debtor, announced that it would be needing only \$ 3 billion in new money to meet its debt serving

³¹⁷ Needing those dollars (ed.). 24 set. 1983. p. 13.

³¹⁸ Might banks cry for Argentina? (ed.). 22 out. 1983. p. 17 e ss.

³¹⁹ Twelve months later, Brazil prepares for Christmas, 1982. 17 dez. 1983. p. 71 e ss.; A happy old year (ed.). 24 dez. 1983. p. 9 e ss.; Down with the dollar (ed.). 3 mar. 1984. p. 14 e ss.

³²⁰ Low down on the summit (ed.). 5 mai. 1984. p. 14.; Cf. também: Banking on Latin America(ed.). 30 jun. 1984. p. 15.

³²¹ The Saudis' test (ed.). 26 mai. 1984. p. 11 e ss.; Debtors' decision (ed.). 16 jun. 1984. p. 11.

next year”³²². Nesse sentido: “Even the worst-hit poor economies, such as heavily-indebt Brazil, have started to grow again”³²³.

No quadro de adversidade, novos temas chamavam a atenção dos observadores internacionais, especialmente a desigualdade social, antes vista como um dado e uma etapa do processo de desenvolvimento. A ideia de crescer para depois distribuir deixou de convencer.

4.2.2.2 Desigualdade

“Brazil, industrial and economic giant – potential superpower of the next century – has some of the worst poverty and misery on the face of the globe”³²⁴. Apesar de marcar a importância dessa questão, para a *Economist* esse era um problema que se resolveria dentro da lógica de mercado. O crescimento econômico levaria, inevitavelmente, a uma maior igualdade social.

Por isso, durante um bom tempo, assumiu como verdadeira a fórmula *concentrar para crescer*. No período do entusiasmo com o *milagre econômico* houve alguns artigos sobre disparidade *regional*. Tal poderia levar o leitor estrangeiro a entender que o problema da pobreza concentrava-se apenas no nordeste: “The principal product of the Brazilian north-east is despair. Its principal export is people. Twice the size of France the north-east is the largest area of hard core poverty and backwardness in the Americas”³²⁵.

Todavia, os dados apresentados depois da crise ampliaram o cenário da desigualdade. Apesar de Geisel querer ser lembrado por ter melhorado a vida da maioria dos cidadãos, no país, os lucros eram altos, os impostos baixos, algumas pessoas extremamente ricas e muitos eram marginalizados: “those brutally defined in the Brazilian sociological dictionary as being ‘economically inactive’”³²⁶. Com o golpe, apenas um setor da sociedade teria se beneficiado: “[...] João Goulart, in 1964. A government that had represented two of Brazil’s three classes was replaced by a government that represented only one, the upper middle class”³²⁷. Dava-se

³²² Latin opportunity (ed.). 4 ago. 1984. p. 13 e ss.

³²³ The mighty borrower (ed.). 22 set. 1984. p. 13 e ss. Cf. The Bretton Woods twins (ed.). 15 set. 1984. p. 15 e ss.

³²⁴ POWER, 1981. p. 92.

³²⁵ Glimmer of hope. 6 jul. 1968. p. 24. Cf. também: Those without hope. 23 jan. 1971. p. 34.

³²⁶ Balanced growth. 31 jul. 1976. p. 25. Cf. também: Old soldiers never fade away. 31 jul. 1976. p. 45.

³²⁷ By the few for the few. 31 jul. 1976. p. 26.

conta de que a política econômica do regime militar tinha agravado a concentração de renda e achatado os ganhos dos trabalhadores: “Brazil has gained but not Brazilians”³²⁸.

Em 1979, a revista apontava a necessidade de um plano para a distribuição de renda. Num cenário em que: “the rich have grown richer since 1960, while the poor have gone less poor less fast”³²⁹, descreveu a proposta de um programa de transferência de renda sugerido pelo economista Edmar Bacha da seguinte maneira: “He concludes that the transfer of 8% of the income of the non-poor (i.e., only about two years gnp growth per head) would double the average incomes of the rural poor and increase by two thirds those of urban poor”³³⁰.

Além da divisão de classes, regionalmente, três brasis com características bem diferentes foram apresentados: o do Norte, o do Nordeste e o do Sul: “The differences that divide the three Brazil’s are greater than the differences that divide most Latin American countries”³³¹. Destacaram-se dados sobre a precariedade da estrutura da migração estimulada do nordeste para o norte, a falta de médicos nas regiões e a da situação da população indígena na Amazônia³³².

O descaso do governo com o Nordeste passava pela forma como o chefe da equipe econômica via a região: “Mr Delfim Netto never made much secret of his belief that money devoted to the development of the north-east was money wasted”³³³. Para a *Economist*, o governo nunca melhorou a qualidade de vida na região porque o sul precisava de mão de obra barata³³⁴. E voltou a usar a expressão *take off*, agora para manifestar que o desenvolvimento não havia chegado àquela parte do país: “But the take-off has not touched the larger region to the north-east”³³⁵.

Ainda assim, a dívida era a grande vilã dos anos 1980 e a pobreza era resultado dela³³⁶. A miséria urbana era visível e a má distribuição de renda agravava-se: “the lowest paid are poorer than ever”³³⁷. Um dado novo é que a condição de pobreza de muitos brasileiros apareceu agora conectada à ausência de democracia: “Countries like Brazil,

³²⁸ Underdeveloped country. 31 jul. 1976. p. 38.

³²⁹ Poverty traps. 4 ago. 1979. p. 7 e ss.

³³⁰ Ibid., 8.

³³¹ The land The south forgot. 31 jul. 1976. p. 8.

³³² The men and the money. 31 jul. 1976. p. 45.; The land and the mitre. 31 jul. 1976. p. 37.; The innocents. 31 jul. 1976. p. 37 e ss.; Troublesome priests. 29 jan. 1977. p. 67.

³³³ Or bake in the sertao. 31 jul. 1976. p. 41 e ss.

³³⁴ To grow or not to grow. 31 jul. 1976. p. 8 e ss.

³³⁵ The three Brazils. 31 jul. 1976. p. 7 e ss. A *Economist* tratou ainda da fome da região nordeste e de dados sobre a mortalidade infantil, que em algumas áreas atingia 25%. Cf. The angry hungry. 7 abr. 1984. p. 47.

³³⁶ Free trade and generosity (ed.). 15 ago. 1981. p. 18.

³³⁷ A hard nut for Brazil. 29 mai. 1982. p. 83. Cf. também: The long road back from The miracle. 12 set. 1981. p. 48.

Mexico and Colombia blame their instability and authoritarian or one party rule on the extreme poverty of most of their people”³³⁸.

Nesse sentido, as críticas tornam-se mais consistentes: “The gap between rich and poor in Brazil is huge and always has been”. Mesmo assim, assumia-se que a tendência da desigualdade era cair: “[...] it is hard to imagine that the scale of Brazil’s inequality will last much longer. Income distribution tends to become less unequal as countries go richer”³³⁹.

Essa previsão não se confirmaria e os índices de desigualdade social continuaram altos. A lógica do mercado não foi suficiente para equalizar o padrão de vida dos cidadãos. O país viveu anos de acelerado crescimento, mas nunca enfatizou a distribuição de riquezas.

4.2.2.3 O governo civil trazia novas esperanças à economia?

Mesmo antes das eleições de 1985 a revista acreditava na vitória de Tancredo Neves e esperava que ele renegociasse a dívida: “Brazil’s soon-to-be-President Neves deserves to be given a chance by the west’s banks”³⁴⁰.

Eleito, não assumiu devido a problemas de saúde. Neste cenário, a revista narrou que José Sarney, o primeiro civil em mais de vinte anos, assumiria o país num quadro de hiperinflação. Sua ação inicial teria sido a reforma monetária sugerida por Pêrsio Arida e André Lara Resende, criando-se o Cruzeiro Novo. Em vista disso, trazia números e dava recomendações para o governo: o PIB tinha crescido 4,4%; as exportações aumentaram 23% e a inflação estava na casa dos 230%. Indicava que a saída era a renegociação com os bancos e com o FMI, além da privatização das 550 estatais que operavam com perdas. Diante do frágil estado de saúde de Tancredo Neves tranquilizou os leitores afirmando que a equipe econômica se manteria caso ele morresse³⁴¹.

Os militares não agradavam mais: “Brazil’s loan from the International Monetary Fund was suspended because its soon-to-depart military government has not met all the IMF’s conditions”³⁴². Por sua vez, os civis também deixavam a desejar no corte de gastos. E o Brasil

³³⁸ Peron is dead (ed.). 5 nov. 1983. p. 15 e ss.

³³⁹ Blame shared is blame halved. 12 mar. 1983. p. 17 e ss.

³⁴⁰ The world's most borrowed man (ed.). 5 jan. 1985. p. 12 e ss.

³⁴¹ Bursting Brazil's inflation bubble. 30 mar. 1985. p. 79.; Calmly done, Brazil (ed.). 6 abr. 1985. p. 13.; Banking on South America (ed.). 17 ago. 1985. p. 13 e ss.; Why bankers need not fear for Brazil. 20 abr. 1985. p. 77 e ss.

³⁴² Democratic debtors (ed.). 23 fev. 1985. p. 17 e ss.

continuava “the world’s biggest developing country debtor”³⁴³. Para o saneamento da dívida esperava-se a queda no preço do petróleo e da taxa de juros³⁴⁴.

Mas, a *Economist* advertia que mais recursos eram necessários e que a nova equipe econômica não dava sinais de que atingiria as metas impostas pelo Fundo. Assim, as esperanças estavam, de novo, no superávit da balança comercial. Apontava que o presidente José Sarney não atentava aos conselhos do ministro da Fazenda Francisco Dornelles, nem do presidente do Banco Central Carlos Lamgruber e escutava apenas o “populista ‘nonsense’” João Sayad, na época à frente do Ministério do Planejamento, afastando o país das metas do FMI. Mesmo o superávit encontrava-se ameaçado pelas barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos, Europa e Japão. O resultado foi que as exportações caíram cerca de 7,5% em 1985³⁴⁵.

4.3 *Política internacional*

Qual o papel da política externa? O Brasil era uma potência na visão da revista? Esta definição está mais ligada a fatores econômicos ou políticos? O objetivo dessa seção é pensar como determinadas imagens apareceram na cobertura feita pela *Economist*. É um período em que a política externa teve diversas nuances e alguns indicadores do perfil da publicação podem ser encontrados. Neste sentido, vale a pena observar mais detidamente os artigos que trataram do tema.

No contexto da Guerra Fria, depois do golpe, o Brasil posiciona-se definitivamente do lado do ocidente. A princípio, a aliança com os Estados Unidos foi evidente, mas esse cenário se modificou a medida que a política externa assumiu um viés mais independente. Existem diversos sinais de que o alinhamento automático com a potência americana é substituído por relações mais diversificadas, inclusive com países socialistas e pela intenção brasileira de figurar entre as potências, usando seu papel de liderança no terceiro mundo³⁴⁶. Além disso, o

³⁴³ Why bankers need not fear for Brazil. 20 abr. 1985. p. 77 e ss.

³⁴⁴ Fails the test. 13 jul. 1985. p. 58 e ss.; Saudis near the last ditch (ed.). 29 jun. 1985. p. 10 e ss.; Adjusting to a better diet (ed.). 6 jul. 1985. p. 19 e ss.; Cheaper oil (continued) (ed.). 6 jul. 1985. p. 24.; Losers and winners (ed.). 6 jul. 1985. p. 22 e ss.

³⁴⁵ There's an awful lot of debt in Brazil ... still. 31 ago. 1985. p. 75 e ss.; Under the volcano (ed.). 13 jul. 1985. p. 15 e ss.; Fire drill at the summit (ed.). 26 mai. 1984. p. 12 e ss.; The pioneers retreat (ed.). 24 ago. 1985. p. 9 e ss.

³⁴⁶ O Brasil assume uma postura realista nas relações internacionais. Segundo Waltz: “[...]os estados secundários, se puderem escolher, fluem para o lado mais fraco; porque é o lado mais forte que os ameaça. No lado mais fraco eles são, ao mesmo tempo, mais apreciados e seguros”. Cf. WALTZ, 2002. 176.

propósito de desenvolvimento de tecnologia nuclear em território nacional é uma indicação de que o país estaria disposto a enfrentar interesses americanos e de alguns países da Europa.

Entretanto, a ideia de potência não era tão cara a Geisel como fora a Médici. De acordo com Gaspari: “[...] quando Nixon massageou o ego da ditadura afirmando que o Brasil determinava os rumos da América Latina, Geisel condenou a ‘mania de se dizer que o Brasil era uma potência’”³⁴⁷. E ainda: “Geisel incomodava-se com esse tipo de formulação. Tinha uma antiga e expressa má vontade contra a natureza imperialista dos governos dos Estados Unidos”³⁴⁸. Hurrell classificou a política externa desse período de ativista e assertiva. Geisel e Antonio Francisco Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores, teriam sido bem sucedidos em contornar os mais conservadores na formulação da política externa e estabelecer o que foi chamado de pragmatismo responsável³⁴⁹.

O Brasil passou a pensar o terceiro mundo como um bloco e assumiu definitivamente sua defesa. O que se refletiu num apoio às propostas terceiro mundistas nos foros multilaterais³⁵⁰.

Apesar do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado no final de 1974, destacar a grandeza da nação e a necessidade de desenvolvimento, no governo Geisel há menos ênfase na ideia de grande potência do que havia anteriormente. Segundo Hurrell a imagem mais comum, de 1975 a 1979, é a de potência emergente. Para Shiguenoli Miyamoto, havia no governo Médici um projeto de grandeza nacional, que se tornou parte central do pensamento governamental de então, o que não foi enfatizado em seguida³⁵¹.

O artigo de William Perry e Sheila Kern, “The Brazilian nuclear program in a foreign policy context”, publicado em 1978 destacava a potencialidade brasileira como nação em desenvolvimento: “In addition, it must be clearly recognized that among all the developing nations, Brazil is probably the most likely, over forthcoming decades, to enter the ranks of the world's principal power centres”³⁵². Para os autores, o país avançava no sentido de se tornar um poder autônomo tendo um papel mais positivo e influente no mundo. Para isso, o programa nuclear era fundamental, uma vez que a política de defesa é um dos fatores determinantes do lugar a ser ocupado por um Estado no sistema internacional.

³⁴⁷ GASPARI, 2003. p. 346.

³⁴⁸ GASPARI, 2004. p. 372.

³⁴⁹ HURRELL, 1986.

³⁵⁰ Sobre o conceito de terceiro mundo Cf. VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo: conceito e história**. São Paulo: Ática, 1990. Ver também: HURRELL, 1986.

³⁵¹ MIYAMOTO, Shiguenoli. “A Geopolítica e o Brasil Potência”, paper presented to the fifth annual general meeting of National Association of Post-graduate Social Science Research, Friburgo, 21-23 October 1981. Apud HURRELL, 1986. p. 151.

³⁵² PERRY e KERN, 1978. p. 66.

Acredita-se que o *status* de potência emergente foi atribuído ao Brasil, pela primeira vez, pelo próprio Perry, em 1976, quando publicou o livro “Contemporary Brazilian Foreign Policy: The International Strategy of an Emerging Power”. No mesmo ano, Ronald Schneider lançou “Brazil: Foreign policy of a future world power”. Análises que vinham reforçar outras, como a de Riordan Roett “Brazil ascendant: international relations and geopolitics in the late 20th century” em 1975 e a de Donald E. Worcester, “Brazil, from colony to world power”, em 1973 que não usaram especificamente o termo potência emergente, mas consolidaram a ideia. Não só em língua inglesa é possível encontrar publicações que destacavam a potencialidade brasileira, “Demain Le Brésil? Militarisme et Technocratie”, livro de Michel Schooyans, que foi editado pela primeira vez em 1977 é um exemplo disso. Há ainda documentos como o “Memorandum of Understanding Concerning Consultations on Matters of Mutual Interest” assinado por Henry A. Kissinger e Antonio F. Azeredo da Silveira em 1976, que demonstram o reconhecimento do país como ator significativo no cenário internacional³⁵³.

O outro lado desse destaque dado à ascensão do Brasil, principalmente no campo econômico, era uma visão bastante negativa relativa ao desrespeito aos direitos humanos, especialmente quanto ao emprego da tortura, à ausência de democracia e à grave desigualdade social. Esses aspectos apareceram, não só a imprensa internacional, mas também em livros que tiveram grande repercussão como: “Estratégia do terror: A face oculta e repressiva do Brasil”, de Ettore Biocca publicado em Lisboa, em 1974 e “‘Pau de Arara’ – La Violence Militaire au Brésil”, nunca publicado em português, escrito por Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca, cujos nomes não aparecem na edição original, de 1971. No Chile, Rodrigo Alarcon lança, também em 1971, “Brasil: represión y tortura”³⁵⁴.

O país era internacionalmente percebido a partir de dois marcos: a pujança econômica que lhe deu o *status* de potência e o retrocesso político representado pela ditadura militar e pela tortura.

Quanto à cobertura da *Economist*, alguns acontecimentos são chaves: a assinatura do acordo com a Alemanha, em 1975, que previa a transferência da tecnologia para o ciclo completo do enriquecimento de urânio, a visita do presidente Geisel ao Reino Unido em 1976, que ocorrera em retribuição àquela feita pela Rainha Elizabeth II ao Brasil em 1968, a

³⁵³ Cf. PERRY, 1976.; SCHNEIDER, Ronald M. **Brazil, Foreign Policy of a Future World Power**. Boulder: Westview Press, 1976.; WORCESTER, Donald Emmet. **Brazil: from colony to world power**. New York: Scribner, 1973.; SCHOYANS, Michel. **Demain, le Brésil? Militarisme et technocratie**. Paris: Les Editions du Cerf, 1977.

³⁵⁴ Cf. BIOCCA, Ettore. **Estratégia do terror: a face oculta e repressiva do Brasil**. Lisboa: Iniciativas, 1974.; KUCINSKI, Bernardo e TRONCA, Ítalo “**Pau de Arara**” – **La Violence Militaire au Brésil**. Paris: Cahiers Libres, 1971.; ALARCON, Rodrigo. **Brasil: represión y tortura**. Santiago: Editorial Orbe, 1971.

divulgação do relatório americano sobre violação dos direitos humanos e a visita do presidente Carter em 1978, a assinatura de uma série de acordos de cooperação com a Argentina e a Guerra das Malvinas já em 1982.

Com um pano de fundo bastante diversificado o país buscava inserir-se nas relações internacionais. Colocava-se na linha de frente em alguns assuntos e isso chamou a atenção da revista.

4.3.1 Brasil potência

A condução da política externa, a diversificação das relações internacionais, as ambições nucleares e o papel de liderança regional são elementos que surgem com frequência. Conforme a revista, no governo Castelo Branco houve nítida aproximação com os Estados Unidos e a revisão da política externa independente promovida por Santiago Dantas: “The Brazilian government has assumed lonely eminence as principal advocate of United States policy in Latin America³⁵⁵”. Tanto o presidente quanto o general Golbery do Couto e Silva, formados pela Escola Superior de Guerra (ESG) capitaneavam a harmonização com os ideais americanos³⁵⁶.

A dependência estratégica e econômica dos Estados Unidos foi justificativa do apoio à intervenção na República Dominicana³⁵⁷: “it is significant that Brazil, once the proudest, loudest upholder of the principles of national independence, is now staunchly on Washington side”³⁵⁸.

Todavia, essa visão sobre alinhamento automático é rapidamente modificada. A publicação expõe que já no governo Costa e Silva, mais nacionalista, definia-se que o país seria menos dócil com as propostas americanas. Isto estava claro na questão nuclear. Asseverava-se que o país não assinaria nenhum acordo que o proibisse de avançar nessa área³⁵⁹.

A possibilidade do Brasil ocupar um lugar entre as grandes potências internacionais apareceu algumas vezes, como por exemplo:

³⁵⁵ Johnson's Men. 5 jun. 1965. p. 1138.

³⁵⁶ Good conduct prize. 14 ago. 1965. p. 605.

³⁵⁷ Johnson's Men. 5 jun. 1965. p. 1138.

³⁵⁸ Safety First in the Caribbean (ed.). 8 mai. 1965. p. 617 e ss.

³⁵⁹ Redecorating the house that Campos built. 23 set. 1967. p. 1088 e ss.

With huge reserves of raw material with an enormous and large unexplored interior, with a population of 110 m and the non-communist world's eight biggest economy, Brazil is on the way to becoming Latin American's superpower. Unless Brazil creates a democratic safety valve there is a danger that the pressures now building up as a result of the country's breakneck industrialization and social change will explode into open revolution³⁶⁰.

A diversificação das relações internacionais foi entendida como desejo por mais autonomia. Neste sentido, os laços estabelecidos com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o papel mais assertivo na defesa de interesses dos países do terceiro mundo vão solidificando a influência no nível regional: “[...] it is the increased identification of Brazil as a Third World country that represents the most significant change to have occurred during the period”³⁶¹. Mesmo que a liderança no subcontinente tivesse sido questionada pelo periódico: “But it is a leadership with few followers”³⁶².

A interpretação do Brasil como representante dos países em desenvolvimento começou a aparecer na *Economist* depois da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972: “The Brazilians have actually found a good deal of sympathy for this attitude among other developing countries”³⁶³.

Na revista, o espaço entre as potências mundiais conectava-se ao sucesso da economia:

There are many signs from month to month that the Brazilians are becoming more conscious of their future role as a great power of Latin America [...] This, then, is the outline of the new Brazil: a country whose economic success has made it the envy of other developing countries³⁶⁴.

Outro elemento que, segundo a publicação, compunha o quadro de busca por um lugar mais proeminente nas relações internacionais era a relação do Brasil com Portugal e, principalmente, com suas colônias na África. As ex-colônias eram aliadas naturais e faziam parte da estratégia de adensar a influência sobre os países em desenvolvimento, como no caso do governo socialista de Angola em 1975³⁶⁵.

³⁶⁰ Geisel the fainthearted (ed.). 9 abr. 1977. p. 12.

³⁶¹ HURRELL, 1986. p. 350.

³⁶² Johnson's Men. 5 jun. 1965. p. 1138.

³⁶³ The urban explosion. 2 set. 1972. p. 16 e ss.

³⁶⁴ Towards the year 2000. 2 set. 1972. p. 72 e ss.

³⁶⁵ With the rabbits, or the hounds? 11 nov. 1972. p. 63 e ss.; The white lace curtain (ed.). 10 fev. 1973. p. 14 e ss.; First among equals? 31 jul. 1976. p. 55.

Isso se conectava as ambições brasileiras de se estabelecer como uma potência: “For all its ambitions to be a major world power in the coming century, Brazil still identifies with the developing world and it is there looking for influence”³⁶⁶.

Para a *Economist*, as autoridades acreditavam no papel de potência: “[...] almost all of Brazil’s military men are agreed that Brazil has come of age as a world power”³⁶⁷. E isso era reforçado por representantes de outros países. A manifestação de Richard Nixon “As Brazil goes, so goes South America” foi lembrada quando Henry Kissinger se referiu ao país como um *world power* durante a visita de Médici a Washington em dezembro de 1971³⁶⁸.

A publicação assinalou que era na América Latina onde o poder do Brasil mais contava e que, durante a ditadura militar, o apoio dado aos golpes em outros Estados foi decisivo, demonstrando influência política regional: “Brazilians support its thought to have been decisive in the success of the recent coups in Bolivia and Uruguay”³⁶⁹.

Porém, a condução da política externa no governo Geisel foi alvo de algumas críticas da revista. A atuação da diplomacia foi classificada como oportunista: “With the typical pedantry of the Brazilian bureaucracy, the foreign minister, Mr Azeredo da Silveira, calls his new foreign policy ‘ecumenical non-aligned pragmatism’. This can be translated as ‘economic opportunism’”³⁷⁰.

No *survey* de 1979, avaliava que a política externa teria dado uma virada à esquerda, afastando-se dos Estados Unidos em função das questões sobre direitos humanos e energia nuclear. A isso se somava o desenvolvimentismo na economia, que faria com que o Brasil se confrontasse com o protecionismo dos países ricos³⁷¹.

A imagem de potência é menos frequente nos anos 1980. Para a *Economist*, os brasileiros sabiam que seriam um gigante econômico um dia, por isso odiavam sua fraqueza momentânea:

Charles de Gaulle once said that Brazil ‘is not a serious country’. He was wrong: it is just not solemn, and Brazilians know the difference. Their leaders have made a serious effort to change their economic policies and give democracy a chance. They are now doing what they can. Now they must wait for the world economy to recover – and they can’t wait for long³⁷².

³⁶⁶ Friends, anyone? 18 out. 1975. p. 46.

³⁶⁷ First among equals? 31 jul. 1976. p. 55.

³⁶⁸ Ibid. Richard Nixon foi presidente dos Estados Unidos de 1969 a 1974. Henry Kissinger foi Secretário de Estado entre 1973 e 1977.

³⁶⁹ South American man. 31 jul. 1976. p. 55 e ss. Inclusive sobre a cooperação entre as polícias do Brasil e do Uruguai que tornou as fronteiras dos dois países zona livre de captura. Cf. GASPARI, 2003. p. 374.

³⁷⁰ First among equals? 31 jul. 1976. p. 55.

³⁷¹ Tightrope to democracy. 4 ago. 1979. p. 18 e ss.

³⁷² Blame shared is blame halved. 12 mar. 1983. p. 17 e ss.

4.3.2 Relações bilaterais

4.3.2.1 Relação Brasil-Estados Unidos

Aproximações ou afastamentos entre os dois países sempre pautaram o debate sobre a política externa brasileira. Desde o alinhamento claro do governo Castelo Branco até o pragmatismo responsável da gestão Geisel o tema foi de grande relevância.

A postura assumida pelo governo americano sobre o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha, as visitas da primeira dama e do próprio presidente e, principalmente, o tratamento das questões de direitos humanos chamam a atenção da revista.

Em maio de 1977, Rosalynn Carter visitou o país. Em Brasília, além de pedir a Geisel que assinasse a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, ressaltou a discordância do governo americano com a política nuclear. Para Gaspari: “Muitas seriam as más lembranças que Geisel guardaria de Carter. Nenhuma foi mais funda que o constrangimento de obrigá-lo a discutir assuntos de Estado com sua mulher³⁷³”.

A primeira dama visitou também o Recife, onde dois missionários americanos foram presos e torturados semanas antes. Lourenço Rosebaugh e Tomas Capuano ficaram três dias na Delegacia de Roubos e Furtos do Recife. Em depoimento no Consulado Americano, descreveram o período como um “pesadelo” tendo presenciado cenas de “extrema brutalidade”.

Em março daquele ano, Jimmy Carter autorizou a divulgação de um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. O documento foi enviado pela Casa Branca e apresentado no Congresso americano. As notícias repercutiram muito mal, a ponto do chanceler Azeredo da Silveira ter ido a público desmenti-lo³⁷⁴.

Finalizava-se, a relação de apoio dos Estados Unidos à ditadura militar. O relatório foi descrito por Gaspari:

Equilibrado na análise, embaraçoso na linguagem, o relatório de 29 parágrafos, era devastador no tom. Grafava *Revolução* entre aspas, dizia que desde 1964 o governo

³⁷³ GASPARI, 2004. p. 392.

³⁷⁴ James Earl Carter Jr, do Partido Democrata, foi presidente dos Estados Unidos de 1977 a 1981. O relatório em questão foi produzido em 1976, ainda na administração Ford, mas não tinha sido divulgado.

estivera ‘sob o controle real dos militares’. Mencionava ‘poucos’ casos recentes de ‘abusos’ de presos políticos, mas reclamava da tortura de presos comuns. Reconhecia lisamente que Geisel liberalizara o regime, apesar da oposição existente em ‘várias organizações de segurança’³⁷⁵.

Sucederam diversas ações do governo brasileiro. A princípio, convocou-se o embaixador americano, John Crimmins, ao Itamaraty. Em seguida, todos os tratados militares foram denunciados, acabando com o acordo de assistência mútua assinado em 1952³⁷⁶.

Como candidato, Carter deu sinais de que isso aconteceria. Em entrevista à edição americana da revista *Playboy* marcou sua posição: “Quando Kissinger diz, como fez há pouco, que o Brasil tem um tipo de governo compatível com o nosso, bem, aí está o tipo de coisa que queremos mudar. O Brasil não tem um governo democrático. É uma ditadura militar”³⁷⁷. Com sua eleição, no dia 3 de novembro de 1976, a ditadura brasileira perdeu a simpatia do governo americano.

Segundo a *Economist*, a oposição havia sido encorajada pela preocupação do presidente americano com os direitos humanos³⁷⁸. A expectativa da visita de Carter movimentou os defensores das causas humanitárias e, por consequência, não agradou os condutores do regime:

Brazil’s soldier-rules are particularly irritated by the support given by leading members of the Roman Catholic Church to the campaign for an amnesty for political prisoners and the return of an estimated 10,000 political exiles [...] Dom Paulo Evaristo Arns, says he will bring up these topics with Mr Carter when America’s presidents visits Brazil at the end of the month³⁷⁹.

A chegada do presidente americano coincidiu com as comemorações dos quatorze anos do golpe³⁸⁰. De acordo com a revista, o ministro das Relações Exteriores afirmou que foi Carter quem requisitou a visita, demonstrando que o governo não a desejava, pelo menos, não naquele momento.

Publica que o novo dirigente dos Estados Unidos atacava três aspectos das relações bilaterais até então: o primeiro era o “Memorandum of Understanding” que singularizava o Brasil em detrimento das relações com outros países da América Latina, o segundo foi o

³⁷⁵ GASPARI, 2004. p. 384.

³⁷⁶ Ibid.

³⁷⁷ *Playboy* (edição americana), nov. 1976, p. 74-75, apud *ibid.*, p. 373.

³⁷⁸ Not very human, yet. 9 jul. 1977. p. 79 e ss.

³⁷⁹ Bad memories. 11 mar. 1978. p. 61 e ss.

³⁸⁰ O presidente norte-americano chegou ao Brasil em 29 de março de 1978.

silêncio das administrações Nixon e Ford sobre direitos humanos e por fim, a complacência deles sobre a questão nuclear³⁸¹.

Conforme a revista, a reação do governo à divulgação do relatório e à própria visita do presidente americano mostrou o quanto o Brasil havia se afastado de sua aliança com os Estados Unidos. A diversificação das relações comerciais e o acordo para transferência de tecnologia nuclear com a Alemanha Ocidental também confirmam o novo momento das relações entre os dois países³⁸².

4.3.2.2 Visita de Geisel à Inglaterra

As relações comerciais entre o Brasil e o Reino Unido estiveram, muitas vezes, sob o olhar da revista. Os acordos sobre o comércio de café, manteiga de cacau, minérios e outras *commodities* sempre figuraram na *Economist*³⁸³. Mas, apenas em 1976 quando Geisel foi convidado para retribuir a visita feita pela Rainha Elizabeth II ao Brasil em 1968 que a cobertura sobre as relações bilaterais foi intensificada. Houve forte reação do Partido Trabalhista Inglês e da imprensa de esquerda, mas a revista aprovou a visita. A manutenção das boas relações, principalmente em termos comerciais, era mais importante que as manifestações de determinados setores políticos da Inglaterra contra os abusos dos direitos humanos, por isso, a publicação considerou deslegante o posicionamento dos Trabalhistas:

Now the Labour party's national executive committee has thrown a whopping spanner into the works by passing a resolution on Wednesday that General Geisel, as a 'head of one of the most repressive regimes in Latin America' should have his visit cancelled. [...] General Geisel may take umbrage and cancel his visit. That would be a pity. Britain has a number of sound reasons for keeping on civil terms with Brazil and it is anyway very rude to tell an invited visitor that he is not welcome³⁸⁴.

³⁸¹ No governo Figueiredo as divergências com o governo Carter permanecem, até que na administração Reagan “Human rights were now no longer an issue”. Cf. HURRELL, 1986, p. 255.

³⁸² A diversificação das relações internacionais do Brasil, tanto do ponto de vista comercial quanto político, é objeto da tese de doutoramento do Professor da Universidade de Oxford Andrew Hurrell. Nesta, o autor busca entender como o desenvolvimento das relações internacionais do Brasil, de 1964 a 1985 possibilitaram que o Brasil atingisse uma posição mais autônoma e independente nos assuntos internacionais. Cf. Ibid.

³⁸³ Finding a new blend. 24 mar. 1973. p. 60 e ss.

³⁸⁴ Rude. 28 fev. 1976. p. 47.

A visita de Ernesto Geisel aconteceu entre os dias 4 e 7 de maio de 1976³⁸⁵. Para a *Economist*, o presidente objetivava, além de promover a imagem do Brasil, obter financiamento para grandes projetos de infraestrutura como: as rodovias Transamazônica, Rio-Santos e Imigrantes, o metrô do Rio de Janeiro, a ponte Rio-Niterói, a usina de Itaipu e a ampliação da usina nuclear de Angra dos Reis. O que, logo depois foi considerado desperdício de dinheiro³⁸⁶.

Seguiu-se uma série de manifestações contrárias à visita. Entre elas, uma moção de repúdio, uma carta do Deputado Trabalhista Stan Newens e protestos do sindicato dos jornalistas e do Instituto Católico de Relações Internacionais. Além da carta do professor Emanuel de Kadt, publicada pelo *The Times* em que dizia:

There are good reasons for improved diplomatic, cultural and trade relations with Brazil. But my hope is that most of those who ‘know what Brazil is really like’ (though clearly not Mr Evans) will also understand why it was a moral mistake for a Labour government to sponsor a state visit by the president of a country where social justice and human rights are still so widely disregarded³⁸⁷.

No primeiro dia da visita um documento com cinquenta assinaturas do Grupo Parlamentar de Direitos Humanos foi entregue a Geisel e *The Times* publicou uma carta do arcebispo de Westminster, Basil Hume, com uma foto do protesto realizado em frente ao Guildhall onde a prefeitura de Londres oferecia um jantar ao visitante³⁸⁸.

Em 1979, reavaliando a visita e o governo Geisel, o periódico voltou a fazer críticas aos opositores da recepção do ditador brasileiro:

In the midst of this rather brave march towards democracy, Britain’s (not exactly democratic) TUC said that President Geisel was an ever-more-repressive right wing dictator, and told the Wilson government that it should not welcome a visit to Britain from him³⁸⁹.

A relação da ditadura brasileira com a democracia inglesa parecia ser importante para ambos os países. A repercussão negativa da tortura na imprensa americana e europeia, inclusive inglesa, teria como resposta a recepção, na Inglaterra, do chefe de Estado brasileiro.

³⁸⁵ Ainda antes da chegada de Geisel, em 16 de março, Harold Wilson renunciou à liderança do Partido Trabalhista e o cargo de primeiro ministro foi assumido por James Callaghan, antes ministro das Relações Exteriores.

³⁸⁶ Brazil's Geisel brings the bills to Europe. 1 mai. 1976. p. 110.; An airport, not a city. 31 jul. 1976. p. 26 e ss.

³⁸⁷ KADT, E. de. Britain and Brazil. *The Times*, p. 13, 1976. 13.

³⁸⁸ CANTARINO, Geraldo. *A Ditadura que o inglês viu*. Rio de Janeiro: MauadX, 2014. p. 160 e ss.

³⁸⁹ The importance of not being Ernesto. 4 ago. 1979. p. 4 e ss. TUC significa Trades Union Congress, a central sindical britânica.

O governo trabalhista, interessado nos bons negócios, independentemente das críticas, decidiu que a visita teria mais prós que contras, a mesma posição foi adotada pela *Economist*.

4.3.2.3 Brasil-Argentina

Conforme as relações Brasil-Estados Unidos foram perdendo a centralidade, as conexões com outros países latino-americanos ganharam importância e, indiscutivelmente, a Argentina consolida-se como parceiro preferencial no final dos anos 1970 e início da década de 1980.

A revista tinha tratado as relações entre Brasil e Argentina como deterioradas, mas o cenário modificou-se. Em 1980, depois de quarenta anos, aconteceu a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao país vizinho. Visita essa retribuída em agosto, pelo General Videla. Para a publicação, os presidentes foram aproximados pelos homens de negócios e o consequente desejo de incremento nas relações comerciais entre as duas maiores economias da América do Sul³⁹⁰. A rivalidade de mais de duzentos anos chegava ao fim com a assinatura de alguns acordos.

Em 1982, a disputa sobre as Malvinas chamou a atenção do semanário para a posição que o Brasil assumira. Primeiro, descreveu que os países latino-americanos não estavam confortáveis com o apoio oferecido por Reagan ao Reino Unido e que o Brasil poderia levantar questionamentos sobre as relações especiais com os Estados Unidos³⁹¹. A Argentina não faria um acordo com a Inglaterra e isso significava instabilidade regional: “There is going to be no security in the area for Argentina, for Chile, for Brazil – or for Britain, the United States, Australia or New Zealand – until all of them start reconciling their and other people’s claims on Antarctica and the seas above it”³⁹². O Brasil se envolveu o mínimo possível no conflito. Mesmo assim, as relações bilaterais com a Argentina ganharam importância.

No entanto, a revista enfatizou a diferença de perfil entre os dois países. O Brasil que teria assumido a proposta terceiro-mundista estava aberto inclusive a reconhecer e estabelecer

³⁹⁰ Hello, soldier. 10 mai. 1980. p. 39., Tightrope to democracy. 4 ago. 1979. p. 18 e ss.; General manoeuvres. 30 ago. 1980. p. 33 e ss. Em um artigo de maio a revista fala em quarenta anos, no de agosto em 45 que é a informação adequada. Cf. URT, João Nackle. **Construção de confiança na América do Sul: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. p. 35.

³⁹¹ Testing Uncle Sam (ed.). 29 mai. 1982. p. 16.

³⁹² And after Stanley? (ed.). 12 jun. 1982. p. 16 e ss.

relações comerciais com o governo de esquerda recém-instalado na Nicarágua, o que não aconteceria no caso da Argentina:

Brazil's foreign minister, Mr Saraiva Guerreiro, has been using every international meeting he attends to plead that the sharpening of east-west tension should not be imported into the south Atlantic region and to argue that the north-south problem is more urgent. [...] Two things explain the difference between the two approaches. The first is the fact that the scars of Argentina's civil war, in which between 10,000 and 15,000 left-wing guerrillas are thought to have lost their lives, have by no means healed. In the left's assault on Brazil in the late 1960s, on the other hand, fewer than 100 guerrillas died. The rest have been forgiven and are back in operation some doing rather eccentric things but not breaking the law. The thousands of Argentines who fled from their country are not likely to be welcome back for a long time to come, if ever. Many of them – including Mr Mario Firmenich, who was responsible for the murder of an Argentine ex-president – are helping the left-wingers in Central America. Which is one reason why Argentina is not averse to get involved there³⁹³.

4.3.3 Questão Energética e Nuclear

Pode-se dizer que a questão energética é um dos fatores determinantes de diversas decisões na política externa e nas relações internacionais. Assegurar o suprimento de petróleo e outras formas de energia foi um dos elementos que impulsionaram as relações com o Oriente Médio, a África, alguns países socialistas e também com outros Estados da América Latina. Dessa forma, as negociações com o Paraguai para a construção de Itaipu, com a Colômbia para compra de carvão e com a Bolívia para o gás são processos que colaboraram para a diversificação das relações internacionais do Brasil, a partir do forte apelo que a questão energética tinha para a política e para a economia. Mas, foi o acordo nuclear com a Alemanha que gerou a mais ampla cobertura da revista e também as maiores controvérsias sobre a política externa durante a ditadura militar.

Desde o momento em que o Brasil se negou a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), entrava para o grupo dos países que poderiam se tornar potências nucleares. A compra de uma usina atômica de tecnologia americana que seria instalada em Angra dos Reis e o anúncio feito pelo Ministério das Minas e Energia sobre a descoberta de jazidas de urânio no Nordeste ajudaram a compor o quadro³⁹⁴. A aquisição desse reator, feita por Médici em 1972, é equiparada a de uma caixa preta, pois não trazia consigo a expertise para o enriquecimento do urânio.

³⁹³ How to see two different worlds. 13 mar. 1982. p. 54 e ss.

³⁹⁴ GASPARI, 2002. p. 209.

A partir de 1974, na gestão Geisel, a política nuclear foi elaborada sob a marca do desenvolvimento de tecnologia em solo nacional. Segundo Gaspari: “A bomba atômica representava a quintessência do ‘Brasil Grande’”³⁹⁵. Os dados apresentados mostram que os investimentos com pesquisa nuclear passaram de 304 milhões de cruzeiros em 1974 para 660 milhões em 1979. O diplomata responsável pela condução da política nuclear no governo Geisel era Paulo Nogueira Batista que na gestão Costa e Silva havia sido um forte adversário do TNP. Junto com o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, foi responsável pelas negociações com a Alemanha. Para Gaspari: “A ousadia de Nogueira Batista e o voluntarismo de Ueki produziram uma ideia grandiosa e aceleraram os entendimentos com os alemães, dando-lhes velocidade inédita”³⁹⁶.

O acordo com a Alemanha, diferentemente daquele com os Estados Unidos, não previa a compra de uma caixa-preta, mas sim de toda a tecnologia para o enriquecimento de urânio e para o reprocessamento do combustível. A primeira minuta do contrato foi apresentada em fevereiro de 1975 e em junho o acordo estaria completamente concluído, num ritmo bastante acelerado para uma negociação dessa magnitude. Considerado o maior acordo nuclear da história, foi assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, na cidade de Bonn, na Alemanha.

Na reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, Geisel anunciou-o como um passo decisivo no progresso do Brasil:

Estamos com negociações já adiantadas com a Alemanha [...] inclusive para desenvolver energia nuclear e a indústria nuclear dentro do país. [...] Eu não excluo a hipótese de chantagem da Argentina. [...] Eu não estou dizendo que o propósito do governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc., e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias³⁹⁷.

Um editorial do *New York Times* chamou o acordo de loucura nuclear:

Ao mesmo tempo em que era um capítulo da afirmação nacional, para produzir megawatts, era também um capítulo do processo de endividamento do país para captar dólares [...]. No dia da assinatura, calculava-se o custo do pacote em 10 bilhões de dólares. Em 1979 foi a 15 bilhões e, em 82 a 18³⁹⁸.

³⁹⁵ GASPARI, 2004. p. 129.

³⁹⁶ Ibid., p. 131.

³⁹⁷ Ibid., p. 132.

³⁹⁸ Ibid., p. 135-36.

A questão energética foi um tema relevante na cobertura da *Economist*. Não só a produção de energia nuclear, mas as oscilações do mercado de petróleo destacaram-se. Consoante a publicação, a instabilidade no setor petrolífero contribuiu para a decisão que a energia nuclear passasse a fazer parte da matriz energética.

De acordo com o semanário, o Brasil importava boa parte do petróleo que consumia e, obviamente, o impacto disso era sentido na balança comercial. Insistia então que se deveria investir mais em energia hidrelétrica e no *survey* de 1972 começou a alertar para a possibilidade de dependência de fontes nucleares:

One of the most urgent priorities is the development of hydroelectric power to make up for Brazil's lack of oil and its very limited coal deposits. [...] ahead it is clear that in 10 or 15 years' time Brazil is going to start depending on nuclear sources of power as well³⁹⁹.

Boa parte do mal-estar da publicação quanto à política energética deve-se ao fato de que Costa e Silva estava decidido a não assinar qualquer tratado internacional que dificultasse o desenvolvimento de tecnologia nuclear. Destacava que o governo não parecia preocupado com ameaças externas, mas com considerações sobre prestígio, insistindo no direito à construção de bombas nucleares para testes pacíficos⁴⁰⁰. Na revista, *near nuclear country* ou *nuclear aspirant* são expressões que passam a ser usadas para designar o país⁴⁰¹. E, a partir de 1974, o desenvolvimento de energia nuclear foi o principal tema dos editoriais que mencionaram o Brasil.

A publicação estimava que, em 1985, existiriam cerca de quarenta potências nucleares e uma delas seria o Brasil. A compra da tecnologia para o ciclo completo de enriquecimento do urânio preocupava:

The Germans and French have undertaken to sell, respectively to Brazil and Pakistan (which are not NPT parties), whole nuclear fuel cycles – not just reactors, but processing plants for uranium enrichment and plutonium separation; a virtually complete do-it-yourself kit for bomb makers⁴⁰².

Esse fato teria estremecido inclusive as relações entre a Alemanha e os Estados Unidos, dando ao Brasil a condição de potencial processador de energia nuclear. Junto com

³⁹⁹ The Brazilian model. 2 set. 1972. p. 28 e ss.

⁴⁰⁰ Treaty in Trouble (ed.). 25 fev. 1967. p. 697 e ss.; Anyone for Sanity? (ed.). 24 jun. 1967. p. 1325 e ss.; Nuclear Near-Treaty (ed.). 4 nov. 1967. p. 487 e ss.; Time, Proliferators, Please! (ed.). 30 dez. 1967. p. 1275 e ss. O tratado entra em vigor em 5 de março de 1970.

⁴⁰¹ Nuclear flat-earth thinking (ed.). 23 nov. 1974. p. 14 e ss.; The empress's bomb (ed.). 25 mai. 1974. p. 17 e ss.; Bans and bangs (ed.). 20 set. 1975. p. 15 e ss.

⁴⁰² All Pluto's children (ed.). 14 ago. 1976. p. 12 e ss. Cf. também: Is it real? (ed.). 9 out. 1976. p. 15 e ss.

Argentina, China, França, Índia, Israel, Paquistão e África do Sul estaria no *front* de rejeição do TNP⁴⁰³.

Segundo a *Economist*, um dos fatores do enfraquecimento das relações bilaterais com os Estados Unidos foi a forte oposição que o governo Carter fez à compra dos reatores alemães. Isso subsidia a revista para dizer que o Brasil estava traçando uma posição mais independente tanto em aspectos políticos quanto econômicos: “The four strongest economies of Latin America – Brazil, Argentina, Venezuela, Mexico – have been trying to become less dependent on American investment and trade [...] Mexico, Venezuela and even Brazil frequently oppose American policies in the United Nations”⁴⁰⁴.

O governo Geisel foi algumas vezes definido por suas ambições nucleares. A possibilidade de ultrapassar a barreira da produção de energia não agradava os países centrais, o que se reflete na posição da revista⁴⁰⁵. Por esse ângulo dizia: “Brazil aspires to be a world power, and may yet want the mushroom-shaped trademark that goes with it. [...] But Brazil could more easily become the moral leader of the third world by denying itself the expensive and dangerous luxury of nuclear weapons”⁴⁰⁶. A manutenção do *status quo* em relação à segurança internacional é interesse manifesto da publicação.

Em “Brazil’s megawatt megalomania” o acordo com a Alemanha foi classificado como controverso e pródigo. Além disso, o local foi tido como inapropriado e fala-se até na possibilidade de um terremoto na região de Angra dos Reis: “The horrific possibility of an earthquake blowing up the station cannot be eliminated”⁴⁰⁷.

O programa energético do país sempre foi noticiado com descrédito. No *survey* de 1979 as construções de grandes usinas hidrelétricas e nucleares não foram vistas como respostas efetivas e, menos ainda, a aposta no álcool combustível; neste aspecto resumia: “The energy problem for Brazil means oil”⁴⁰⁸.

⁴⁰³ What price Nato unity? (ed.). 2 abr. 1977. p. 18.; Not for the children (ed.). 16 abr. 1977. p. 9 e ss.; Carter's nuclear carrot (ed.). 7 jan. 1978. p. 13.

⁴⁰⁴ The Panama opportunity (ed.). 29 abr. 1978. p. 12 e ss.

⁴⁰⁵ Nuclear fissions (ed.). 14 out. 1978. p. 17 e ss.; Carter at sea (ed.). 14 jul. 1979. p. 11 e ss.

⁴⁰⁶ South American man. 31 jul. 1976. p. 55 e ss.

⁴⁰⁷ Brazil's megawatt megalomania. 7 out. 1978. p. 93.

⁴⁰⁸ Tightrope to democracy. 4 ago. 1979. p. 18 e ss.

**Parte III: O Brasil democrático: do endividamento à
potência emergente**

5 O Brasil democrático: de Sarney a Itamar

O que muda na cobertura da *Economist* a partir da redemocratização? A revista atualiza a imagem do Brasil? A partir dessas perguntas iniciais trataremos, nesse capítulo, da primeira fase do Brasil redemocratizado compreendendo os governos de José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Como todo período de transição esta é uma fase com acontecimentos bastante diversificados na política e na economia e acredita-se que a publicação capte esta multiplicidade temática introduzindo novos pontos de interesse. Os governos civis eleitos, primeiro indiretamente e depois pelo voto popular, os vários planos econômicos de estabilização, o processo de elaboração e a promulgação da nova Constituição Federal são alguns dos elementos da conjuntura política interna. Junto, os acontecimentos fundamentais do cenário internacional marcados pelo fim da Guerra Fria, pelo colapso do sistema soviético e a emergência de novos temas, tal como meio ambiente, são fatores que contribuem para a formação de um quadro interno e externo atualizado que, certamente, influenciará o periódico.

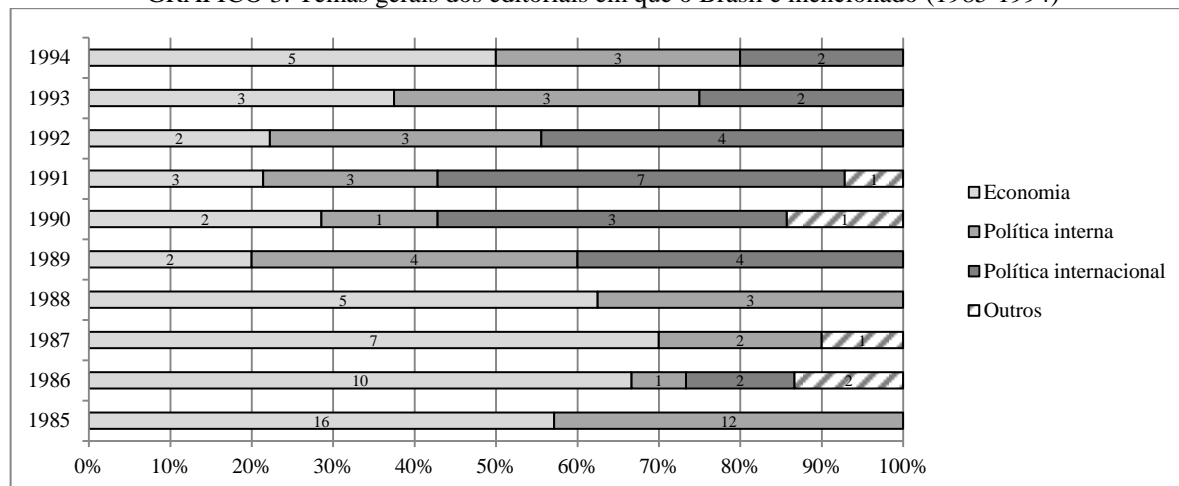
Partimos do pressuposto neste capítulo de que a *Economist* mantém sua ênfase no aspecto econômico como condicionador da política. Nesse sentido, são mais bem percebidos os governos que se afinam com o ideário do livre mercado e, portanto, com a linha editorial da revista. Mesmo que passe a dar mais importância a temas como desigualdade social, direitos humanos e ecologia, mantém-se fiel a ideia de que o de avanços nessas áreas são resultado do progresso econômico e esse só pode ser atingido através da liberdade econômica e comercial; mesmo os avanços políticos seriam resultado do processo de liberalização da economia.

Neste capítulo trabalhamos com editoriais e artigos publicados entre o início de 1985, com a eleição do primeiro civil à Presidência da República e o final de 1994 que coincide com o término do governo Itamar Franco. O critério de seleção é o mesmo aplicado no capítulo anterior, isto é, foram analisados todos os editoriais que, pelo menos uma vez, mencionaram a palavra *Brazil* e os artigos em que ela aparecia no título ou entre as palavras-chave. No período apontado foram encontrados 119 editoriais. Estes foram divididos em três temas gerais: Economia, Política Interna e Política Internacional além da categoria subsidiária, Outros.

Como é possível notar no Gráfico 3, até 1989 há uma forte prevalência dos temas econômicos nos editoriais. Daí em diante, os textos sobre política internacional tomam mais espaço. Acredita-se que isso acontece devido à emergência dos chamados *novos temas* desde

o final da Guerra Fria e a importância que o Brasil adquire principalmente no que tange à questão ambiental.

GRÁFICO 3: Temas gerais dos editoriais em que o Brasil é mencionado (1985-1994)



Fonte: Elaboração própria

É notável também que o número de editoriais nesses dez anos seja quase o mesmo daquele dos 21 anos anteriores (de 1964 a 1984 foram 123). Isso se deve ao fato de que o Brasil emergia como ator relevante em temas que até então não estiveram no espectro de interesses da revista. Por isso, as referências ao país tornam-se mais constantes.

Quanto aos temas específicos ou subtemas há, assim como anteriormente, prevalência da temática econômica, principalmente com uma visão negativa que enfatizava a crítica sobre a forte presença do Estado na condução da economia. Entretanto, chama a atenção que a questão ambiental ocupe o segundo lugar no número absoluto de editoriais que mencionaram o Brasil e que haja uma variedade um pouco maior de temas em relação ao período trabalhado no capítulo anterior.

TABELA 4: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais, por ano (1985-1994)

Tema Geral	Tema Específico	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	Total por subtema	Total por tema
Política Interna	Corrupção							1				1	21 (17,65%)
	Eleições					1					3	4	
	Governo Collor						1		2	1		4	
	Governo Itamar								1			1	
	Governo Sarney			1	1	2						4	
	Redemocratização	6		1								7	
Política Internacional	Protecionismo	3	1		2					1		7	37 (31,09%)
	Armamentos							2		1		3	
	Questão energética	3										3	
	Questão nuclear		1				1	2	1	1		6	
	Potencialidade		1						1		2	4	
	Questão ambiental					4	2	5	2	1		14	
Economia	Commodities	4	4	1								9	55 (46,21%)
	Política econômica - visão crítica/dívida/inflação	11	4	6	5	2		1	2	1	1	33	

	Política econômica - visão positiva	1	2				2	2		2	4	13	
Outros	Outros		2	1		1	1	1				6	6 (5,05%)
Total por ano		28	15	10	8	10	7	14	9	8	10		119

Fonte: Elaboração própria

Quanto aos artigos, a diversidade de questões abordadas é um pouco maior. Desta vez, prevalecem os temas relativos à política interna seguidos de textos sobre a condução da economia. Acredita-se que isso acontece pela diferença natural de enfoque das distintas seções da publicação. Por sua vez, algum destaque deve ser dado aos textos que trataram dos casos de corrupção, a partir de 1992. É relevante notar também que em política internacional, o meio ambiente não foi um tema que se destacou dos demais como aconteceu nos editoriais.

TABELA 5: Temas dos artigos sobre o Brasil, por ano (1985-1994)

Tema Geral	Tema específico	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	Total por subtema	Total por tema
Política Interna	Corrupção								5	1	4	10	71 (45,8%)
	Desigualdade Social		1							4		5	
	Direitos Humanos							1		2		3	
	Eleições				1	5					6	12	
	Governo Collor						1	4	1			6	
	Governo Itamar									3	5	8	
	Governo Sarney	5	3	12	4							24	
Redemocratização	2	1										3	
Política Internacional	Potencialidade			3	1			1				5	23 (14,84%)
	Questão ambiental					2		2	1			5	
	Questão energética	1	1	1			1					4	
	Questão nuclear	1	1		1							3	
	Relações bilaterais		1				1				1	3	
Economia	Protecionismo	2	1									3	59 (38,06%)
	Commodities		1					1				2	
	Indústria		1								1	2	
	Política econômica - visão crítica/dívida/inflação	4	2	9	2	4	3	8	2	2		36	
Outros	Política econômica - visão positiva	2		6	1		3	1		1	5	19	2 (1,3%)
	Outros	1								1		2	
Total por ano		18	13	31	10	11	9	18	9	14	22		155

Fonte: Elaboração própria

Isto posto, analisaremos a partir de agora como a cobertura da *Economist* foi direcionada a fim de criar, sedimentar ou desconstruir certas imagens do Brasil. Como no capítulo anterior, optou-se pela leitura dos textos completos a fim de que pudéssemos perceber as sutilezas, nuances e ironias presentes nos artigos e editoriais.

5.1 O primeiro governo civil

O longo processo de abertura culmina em 1985 com a posse de José Sarney; o primeiro civil a ocupar a Presidência da República em 21 anos, apesar de não ter sido ele o eleito para o cargo. Tancredo Neves não podendo assumir por problemas de saúde havia

garantido que a retomada do governo pelos civis não representaria perigo aos militares. Estes continuariam numa posição política preeminente, sem riscos de acerto de contas. O cenário não se modificaria com a morte do presidente eleito. José Sarney representava ainda menos perigo aos que voltaram para a caserna⁴⁰⁹.

Na política interna sua gestão foi marcada pelas discussões acerca da duração do mandato e pela Assembleia Nacional Constituinte cujo trabalho, iniciado em 1987, levou a publicação da Constituição da República Federativa do Brasil em 5 de outubro de 1988. Mas, foi na economia que o governo sofreu seus maiores impactos. Na gestão de José Sarney a crise econômica iniciada em meados dos anos 1970 tornou-se ainda mais dramática.

Foram três planos de estabilização fracassados. O primeiro deles, o Plano Cruzado (1986), elaborado na gestão de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda deu certa popularidade ao presidente, porém rapidamente mostrou-se inviável. O choque heterodoxo proposto pelo plano não foi suficiente para a criação das bases de um novo ciclo expansivo. O aumento do consumo provocado pela melhora dos salários gerou crise de abastecimento e ainda mais inflação. Em 1987, somava-se a perda de credibilidade internacional quando o presidente anunciou a moratória dos juros da dívida. Desacreditado interna e externamente, José Sarney decidiu trocar a equipe econômica e, em abril, Dílson Funaro foi substituído por Bresser Pereira. Este teria a responsabilidade de lançar um segundo projeto de estabilização. O objetivo principal era equilibrar a balança de pagamentos e fazer um ajuste que permitisse ao Brasil reabrir os canais de financiamento externo⁴¹⁰.

As medidas de congelamento de preços, desvalorização cambial, correção das tarifas operadas pelo governo não foram suficientes para conter a crise e a insistência de Bresser Pereira na necessidade de aumentos dos impostos levaram ao fim de sua gestão e ao fracasso do plano no final de 1987. Seu substituto, Maílson da Nobrega, depois do primeiro ano em que apenas tentou administrar a crise, lançou o Plano Verão (1989) que teve o mesmo destino fracassado dos que o antecederam⁴¹¹.

No mundo todo o momento era de mudança. Enquanto na economia boa parte dos países ajustava-se ao modelo neoliberal, a União Soviética entrava em colapso e os Estados Unidos firmavam-se como única superpotência⁴¹². Os novos temas, como narcotráfico, integração regional, protecionismo, direitos humanos e meio ambiente dominaram a pauta da

⁴⁰⁹ D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

⁴¹⁰ Ibid.; MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Sarney: os Planos Cruzados (1986) e Bresser (1987). **Texto para Discussão. IE/Unicamp**, n. 157, p. 1-63, 2009.

⁴¹¹ MACARINI, 2009.

⁴¹² HUNTINGTON, Samuel P. The lonely superpower. **Foreign Affairs**, v. 78, n. 2, p. 35-49, 1999.

política internacional e o Brasil, por diversos motivos, era um ator relevante nessas discussões⁴¹³.

5.1.1 O governo Sarney na *Economist*

No momento da transição nenhum outro assunto foi tão importante como o compromisso assumido por Tancredo Neves de não realizar investigações e punições dos crimes cometidos pelos agentes das Forças Armadas durante a ditadura militar. O gosto pela estabilidade fazia com que a revista visse com bons olhos a candidatura e a eleição do político mineiro⁴¹⁴.

Como sabemos, foi José Sarney que acabou assumindo a Presidência. A *Economist* manifestou que o Brasil voltara a ser uma democracia, mas que o presidente empossado tinha sido fiel aos militares por vinte anos⁴¹⁵. Isso poderia provocar uma quebra das alianças que elegeram o presidente e trazer dificuldades para a gestão que se iniciava; era o que a revista chamava de “The plan not the man”⁴¹⁶.

O periódico destacou o bom desempenho do PMDB nas eleições de 1986 em que o partido venceu em 22 dos 23 estados. Da mesma forma, obteve franca maioria na Assembleia Nacional Constituinte. Segundo a publicação, esses parlamentares, além de formatar a nova Constituição, tinham a tarefa de decidir quanto duraria o mandato de José Sarney, que já estava em curso e era considerado extremamente impopular⁴¹⁷.

Outro ponto importante da cobertura foi o debate da Constituinte. Principalmente as diversas idas e vindas do processo de decisão sobre o regime político e a extensão dos mandatos figuraram nas páginas da publicação. Esta descrevia que o Congresso se movimentava para estabelecer um período de quatro anos em um regime parlamentarista, ao passo que o presidente defendia, assim como os militares, que o mandato fosse de cinco anos num regime presidencialista⁴¹⁸. Para a revista, as primeiras eleições diretas aconteceriam em

⁴¹³ PRADO, Débora Figueiredo Barros do e MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo José Sarney (1985-1990). *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 8, n. 16, p. 67-80, 2010.

⁴¹⁴ The world's most borrowed man (ed.). 5 jan. 1985. p. 12 e ss.; Democracy can hurt. 19 jan. 1985. p. 46.; Even in Brazil the kissing has to stop. 9 mar. 1985. p. 45 e ss.; The Ash Wednesday awaiting Brazil's revelling politicians. 8 fev. 1986. p. 39 e ss.

⁴¹⁵ Mexico's next revolution (ed.). 23 mar. 1985. p. 19.; Calmly done, Brazil (ed.). 6 abr. 1985. p. 13.

⁴¹⁶ The plan but not The man. 6 jul. 1985. p. 54.

⁴¹⁷ The fall that threatens Brazil's new pride. 22 nov. 1986. p. 49 e ss.; Brazil at the cruzadoroads (ed.). 29 nov. 1986. p. 16 e ss; No reality, please. 6 dez. 1986. p. 60.; Ulysses returns. 7 fev. 1987. p. 53.

⁴¹⁸ Beat the clock. 23 mai. 1987. p. 56.; Swapping tales. 18 jul. 1987. p. 86.; A slipping grip. 25 jul. 1987. p. 49.; In the shadow of the generals. 12 set. 1987. p. 63.; O for the wings of a government. 21 nov. 1987. p. 58 e ss.

15 de novembro de 1988: “the case for an election next year is beginning to look unstoppable”⁴¹⁹.

Pouco tempo depois repercutiam as vitórias de José Sarney. Estava decidido que ele ficaria cinco anos no poder com a manutenção do regime presidencialista. De acordo com a revista, ele as obteve através da concessão de meios de comunicação para membros da Assembleia Constituinte e da atuação das forças militares: “The decisive intervention came from the country’s top military commanders, the ministries of the army, navy and air force”⁴²⁰.

Sobre os demais aspectos da Constituição demonstrou que apesar do texto garantir direitos civis, liberdades democráticas e direitos do trabalho e de bem-estar social, deixava muito poder nas mãos do presidente da República. Além disso, não havia contemplado uma proposta efetiva de reforma agrária e manteve arraigada a ideia de que era responsabilidade dos militares a manutenção da lei e da ordem⁴²¹.

5.1.1.1 A sombra dos militares

Uma possível volta dos militares era assunto frequente. Acreditava-se que a fraqueza da figura de José Sarney, aliada aos conflitos no campo e a instabilidade da economia poderiam criar as condições necessárias para que tal acontecesse. Consoante a revista esse temor diminuiu quando o presidente nomeou ministros identificados com os militares⁴²², mas volta a aparecer no *survey* de 1987⁴²³: “A Brizola presidency is considered the event likeliest to provoke a military coup in Brazil”⁴²⁴. O argumento se repete: “If Brizola won, the soldiers might step in. [...] If the election goes awry, no one doubts that the generals will be ready once again to ‘save the democracy’”⁴²⁵.

⁴¹⁹ O for the wings of a government. 21 nov. 1987. p. 58 e ss. Cf. também: Democracy on crutches. 5 mar. 1988. p. 64 e ss.

⁴²⁰ Sarney will stay. 26 mar. 1988. p. 56. Cf. também: To a different Latin beat (ed.). 11 jun. 1988. p. 17 e ss.

⁴²¹ Read, digest, ignore. 10 set. 1988. p. 90 e ss.

⁴²² Caudilhos again. 23 nov. 1985. p. 55.; Land for the people, perhaps. 8 jun. 1985. p. 46.; Land-hungry. 17 mai. 1986. p. 59 e ss.; The little man stands taller. 8 mar. 1986. p. 43 e ss.

⁴²³ O *survey* foi intitulado “Clumsy giant” - o gigante desajeitado - e foi conduzido por Robert Harvey. Harvey foi editor assistente da *Economist* de 1981 a 1983 quando foi eleito para o Parlamento Inglês pelo Partido Conservador. Depois que deixou a Casa dos Comuns em junho de 1987 foi contratado pelo Daily Telegraph. O *survey* tem 26 páginas, sendo sete delas são propagandas.

⁴²⁴ Democracy in nappies. 25 abr. 1987. p. 15 e ss. Cf. The politics of debt. 25 abr. 1987. p. 11 e ss. e Democracy on crutches. 5 mar. 1988. p. 64 e ss.

⁴²⁵ A victory for Sarney, but what about Brazil? 11 jun. 1988. p. 77 e ss.

A possibilidade de retorno dos militares era considerada uma tragédia e avaliava que se o Brasil queria pertencer ao mundo desenvolvido, devia mostrar-se capaz de sustentar uma democracia. A situação econômica ameaçava a estabilidade política: “President Sarney must keep his new fiscal promises, or Brazil risks losing its democracy [...] the old joke remains sadly apt: Brazil is the country of tomorrow, and always will be”⁴²⁶. Ainda, às vésperas da eleição, a hiperinflação acaba aparecendo como a única razão capaz de trazer os governos militares de volta para o Brasil⁴²⁷.

Apesar de toda essa preocupação com o retorno dos militares ao poder, o *survey* de 1987 fez uma reconstrução da trajetória política do país desde a renúncia de Jânio Quadros até a eleição de Tancredo Neves, sem nenhuma referência ou crítica à ausência de democracia⁴²⁸. Neste sentido, uma volta do governo castrense não era desejada nesse momento, mas este parece ter cumprido sua função na opinião da revista que, de alguma forma, minimizava as violações de direitos humanos do período da ditadura:

The soldiers peaceful withdrawal from power and their comparatively humane human-rights record during their last years in power (under the repressive General Medici in the late 1960s, the army was a lively innovator in torture) have left a less sour aftertaste than in, say, Argentina. There have been no calls for those who committed human-rights violations to go on trial⁴²⁹.

Segundo a *Economist*, José Sarney era o homem errado para encerrar o processo de redemocratização. Tinha mais saudosismo do passado do que uma visão de futuro. Dessa forma, não era o homem que os brasileiros esperavam para a transição - sempre apoiou os militares, empregava parentes no governo e tinha acusações de corrupção⁴³⁰. Acrescentou: “Generals have made a mess of governing Latin America; democratic politicians are missing a chance to do better”⁴³¹. Sarney era uma “even more incompetent version of its military predecessors”⁴³².

5.1.1.2 Eleições

⁴²⁶ Brazilian summer (ed.). 21 jan. 1989. p. 14 e ss.

⁴²⁷ Hyperinflate, Brazil (ed.). 11 nov. 1989. p. 16.

⁴²⁸ Obsessed with growth. 25 abr. 1987. p. 6 e ss.

⁴²⁹ Democracy in nappies. 25 abr. 1987. p. 15 e ss.

⁴³⁰ In the shadow of the generals. 12 set. 1987. p. 63. A revista já tinha dito que José Sarney era um homem honesto. Cf. Without the principal actor. 20 abr. 1985. p. 54 e ss.

⁴³¹ To a different Latin beat (ed.). 11 jun. 1988. p. 17 e ss.

⁴³² Brazilian summer (ed.). 21 jan. 1989. p. 14 e ss.

Consoante o semanário, o mandato de José Sarney teria sido prejudicial ao PMDB. Além de dar origem a uma dissidência, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fortaleceu o PDT e o PT. Como vimos, a possível vitória de Brizola foi levantada algumas vezes. E, apesar de ter se referido a Lula com simpatia em diversas ocasiões, enfatizava que a vitória de um daqueles candidatos seria geradora de forte instabilidade política⁴³³. E ainda: “Both party leaders have presidential ambitions. If they were to join forces, as some conceive, they would be unstoppable – except by the armed forces”⁴³⁴.

No entanto, o crescimento de Fernando Collor nas pesquisas de intenção de voto fez-se notar. Segundo a publicação, em julho já contava com 40% do eleitorado. O candidato chamou a atenção da *Economist* ao ser recebido pela primeira ministra Margareth Thatcher. Mostrava-se uma opção viável: “Still, plenty of Brazilian Businessman, surveying the alternatives, are beginning to agree with the opinion poll samples that Mr Collor could be as good a bet as any”⁴³⁵. O apoio do empresário Roberto Marinho foi destacado, inclusive sua declaração de que usaria sua influência para vê-lo eleito⁴³⁶.

A revista expressou certa descrença no processo democrático e na escolha dos eleitores brasileiros: “It is 29 years since the Brazilians elected a president without their army peeking into the polling booths. They made a bad choice then, and their politicians are inviting them to make a worse one in November 15th”⁴³⁷.

Com a disputa já no segundo turno, e a polarização esquerda e direita representada por Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor, enfatizou que a decisão estaria no eleitorado do centro. E, sobre o petista acrescentou:

Lula’s Labour party, chastened by the ruins of the Berlin Wall, has given up calling for socialization of the means of production, and even sounds hazy about maintaining the loss-making state enterprises in which the trade unions have most of their strength. But he still clings to four incendiary principles: an indefinite moratorium on Brazil’s foreign debt of \$110 billion; a rapid redistribution of incomes; agrarian reform; and a reduction in the armed forces’ political influence. Some think the army might feel obliged to pre-empt a victory by the left⁴³⁸.

⁴³³ The men who would be president. 25 mar. 1989. p. 80 e ss.; Living with the strains. 25 abr. 1987. p. 26. ; Please stop the world. 25 abr. 1987. p. 9 e ss.

⁴³⁴ The people fire a warning shot. 19 nov. 1988. p. 98. Ainda nesse artigo, a *Economist* destacou que as Forças Armadas haviam matado 3 grevistas em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro.

⁴³⁵ The hot prospect from nowhere. 15 jul. 1989. p. 64.

⁴³⁶ Collor television. 19 ago. 1989. p. 53.; Cf. também: Star performers, wheel of fortune. 11 nov. 1989. p. 100. Nesse artigo, comparando Brizola a Getúlio a revista escreveu: “[...] he claims the mantle of Getúlio Vargas who headed various governments both dictatorial and democratic between 1930 e 1954, modelled his corporatist policies on Mussolini’s, and put a bullet through his brain when corruption scandals lapped at the palace door”. Ao contrário do que a revista disse, Getúlio se matou com um tiro no peito.

⁴³⁷ Hyperinflate, Brazil (ed.). 11 nov. 1989. p. 16.

⁴³⁸ Middlemen. 25 nov. 1989. p. 88 e ss.

Apesar de dar como certa a vitória de Fernando Collor a revista não tinha muitas expectativas alertando para o fato de que ela poderia significar mais cinco anos de estagnação⁴³⁹.

5.1.2 **Finalmente, eleito pelo voto popular**

Fernando Collor assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1990. A situação política, econômica e institucional era bastante complicada. Segundo Brasília Sallum Jr. o país estava no limite da hiperinflação e, adicionalmente, vivia uma crise de hegemonia, em que os atores políticos mais relevantes tinham projetos políticos e econômicos muito distintos⁴⁴⁰.

Logo no início de seu mandato o presidente ganhou a simpatia do empresariado, uma vez que buscou estabilizar a moeda e integrar o Brasil ao mundo. Com esses objetivos, lançou dois planos de estabilização, Planos Collor I (1990) e II (1991) e aprovou um conjunto de medidas liberalizantes como: uma nova política industrial e de comércio exterior, a liberalização dos fluxos financeiros internacionais, com mecanismos que visassem facilitar a entrada de capital estrangeiro e uma política inicial de privatizações.

Do ponto de vista da política internacional pretendia tornar o Brasil um *global player* e ampliou consideravelmente sua participação nas discussões dos chamados novos temas. A principal prova disso é a candidatura à sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, que ficou conhecida como Rio-92. Ainda como parte dessa pretensão procurou eliminar a possibilidade de contenciosos internacionais sobre patentes, propriedade intelectual e, principalmente, sobre a questão nuclear tomando medidas que indicavam que o país assinaria o tratado para não proliferação. Reforçou também a disposição em articular um bloco regional aproximando-se, estrategicamente, da Argentina e dos outros vizinhos do Cone Sul.

No entanto, apesar de bem sucedido em alguns pontos, os planos econômicos fracassaram. Surgiram denúncias de corrupção e o governo foi interrompido pela crise política que levou a abertura do processo de *impeachment* aprovado pela Câmara dos Deputados com

⁴³⁹ Latin America's hope (ed.). 9 dez. 1989. p. 16 e ss.

⁴⁴⁰ SALLUM JR, Brasília. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Revista Dados**, v. 54, n. 1, 2011.

441 votos a favor e 38 contrários em setembro de 1992⁴⁴¹. Em 29 de dezembro do mesmo ano, quando se iniciaria o julgamento no Senado, o presidente apresentou sua carta de renúncia, o que não impediu que a Casa Legislativa o condenasse à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos.

Na mesma data, Itamar Franco assumiu a Presidência. Era o segundo governo civil e o segundo vice-presidente empossado. Entre as realizações de sua gestão, sem dúvida, o desenvolvimento e a implantação do Plano Real merecem destaque.

5.1.3 A *Economist* e os governos Fernando Collor e Itamar Franco

O Brasil precisa de um Estado que gaste e interfira menos. Com essa recomendação a *Economist* noticiou a posse do primeiro presidente eleito pelo voto popular desde 1960. Considerava que ele tinha objetivos reformistas e via com bastante otimismo suas intenções de abrir a economia, privatizar empresas estatais, liberalizar o comércio e eliminar as regulações sobre o ambiente de negócios. Avaliava que apesar de ter muitos oponentes no governo, os planos de Fernando Collor podiam dar certo e fazer com que a economia voltasse a crescer. Mesmo o confisco das poupanças não ensejou, em um primeiro momento, avaliações negativas da revista. Considerou que os dois planos de estabilização anteriores falharam e que o presidente corretamente avaliava que apenas a austeridade não seria suficiente para reorganizar as contas públicas, e por isso, o confisco das poupanças. A abertura da economia era a única saída e Fernando Collor parecia ser o único a acreditar nesse caminho⁴⁴².

No entanto, a visão positiva do primeiro ano de governo dá lugar a uma temática nova. A corrupção começa a aparecer nas páginas da publicação e configura-se como um dos temas relevantes a partir de então. Somavam-se notícias sobre o descontentamento dos militares e a dificuldade de se realizar a reforma constitucional⁴⁴³.

Segundo o *survey* publicado em 1991⁴⁴⁴, algumas coisas haviam piorado muito. Entre elas, a criminalidade e a corrupção. O governo Fernando Collor foi classificado como fracassado e isso se devia a duas coisas: ao próprio presidente que era despreparado e às

⁴⁴¹ Ibid. Cf. NOBRE, Marcos. Pensando o impeachment. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 34, p. 15-19, 1992.

⁴⁴² The new Latin beat (ed.). 17 mar. 1990. p. 19 e ss.; Latin America's new start (ed.). 9 jun. 1990. p. 15 e ss.; The Right Stuff. 9 jun. 1990. p. 93 e ss.

⁴⁴³ The price of speech (ed.). 6 jul. 1991. p. 14.; Hot brass. 6 jul. 1991. p. 63 e ss.; Big country, big constitution. 14 set. 1991. p. 81 e ss.

⁴⁴⁴ O *survey* intitulado "Drunk not sick" teve 24 páginas, sete delas de propagandas.

fracas condições políticas da nova democracia. Conclui: a pior consequência dos 21 anos de ditadura militar foi a completa destruição da possibilidade de existência de qualquer partido político coerente⁴⁴⁵. E ainda: “This survey has argued that Brazil’s failure has been a disorder of government rather than of the economy”⁴⁴⁶. Economicamente, a revista vinha aprovando o rumo dado pelo governo.

Daí em diante, parte considerável dos artigos sobre política conectavam-se ao tema da corrupção. De acordo com estes, essa assolava a maioria dos ministérios e mais do que isso, chegava ao próprio presidente que às vésperas da realização da Rio-92 havia sido acusado por seu próprio irmão. De acordo com a *Economist*, esses escândalos provavelmente caminhariam para a abertura de um processo de *impeachment* uma vez que havia pouca dúvida de que Fernando Collor estivesse envolvido nas transações com Paulo Cesar Farias⁴⁴⁷. Afirmava que o país demonstrava maturidade naquele momento e que a democracia brasileira parecia ser mais forte que o presidente: “A series of fairly random events has demonstrated that the country is changing after all”⁴⁴⁸.

A posição da publicação era que: “Brazilians need a legal way to get rid of Fernando Collor, fast [...] The constitution-builders thought of the big picture, but failed to consider the squalid detail of how to sack a president”⁴⁴⁹. Afirmava no mesmo artigo que o presidente havia se envolvido com negócios sujos e que alguns bons ministros tinham se demitido. O vice não foi considerado apto para o cargo e o Brasil teria o governo mais fraco que se poderia imaginar.

Conforme a *Economist*, Fernando Collor foi eleito com a promessa de acabar com a corrupção e com o isolamento econômico. Depois de seu fracasso político o país precisaria se adaptar ao estilo completamente diferente de Itamar Franco. Este sempre defendera ideias ajustadas ao trabalhismo, ao nacionalismo e foi crítico do FMI e das privatizações⁴⁵⁰. No entanto, tinha esperanças que ele desse continuidade às reformas iniciadas pelo presidente impedido: “with Collor gone, at least his policies have a chance”⁴⁵¹. Contudo, as perspectivas de continuidade do caminho liberalizante, defendido pela revista, eram menores com Itamar Franco e o presidente impedido recebeu uma defesa. Para o periódico, ele teve que renunciar

⁴⁴⁵ The blessed and the cursed. 7 dez. 1991. p. 3 e ss.; The man and the moment. 7 dez. 1991. p. 16 e ss.

⁴⁴⁶ After the binge. 7 dez. 1991. p. 22.

⁴⁴⁷ All fall down. 4 abr. 1992. p. 81.; Blushing. 30 mai. 1992. p. 66 e ss.; A president in a pickle. 4 jul. 1992. p. 58.; Muck-shifting. 8 ago. 1992. p. 45. Paulo Cesar Farias era o operador do esquema de corrupção que envolveu o presidente.

⁴⁴⁸ Brazil's democracy is stronger than its president. 18 jul. 1992. p. 53 e ss.

⁴⁴⁹ Dirty Mr Clean (ed.). 29 ago. 1992. p. 13 e ss.

⁴⁵⁰ Lochinvar goes west. 3 out. 1992. p. 65 e ss.

⁴⁵¹ Franco's Brazil (ed.). 3 out. 1992. p. 18.

antes que fosse retirado do cargo e sua queda deveu-se muito mais a sua impopularidade devido às reformas econômicas do que à corrupção propriamente dita⁴⁵².

Corrupção esta que continuava a ter destaque nas páginas da publicação, mesmo depois do *impeachment*. Foi assim com o caso da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, com episódios de corrupção dentro do PMDB e das maiores empreiteiras e com as investigações sobre o jogo do bicho⁴⁵³.

Durante o governo Itamar Franco, a *Economist* publicou longa reportagem em que descrevia critérios de classificação dos sistemas políticos, dividindo-os em três tipos: livres, parcialmente livres e não livres. Os critérios eram: possuir eleições justas e livres, ter um sistema de proteção das liberdades civis, multipartidarismo, liberdade de imprensa, etc. O Brasil apareceu no mapa como parcialmente livre.

A revista afirmou que os países mais ricos eram também mais livres, inclusive exemplificando que se fosse apresentado um mapa que dividisse os países do mundo em ricos, de renda média e pobres, este seria muito parecido com o mapa de classificação dos sistemas políticos. A *Economist* acreditava que muito provavelmente o crescimento econômico provocava a democracia e, não, o contrário. E que aquele era resultado de liberdade no campo da economia. Considerava também que as liberdades civis e políticas faziam o mesmo: “to prosper, an economy must be allowed to order itself spontaneously in the main, according to the principles of competition and voluntary exchange. The invisible hand, in other words, works better than the visible boot”⁴⁵⁴. Mais ainda, garante que as liberdades políticas servem para dar mais certeza de que as vantagens obtidas pelo livre-comércio não sejam perdidas:

For centuries it has been argued that security of property (protection from theft, legal or otherwise) is the foundation for material progress. In effect, the concept of economic freedom looks at security of property in the present, by asking whether taxes are non-confiscatory, contracts are enforced, trade is free and so on⁴⁵⁵.

Nossas principais afirmações sobre a posição político-ideológica da revista ficam demonstradas neste artigo. Primeiro, a revista tem a tendência de subordinar a política à economia afirmando que a democracia é resultado do progresso material das sociedades e, ainda, uma defesa do direito de propriedade conectada fortemente ao liberalismo clássico.

⁴⁵² New brooms in Latin America (ed.). 29 mai. 1993. p. 16 e ss.

⁴⁵³ Snow White sings. 30 out. 1993. p. 73.; Congress takes its own lid off. 29 jan. 1994. p. 60.; Pimp or prince? 29 jan. 1994. p. 76.; The carnival is over. 7 mai. 1994. p. 66 e ss.

⁴⁵⁴ Why voting is good for you. 27 ago. 1994. p. 17 e ss.

⁴⁵⁵ Ibid.

Como em Locke, o Estado deve existir para proteger a propriedade privada de seu assenhoreamento indevido, seja pelo poder público seja por vantagens inconvenientes dadas ao setor privado.

Em uma das edições seguintes, a *Economist* publicou uma carta do embaixador brasileiro no Reino Unido, Rubens Antonio Barbosa, em que este protestava sobre a classificação do país como *parcialmente livre*. Argumentava que o país cumpria todos os requisitos propostos pela publicação: tendo eleições livres, um Congresso atuante e um Judiciário independente. Destacava também a liberdade de atuação da imprensa e dos sindicatos e a sobriedade com que o país conduziu o processo de *impeachment* de Fernando Collor⁴⁵⁶. Supõe-se que esta limitação do grau de liberdade, segundo apontado pela publicação, relacione-se mais a fatores econômicos que propriamente políticos.

5.1.3.1 Eleições de 1994

Em 1994, o Brasil passaria pelo seu segundo processo nacional de eleições democráticas desde o fim da ditadura militar. Mas, antes que aquelas acontecessem era preciso que o país realizasse algumas reformas na Constituição recém-aprovada. Para a *Economist*, o capítulo mais relevante da revisão constitucional era aquele que regulava a ordem econômica e estabelecia diversas áreas de atuação exclusiva do Estado; um nacionalismo que custaria muito caro. Por isso, as reformas eram fundamentais para o crescimento da indústria e conseqüentemente do país. O semanário define a constituição como uma pedra preciosa em termos do pensamento liberal, mas que muitos dos direitos ali garantidos não tinham como ser implementados. Mais ainda, a reestruturação era essencial para que o plano econômico desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso tivesse sucesso⁴⁵⁷.

A disputa presidencial começou a se desenhar conforme foram aparecendo os resultados do Plano Real. Antes disso, Lula aparecia como favorito. É interessante notar que a revista sempre teve uma visão simpática dele. Ao descrever suas viagens na *Caravana da Cidadania* considera que representava uma nova fase da esquerda na América Latina, uma esquerda moderada e que aceitava as regras do jogo democrático. No entanto, enfatiza a

⁴⁵⁶ BARBOSA, Rubens Antonio. Defining democracy. 24 set. 1994. p. 6.

⁴⁵⁷ Closing the cornucopia. 9 out. 1993. p. 75 e ss.; Onwards and downwards in Brazil. 13 nov. 1993. p. 19 e ss.

incerteza do cenário e afirma que apenas a eleição poderia mostrar qual o resultado de uma vitória de Lula⁴⁵⁸.

Segundo a *Economist*, com Lula em primeiro nas pesquisas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) tinha declarado que um milhão de homens de negócios sairiam do país. Mas, a revista relembra que onde o PT havia ganhado as prefeituras tinha deixado de lado a ideologia e feito um governo bastante pragmático. Além disso, destacava que o candidato vinha se articulando com homens de negócios, “precisava do terno mais do que nunca”, afirmava⁴⁵⁹.

A publicação contabilizou que até julho de 1994, Lula esteve com cerca de 40% das intenções de voto. Contudo dois fatores fizeram com que o cenário eleitoral mudasse. Primeiro, o vice na chapa do PT, José Paulo Bisol foi acusado de corrupção, mas principalmente, o Plano Real, vinha dando bons resultados. A popularidade do governo Itamar Franco tinha aumentado bastante, mas o principal beneficiado foi Fernando Henrique Cardoso. Tanto que em setembro a revista já noticiava que este, já com 44% das intenções de voto, tinha grandes chances de vencer o pleito em primeiro turno. Analisava que a medida que o candidato do PSDB subia nas pesquisas em função do bem sucedido plano de estabilização, Lula atacava-o como estratégia eleitoral⁴⁶⁰.

Depois do resultado das eleições a publicação considerou que a população agradeceu Fernando Henrique Cardoso tornando-o presidente da República. Por outro lado, este teria que responder ao apoio que recebeu tanto das Organizações Globo, como da direita partidária. Aconselhou que a gigante democracia precisava de um período de inflação baixa e de crescimento estável e festejou que os brasileiros tenham resistido à tentação populista e colocado uma pauta reformista no poder, com grandes tarefas pela frente⁴⁶¹.

5.1.4 Direitos humanos

Durante os mais de vinte anos de ditadura militar chamou bastante a atenção o tratamento que a *Economist* deu sobre a sistemática violação dos direitos humanos no Brasil.

⁴⁵⁸ Lula on the road. 12 mar. 1994. p. 63.

⁴⁵⁹ Lula and business. 4 jun. 1994. p. 71.

⁴⁶⁰ Brazil gets real (ed.). 2 jul. 1994. p. 13. Two in the loft. 30 jul. 1994. p. 52 e ss.; More Truman than Quayle. 20 ago. 1994. p. 46 e ss.; Sua maxima culpa. 10 set. 1994. p. 58.; Brazil's poor back Cardoso. 1 out. 1994. p. 77. José Paulo Bisol foi substituído por Aloísio Mercadante.

⁴⁶¹ Modest man, immodest task. 8 out. 1994. p. 72.; Betting on Brazil (ed.). 8 out. 1994. p. 17. Still waiting (ed.). 26 nov. 1994. p. 17 e ss.; Brazil better, not well (ed.). 24 dez. 1994. p. 16.; Cardoso's team. 24 dez. 1994. p. 74.

Apesar de noticiar determinados acontecimentos, não se juntou ao coro de boa parte da imprensa europeia e americana que em companhia de organizações como a Anistia Internacional e a Comissão Internacional de Juristas, denunciaram enfaticamente os casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados que se multiplicaram. Neste trabalho sugerimos que como a linha editorial da revista tendia a subordinar a política à economia e esta considerou que o bom momento para os negócios deveria ser mais valorizado. Neste sentido, houve grande destaque às altas taxas de crescimento proporcionadas pelo chamado *milagre econômico* e bastante timidez em relação às denúncias sobre a tortura. No entanto, o que pretendemos aqui é discutir se o posicionamento se manteve no período de renascimento da democracia.

Evidentemente que nesse novo momento político o país não era mais um caso importante no que diz respeito à violação dos direitos humanos como fora no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando chegou a ter, segundo a Anistia Internacional, a situação mais preocupante do mundo. Mas mesmo assim, apesar de poucos artigos tratarem do tema, a abordagem muda. É difícil marcar qual foi o momento dessa mudança, contudo acredita-se que não foi a redemocratização que a provocou. A revista defendeu diversas vezes, em nome da estabilidade, a decisão de Tancredo Neves de não submeter os militares a qualquer espécie de julgamento e tratou como *mais humanos* os registros de violações no Brasil em comparação com a Argentina⁴⁶².

Supõe-se que, com o fim da Guerra Fria e com a emergência dos *novos temas* a questão foi paulatinamente se estabelecendo. Foi possível verificar que o semanário passou a vincular o tema dos direitos humanos à violência urbana e à morosidade da justiça: “Brazil, with its 150m people, is a very large country with astonishingly few national institutions that work properly”⁴⁶³. Conforme a publicação, a maioria das vítimas eram os moradores da região amazônica, numa referência à questão indígena, e aqueles que habitavam as favelas e as ruas, cujos algozes, muitas vezes eram as forças policiais: “According to Human Rights Watch, a group based in New York, 1,470 of the 20,274 deaths last year in São Paulo alone were attributable to the police”⁴⁶⁴.

Para a *Economist* o país tentava seguir a normalidade democrática, entretanto, tinha que enfrentar questões como linchamentos, esquadrões da morte e chacinas: “Meanwhile 32m

⁴⁶² The world's most borrowed man (ed.). 5 jan. 1985. p. 12 e ss.; Democracy can hurt. 19 jan. 1985. p. 46.; Even in Brazil the kissing has to stop. 9 mar. 1985. p. 45 e ss.; The Ash Wednesday awaiting Brazil's revelling politicians. 8 fev. 1986. p. 39 e ss.; Democracy in nappies. 25 abr. 1987. p. 15 e ss.

⁴⁶³ Brazil's frontier justice. 27 abr. 1991. p. 80.

⁴⁶⁴ The other obstacles to change. 13 nov. 1993. p. 25 e ss.

Brazilians will continue to go hungry, and sleeping street-children will still be shot outside the churches of Rio de Janeiro⁴⁶⁵. Além disso, a revista demonstrava preocupação com a questão indígena, classificando como massacre a disputa entre os Yanomamis e os garimpeiros em Roraima⁴⁶⁶.

No Brasil haveria um estranho pacto entre os cidadãos, os criminosos e as autoridades que permitia que situações como essa continuassem a acontecer. Corrupção e violência policial eram, ainda, problemas crônicos da recém-democracia. Apesar de diagnósticos como esses, a publicação manifestou uma visão, podemos dizer, romantizada da criminalidade, especialmente daquela ligada ao tráfico de drogas:

Brazil's drugs trade is not organized on Colombian scale. The boss is a retailer, who carves out and defends his path. He wears bermuda shorts and rubber sandals, with a cellular telephone to control his men. He will not live long. But while he lasts, he is Robin Hood: he takes from the rich what he can, and gives the poor what he chooses⁴⁶⁷.

Nessa situação afirmava que 80% da população era favorável a ação dos militares no controle da criminalidade e que, na política, a direita truculenta ganhava cada vez mais espaço⁴⁶⁸.

5.2 *Economia*

Quais foram os temas mais relevantes dentro do noticiário econômico? Quais eram as expectativas da revista em relação ao Brasil? Que tipo de recomendações eram feitas?

Na economia foi possível perceber que a dívida e a inflação mantiveram-se como preocupações centrais. E a *Economist* continua a adjetivar o Brasil nesse sentido: *the world biggest developing country debtor, jumbo debtor*⁴⁶⁹. Apesar do crescimento de 8% em 1985, as expectativas para a economia não eram boas, estimava-se que a inflação chegaria aos 400%, se não, aos 500% em 1986⁴⁷⁰.

⁴⁶⁵ Onwards and downwards in Brazil. 13 nov. 1993. p. 19 e ss.

⁴⁶⁶ Victims in the forest. 28 ago. 1993. p. 43.

⁴⁶⁷ A disease of society, 5 nov. 1994. p. 71 e ss.

⁴⁶⁸ Ibid.

⁴⁶⁹ Democratic debtors (ed.). 23 fev. 1985. p. 17 e ss.; Why bankers need not fear for Brazil. 20 abr. 1985. p. 77 e ss.; The Polish precedent (ed.). 13 abr. 1991. p. 20.

⁴⁷⁰ The Ash Wednesday awaiting Brazil's revelling politicians. 8 fev. 1986. p. 39 e ss.; Cruzado enthroned (ed.). 8 mar. 1986. p. 13 e ss.; As growth picks up (ed.). 31 mai. 1986. p. 14 e ss. Os índices de inflação são constantemente apresentados pela revista. Boa parte dos artigos menciona os valores.

O grande problema era o tamanho do Estado. Segundo a revista, as primeiras medidas de José Sarney aumentavam os gastos, em um país que o setor público já correspondia a 60% do PIB, a economia feita pelo governo foi sempre considerada insuficiente⁴⁷¹. Não haveria outra saída além dos cortes nos gastos públicos e o Plano Cruzado, lançado em fevereiro, foi tratado ironicamente:

The plan – based on a new currency, a price freeze and deindexation of Brazil's inflation-haunted economy was a political masterpiece that stop prices in their tracks but gave everyone big wage increases as 'compensation'. The predictable first result was a consumer spree followed soon after (and equally predictably) by some bare shelves in the shops⁴⁷².

O posicionamento da publicação era que o Brasil tinha o Estado mais forte, intervencionista e regulador do mundo não-comunista e, isso, provocava descrença nos rumos da economia. Esta era dirigida de maneira autoritária, e o Estado marcava sua presença de quatro maneiras: pelo seu tamanho através das companhias estatais, pelas políticas macroeconômicas, pela regulação e pela intervenção na economia⁴⁷³.

O Brasil despontava como um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo. A produção de minério crescia cada vez mais e ameaçava outros produtores⁴⁷⁴. No entanto, de acordo com a revista, o país não avançava mais, pois aumentava suas defesas contra a participação de estrangeiros em setores como exploração de petróleo e mineração. Contava também com uma legislação que limitava a participação estrangeira no setor bancário⁴⁷⁵. Além disso, o contencioso na área de informática foi alvo de críticas. A lei regulamentadora foi considerada uma insanidade: “The restrictive law was written to satisfy an alliance of xenophobic generals, business protectionists and the nationalist left. [...] Mr Sarney and his increasingly influential finance minister, Mr Dilson Funaro, cannot afford to allow such nonsenses to continue”⁴⁷⁶.

⁴⁷¹ Fails the test. 13 jul. 1985. p. 58 e ss.; There's an awful lot of debt in Brazil ... still. 31 ago. 1985. p. 75 e ss.; Cruzado enthroned (ed.). 8 mar. 1986. p. 13 e ss.; The good, The bad and the expensive. 25 abr. 1987. p. 18 e ss.

⁴⁷² Brazil at the cruzadoroads (ed.). 29 nov. 1986. p. 16 e ss.

⁴⁷³ Brazil: Tomorrow's Italy. 17 jan. 1987. p. 23 e ss.

⁴⁷⁴ Traders' entrance (ed.). 15 set. 1984. p. 16 e ss.; Should steel be helped? (ed.). 9 fev. 1985. p. 10 e ss.; Brazil's steelnut. 12 jun. 1982. p. 86.; Chile reception. 27 jun. 1981. p. 76.; The great tin crash (ed.). 2 nov. 1985. p. 17 e ss.

⁴⁷⁵ Meanwhile in Brazil. 7 mai. 1988. p. 92.; Shutters down. 27 mai. 1989. p. 108.

⁴⁷⁶ A computer on the other foot. 14 set. 1985. p. 72.; Brazil takes on a protectionist ring. 12 out. 1985. p. 82.; Cruzado enthroned (ed.). 8 mar. 1986. p. 13 e ss. Sobre a questão da informática Cf. VIGEVANI, Tullo. **O contencioso Brasil x Estados Unidos da informática: uma análise sobre formulação da política exterior**. São Paulo: EdUSP, 1995.

O desemprego também era um problema. A publicação argumentou que este crescera em países que não aplicavam as políticas monetaristas vigentes na Inglaterra⁴⁷⁷. Essa situação fazia com que a desigualdade se acirrasse ainda mais: “Last year the top 1% of Brazilians earned more than the bottom 50% - one of the most unequal income distributions in the world”⁴⁷⁸. Dizia ainda que os investimentos sociais eram muito baixos:

In housing there has been a big reduction in the money available for lower category housing construction.

Roads and dams, it seems, come before roofs and the alphabet. Mr Sarney has set up a commission to examine Brazil's huge social problems. But this year, at least, little money is likely to be available. Will it ever be? Ask the critics of the Brazilian model⁴⁷⁹.

Dessa maneira, respondia de forma pessimista o próprio questionamento sobre a realização do desejo brasileiro de ocupar um lugar entre o grupo de países desenvolvidos avaliando que estava diante de uma sociedade oligárquica e politicamente subdesenvolvida⁴⁸⁰. Neste sentido: “Brazil's economy is going down hill so fast it may jump the rails”⁴⁸¹.

Chamava de colapso a situação do país no que diz respeito ao enfrentamento da inflação, às taxas de juros e principalmente à moratória, estimada em 68 bilhões de dólares⁴⁸². Declarou a *morte* do Plano Cruzado e procurou responder: “why Brazil's anti-inflation but – pro-growth plan collapsed”⁴⁸³. Para a *Economist*, depois dos primeiros resultados positivos o governo dava a impressão de que não sabia o que fazer e que a economia tinha ido à falência, estava fora de controle⁴⁸⁴.

Diante disso, o Brasil, de exemplo para as outras economias subdesenvolvidas no início dos anos 1970, passou a receber sugestões para que seguisse o modelo de outros países; Bolívia, México, Peru e mesmo a Argentina eram usados como exemplo. O problema foi resumido na obsessão pelo crescimento. Foi esta que criou a dívida e deixou a economia fora de controle. A política econômica dos militares, desde 1973, tomou mais empréstimos do que qualquer outro país do mundo⁴⁸⁵.

⁴⁷⁷ The right stuff (ed.). 4 mai. 1985. p. 19 e ss. (grifos originais).

⁴⁷⁸ The fall that threatens Brazil's new pride. 22 nov. 1986. p. 49 e ss.

⁴⁷⁹ The good, The bad and the expensive. 25 abr. 1987. p. 18 e ss.

⁴⁸⁰ Brazil: Tomorrow's Italy. 17 jan. 1987. p. 23 e ss.

⁴⁸¹ Time runs out in Brazil, again. 21 fev. 1987. p. 65 e ss.

⁴⁸² Ibid.; Your money or your life. 28 fev. 1987. p. 47 e ss. What Brazil can learn from Bolivia. 14 mar. 1987. p. 69.; Mud wrestling. 11 abr. 1987. p. 81 e ss.

⁴⁸³ RIP, Cruzado (ed.) 10 jan. 1987. p. 15.

⁴⁸⁴ Ibid.; Brazil goes bust (ed.). 28 fev. 1987. p. 12 e ss.; Please stop the world. 25 abr. 1987. p. 9 e ss.

⁴⁸⁵ What Brazil can learn from Bolivia. 14 mar. 1987. p. 69.; Lesson from Peru (ed.). 23 mai. 1987. p. 16 e ss. Obsessed with growth. 25 abr. 1987. p. 6 e ss.; Don't forgive the debtors (ed.). 14 mai. 1988. p. 15.

Em abril de 1987, Bresser Pereira assumiu o Ministério da Economia com o objetivo principal de baixar a inflação através do congelamento de preços e da indexação da economia⁴⁸⁶. Como vimos, o ministro se propôs a renegociar a dívida e abrir caminho para a entrada de mais capital estrangeiro, o que rendeu o artigo: “Brazil learns a little humility”⁴⁸⁷.

O cenário era de pessimismo e a trajetória de retomada dependia, na visão da *Economist* da aproximação com o receituário neoliberal: “Making a liberal swap scheme and a financial-reform plan conditions of the new loans that Brazil is seeking would be more of a favour than an imposition – if only Brazil’s politicians would believe it”⁴⁸⁸. Segundo a publicação, o governo José Sarney havia acumulado 22.000% de inflação. A resposta eficiente passava necessariamente por mais austeridade, já que o país tentava conter a inflação sem entrar em recessão e, para tanto, era imprescindível realizar cortes no setor público⁴⁸⁹.

Para a revista, o Brasil estava sufocado pela incompetência de seu governo. Por si só tinha condições de crescer, mas o problema estava no Estado, obsessivamente intervencionista e muito dispendioso. Por isso a possibilidade de recuperação da economia e a força de alguns setores continuavam a ser sobrelevadas⁴⁹⁰. Conclui: “The biggest myth about Brazil’s industrial ‘miracle’ is that it is an example of free-market economic development”⁴⁹¹.

Da mesma forma, o gosto do governo por grandes obras foi criticado. A usina hidrelétrica de Itaipu, o estádio do Maracanã, todo o programa nuclear e a construção de Brasília e a expansão das rodovias eram obras comparáveis a elefantes brancos⁴⁹².

O Brasil era então, um mau exemplo, apontava a revista. Poderia inspirar outros países endividados a atrasarem seus pagamentos e a não realizarem as reformas necessárias para o ajuste econômico. “Down Brazil away” era a imagem utilizada⁴⁹³.

A eleição de Fernando Collor representou não só uma ruptura política. As medidas iniciais do pacote econômico foram recebidas como um choque: “The latest piece of Brazilian economics is of a kind to make heads spin”⁴⁹⁴. Apesar das medidas de abertura de mercado, como a liberação das importações e o tratamento mais favorável dos investidores estrangeiros

⁴⁸⁶ New wine for an old jug. 2 mai. 1987. p. 44 e ss.; Bresser to the breach. 9 mai. 1987. p. 64 e ss.

⁴⁸⁷ Brazil learns a little humility. 20 jun. 1987. p. 81 e ss. Cf. Friend or foe? 4 jul. 1987. p. 83 e ss.

⁴⁸⁸ Growth with equity (ed.). 11 jul. 1987. p. 17 e ss. Cf. Better to pay. 20 fev. 1988. p. 88.

⁴⁸⁹ Brazil back at the brink (ed.). 7 jan. 1989. p. 16 e ss.; Brazilian summer (ed.). 21 jan. 1989. p. 14 e ss.

⁴⁹⁰ Nuts to Brazil? (ed.). 29 ago. 1987. p. 17 e ss.; Brazil hyped. 1 jul. 1989. p. 81.

⁴⁹¹ The good, The bad and the expensive. 25 abr. 1987. p. 18 e ss.

⁴⁹² Ibid. Nesse artigo, o estádio do Maracanã é chamado de Maracaibo, o mesmo acontece em Sao Paulo, Sao Paulo. 25 abr. 1987. p. 22.

⁴⁹³ Treat debt with reserves (ed.). 27 fev. 1988. p. 15 e ss.; Don't forgive the debtors (ed.). 14 mai. 1988. p. 15.; Nuts to you too. 12 set. 1987. p. 84.; Getting together. 31 out. 1987. p. 82 e ss.; A classic fudge. 14 nov. 1987. p. 93 e ss.; Down Brazil's way. 1 jul. 1989. p. 82.

⁴⁹⁴ How Brazil's new president turned off the money. 24 mar. 1990. p. 85 e ss.

agradarem a revista, esta considerava que o confisco das poupanças era uma medida autoritária. Avaliava, em seguida, que o plano de estabilização de Fernando Collor não podia ser considerado um fracasso, mas também não representava um triunfo completo. Era fundamental ainda reduzir os gastos do governo federal com funcionalismo público e avançar bastante no processo de privatizações. Além de transformar o déficit orçamentário em superávit, o livre-comércio era parte fundamental do remédio⁴⁹⁵.

Entretanto, no início de 1991 a revista já anunciava que o plano anti-inflacionário do governo havia naufragado “Spokesmen were rounding up the usual suspects [...] to explain away the government’s failure. The finance minister, Zelia Cardoso de Mello, was first to blame, aha, Saddam Hussein”⁴⁹⁶. Para a *Economist*, isso aconteceu porque o governo não reduziu os gastos e acabou usando o dinheiro que foi *compulsoriamente emprestado* pelo setor privado. Avaliou ainda que o plano era provavelmente inconstitucional e que como resultado de seu malogro toda a equipe econômica pediu demissão. Analisava que às reformas econômicas, necessárias para a abertura dos mercados, se impunham entraves políticos depositando na inabilidade do governo a inconsistência das medidas reformista⁴⁹⁷.

Segundo o semanário, a inflação destruiria o Brasil. Mais uma vez as potencialidades do país foram destacadas, como o crescimento ininterrupto entre 1940 e 1980 que o colocou como a décima economia do mundo. O problema eram os governos, que faziam opções erradas e que não conseguiam controlar os gastos públicos aumentando a inflação e a dívida. Concluiu que a austeridade nunca funcionou efetivamente e que o otimismo antes sempre presente, dava sinais de esgotamento⁴⁹⁸.

Todavia, sempre que o governo aprovava medidas no sentido de abrir os mercados merecia considerações positivas da publicação. Apesar de dizer que o país ainda ia devagar nas reformas econômicas salientou o fato de que Fernando Collor estava se esforçando para diminuir as barreiras para o comércio e para privatizar as estatais, seguindo o exemplo da Argentina de Carlos Menem⁴⁹⁹.

Em meio às denúncias de corrupção e das notícias de que o governo estava desmoronando a revista avaliou que o governo Collor não foi de todo mau, o ministro da Fazenda que havia substituído Zélia Cardoso de Mello, Marcílio Marques Moreira, teria sido

⁴⁹⁵ The big squeeze. 19 mai. 1990. p. 92.; Latin America's new start (ed.). 9 jun. 1990. p. 15 e ss.; Bankshut. 9 fev. 1991. p. 74 e ss.

⁴⁹⁶ Laying the blame. 2 fev. 1991. p. 66 e ss.

⁴⁹⁷ Ibid.; Out of style. 18 mai. 1991. p. 76 e ss.; A prospect of growth (ed.). 13 jul. 1991. p. 15 e ss.; The debt crisis R.I.P (ed.). 12 set. 1992. p. 15 e ss.

⁴⁹⁸ A blow to the head. 2 nov. 1991. p. 81. Empurrar com a barrige. 7 dez. 1991. p. 6 e ss.; The blessed and the cursed. 7 dez. 1991. p. 3 e ss.; Towards hyperstagflation. 7 dez. 1991. p. 9 e ss.

⁴⁹⁹ Latin America cheers up (ed.). 18 abr. 1992. p. 12 e ss. Time to get moving. 14 abr. 1993. p. 25 e ss.

capaz de aumentar o fluxo de capitais e de reduzir a inflação para cerca de 20% ao mês. A perspectiva de um governo liderado por Itamar Franco, reconhecido nacionalista, fazia o periódico refletir sobre o governo Fernando Collor.

Ajuizou que a incerteza econômica era uma constante e que o presidente empossado estava mantendo essa tradição, por isso, a princípio, os banqueiros teriam ficado apreensivos devido a possibilidade de um choque heterodoxo. Mas acalmaram-se, uma vez que ele havia prometido dar continuidade à política econômica do presidente anterior e a honrar os compromissos brasileiros com a dívida. A confiança durou pouco e a troca da equipe econômica fez com que os investidores alardeassem “Mr Franco’s lack of serious economic ideas”⁵⁰⁰.

A publicação advertia que se medidas radicais contra a inflação não fossem tomadas a queda dos mercados seria incontrolável. As reformas necessárias deveriam ser mais profundas do que aquelas que o país se dispunha a fazer⁵⁰¹. Porém esse pessimismo inaugural mudou com a nova condução da economia:

There are signs of change. A new finance minister (the current president’s fourth) was appointed in May, a new governor of the central bank in September. The two – Fernando Henrique Cardoso and Pedro Malan – are old allies, and are working together to bring order out of chaos⁵⁰².

Fernando Henrique Cardoso era chamado de o *homem do milagre*⁵⁰³. As primeiras medidas do seu plano de estabilização já estavam sendo aprovadas no Congresso e sua futura candidatura à Presidência já começava a se desenhar. Para a revista, a parte mais difícil do plano de estabilização eram os cortes no orçamento. Austeridade fiscal e abertura econômica eram o segredo do sucesso que o Brasil perseguia, ainda que muito lentamente. A nova moeda ainda passaria por ajustes difíceis. Entretanto, a revista passou a avaliar que o plano anti-inflacionário havia funcionado - para a surpresa de todos - o que fortaleceria ainda mais a candidatura do ministro da Economia, descrito como um homem modesto que realizava tarefas grandiosas⁵⁰⁴.

⁵⁰⁰ Itamar's cloud. 6 mar. 1993. p. 66 e ss.

⁵⁰¹ Reforming Latin America (ed.). 17 jul. 1993. p. 18 e ss.; The new-bathed stars emerge (ed.). 8 jan. 1994. p. 18.

⁵⁰² Nuts in Brazil (ed.). 5 fev. 1994. p. 15.

⁵⁰³ Essa imagem já tinha sido usada diversas vezes pela revista para referir-se a Delfim Netto nos anos 1970.

⁵⁰⁴ Brazil's maybe miracle man. 12 fev. 1994. p. 57.; Brazil under repair (ed.). 12 mar. 1994. p. 18.; Brazil gets real (ed.). 2 jul. 1994. p. 13.; Still waiting (ed.). 26 nov. 1994. p. 17 e ss.; Another try. 9 jul. 1994. p. 62.; Modest man, immodest task. 8 out. 1994. p. 72.

Talvez uma das frases que melhor defina a posição da *Economist* sobre o país seja: “Brazil is too big to ignore”⁵⁰⁵. Desta maneira, avaliava que o tamanho da economia sempre sobressairia na região, mas aconselhou que poderia estar indo muito melhor se aplicasse as medidas que outros países da América Latina estavam tomando. Resumia: “Brazil is really the capitalist equivalent of Russia – a vast, closed economy trying to open up through a mixture of exuberant Latin American *glasnost* and faltering *perestroika*”⁵⁰⁶. Como em outras situações, o tamanho do Estado era considerado um dos grandes entraves à economia.

Previa um crescimento de cerca de 4,5% em 1994 e que taxas como essa estavam se solidificando nos países emergentes. Essa expressão havia deixado de aparecer na cobertura realizada pela revista desde o agravamento da crise no governo José Sarney⁵⁰⁷.

5.2.1 Desigualdade

A desigualdade social vai assumindo certa importância depois do colapso do *milagre econômico*. Enquanto durante esse período a concentração de renda era considerada uma etapa do desenvolvimento, desde meados dos anos 1970 configura-se como um dos fatores em que a *Economist* pesa a crítica.

O Brasil tinha uma das sociedades mais desiguais do mundo, com uma taxa de mortalidade infantil maior que a da China e com os maiores índices de analfabetismo da América Latina, 20% da população concentrava 65% da renda e os 20% mais pobres tinham apenas 3%. Esses eram os índices de desigualdade mais extremos do mundo e, comparativamente, a *Economist* dizia que o país era mais desigual que Bangladesh e que aqui, os mais ricos ganhavam 32 vezes mais que os mais pobres. A fome ainda era um problema crônico⁵⁰⁸.

No Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil teria apresentado índices pouco satisfatórios⁵⁰⁹.

⁵⁰⁵ Onwards and downwards in Brazil. 13 nov. 1993. p. 19 e ss.

⁵⁰⁶ Ibid. (grifos originais).

⁵⁰⁷ Rates up, cheer up (ed.). 20 ago. 1994. p. 14 e ss.

⁵⁰⁸ Empurrar com a barriga. 7 dez. 1991. p. 6 e ss.; A spoonful of sugar. 27 fev. 1993. p. 66. Hungry. 10 jul. 1993. p. 62 e ss.; Onwards and downwards in Brazil. 13 nov. 1993. p. 19 e ss.; Latin America cheers up (ed.). 18 abr. 1992. p. 12 e ss.; Franco's Brazil (ed.). 3 out. 1992. p. 18.; The wealth of nations (ed.). 15 mai. 1993. p. 17.; Economic miracle or myth? 2 out. 1993. p. 73 e ss.

⁵⁰⁹ Growth beats poverty (ed.). 26 mai. 1990. p. 17 e ss.

5.3 *Política internacional*

Com o fim da Guerra Fria quais foram os temas que se tornaram centrais no noticiário sobre o Brasil? A emergência dos novos temas afetou o tratamento dado pela revista ao país? A ideia de potência permanece?

Essas perguntas são importantes para nortear nossa averiguação sobre os textos relativos à política internacional e também para percebermos o perfil da publicação em um novo contexto internacional.

5.3.1 Brasil potência

Desde a redemocratização a agenda da política externa brasileira volta-se aos chamados *novos temas*. Desta forma, integração regional, direitos humanos, narcotráfico, meio ambiente, etc. começam a figurar também entre as temáticas abordadas pela revista.

Apesar de noticiar que o país caminhava para a integração com a Argentina, para um futuro mercado comum latino-americano e que as relações com os Estados Unidos permaneciam cruciais, para a revista, o Brasil tinha uma postura isolacionista em relações internacionais⁵¹⁰. A confiança na potencialidade do país diminuía desde o início da crise do petróleo, mas elementos ligados a essa possibilidade ainda eram visíveis; algumas vezes mais relacionados à autopercepção do que a imagem da própria publicação: “It is also a country with the self-confidence of a mini-superpower”⁵¹¹.

Para a revista, a política externa ainda estava identificada por certo oportunismo como, por exemplo, no caso do reconhecimento do governo de Angola, na negativa de imposição de sanções à África do Sul, a abertura de uma frente de negociações com a China:

Outsiders think that Brazil is not nationally assertive because it keeps such a low international profile. That is not the case. Brazil is a quiet giant partly because it believes that its interests are better served thereby; partly because it is hugely self-confident; and largely because it depends so little on the outside world that it has become inward-looking, as the United States was in the 1930s. The country is, in fact isolationist, using foreign policy as a tool of its economic interests and hardly ever addressing its regional political responsibilities. [...] Brazil is so strong that it does not worry about its immediate neighbours. [...] During the Falklands war, for

⁵¹⁰ Big hopes, small expectations. 2 ago. 1986. p. 56 e ss.

⁵¹¹ Living with the strains. 25 abr. 1987. p. 26.

example, Brazil pursued a policy of passive support for Argentine, while continuing to enjoy good relations with Britain⁵¹².

Para a *Economist* algumas características eram necessárias para que um país fosse considerado uma superpotência: tamanho, população, crescimento econômico, robustez do mercado interno, uma economia diversificada e infraestrutura moderna. Dessas, afirmava que apenas a última não poderia ser encontrada no Brasil e inclusive ressaltou que as obras que estavam sendo realizadas eram inadequadas. Acrescentava ainda que outras duas características mais subjetivas também eram importantes. Primeiro, uma identidade nacional, um tipo de sociedade específico e segundo, também algum grau de coesão política; ambas as características, surpreendentemente o país possuía, apesar de grandes divisões geográficas, sociais e raciais. Essa combinação de características de *hard* e de *soft power* poderiam fazer com que o país figurasse entre as mais importantes nações do mundo, no entanto, a revista afirmou que o Brasil ainda “talk too big”⁵¹³.

Mas a ideia de que poderia surgir uma superpotência ainda estava presente. De acordo com o artigo: “Brazil is the unstoppable colossus of the south; a major regional power already; the first big third-world country knocking on the door of the club of developed democracies; and a potential United States in the next century”. Apesar do fracasso do plano econômico, afirmava que o governo estava fazendo o possível para lidar com a dívida externa. O jornalista responsável pelo *survey* atesta:

Yet, after more than a decade of watching, heart-in-mouth, for a fall, this correspondent is convinced that Brazil’s long term prospects are glowing; that is very bravado is one of the main reasons why it can look forward to the future much as say United States did in the 1890s. If this view is right, then foreign bankers, investors, potential migrants and not least, governments ought to be looking at the United States in its early maturity.

This survey will argue that Brazil has reached major-power adulthood, although not yet the responsibility⁵¹⁴.

A essas opiniões somaram-se alguns dados que foram apresentados pela revista. Em 1987, O Brasil era o quinto maior país do mundo e tinha a sexta maior população. Era ainda a oitava economia, com mais da metade do PIB do Reino Unido na época: “Among developing countries Brazil is already number one”. E conclui: “For all that Brazil has enough national identity and social cohesion, this correspondent believes, to make it not just a second-rank

⁵¹² Speaking softly. 25 abr. 1987. p. 25 e ss.

⁵¹³ Superboy. 25 abr. 1987. p. 5 e ss.

⁵¹⁴ Unstoppable. 25 abr. 1987. p. 3 e ss.

power behind the United States and Russia, but also one of the most interesting and different places of the twenty-first century”⁵¹⁵.

E aqui já é possível afirmar que existe uma característica própria dos *surveys*. Neles, o objetivo parece ser *vender o Brasil*, apresentar ao leitor estrangeiro, pouco familiarizado com o país, um lugar promissor, uma terra em que as coisas ainda estavam por se realizar e que tinha as condições para tal. Por isso, o tom das reportagens especiais, mesmo que apresentem problemas pontuais, como a desigualdade social, é sempre de otimismo, quase um chamado ao investidor. Essas mesmas características apareceram em 1972, 1976, 1979 e 1983. E é representativo que na segunda metade da década de 1980, quando o clima interno e internacional era bastante pessimista, e mesmo a revista vinha publicando uma série de artigos atestando a vulnerabilidade da economia, que o *survey* apresente textos com expectativas altas sobre o desenvolvimento do país; o que não era comum em outras edições da revista.

Por exemplo, em 1990 o otimismo demonstrado diminuiria bastante. Na década anterior, brasileiros e alguns banqueiros estrangeiros confiavam que o Brasil estaria entre os países desenvolvidos no século XXI, porém desde então pouca coisa teria dado certo - a renda per capita não tinha crescido, a inflação era de 260%, o país tinha passado por duas moratórias, colapso dos investimentos e a desigualdade havia aumentado consideravelmente⁵¹⁶. Embora o *survey* de 1991 tenha apresentado artigos críticos sobre a situação política e econômica, a desordem teria sido provocada muito mais por ações desconcertadas do governo do que por questões econômicas. A revista dizia-se mais otimista que pessimista sobre o futuro do país⁵¹⁷.

Para a *Economist*, a afirmação do Brasil como uma potência estava conectada a alguns fatores e ambições. Entre eles, o fortalecimento das relações comerciais não só com a Argentina, mas com os outros países do MERCOSUL - o caminho para o livre comércio entre os países estava aberto e poderia estender-se para as Américas⁵¹⁸. E ainda, o desejo de estabelecer-se como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a atuação em outras organizações internacionais como o GATT⁵¹⁹.

⁵¹⁵ Ibid.

⁵¹⁶ The Right Stuff. 9 jun. 1990. p. 93 e ss.

⁵¹⁷ After the binge. 7 dez. 1991. p. 22.

⁵¹⁸ Free trade moves south. 14 jul. 1990. p. 66.; After Nafta, Afta? (ed.). 13 ago. 1994. p. 17 e ss.

⁵¹⁹ Open the club (ed.). 29 ago. 1992. p. 10 e ss.; Son of Gatt (ed.). 6 ago. 1994. p. 14.

5.3.2 Energia

5.3.2.1 A questão nuclear continuava relevante

A questão nuclear muitas vezes mobilizou a revista. E isso aconteceu de novo quando, em 1985, o presidente José Sarney anunciou que retomaria os planos para a produção de energia atômica. Planos esses que teriam sido suspensos devido à crise econômica que o país enfrentava desde a segunda metade da década de 1970. O periódico avaliou que o ambiente internacional era mais propício a tais investimentos, principalmente pela queda nas taxas de juros⁵²⁰. Em 1988, destacava que, dessa vez, o projeto estaria submetido às salvaguardas internacionais necessárias, mesmo no caso do desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear:

Later this month President Jose Sarney will open an advanced uranium-enrichment facility to make plenty more of the stuff. The parallel programme, which aims to produce fuel for nuclear submarines, was inaugurated in the last weeks of Brazil's military government in March 1979. Unlike Brazil's joint nuclear-power project with West Germany, it is beyond the safeguards and inspections of the International Atomic Energy Agency (IAEA)⁵²¹.

Mas, a recusa em assinar o TNP causava ainda preocupação. Já no governo Fernando Collor, a perspectiva era de incerteza. O Brasil figurava entre os Estados que estavam no limiar entre a produção ou não de armamentos nucleares. O país nunca tinha sido submetido a uma inspeção de seus reatores. Pouco tempo depois, a pressão internacional acabou dando resultados e a revista noticiou que o Brasil tinha voltado atrás no projeto de construção de armas nucleares. Entre as razões estava o alto custo e a percepção de que estas não necessariamente aumentavam a perspectiva de segurança, principalmente do ponto de vista regional. Para a *Economist*, Argentina e Brasil teriam abandonado sua ambição nuclear para a construção de um regime de confiança crescente em que haverá a possibilidade de inspeções mútuas tanto em instalações militares como nucleares⁵²².

⁵²⁰ Brazil slows down. 27 abr. 1985. p. 75 e ss.; Nuclear's charm (ed.). 29 mar. 1986. p. 13 e ss.

⁵²¹ In search of enrichment. 5 mar. 1988. p. 94.

⁵²² Bombs away (ed.). 4 ago. 1990. p. 15.; It's broke, so fix it (ed.). 27 jul. 1991. p. 13.; Power to the bomb-busters (ed.). 23 nov. 1991. p. 16 e ss.; Bombs for all? (ed.). 14 mar. 1992. p. 16 e ss.; Nuclear pests (ed.). 10 jul. 1993. p. 16 e ss. Ficou bastante conhecido o episódio em que Fernando Collor, simbolicamente, colocou uma pá de cal sobre a entrada do túnel que seria utilizado para testes nucleares encerrando assim o chamado "Programa Nuclear Paralelo". Sobre este Cf. Um programa nuclear paralelo. **Jornal do Brasil**, 4 set. 1986. s/p. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R00515.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

5.3.2.2 Petróleo, álcool combustível e hidrelétricas

Ainda como reflexos da crise do petróleo, iniciada em 1974, a oscilação no preço do combustível influenciava a política econômica e a decisão sobre investimentos no setor. Esse jogo apareceu com frequência nas páginas do semanário relacionado a possibilidade do Brasil equacionar sua balança comercial e ficar mais próximo do pagamento da dívida externa e por isso o tema aparece mais nos textos sobre política internacional⁵²³.

Não só a redução do preço no mercado internacional chamava a atenção da publicação. O aumento da produção nacional e a busca de fontes alternativas também mereceram atenção. Isso não quer dizer que essa intenção fosse positivamente avaliada, pelo contrário. A exemplo do que já tinha acontecido durante a ditadura militar, a revista avaliava os investimentos na pesquisa e produção do etanol como um erro⁵²⁴.

No *survey* de 1987 as críticas aparecem reunidas:

The biggest mistake of recent time was certainly the failure of Petrobrás, Brazil's giant state oil company, to embark on a big programme of oil exploration during the 1970s, to reduce the country's mushrooming import bill. Brazil being the size it is, it was only a matter of time before oil would be found; and now, belatedly it has been. Instead the country embarked on a ruinously expensive program to substitute alcohol for oil (sic.). The best thing that can be said about this programme is that it created a lot of jobs and that this source of renewable energy can be set against a day when oil prices hit the stars again⁵²⁵.

O investimento brasileiro em etanol ainda não convencia, a ponto de ser classificado como um desastre quando houve crise de abastecimento. Em 1989, aliada a uma nova alta do petróleo começam a aparecer críticas que ligam o uso dos combustíveis fósseis à questão ambiental, o que será marcante a partir de então⁵²⁶.

⁵²³ Saudis near the last ditch (ed.). 29 jun. 1985. p. 10 e ss.; Adjusting to a better diet (ed.). 6 jul. 1985. p. 19 e ss.; Losers and winners (ed.). 6 jul. 1985. p. 22 e ss.; Opec (ed.). 14 dez. 1985. p. 12 e ss.; Alcohol addiction. 22 fev. 1986. p. 64 e ss. No entanto, desde 1983 a revista já noticiava a queda no preço do óleo combustível dizendo que o Brasil teria ainda mais problemas com o sistema financeiro se o preço continuasse alto. Cf. Boom or sputter?(ed.). 16 jul. 1983. p. 9 e ss.

⁵²⁴ An awful lot of... oil? 26 out. 1985. p. 74 e ss. A belated boom (ed.). 5 set. 1987. p. 16 e ss.; Alcohol addiction. 22 fev. 1986. p. 64 e ss.

⁵²⁵ The good, The bad and the expensive. 25 abr. 1987. p. 18 e ss.

⁵²⁶ Slow burn. 10 mar. 1990. p. 108.; A tax to keep cool (ed.). 13 mai. 1989. p. 19 e ss.

5.3.3 A questão ambiental

Entre os novos temas, meio ambiente é o que aparece mais conectado à cobertura feita pela revista sobre o Brasil. Os primeiros textos aparecem em 1989 e a temática estabelece-se como uma das mais relevantes. Desde o final dos anos 1970 a *Economist* vinha se posicionando de forma mais progressista diante de alguns temas. Relativamente ao Brasil, por exemplo, mudou a forma de abordar a questão dos direitos humanos, posicionando-se de forma mais crítica às situações de violação que aconteceram durante o regime militar e que continuavam a ser denunciadas. Neste sentido, supomos que a questão ambiental também compõe o quadro de atualização de algumas posturas políticas assumidas pela publicação.

Naturalmente, é a preservação da Amazônia que primeiro chama a atenção. Ao noticiar a construção de uma rodovia que ligaria o Acre ao Peru, deu destaque à preocupação de senadores americanos, entre eles, Al Gore. Segundo a revista: “Dr Tom Lovejoy, of Washington’s Smithsonian Institution, who was with the senators, believes the road would be ‘the beginning of the end’ for the Amazon”⁵²⁷. Mais do que isso, acreditava que o sistema legal e fiscal fazia do desmatamento um negócio rentável:

In 1988 Brazil lost an area of tropical rain forest larger than Switzerland, and one of its leading crusaders against deforestation, Francisco Mendes, was murdered by cattle ranchers. Deforestation is more easily explained in land hungry countries like India where the pressure of population is intense. But Brazil has a comparatively low population density and boasts plenty of good farmland. Why then do settlers rush to the Amazon where land is poor and farm income meagre?⁵²⁸

A resposta de Hans Binswanger, economista do Banco Mundial era que as atividades agrícolas na Amazônia tornaram-se artificialmente rentáveis através dos incentivos dados pelo governo federal. De acordo com a *Economist*, entre 1975 e 1986, foram gastos cerca de um bilhão de dólares, “the biggest known subsidy in history of ecological destruction”⁵²⁹. Ou seja, o Estado subsidiava vastamente o desmatamento da Amazônia⁵³⁰.

A revista falava também na possibilidade da cobrança de taxas sobre as emissões de carbono. Apesar de levantar a discussão, conclui que isso poderia ser inviável: “by the amount of cash needed to bribe Brazil to keep its trees”⁵³¹. Assim, é possível perceber que há um descrédito sobre o posicionamento do país na questão ecológica.

⁵²⁷ A back door into the Amazon. 11 fev. 1989. p. 76 e ss.

⁵²⁸ How Brazil subsidises the destruction of the Amazon. 18 mar. 1989. p. 111.

⁵²⁹ Ibid.

⁵³⁰ Growth can be green (ed.). 26 ago. 1989. p. 14 e ss.

⁵³¹ A tax to keep cool (ed.). 13 mai. 1989. p. 19 e ss.

Em julho de 1989, a reunião do G-7 em Paris foi chamada de *The first green summit*. A partir daí o Brasil firmava-se como protagonista do debate internacional sobre preservação e desenvolvimento, a exemplo do que já tinha acontecido depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972:

Because only seven leaders will be at the summit, they will be sorely tempted to tell the 160 other countries what they should do about their environments. That would be a mistake. The Brazilians do not take kindly to lectures about the Amazon from rich countries that used to think nothing of cleaning their own forests⁵³².

A *Economist* percebia que o Brasil era um país em desenvolvimento que estava adquirindo consciência da importância de seu patrimônio ecológico e muda o tom. Era possuidor de um terço das florestas tropicais do mundo: “Some of the indignations directed against Brazil has been deeply hypocritical. No government can say, hand on heart, that it has not encouraged a bit of environmental thuggery in its time”⁵³³.

Junto a isso, deixava clara sua posição diante da importância da questão amazônica asseverando que as queimadas na região representavam 25% das emissões de carbono no mundo e que muitos cientistas estavam chegando a conclusão de que o dióxido de carbono lançado na atmosfera estava causando o aquecimento da terra. Na diversidade da flora Amazônica poderiam ser encontradas a cura para muitas doenças e as respostas para o combate às pragas e outras formas de melhorar a agricultura. Enquanto deixava evidente que a região era objeto de interesse internacional considerava exagerado o medo sobre a internacionalização da Amazônia. Mas, por outro lado enfatizou: “Whether Brazil likes it or not, though, the rest of the world has a legitimate interest in what happens in Amazonia”⁵³⁴. Assim, a revista encontrava maneiras de justificar o interesse internacional na floresta. Entretanto, conclui que o país já havia percebido como a questão era importante e que o discurso da preservação e as práticas de manejo da floresta poderiam ser também vantajosos:

Brazil could make a better living from keeping its forest and exploiting it sensibly than from destroying it. Botanists-turned-economists, studying the value of forest products in local markets, reckon that fruit, nuts and rubber may be worth more than twice as much as the same land logged or turned into cattle pasture⁵³⁵.

⁵³² The first green summit (ed.). 15 jul. 1989. p. 14 e ss.

⁵³³ The month Amazonia burns (ed.). 9 set. 1989. p. 15 e ss.

⁵³⁴ Ibid.

⁵³⁵ Ibid.

Para termos uma dimensão da importância que o assunto vinha adquirindo, em 1989 dez editoriais mencionaram o Brasil. Desses, quatro trataram da questão ambiental. Apenas o debate sobre as ambições nucleares do país em meados dos anos 1970 recebeu atenção concentrada dessa forma. O novo tema, meio ambiente, estava definitivamente entre as pautas de relevância. A partir de então, inclusive textos com abordagens mais econômicas começaram a convergir para a temática ambiental. Aquecimento global, mudança climática e créditos de carbono, expressões até então majoritariamente desconhecidas começam a figurar com cada vez mais frequência e as referências ao Brasil, que sediaria a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, eram inevitáveis⁵³⁶.

A combinação preservação do meio ambiente e desenvolvimento e a forma como o Brasil encarava essa equação continuavam a preocupar. A revista lembrou que a criação de gado na Amazônia tinha sido fortemente fomentada por subsídios e isenção de impostos e que, em seu governo, Fernando Collor havia acabado com esse tipo de crédito. Contudo, isso só resolveria parte do problema. A publicação enfatizava que preservar a floresta e ao mesmo tempo desenvolver a região era uma tarefa assustadoramente difícil:

To protect the Amazon properly means discouraging the development of the north. It means fewer tax breaks for farmers everywhere in Brazil, less federal support for investment in the north, and lots of spending on policing vast chunks of rainforest from incursion. Already, voter's in Brazil's northern provinces detest such ideas. Stand up the western politician who would willingly take on so much, even for the sake of the environment⁵³⁷.

Desta maneira, o periódico parece olhar para a questão ambiental de forma bem realista. Tinha clareza de que o país não se convenceria facilmente de que o assunto interessava para além de suas próprias fronteiras, por isso insistia em convencer a opinião pública internacional e, por reverberação, a interna de que preservar era meritório. É o que propõe no editorial “New ways to run the world” em que a revista demonstra-se preocupada com os novos temas. E quanto à questão ambiental, afirmava que a avaliação mundial fazia cada vez mais diferença. Tratar determinados assuntos apenas como afeitos à esfera interna dos estados já não era mais suficiente. Segundo a *Economist*, meio ambiente e defesa, relacionada ao risco do terrorismo, eram temas que demandariam uma atuação cada vez mais enfática das organizações multipolares⁵³⁸.

⁵³⁶ The charm of green money (ed.). 5 mai. 1990. p. 19 e ss.; Warm world, cool heads (ed.). 27 out. 1990. p. 13 e ss.; Sootbusters (ed.). 12 out. 1991. p. 19 e ss.; The hot-air summit (ed.). 7 dez. 1991. p. 15.

⁵³⁷ Trees don't grow on money (ed.). 10 ago. 1991. p. 11.

⁵³⁸ New ways to run the world (ed.). 9 nov. 1991. p. 11 e ss.

Referenciava-se o Brasil em artigos sobre poluição atmosférica e extinção de espécies ao mesmo tempo em que questionava-se sua capacidade em lidar com a questão e servir de sede para a mais importante discussão internacional sobre o tema do meio ambiente⁵³⁹.

Ao avaliar a Rio-92, a revista concluiu que esta acabou se tornando uma conferência muito mais sobre recursos financeiros e soberania do que sobre a temática ambiental. Afirmou que ao passo que os países ricos estavam dispostos a pagar pela disponibilidade dos países pobres em preservar, esses nem sempre admitiam que o uso dos recursos naturais deveria ser matéria de apreciação internacional. Alertava para o fato de que, dessa maneira, as discussões na Conferência tendiam a reduzir o problema ecológico a recursos financeiros e que boa parte da solução viria do pagamento que os países ricos fariam aos países pobres pela preservação ambiental. No entanto, para a publicação, era importante ter em mente que os problemas ambientais afetavam seriamente os países menos desenvolvidos - poluição atmosférica, poluição das águas, erosão e falta de saneamento básico eram ainda bastante graves - assim como afirmava que as cidades mais sujas do mundo não estavam nos Estados Unidos e na Alemanha, mas sim no Brasil ou na China⁵⁴⁰.

Lamentava que os ministros da economia não estivessem na conferência. Segundo a *Economist*, boa parte dos danos ambientais era causada pela venda, a baixo custo, de recursos naturais. Elevar o preço da energia elétrica, ou da água usada para irrigação daria melhores resultados e tornaria políticas ambientais mais rentáveis que dispendiosas. A ligação das questões ambientais e econômicas era inevitável. Tanto que o Banco Mundial que seria responsável por gerir o fundo de financiamento para projetos de preservação criado na Rio-92, o Brasil receberia, a princípio, trinta milhões de dólares⁵⁴¹.

A realização da Conferência e a emergência da questão ambiental trouxe o Brasil aos holofotes. O país não apenas foi a sede de importantes discussões sobre o tema mas era objeto dessas discussões. As fronteiras do desenvolvimento esbarravam na maior floresta tropical do mundo, em um dos maiores mananciais de água doce, na maior diversidade de fauna e flora do globo. O embate desenvolver ou preservar ganhava ainda mais relevância.

⁵³⁹ Species galore (ed.). 14 set. 1991. p. 17.; Cough city. 16 mar. 1991. p. 74.; Shoot the pianist. 28 mar. 1992. p. 82 e ss.; Blushing. 30 mai. 1992. p. 66 e ss.

⁵⁴⁰ Root of evil at Rio (ed.). 13 jun. 1992. p. 14 e ss.; Does greener mean richer? (ed.). 5 dez. 1992. p. 16 e ss.

⁵⁴¹ Root of evil at Rio (ed.). 13 jun. 1992. p. 14 e ss.; Buying diversity (ed.). 2 out. 1993. p. 18.

6 A era FHC

Um governo aparentemente mais alinhado ao perfil político-ideológico da revista faz com que ela tenha uma visão mais positiva da política e da economia brasileiras? Quais eram as imagens mais frequentes veiculadas pela *Economist* nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso? Com essas perguntas de partida analisaremos os oito anos em que o Brasil foi governado pelo PSDB, entre 1995 e 2002⁵⁴².

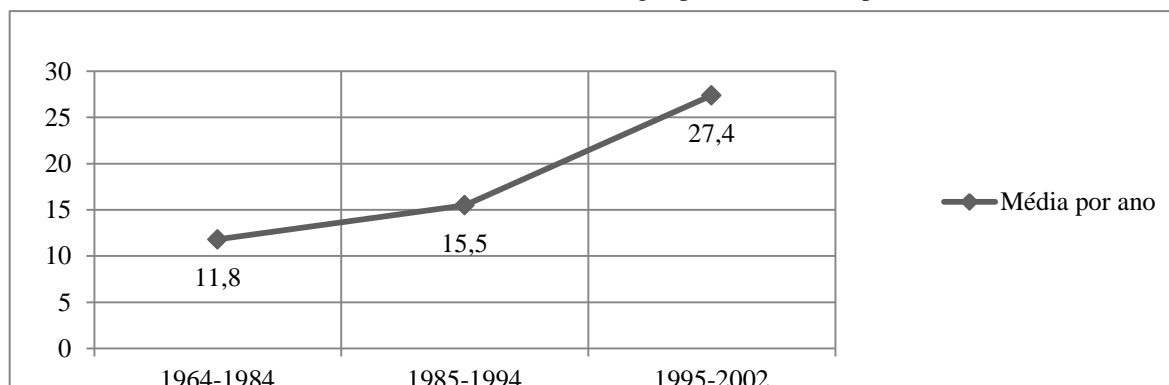
Nos anos 1980, o mundo se reconfigurou tanto econômica quanto politicamente e os reflexos dessas mudanças foram sentidos na década seguinte. No Brasil, esse fenômeno completou-se com a mudança de regime, a promulgação de uma nova Carta Constitucional e a subida ao poder dos primeiros governantes eleitos pelo voto direto. O país passou ainda pelo teste do *impeachment* do primeiro presidente eleito. Depois de assumir o governo, o desacreditado vice-presidente Itamar Franco lançou o Plano Real, a princípio tido como apenas mais um plano de estabilização. À época de sua concepção, Fernando Henrique Cardoso era o ministro da Fazenda e seu sucesso abriu as portas para a candidatura à Presidência da República. Eleito no primeiro turno teve êxito também na aprovação de uma emenda constitucional que permitiu sua segunda candidatura e consequente reeleição.

Nesse sentido, com o intuito de analisar como os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso foram tratados pela *Economist* partimos da suposição de que a aproximação do governo com o ideário neoliberal levou a revista a aprovar a maioria das suas ações, criando, assim, uma imagem mais positiva do Brasil na esfera internacional.

Nesses oito anos foram publicados 219 artigos em que o termo de busca por nós utilizado (*Brazil*) esteve no título ou nas palavras-chave. De antemão, foi possível perceber algumas novidades, como a concentração de notícias em torno dos processos eleitorais. Depois de 1961 a primeira eleição aconteceu apenas em 1989. Por isso, os pleitos de 1994, como vimos no capítulo anterior, e os de 1998 e 2002 mereceram destaque. Outro fato notável é que apesar do aumento no número de artigos por ano não há maior diversidade de assuntos tratados. De 1995 a 2002 o número médio de artigos por ano foi de 27,4 contra 11,8 de 1964 a 1984 e 15,5 de 1995 a 1994, conforme podemos constatar no Gráfico 4:

⁵⁴² Sobre a imagem internacional do Brasil nos governos Fernando Henrique Cardoso Cf. MARQUES, Sylvia Ferreira. **A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995-2002): uma leitura construtivista do conceito de potência média**. 2005. 120 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Cf. também: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. As ideias do poder: dependência e globalização no discurso recente de Fernando Henrique Cardoso. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e (org.). **Globalização, democracia e ordem internacional**. São Paulo; Campinas: UNESP; UNICAMP, 2004. cap. 3, p.65-90.

GRÁFICO 4: Número médio de artigos por ano em cada período



Fonte: Elaboração própria

Esses dados podem ser observados também a partir do que está apresentado na Tabela 6. Nela, fica demonstrado que 53,9% dos textos trataram de questões políticas e destes, o número mais representativo foi de artigos que tratavam do processo eleitoral.

TABELA 6: Temas dos artigos sobre o Brasil, por ano (1995-2002)

Tema Geral	Tema específico	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total por subtema	Total por tema
Política Interna	Conjuntura interna	2	2			6	1	2	1	14	118 (53,9%)
	Corrupção		1		2	1	1	3		8	
	Direitos humanos/Violência		2	1		1	2	3	1	10	
	Energia				1	1		1	1	4	
	Eleições		1	1	10		3	5	16	36	
	Políticas sociais (educação, saúde, reforma agrária, desemprego, etc.)	10	1	3	3	6	3	1		27	
	Emenda da reeleição		4	5						9	
Reforma do Estado	5	2		2	1				10		
Política Internacional	Meio ambiente				2	1	1	1		5	12 (5,5%)
	MERCOSUL			1						1	
	Relações internacionais		1				1	3	1	6	
Economia	Commodities					1	1		1	3	78 (6%)
	Crise/recessão/desvalorização	2		3	7	12	3	3	4	34	
	Indústria	3	1			1	1			6	
	Recuperação da economia				1	9	6	4	2	22	
	Reforma econômica/Plano Real	4	5	3	1					13	
Outros	Outros	3	1	2	1		1	2	1	11	11 (5%)
Total por ano		29	21	19	30	40	24	28	28	219	

Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez, os editoriais foram selecionados a partir da simples menção a palavra *Brazil* tanto no título como nas palavras-chaves e no corpo do texto. Nessa seção da revista, os temas de natureza econômica foram predominantes. Dos oitenta editoriais analisados, 57,5% foram classificados dentro do tema Economia.

TABELA 7: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais, por ano (1994-2002)

Tema Geral	Tema Específico	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total por subtema	Total por tema
Política interna	Conjuntura interna	1		2						3	14 (17,5%)
	Energia							1		1	

	Eleições			2				3	5		
	Políticas sociais (educação, saúde, reforma agrária, desemprego, etc.)		1						1		
	Emenda da reeleição		1	1					2		
	Reforma do Estado		1		1				2		
Política internacional	Meio ambiente						1		1	16 (20%)	
	MERCOSUL	1			1		1		3		
	Questão Nuclear	1		1			1		3		
	Relações internacionais				1	2	4	2	9		
Economia	Crise/recessão/desvalorização	3		1	3	7	1	7	3	46 (57,5%)	
	Indústria	1		1		1	1		4		
	Mercados emergentes			2	2	1	1		6		
	Recuperação da economia	2				3			5		
	Reforma econômica/Plano Real	1	2	1	1	1			6		
Outros			1	1				2	4	4 (5%)	
		10	4	10	10	16	5	15	10	80	

Fonte: Elaboração própria

Supreendentemente, os textos que tratam da economia brasileira enfatizando a imagem da crise, da recessão e dos efeitos negativos da desvalorização da moeda são predominantes e, em contraste com o que acontece nos artigos, nos editoriais os textos que marcam a recuperação da economia são em número bastante inferior. Por outro lado, como veremos mais adiante numa análise mais detida do conteúdo dos textos, no tema de política internacional é muito comum que o Brasil seja representado como um mercado emergente, ainda que o assunto central do texto seja outro, como por exemplo, o MERCOSUL.

6.1 Política interna - A cobertura da *Economist* sobre os dois governos de Fernando Henrique Cardoso

Da mesma maneira que em outros momentos, a revista abordou os primeiros meses do novo governo com desconfiança e afirmou que a única razão de sua vitória foi o Plano Real. Ressalvava que passada a euforia inicial, tinha receio sobre como se desenrolaria o governo propriamente dito⁵⁴³.

Entretanto, era um momento importante da política nacional e por isso, em 29 de abril de 1995, publicou mais uma de suas reportagens especiais, os *surveys*. Nesse, pode-se perceber que o tom da cobertura seria dado por um desejo por reformas⁵⁴⁴.

A revista afirmava que era necessário que o país se adaptasse à nova realidade e reformasse suas instituições. Apontava que, tradicionalmente, no Brasil, as mudanças efetuavam-se mais demoradamente do que em outros países, como aconteceu com a

⁵⁴³ Gale warnings. 25 mar. 1995. p. 75.; Caudillos by consent (ed.). 6 mai. 1995. p. 19.

⁵⁴⁴ *Survey* intitulado “Half empty or half full?” teve treze artigos distribuídos em 35 páginas, destas, vinte eram de propaganda para investidores. Nessa reportagem especial não foi indicada a editoria.

independência, com o fim da escravidão e com o estabelecimento da República⁵⁴⁵. Contudo, as reformas não poderiam esperar tanto.

6.1.1 Reformas

Como vimos, o tamanho do Estado é uma preocupação antiga da revista: a reforma do setor público era imprescindível para que o este diminuísse suas áreas de atuação. Alguns temas eram essenciais, como: os serviços públicos, o setor fiscal e a previdência.

Sobre os serviços públicos considerava que o processo de privatização era inevitável⁵⁴⁶. Essa tarefa, junto com outras reformas, que caberiam ao presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, foi comparada àquela realizada pelos governos conservadores no Reino Unido com a ressalva de que esses tiveram dezesseis anos para realizá-la e que no Brasil deveria sobrevir em apenas quatro⁵⁴⁷.

Outro ponto fundamental era a reforma fiscal. E essa era muito mais complicada do que aquelas pequenas mudanças realizadas ainda em 1995; uma vez que a sonegação era um *esporte nacional*⁵⁴⁸. Ainda: “Some countries’ rigid constitutions, born as they rediscovered democracy but not yet market forces, make change even harder: Brazil’s almost dictates bureaucratic inefficiency and fiscal laxity”⁵⁴⁹.

Desta forma, as reformas eram entendidas como vitais uma vez que era fundamental, por exemplo, alterar a Constituição para que algumas atividades deixassem de ser monopólio do Estado e o projeto de privatização pudesse ir adiante. E isso se aplicava principalmente ao petróleo, à mineração e ao setor de telecomunicações. A revista falava da necessidade de emendas constitucionais que permitissem a modernização da economia e tinha consciência de que a aprovação destas necessitava de habilidades políticas, já que a reforma era dificultada pela pressão dos deputados e senadores que barganhavam votos favoráveis por privilégios no

⁵⁴⁵ Democracy's difficulties. 27 mar. 1999. p. 7 e ss.

⁵⁴⁶ A comfortable old age, for some. 29 abr. 1995. p. 14.; Manning the state. 29 abr. 1995. p. 13 e ss.; Slimming the state. 29 abr. 1995. p. 16 e ss.; How to get moving. 29 abr. 1995. p. 9 e ss.; A river of red ink. 28 mar. 1998. p. 64 e ss.; Tightrope tricks. 15 ago. 1998. p. 45 e ss. Maiores detalhes sobre o processo de privatização serão vistos mais adiante.

⁵⁴⁷ The funnel of politics. 29 abr. 1995. p. 10 e ss. A revista referia-se às gestões da primeira ministra Margaret Thatcher (1979-1990) e do primeiro ministro John Major (1990-1997) em exercício na época, ambos do Partido Conservador.

⁵⁴⁸ Tax reform and the governors. 5 ago. 1995. p. 51 e ss. Uma vitória nesse sentido foi a aprovação de medidas no Senado que facilitam a aprovação de novos impostos. Cf. Brazil's sputtering steamroller. 6 nov. 1999. p. 79 e ss.

⁵⁴⁹ Latin America's backlash (ed.). 30 nov. 1996. p. 18.

governo. Para a publicação, a reforma administrativa era um desafio que pretendia diminuir as prerrogativas do setor público, controlar o déficit do orçamento e atender setores como o do bem-estar social⁵⁵⁰.

A criação do Ministério da Reforma Institucional, em 1998, foi considerada um passo importante no sentido de consolidação das reformas. Mesmo que a revista tivesse notado que principalmente a reforma previdenciária foi abalada com a morte de Sérgio Motta e Eduardo Magalhães, seus principais articuladores no Planalto e no Congresso Nacional⁵⁵¹.

6.1.1.1 Aposentadorias

Segundo o periódico, os brasileiros deixavam de trabalhar muito cedo e as aposentadorias eram muito generosas, o que levava a um sistema que não tinha como se sustentar. Afirmava que não eram as taxas de juros que provocavam os maiores impactos nas contas públicas, mas sim o sistema previdenciário. Neste sentido, concluía que o déficit fiscal provocado pelo inchaço do Estado limitava as possibilidades de crescimento do país.

O gasto com as aposentadorias do setor público era demasiado para um governo que pretendia manter saneadas suas contas públicas. Nesse quadro, noticiava que o presidente empreendia esforços no sentido de reformar o sistema, mas que o Congresso, apesar da maioria governista, não aprovava mudanças fundamentais. O que era reforçado pela crítica da oposição ao que a revista considerava avanços empreendidos por Fernando Henrique Cardoso e sua equipe. Uma dessas medidas era a adoção de um sistema de aposentadorias que aproximava as regras do setor público àquelas do setor privado. Aprovada, a nova forma de cálculo ajustaria os vencimentos à idade dos trabalhadores, aos anos de contribuição e à expectativa de vida depois da aposentadoria⁵⁵².

Consoante a *Economist*, as aposentadorias eram a maior causa isolada de déficit fiscal e as reformas planejadas traziam alguma esperança. Junto com isso vinha a promessa de regularização das contas públicas de modo mais definitivo através da proposta de uma lei de

⁵⁵⁰ Unfinished business. 2 mar. 1996. p. 59 e ss.; The fiscal mire. 4 mai. 1996. p. 63.; Party tricks. 9 nov. 1996. p. 86.; Mortal after all. 3 mai. 1997. p. 60.; Can Brazil hold the line? 31 jan. 1998. p. 59.; Cardoso, again? 12 out. 1996. p. 74.; Latin realities (ed.). 30 mar. 1996. p. 19.; Physiology? Pork. 30 mar. 1996. p. 63.

⁵⁵¹ Shuffling and dealing. 11 abr. 1998. p. 52.

⁵⁵² Brazil on borrowed time. 8 nov. 1997. p. 69 e ss.; Brazil's sputtering steamroller. 6 nov. 1999. p. 79 e ss.; A cautious comeback for Brazil's Cardoso. 12 fev. 2000. p. 63 e ss.; Easing Brazil's pensions burden. 25 mar. 2000. p. 67 e ss. A nova forma de cálculo a que a revista se refere foi a introdução do *fator previdenciário*.

responsabilidade fiscal⁵⁵³. Apesar de mais lentamente do que o semanário desejava, de maneira geral, a avaliação era que o governo estava no rumo certo tomando medidas essenciais para que país se adequasse a uma economia de mercado.

6.1.1.2 Emenda da reeleição

Uma das medidas mais comentadas dos anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve na Presidência foi a votação da emenda constitucional que alterou a legislação permitindo a reeleição para cargos do executivo. Uma série de artigos mencionou a questão e a revista posicionou-se favorável à continuidade.

O principal argumento era que o governo vigente dava bons motivos para que a regra fosse modificada. Justificando que a reeleição já acontecia em outros países da América Latina perguntava se havia razões para que a regra não fosse alterada. Acreditava que com a emenda da reeleição aprovada, o presidente teria mais tempo para executar seu projeto⁵⁵⁴.

Com a proposta sendo discutida na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, boa parte deles, inclusive os governistas, diziam-se indecisos sobre o futuro da questão. Na ocasião, a *Economist* afirmou sobre o presidente: “He has also vowed not to bargain, in his pursuit of re-election, for the votes of those supposed supporters who enjoy playing hard to get. The promise may prove difficult to keep. But Brazil’s media are swift to scent (and denounce) pork”⁵⁵⁵. Além disso, desaprovou Paulo Maluf quando esse acusou Fernando Henrique Cardoso de paralisar o país por causa de seu egocêntrico desejo de reeleição. Para o semanário, o crítico tinha os olhos na Presidência⁵⁵⁶. Em suma, o periódico saía em defesa dos interesses do então chefe do executivo, pois via na reeleição a possibilidade de que as reformas consideradas necessárias para o ajuste do país à economia de mercado fossem levadas a cabo.

No editorial “Let voters choose” a revista deixa clara a sua opção por uma abordagem liberal também do ponto de vista da política. Para a redação, os presidentes latinoamericanos deveriam servir por mais de um mandato se esse fosse o desejo dos eleitores. Aponta que na Argentina uma mudança constitucional permitiu a reeleição de Carlos Menem e que era a vez do Brasil dar uma chance para que Fernando Henrique Cardoso continuasse no cargo. Opinou

⁵⁵³ A river of red ink. 28 mar. 1998. p. 64 e ss.; Local loot. 15 mai. 1999. p. 78 e ss.

⁵⁵⁴ Double or quit? 20 abr. 1996. p. 60 e ss.; Cardoso, again? 12 out. 1996. p. 74.

⁵⁵⁵ Party tricks. 9 nov. 1996. p. 86.

⁵⁵⁶ A hostage to blackmail. 30 nov. 1996. p. 75 e ss.

que isso deveria acontecer devido às próprias qualidades do mandatário, tido como impecavelmente democrático⁵⁵⁷.

Apesar de afirmar que as discussões sobre a reeleição mobilizaram o Congresso por quatro meses, depositava a culpa pela demora não no presidente, mas nas manobras de agentes da política tradicional. Sobre Fernando Henrique Cardoso: “His charm and his stature as one of the Latin America’s leading social scientists have given Brazil a leader worthy of its claim to global importance”⁵⁵⁸.

Entretanto, não demorou muito para que houvesse repercussão das notícias sobre a compra de votos. A revista divulgou que a Folha de S. Paulo havia apurado que dois congressistas votaram a favor da emenda em troca de dinheiro. Quanto à implicação do então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, afirmou: “In fact, the tapes proved nothing against Mr Motta, revealing no more than a vague, third hand insinuation that he might have got together with state governors in the Amazon region to offer around \$200,000 each to five congressman to vote the right way”⁵⁵⁹.

Mesmo assim, a possibilidade da reeleição era considerada um avanço democrático. Defendia-se ainda que em democracias consolidadas a possibilidade de sucessivas reeleições poderia ser pensada. Para a revista, no Brasil, antes da flexibilização da legislação eleitoral, os governantes entravam e saíam dos postos como ioiôs. Era positivo que, pela primeira vez, os chefes dos cargos executivos pudessem pleitear a continuidade nas funções, fato que se daria, a princípio, nas eleições municipais de 2000⁵⁶⁰.

6.1.2 Corrupção

Além do caso da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição algumas outras ocorrências foram noticiadas. Apesar de aparecer em alguns artigos, o tema não teve o mesmo destaque visto durante o governo Collor. Uma das situações que ficou mais conhecida foi o envolvimento de Luiz Carlos Mendonça de Barros, que passou pela Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério das Comunicações no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e André Lara Resende

⁵⁵⁷ Let voters choose (ed.). 19 out. 1996. p. 19 e ss.

⁵⁵⁸ Brazil's re-election carnival. 1 fev. 1997. p. 61.

⁵⁵⁹ Brazil's bought votes and presidential perils. 24 mai. 1997. p. 69. Em 4 de junho a emenda da reeleição foi aprovada. A revista chamou a atenção para o fato de que outras medidas, como a reforma das aposentadorias, não tiveram mesmo resultado. Cf. Inactive workers, inactive Congress. 7 jun. 1997. p. 64 e ss.

⁵⁶⁰ Two terms and you're out (ed.). 22 ago. 1998. p. 16 e ss.; Same again. 23 set. 2000. p. 84.

que também foi presidente do BNDES no caso da privatização de empresas de telecomunicações e do favorecimento do Banco Opportunity nas transações. Houve ainda denúncias que envolviam o próprio chefe do executivo em uma sociedade com sede nas Bahamas e contas nas Ilhas Cayman cujos documentos, supostamente, comprobatórios foram chamados de falsificações pela revista⁵⁶¹.

Circunstâncias diversas que envolviam nomes da política nacional em corrupção também apareceram de maneira esparsa no noticiário, como as denúncias contra Celso Pitta na prefeitura de São Paulo, apontamentos sobre financiamento irregular de campanhas, corrupção nos fundos de pensão, negociações de projetos de infraestrutura como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), e mesmo um artigo que relembrava o caso de Paulo César Farias, por conta de seu assassinato. Assim como a corrupção no futebol que também foi alvo de críticas⁵⁶².

A revista noticiava ainda que os casos de corrupção aproximavam-se do governo: “For the past two months, President Fernando Henrique Cardoso has been trying to stop Brazil’s Congress from holding an inquiry into corruption claims involving several ministries as well as leaders of his four party coalition”⁵⁶³. Mas, apurou que o tema ainda mobilizava pouco a sociedade. Segundo uma pesquisa apresentada, apenas 2% dos entrevistados a consideravam o pior problema do país. Por outro lado, a publicação imprimia a ideia de que Fernando Henrique Cardoso lutava contra esse mal e que a limpeza estava sendo lenta, mas que era contínua. Os exemplos passavam pela expulsão de Luís Estevão então no PMDB do Rio de Janeiro e de outros dois deputados e a renúncia de Jader Barbalho, do PMDB do Pará e Antonio Carlos Magalhães do PFL da Bahia⁵⁶⁴.

6.1.3 Indicadores sociais

Tanto na editoria de política como na de economia foi possível verificar que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso artigos sobre indicadores sociais tornaram-se mais

⁵⁶¹ Scandal time. 21 nov. 1998. p. 70.; Crossed lines in Brazil. 28 nov. 1998. p. 77 e ss.

⁵⁶² Pitta v Pitta. 8 abr. 2000. p. 68 e ss.; You scratch my back. 5 jul. 1997. p. 58.; All shook up. 17 fev. 2001. p. 112.; Traffic control. 25 nov. 1995. p. 81 e ss. Love or money. 20 jul. 1996. p. 54 e ss.; Facing football's bald facts. 20 dez. 1997. p. 69.; Brazil's football scandals forgotten. 6 jul. 2002. p. 54.

⁵⁶³ Cleaning up. 14 abr. 2001. p. 58.

⁵⁶⁴ Cleansing Brazil's Congress. 1 jul. 2000. p. 74.; Heavyweights humbled. 6 out. 2001. p. 66.; Shark fishing. 27 nov. 1999. p. 74. Os outros deputados cassados foram Talvane Albuquerque, do Partido da Frente Liberal (PFL) de Alagoas, e Hidelbrando Pascoal, também do PFL, do Acre.

comuns. A frequência com que esse tema aparece é bem maior entre 1995 e 2002 do que nos períodos anteriormente analisados.

Desta forma, a revista passou a discutir os índices de desigualdade e os problemas em relação ao acesso a serviços básicos como saúde e educação. Nas palavras da *Economist*, o tema que mais importava no Brasil no início do governo era a injustiça social e, já era hora dessa diminuir⁵⁶⁵. Para tanto, chama a atenção para o problema dentro dos marcos liberais. Isto é, para a publicação à boa parte da população era negada a igualdade de oportunidades e acrescentava: “The Iberian tradition that government will provide, and ideal will provide some monopoly or sinecure, is alive and well in Brazil”⁵⁶⁶. Mesmo defendendo a reeleição, a revista voltava a asseverar que o presidente era alvo de críticas por ter feito pouco para combater os enraizados problemas sociais. Para a *Economist*, Fernando Henrique Cardoso era um marxista transformado em um social democrata que pouco fez para diminuir a desigualdade social⁵⁶⁷.

Para ilustrar como as questões sociais começaram a compor parte relevante do noticiário é interessante olhar para o já mencionado *survey* publicado em 1995, que trouxe artigos sobre desigualdade econômica, racial e regional, além de outros dedicados à educação, saúde e à questão agrícola. Nesse *survey*, diferentemente das reportagens especiais de edições anteriores, não houve predomínio da temática econômica⁵⁶⁸.

A publicação ainda lembrou algumas peças publicitárias da campanha presidencial em que o candidato do PSDB usava os cinco dedos de uma mão em alusão às suas cinco prioridades: saúde, educação, moradia, infraestrutura e emprego. Um ano depois avaliava-se que pouco havia mudado nessas áreas e que enquanto os ricos e a classe média desfrutavam de privilégios, boa parte da população vivia em condições de pobreza:

There are still plenty of homeless in the cities, and of peasant squatters in the countryside, where land is so unequally distributed. Roads are crumbling, schools still ill taught and ill equipped. After a few months of roaring boom, jobs are vanishing. The litany could go on and on⁵⁶⁹.

Quanto à educação salientava que na legislação essa deveria ser gratuita e obrigatória, todavia tal não se cumpria plenamente. Enquanto nos estados mais ricos 95% das crianças

⁵⁶⁵ Latin America's backlash (ed.). 30 nov. 1996. p. 18.; Sick system. 11 set. 1999. p. 69.

⁵⁶⁶ A glass half-full. 29 abr. 1995. p. 3 e ss.

⁵⁶⁷ Mortal after all. 3 mai. 1997. p. 60.

⁵⁶⁸ E pluribus unum. 29 abr. 1995. p. 32 e ss.; From top to bottom. 29 abr. 1995. p. 23 e ss.; Hitting the books. 29 abr. 1995. p. 27 e ss.; In sickness and in health. 29 abr. 1995. p. 24 e ss.; Leading by example. 29 abr. 1995. p. 29 e ss.

⁵⁶⁹ Watch my hands. 23 set. 1995. p. 61 e ss.

estavam matriculadas, no Nordeste, o percentual variava de 65% a 80%, índices considerados insatisfatórios⁵⁷⁰. Neste sentido, sobre a falta de investimentos, principalmente naquela região, determinava: “Yet though the economic gap between the north-east and the rest of Brazil has narrowed, this has been a slow and uneven process”⁵⁷¹.

O semanário destacava a iniciativa do então Governador do Distrito Federal pelo PT, Cristovam Buarque. A experiência do programa bolsa escola, iniciado na comunidade do Varjão, era vista com otimismo. O artigo aproveitava para criticar o volume desproporcional de recursos públicos investidos no ensino superior e na pós-graduação e a injustiça do sistema que privilegiava o acesso às universidades públicas, de maior qualidade, daqueles que puderam frequentar o ensino particular na formação básica⁵⁷². De tempos em tempos, a publicação fazia uma avaliação da evolução do setor educacional do Brasil e apontava no mesmo sentido: era preciso direcionar os gastos em educação para os primeiros níveis e cortar os subsídios para as universidades.

Em 2000, descrevia que 96% das crianças entre sete e quatorze anos estavam na escola em contraposição a 67% em 1970 e 82% em 1985, e ainda pormenorizava a proposta do governo de que todos os professores tivessem nível universitário até 2007. O comentário era que, apesar da quase universalização do ensino fundamental, a qualidade era ruim e os professores mal treinados. Os dois desafios da educação no Brasil eram portanto, a expansão do ensino médio e a qualidade da educação ofertada pelo poder público. A revista argumentou que apesar de importante, não se melhora a qualidade da educação apenas com dinheiro e enalteceu a iniciativa de avaliação da *performance* dos professores (à qual os sindicatos se opunham). Diante disso, não é surpreendente o elogio ao ministro da Educação, Paulo Renato de Souza⁵⁷³.

No *survey* de 27 de março de 1999 fazia-se um balanço do Plano Real do ponto de vista social⁵⁷⁴. A princípio, argumentou que este tinha deixado desempregados trabalhadores

⁵⁷⁰ Hitting the books. 29 abr. 1995. p. 27 e ss.

⁵⁷¹ The north-east: politics, water and poverty. 29 ago. 1998. p. 50 e ss. As disparidades regionais sempre foram um tema da *Economist*. Segundo a revista, havia pouco a se comemorar nessa área. Mas, destacava o feito do governo federal na distribuição de cestas básicas a 2,6 milhões de famílias. Entretanto, lembrava que o problema da seca era a conhecida falta de investimentos e propunha como forma de amenizar as disparidades regionais uma revisão do federalismo brasileiro. Cf. *Ibid.*; A federation in dispute. 27 mar. 1999. p. 11 e ss.

⁵⁷² Schooling the multitudes. 18 out. 1997. p. 84.

⁵⁷³ Brazil's unfinished battle for racial democracy. 22 abr. 2000. p. 55 e ss.; Teaching the teachers. 29 jan. 2000. p. 74 e ss. As avaliações da revista nesse artigo são um exemplo interessante do marco liberal na avaliação das políticas públicas. O apoio a avaliações meritocráticas e de performance dos professores e a crítica ao posicionamento dos sindicatos são sinais de como o semanário se colocava nesse debate; no caso, a favor das medidas tomadas pelo governo da época.

⁵⁷⁴ O *survey* publicado no dia 27 de março de 1999 tinha o título “The disorders of progress” e foi realizado sob editoria de Micheal Reid; teve dezesseis páginas e nove artigos.

da indústria que eram, até então, bem pagos e que mesmo com os avanços na estabilização da economia, cerca de cinquenta milhões de pessoas continuavam abaixo da linha da pobreza, ou seja, ganhando, na época, menos de 65 reais por mês. Isso fazia com que a distribuição de renda fosse a mais desigual da América Latina. Segundo pesquisas apresentadas, 63% da renda ficava nas mãos dos 20% mais ricos enquanto apenas 2,5% destinavam-se aos 20% mais pobres⁵⁷⁵.

A revista rotulava Fernando Henrique Cardoso como um sociólogo de esquerda, entretanto chamava a atenção que a maior parte dos gastos sociais do governo era destinada a pessoas com boas condições financeiras. E os principais exemplos eram as aposentadorias e as universidades públicas. Enquanto isso, 35 milhões de brasileiros ganhavam menos de 73 reais por mês. Citou ainda um programa federal contra o trabalho infantil que envolvia, na época, 130 mil de um total estimado de 736 mil crianças que trabalhavam no país, concluindo: “The federal government’s total antipoverty budget is only around 13 billion *reais* – or one tenth of its total revenues”⁵⁷⁶.

No sentido da perpetuação da desigualdade, a revista posicionava-se mais uma vez sobre a política educacional:

The country’s education policy, with its perverse priorities, has made this inequality worse. Brazil’s public universities, especially the 27 federal ones and Sao Paulo’s three state universities, are of high quality, and free. But those who attend them are mainly the children of rich⁵⁷⁷.

Na saúde, a avaliação era que o ministro José Serra, o primeiro a ocupar a pasta sem formação na área, tinha obsessão por cortar custos e o artigo termina por fornecer uma informação não condizente com a verdade: “In Brazil, unusually for Latin America, most health services are provided by the private sector and charities”⁵⁷⁸. A revista ainda criticava os investimentos em saúde que eram apenas metade dos 93 bilhões de reais destinados ao pagamento dos juros da dívida⁵⁷⁹.

⁵⁷⁵ A better life. 27 mar. 1999. p. 14 e ss.; The devaluing of a presidency. 27 mar. 1999. p. 3 e ss. A revista ainda afirmou que a ditadura militar brasileira fez o país crescer, mas, por outro lado, aumentou muito a desigualdade social. Cf. A poor show. 14 ago. 1999. p. 45.

⁵⁷⁶ Defeats and victories in Brazil’s war on poverty. 9 out. 1999. p. 83 e ss. Em 2000, o salário mínimo era de 136 reais e a possibilidade de elevação estava limitada pelo impacto gerado nas contas públicas. Cf. Wage fight. 18 mar. 2000. p. 68 e ss.

⁵⁷⁷ A better life. 27 mar. 1999. p. 14 e ss.

⁵⁷⁸ Ibid. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado por força do artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que estabelecia o direito à saúde como um direito de todos e um dever do Estado. O sistema foi regulamentado pela Lei nº. 8.080 de 1990 e, portanto, estava em pleno funcionamento em 1999 quando o artigo foi publicado.

⁵⁷⁹ Market friendly. 13 nov. 1999. p. 115 e ss.

Mesmo dando ênfase na necessidade de reformas administrativas e econômicas, a publicação lembrava que eram também necessárias reformas sociais, como por exemplo a reforma agrária, pauta até então praticamente ignorada pelo semanário⁵⁸⁰.

Do quase total desprezo a questão agrária passa a ser um dos temas de maior relevo no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. A *Economist* chamava atenção para o fato de que no Brasil enquanto alguns tinham propriedades que equivaliam a países inteiros, outros não tinham nenhum acesso à terra. Dos três milhões de proprietários rurais, cerca de 58 mil possuíam metade das glebas ao passo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estimava que 22 mil famílias estavam acampadas naquele momento. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 4,8 milhões de famílias precisavam de terras. De acordo com a revista, o presidente havia prometido assentar 280 mil dessas até 1999. Se por um lado ressaltava a disponibilidade do governante em negociar, por outro denunciava também a violência policial que muitas vezes acompanhava as invasões⁵⁸¹.

Para o periódico, apesar das vozes em contrário, o MST era, na maioria das vezes, a vítima e não aquele que instigava a violência, ao mesmo tempo em que desfrutava de ampla simpatia pública. A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça realizada em abril de 1997 colocou, segundo a *Economist*, o tema prioritariamente na agenda nacional⁵⁸². Todavia, pouco tempo depois passou a classificar o MST como um pesadelo para o governo. De acordo com as reportagens o movimento tornou-se um símbolo da injustiça social e da desigualdade. As invasões e protestos ganhavam muita publicidade. Para a publicação, foi essa pressão que fez com que o presidente assumisse o compromisso citado acima. Além disso, o governo federal tinha aumentado o imposto sobre propriedades improdutivas e tornado mais célere o procedimento para expropriação de terras⁵⁸³.

Os confrontos entre os militantes e a polícia foram tratados pela revista como violações de direitos humanos, e consideradas frequentes mesmo depois da redemocratização (sobre as quais trataremos mais adiante). O caso mais conhecido foi o de Eldorado dos

⁵⁸⁰ Latin America's backlash (ed.). 30 nov. 1996. p. 18.

⁵⁸¹ Land for the landless. 13 abr. 1996. p. 61.; A victory in Peru (ed.). 26 abr. 1997. p. 17.

⁵⁸² Mortal after all. 3 mai. 1997. p. 60. A marcha foi uma das maiores manifestações já ocorridas em Brasília. Marcou o fim de uma caminhada de dois meses por vários estados do Brasil. Cf. CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

⁵⁸³ Land rights, land wrongs. 26 jul. 1997. p. 58 e ss. Para a revista, outro fator de desestabilização dos primeiros momentos do mandato foram as greves em alguns setores públicos, principalmente a paralização dos petroleiros. Descreveu a intervenção do exército como legítima já que a greve foi considerada uma manifestação política. Cf. Striking back. 27 mai. 1995. p. 72.; Pushing on. 10 jun. 1995. p. 68. Em outros momentos a revista tratou de outros movimentos grevistas como o dos trabalhadores da Ford e das polícias de Minas Gerais, Pará e Piauí. Cf. Labour logic. 23 dez. 1995. p. 65 e ss.; Police raid. 12 jul. 1997. p. 54.

Carajás, em 17 de abril de 1996, em que dezenove trabalhadores rurais foram assassinados. Além desse, outro caso já havia sido mencionado pela revista, em que nove manifestantes foram mortos em Rondônia, em agosto de 1995⁵⁸⁴.

O semanário noticiava que o governo federal tomava medidas para enfrentar a questão agrária diante da pressão interna e internacional. Uma delas foi a criação do Banco da Terra que tinha por função emprestar dinheiro subsidiado para que camponeses pudessem adquirir suas terras. Ademais, defendia que o planalto prometia que até o final da gestão mais 85 mil famílias seriam assentadas e que 400 mil títulos de propriedade seriam regularizados⁵⁸⁵.

O déficit habitacional também foi comentado. Os índices mais modestos apontavam para a falta de 5,4 milhões de moradias, mas que poderia chegar a vinte milhões se se levasse em conta o conceito de moradia digna. Os casos de São Paulo e Recife são usados como exemplos das invasões como instrumento de reivindicação dos movimentos sociais e o Projeto Cingapura, do ex-prefeito Paulo Maluf, foi criticado por não levar em conta a capacidade que os moradores tinham de pagar pelos apartamentos construídos pelo poder público⁵⁸⁶.

Outro tema abordado foi a questão racial. Segundo dados apresentados pela revista, apenas 6% da população brasileira se declarava preta e outros 38% optavam por se reconhecerem como pardos:

Such racial mixing encouraged Brazil's largely white elite to nourish a myth that their country had overcome the legacy of slavery and become a 'racial democracy', with no colour prejudice [...]. But Brazil's blacks do face prejudice. And though, or because, as Brazilians say, 'money whitens', the country deep social inequalities run broadly along racial lines⁵⁸⁷.

Nessa perspectiva, a revista noticiou a mobilização pela implantação de um sistema de cotas raciais para o ingresso na universidade e opinou que esse assunto era muito controverso e que, provavelmente, não obteria sucesso. A afirmação de que a elite brasileira insistia no mito da democracia racial é repetida em 2001 e, a isso, acrescentava a informação de que 45% da população (75 milhões de pessoas) ainda estava abaixo da linha da pobreza e que dois terços dessa era negra. Os dados disponibilizados no texto mostravam ainda que 11% dos

⁵⁸⁴ Land for the landless. 13 abr. 1996. p. 61.

⁵⁸⁵ A plot of our own. 17 jul. 1999. p. 58.

⁵⁸⁶ Brazil's (pre)occupying housing problem. 4 dez. 1999. p. 72. O Projeto Cingapura foi um programa habitacional iniciado na gestão de Paulo Maluf na prefeitura de São Paulo.

⁵⁸⁷ Brazil's unfinished battle for racial democracy. 22 abr. 2000. p. 55 e ss. A revista já havia celebrado a harmonia entre as raças no Brasil. Cf. Gilberto Freyre's Recife. 2 set. 1972. p. 67 e ss.; Oxalà's Kingdom. 2 set. 1972. p. 71.

brancos chegavam ao nível universitário, enquanto apenas 2% dos pertencentes a outros grupos raciais e étnicos tinham a mesma escolaridade⁵⁸⁸.

O quadro apresentado mostra-nos que a *Economist* durante os governos de Fernando Henrique Cardoso trata de boa parte dos temas relevantes na esfera social. Sendo assim, reforma agrária, educação, saúde, moradia e a questão racial foram objeto de reportagens e argumentação. A inclusão desses temas de forma relevante na pauta é um elemento novo. Diante disso, podemos dizer que a ideia de *novos temas* estende-se para o cenário interno a partir de meados dos anos 1990. Da mesma forma, no final dos anos 1980 temáticas das relações internacionais, ainda inauditas, começaram a figurar no noticiário, tal como a causa ambiental, especialmente. Portanto, a partir de 1995, com a estabilização da economia, questões sociais receberam mais atenção.

6.1.4 Direitos Humanos

Os casos de violação dos direitos humanos durante a ditadura militar são, ainda hoje, um dos temas mais importantes para os estudiosos do período. Neste trabalho, demonstrou-se que a *Economist* posicionou-se de maneira peculiar sobre o tema quando dos acontecimentos, preferindo ignorá-lo, enquanto outros órgãos da imprensa internacional optaram por uma denúncia contundente da tortura no Brasil. Desta maneira nos perguntamos: há uma revisão dessa tendência? A resposta aparece timidamente, em alguns poucos artigos, mas parece relevante, muito embora dois pontos devam ser destacados. Primeiro, a revista ainda considera que a ditadura no Brasil foi menos traumática que a de outros países latino-americanos e, segundo, avaliou que a opção brasileira por não processar os militares quando da transição para a democracia foi prudente para aquele momento, pois proporcionou que os civis reassumissem o governo sem grandes abalos na estrutura de poder estabelecida⁵⁸⁹.

Entretanto, a mudança de posição pode ser verificada quando a revista afirmou que uma vez estabelecidas, as novas democracias tinham o dever de investigar os crimes cometidos nas ditaduras para que a história não fosse repetida. No caso do Brasil, lembrava que a transição lenta e gradual, feita com a participação ativa dos militares, impediu que os

⁵⁸⁸ Brazil's unfinished battle for racial democracy. 22 abr. 2000. p. 55 e ss.; I'm black, be fairer to me. 20 out. 2001. p. 66. Os números sobre a pobreza no Brasil variam muito nas reportagens. Cf. Defeats and victories in Brazil's war on poverty. 9 out. 1999. p. 83 e ss. que fala em 35 milhões, A better life. 27 mar. 1999. p. 14 e ss. levantava dados que aproximavam os números de 50 milhões e o último texto citado que colocava 75 milhões de pessoas nessa condição.

⁵⁸⁹ The Guevara effect (ed.). 19 jul. 1997. p. 15.

crimes cometidos durante a ditadura fossem julgados. Afirmou ainda que a justiça foi seletiva e que torturadores e assassinos ficaram sem punição. Sobre as Comissões da Verdade opina: “The trials and truth commissions of recent years have not really been about the past. Rather, and rather more sensibly, they have been about building a future in which the rule of law prevails, especially over the rulers themselves”⁵⁹⁰.

Ao posicionar-se por um acerto de contas com o passado em relação às violações dos direitos humanos que aconteceram no Brasil durante a ditadura militar, a revista ajusta sua posição sobre o tema. Como indicado no capítulo anterior, os direitos humanos figuram entre os novos temas de interesse e, ela, passa a criticar situações em que o país atentava contra aqueles como no caso das populações indígenas ou dos esquadrões da morte. Porém, o periódico não havia acertado as contas com sua própria apreciação do assunto. Apesar de não fazê-lo explicitamente, defender a atuação de instituições, como a Comissão da Verdade, traz mais coerência para as críticas que passou a fazer.

De maneira geral, durante os anos em que o Brasil foi governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso o tema dos direitos humanos no país não apareceu muitas vezes no noticiário. Contudo, a maioria das vezes em que a temática apareceu foi relacionada a violência de Estado, ou seja, situações de violação dos direitos humanos empreendidas por agentes responsáveis pela segurança pública, agora em um contexto democrático. A violência policial, tanto na periferia quanto na repressão aos movimentos sociais, foi denunciada pela *Economist*⁵⁹¹.

Vale apontar que um artigo sobre o tema foi bastante incisivo. Ao declarar que os registros sobre direitos humanos no Brasil eram sombrios, a publicação avaliava que a militarização das polícias estava no cerne do problema. Formalmente controladas pelos governadores dos estados, operavam de acordo com uma lógica própria:

True, the police face a sharply rising level of crime which, thanks partly to the drug trade, has become increasingly violent. But too often police guns are turned – at times fatally – on more or less defenceless victims: protesters, street children, petty criminals, the poor and the black. And those who make it to the police station are routinely tortured there⁵⁹².

A revista dá ainda sugestões para a reforma das polícias depois do episódio em que policiais foram filmados cometendo crimes em Diadema, na região metropolitana de São Paulo. De acordo com o periódico, uma pesquisa apresentada pelo jornal Folha de S. Paulo

⁵⁹⁰ Confronting the past (ed.). 1 nov. 1997. p. 16.

⁵⁹¹ Land for the landless. 13 abr. 1996. p. 61.

⁵⁹² Human rights, political wrongs. 18 mai. 1996. p. 65.

mostrou que menos da metade dos entrevistados tinham mais medo dos criminosos do que da polícia:

With reason: the police ‘often kill without justification’, and then ‘file false reports describing extra-judicial executions as shootouts with dangerous criminal elements’, says a report published on April 8th by the Brazil office of Human Rights Watch, a pressure group based in the United States⁵⁹³.

Segundo o semanário, o Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado por Fernando Henrique Cardoso, caminhava a passos lentos, pelo menos até a divulgação das imagens dos crimes dos policiais pelas mais importantes redes de televisão do país. Afirma ainda que as polícias militares continuavam a operar na mesma lógica da ditadura⁵⁹⁴.

No caso da repressão aos movimentos sociais, tanto as mortes de nove manifestantes em Rondônia em 1995, quanto o caso mais conhecido, o de Eldorado dos Carajás em que a polícia matou dezenove pessoas em uma manifestação, somam-se às situações de violação de direitos humanos elencadas pela revista. Junto a essas também foi noticiado o assassinato, pela polícia, de três militantes do movimento por moradia, durante um protesto em maio de 1997⁵⁹⁵.

O tema da violência policial é retomado em 1999 por ocasião do julgamento dos 150 policiais acusados pelo massacre de Eldorado dos Carajás:

The slaughter caused national outrage: it prompted President Fernando Henrique Cardoso’s government to embark on a huge program of land distribution and to announce a new human-rights plan. [...] The Eldorado is not an isolated case: Brazilian police are often accused of murder, torture and other crimes. [...] The police often shot first and ask question later⁵⁹⁶.

Outro episódio que mereceu atenção foi o do sequestro do ônibus 174 na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a revista, a medida em que há um aumento na criminalidade, há também maiores índices de brutalidade policial, uma vez que essa se encontra profundamente enraizada na cultura das forças de segurança no Brasil. No caso do 174 descreveu que o sequestrador tinha sido capturado com vida, mas que foi morto por asfixia depois de ser colocado no carro da polícia. Lembrou ainda que o jovem era sobrevivente de um massacre de crianças de rua ocorrido em 1993 - Chacina da Candelária -, cujo fato fez

⁵⁹³ Policing the police. 12 abr. 1997. p. 70 e ss.

⁵⁹⁴ Ibid.

⁵⁹⁵ Human rights, political wrongs. 18 mai. 1996. p. 65.; Land for the landless. 13 abr. 1996. p. 61.; Gold rush. 10 ago. 1996. p. 44 e ss.; Brazil’s bought votes and presidential perils. 24 mai. 1997. p. 69.

⁵⁹⁶ Police crimes. 21 ago. 1999. p. 46.

com que os olhos do mundo se voltassem para o Brasil naquela ocasião. O episódio ficaria marcado, nas palavras da publicação, como um símbolo da brutalidade incompetente da polícia no Brasil e do descaso com a infância. A condição precária a que muitas crianças eram submetidas revelavam não só o fracasso social do país, assim como a vulnerabilidade às situações de violação dos direitos humanos⁵⁹⁷.

A *Economist* destacava, por outro lado, o caso da cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul: “Porto Alegre’s street children are luckier: their city has been run by the left-wing Workers’ Party for the past dozen years (and will be so for four more, thanks to a recent election)”⁵⁹⁸. Há ainda relatos sobre a situação carcerária e a rebelião simultânea em 29 prisões do estado de São Paulo em que foi lembrada a trágica invasão do Carandiru: “At least this time there was no repeat of the bloodshed in 1992, when police invaded Carandiru and massacred 111 rioting prisoners”⁵⁹⁹.

6.1.5 Eleições

6.1.5.1 1998

Como era de se esperar, em 1998 as eleições presidenciais foram o tema mais repercutido no noticiário político. Depois da aprovação polêmica da emenda da reeleição, à qual a revista foi favorável, Fernando Henrique Cardoso era considerado favorito para o novo pleito. Entretanto, muito antes disso acontecer, a publicação já especulava a possibilidade de que houvesse continuação do governo e mostrava os índices de aprovação do mandato afirmando sua sustentação popular⁶⁰⁰.

⁵⁹⁷ Brazil grapples with crime, punishment and policing. 24 jun. 2000. p. 77 e ss.; Down and out in Brazil. 15 jul. 2000. p. 66. Apesar das diversas críticas sobre a atuação da polícia, a revista posicionou-se favoravelmente aos primeiros movimentos de pacificação das favelas no Rio de Janeiro. Cf. Nice cops, nasty cops. 8 set. 2001. p. 64.

⁵⁹⁸ Hope for the no-hoppers. 23 dez. 2000. p. 77 e ss.

⁵⁹⁹ Tackling the chaos in Brazil's prisons. 24 fev. 2001. p. 75. Cf. também: Maximum insecurity. 21 set. 2002. p. 58. A violência urbana também foi objeto de apreciação. Para a revista, as cidades brasileiras estavam entre as mais violentas do mundo e, por isso, o presidente Fernando Henrique Cardoso propôs banir a posse de armas de fogo no Brasil já que os registros mostravam que 88% dos assassinatos aconteciam com esse tipo de armamento. Cf. Gun law in Brazil. 19 jun. 1999. p. 67.; Maximum insecurity. 21 set. 2002. p. 58. Também citou o assassinato de Celso Daniel, Prefeito de Santo André (cidade da região metropolitana de São Paulo). Cf. Kidnapping an election agenda. 26 jan. 2002. p. 55 e ss.

⁶⁰⁰ Real-politics. 1 jun. 1996. p. 55.

As eleições municipais disputadas em 1996 foram consideradas um termômetro interessante da popularidade do presidente e de seu partido. O semanário apontou que as vitórias de Celso Pitta, do Partido Progressista Brasileiro (PPB) em São Paulo, Cesar Maia, do PFL, no Rio de Janeiro e de Raul Pont, do PT, em Porto Alegre podiam ser um alerta, mas não abalavam, ainda, a confortável situação do PSDB na Presidência. Da mesma forma, das trinta cidades em que o PSDB disputaria o segundo turno a publicação ajuizava que não venceria nem mesmo em dez, mas que a sustentação do governo federal estava garantida. A revista dava conta de que o PT vivia um momento de crescimento tendo vencido em 116 cidades⁶⁰¹. A atuação do partido na política municipal é elogiada:

At municipal level, especially in the south of the country, the PT has offered a genuine alternative, not least because it is generally less corrupt than the traditional parties. [...] With times, the PT may become a national force and move further to the centre, turning itself into a plausible alternative government⁶⁰².

Já em 1997, o periódico adiantava que Fernando Henrique Cardoso se garantiria no poder até 2002. Mesmo assim, o PT, seu principal adversário, mereceu um artigo que traçava seu perfil. Considerado o partido mais representativo da esquerda, caracterizava-se por sua fragmentação interna. Comparado a uma tangerina, a revista descreveu que as tendências internas do partido abarcavam um amplo espectro de militantes que iam dos remanescentes do comunismo albanês até a social democracia. Luiz Inácio Lula da Silva seria o único dos oposicionistas que tinha projeção nacional⁶⁰³.

Com as dificuldades vividas pelo governo no ano da eleição, a publicação via que isso poderia significar alguma vantagem para o petista. Ao mesmo tempo, se as pesquisas de intenção de voto apontavam o crescimento de Paulo Maluf (PPB), por outro lado a revista advertia que o risco a se considerar vinha da candidatura de Ciro Gomes, do Partido Popular Socialista (PPS)⁶⁰⁴.

No entanto, acabou por afirmar que o presidente era imbatível no cenário da reeleição. Reforçando estereótipos, sustentou que mesmo com as eleições se aproximando os brasileiros

⁶⁰¹ Voting local. 28 set. 1996. p. 84 e ss.; Party tricks. 9 nov. 1996. p. 86.

⁶⁰² Democracy's difficulties. 27 mar. 1999. p. 7 e ss. Avaliação semelhante aparece em: Globalisation trashed in Brazil. 3 fev. 2001. p. 63. De outra sorte, o artigo também destacou que o ponto negativo do PT seria seu envolvimento com protestos e movimentos sociais. A gestão de Marta Suplicy à frente da prefeitura de São Paulo também é elogiada: "Marta Suplicy, whose incompetent predecessor left 18 billion reais of debts, has so far seemed determined to bring the city's finances under control". Cf. Fiscal prudence goes local. 10 mar. 2001. p. 72.

⁶⁰³ Mortal after all. 3 mai. 1997. p. 60.; Brotherly love. 30 ago. 1997. p. 44 e ss. Os outros candidatos apontados pela revista eram: Maluf, Sarney e Itamar.

⁶⁰⁴ Underperforming opposition. 29 nov. 1997. p. 70 e ss.; A real fight. 30 mai. 1998. p. 70. Paulo Maluf acabou se candidatando ao governo de São Paulo em 1998.

estavam mais preocupados com os resultados da copa do mundo de futebol. Ainda, sobre a coalizão que sustentava a candidatura de Fernando Henrique Cardoso opinou:

[...] the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB), a coalition of regional bosses which, on paper, is the country's largest political force. On paper, too it belongs to the five party coalition backing Mr Cardoso, and has two ministers. But it also includes many traditional politicians who dislike his Market-based policies⁶⁰⁵.

Devido a algumas dificuldades por que o país passava, principalmente em relação aos índices de desemprego que aumentavam mês a mês e que foram classificados com a principal preocupação do cidadão, a popularidade do presidente começava a cair. Apesar disto, a revista asseverava que ele era, de longe, o favorito para o pleito de outubro⁶⁰⁶. E as quedas de popularidade de Fernando Henrique Cardoso eram tratadas de forma relativamente positiva. Ela as atribuía a ações do presidente que condiziam com as determinações da ideologia de mercado:

Some slippage in Mr Cardoso's popularity was inevitable thanks to his firm action in October when Asian turmoil threatened the real [...] then normally sunny Mr Cardoso vented his frustration, saying that Brazil could no longer afford 'layabouts' who draw pensions at the age of 50⁶⁰⁷.

Mais próximo da eleição e com dados mais atualizados das pesquisas, a revista começou a conceber uma possível, mas ainda bastante improvável, derrota nas urnas. Consoante a publicação, ao passo que novos dados apareciam a situação piorava para o presidente, o qual ainda teria tempo para se recuperar. Mesmo com um cenário um pouco pior para o candidato do PSDB, afirmava que uma vitória de Luiz Inácio Lula da Silva não era provável, uma vez que as pesquisas expressavam descontentamento com a desaceleração da economia e, não, uma guinada do eleitorado à esquerda. Contudo pergunta: quais seriam os resultados se aquele movimento acontecesse?

To its cost, the PT oppose Mr Cardoso's inflation-beating real plan, and later his efforts to reform the state. Its rhetoric is that of the Latin American left's nationalist – populist past: national industry against foreign imports, no privatization of 'strategic' industries and so on this week the PT brought a lawsuit against the coming sale of Telebras, the state telecoms arm. Reality would be different⁶⁰⁸.

⁶⁰⁵ Odds-on. 14 mar. 1998. p. 68 e ss.

⁶⁰⁶ Ibid.; Shuffling and dealing. 11 abr. 1998. p. 52.; Brazil's troubled megalopolis. 23 mai. 1998. p. 68.

⁶⁰⁷ A real fight. 30 mai. 1998. p. 70.

⁶⁰⁸ Left, then right? 13 jun. 1998. p. 66.

Dentre as possíveis medidas a serem tomadas pelo PT ao assumir o poder, estava a desvalorização da moeda; que deveria ser feita com cautela e pragmatismo, conforme informou Guido Mantega à revista. O artigo concluía que os planos do partido de esquerda diferiam apenas em grau daquilo já elaborado pelo PSDB. E alertava para o fato de que a realidade fiscal e a necessidade de alianças políticas podiam limitar ainda mais as opções de Luiz Inácio Lula da Silva no caso de ocupar a Presidência:

Mr da Silva's team favour an industrial policy, with tax breaks, cheaper credit and government investment in research and development and in infrastructure. They would also give priority to social spending. Mr da Silva has said he would deal with land reform 'with a stroke of the pen'. And how would all this be paid for? With a tax reform, says Mr Mantega, including new wealth and inheritance taxes, and a crackdown on evasion, especially of income tax⁶⁰⁹.

Conectando mais uma vez o futebol com o cenário político nacional a revista afirmou que, se a seleção saísse vencedora da copa do mundo Fernando Henrique Cardoso seria beneficiado pelo clima de otimismo. No entanto, mesmo antes desse desfecho, o semanário já noticiava que o candidato do PSDB recuperara a vantagem perdida nos meses anteriores e, mais uma vez, colocou na aliança partidária e não no próprio presidente os defeitos do governo que findava⁶¹⁰. Ele era descrito da seguinte maneira: “a Market-favouring social democrat who has slain inflation and at least laid a finger on Brazil's fiscal deficit, can expect an easy re-election⁶¹¹”. Ou seja, o candidato à reeleição aproximava-se do perfil político-ideológico da publicação e por isso foi considerado a melhor opção para os eleitores brasileiros. Como já vimos, a *Economist* sempre se posicionou no caso das eleições presidenciais e no pleito de 1998 não foi diferente.

A revista noticiava que Fernando Henrique Cardoso estava treze pontos acima da soma das intenções de voto dos outros candidatos, fato esse que dava alguma tranquilidade para o presidente, pois a economia estava caminhando para a recessão com uma brusca queda das reservas internacionais. Segundo o periódico, como a eleição presidencial no Brasil gerava pressão no país e em outros mercados emergentes, a estratégia do governo seria *esperar na sombra* até que estivesse decidida para garantir-se no poder e depois agir⁶¹².

⁶⁰⁹ Ibid.

⁶¹⁰ The campaign kicks off. 11 jul. 1998. p. 64.; Brazil prepares for Cardoso without coat-tails. 1 ago. 1998. p. 46.

⁶¹¹ Virtue unrewarded. 5 set. 1998. p. 58 e ss.

⁶¹² Why the left isn't winning. 19 set. 1998. p. 74 e ss.; Japan's amazing ability (ed.). 26 set. 1998. p. 17 e ss.; Will Brazil be next? (ed.). 19 set. 1998. p. 22 e ss.

O semanário via inclusive que os problemas financeiros poderiam ser uma oportunidade para que novas reformas fossem feitas no Brasil. O tamanho do Estado permanecia uma preocupação e a publicação comemorava que Fernando Henrique Cardoso havia sinalizado que faria um choque fiscal, respondendo afirmativamente à questão colocada no título: “Can Cardoso use the financial chaos to reform Brazil?”⁶¹³.

Com a eleição resolvida, a *Economist* concluía que o país estava com os nervos controlados. A avaliação do primeiro governo feita pela publicação foi positiva e a atuação da oposição considerada ineficaz uma vez que o presidente era considerado um alvo difícil; identificado com o combate à inflação desde 1994 e isso lhe garantia certa popularidade.

O periódico ironizava que antes de Fernando Henrique Cardoso o Brasil era considerado uma piada - um país que tinha potencial, mas não seriedade. Desde sua primeira eleição os cidadãos haviam passado por uma revolução na economia⁶¹⁴. Além disso, comemorava: “Even the state oil company, Petrobras, long a symbol of autarkic nationalism, has already lost its monopoly, and may now be sold. [...] In just under four years he has done roughly what Britain’s Margaret Thatcher – no famous ditherer – did in nearly 12”⁶¹⁵. Concluiu que a imagem do país melhorou e que este passou a ser tratado como o maior país da região. Mesmo com essa série de elogios, opinava que o governo poderia ter sido melhor se tivesse realizado as privatizações de forma mais acelerada. Portanto, o que se constata é que a aproximação do governo às regras do livre mercado agrada a revista; que estava bem impressionada com o governo, embora acreditasse que a adesão ao *laissez faire* poderia ter sido sempre mais acelerada.

Segundo o que aparecia nas páginas do semanário, o resultado do segundo turno nos estados não havia sido ruim para o governo, principalmente ao se considerar a vitória de Mário Covas (PSDB) em São Paulo. O maior desafio contudo era Itamar Franco (PMDB), eleito em Minas Gerais contra o candidato do governo⁶¹⁶. A impressão ventilada em mais de uma oportunidade era que o ex-presidente era um empecilho para Fernando Henrique Cardoso. Na reunião com outros seis governadores recém-eleitos, estes lançaram a Carta de Minas Gerais que questionava os ajustes propostos pela esfera federal e a condição que os estados tinham de arcar com as dívidas contraídas em outras gestões. Itamar Franco acabou declarando uma moratória o que, consoante a publicação, colaborou para a desvalorização do

⁶¹³ Can Cardoso use financial chaos to reform Brazil? 26 set. 1998. p. 63 e ss.

⁶¹⁴ Underperforming opposition. 29 nov. 1997. p. 70 e ss.; Brazil's steady nerve (ed.). 10 out. 1998. p. 16.

⁶¹⁵ Brazil's steady nerve (ed.). 10 out. 1998. p. 16.

⁶¹⁶ Mixed news for Cardoso. 31 out. 1998. p. 71.

real. O motivo descrito era que o Governador de Minas Gerais nunca tinha perdoado o presidente por ter recebido o crédito pela criação do Plano Real⁶¹⁷.

Entretanto, a revista não deixou de mencionar que este passaria por dificuldades depois das eleições, uma vez que o programa de ajuste da economia era impopular e previa o aumento de impostos e o corte de gastos, condições impostas pelo FMI para liberar os recursos do acordo⁶¹⁸.

6.1.5.2 2002

Boa parte das discussões sobre as eleições de 2002 estiveram conectadas às perspectivas traçadas pelo cenário econômico. A preocupação era se o novo presidente daria continuidade às medidas de ajuste fiscal e de abertura da economia brasileira ao investimento estrangeiro. Desta forma, mais uma vez configura-se a linha central da perspectiva político-ideológica da revista que tende a subordinar a política à economia.

Mesmo antes do início do ano eleitoral algumas cartas já estavam colocadas e uma delas era a segura candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. O PT tinha ido bem nas eleições locais em 2000 e seu candidato estava no topo das pesquisas. Por outro lado, o PSDB discutia quem seria o candidato a sucessor de Fernando Henrique Cardoso. Conforme a *Economist* publicou, o sociólogo havia declarado que o mais proeminente pré-candidato do seu partido, José Serra, seria um bom presidente, porém que não era tão bom como candidato. Mesmo assim, o partido governista via-se fortalecido, pois a candidatura de Lula vinha perdendo apoio de sua base tradicional devido à aliança com o Partido Liberal (PL). Concluía assim que a coalizão do governo tinha todas as chances de vencer as eleições. Nas palavras do semanário, populistas e esquerdistas perderam eleições recentes em outros países da América Latina e não parecia que teriam sucesso no Brasil⁶¹⁹.

Segundo a *Economist*, os mercados estavam assustados com o ex-sindicalista. Na medida em que ele subia nas pesquisas as ações submergiam, mesmo que o candidato insistisse que os investidores não tinham motivo para medo e que seu governo apoiaria o livre comércio, desde que os países ricos dessem acesso para os produtos brasileiros. Ainda

⁶¹⁷ No peace for Brazil's president. 23 jan. 1999. p. 55 e ss.; Comic turns. 23 out. 1999. p. 92 e ss.

⁶¹⁸ Crossed lines in Brazil. 28 nov. 1998. p. 77 e ss.; Brazil's steady nerve (ed.). 10 out. 1998. p. 16.; Cardoso tries again. 2 jan. 1999. p. 46. Trataremos dos acordos com o FMI no item sobre Economia.

⁶¹⁹ The beauty and the beast. 2 mar. 2002. p. 60.; Locally left. 7 out. 2000. p. 90 e ss.; Losing its way? (ed.). 2 mar. 2002. p. 12.

segundo o artigo, Guido Mantega, responsável pela área econômica, considerava que o centro da meta de inflação em 3,5% era irrealista e propunha aumentá-lo para 5%; o que permitiria uma redução da taxa de juros⁶²⁰.

O semanário afirmava que Luiz Inácio Lula da Silva estaria tentando parecer mais moderado e a demonstração disso veio através da publicação de um documento pelo partido com a aceitação das metas de inflação e nenhuma menção à reestatização das empresas privatizadas. Na opinião da revista crescia dentro do PT a opção pelo realismo político. Mas, mesmo assim, seu favoritismo tenderia a naufragar quando a companha, propriamente dita, começasse. O cenário era de uma eleição que seria decidida pelo clima econômico. O petista era momentaneamente o favorito, mas vinha de três derrotas, Ciro Gomes (PPS) aparecia como alternativa de uma esquerda-soft, todavia alarmava os investidores; e o PMDB mantinha o apoio ao candidato governista. A grande novidade do final de 2001 foi a pré-candidatura de Roseana Sarney noticiada com uma declaração dela sobre sua admiração por Margareth Thatcher. Segundo a publicação, essa candidatura era uma notícia ruim para José Serra. Além do mais, ninguém contava com o crescimento que apresentou⁶²¹.

Posteriormente, a revista se disse surpreendida pela queda espetacular que a promissora candidata teve depois que três milhões de reais foram descobertos no escritório de seu marido. Sem explicação para a origem do dinheiro, Roseana Sarney começou a cair nas pesquisas. A notícia veiculava ainda a opinião da candidata de que havia sido uma conspiração do PSDB e contribui: “She may be right: the commander of the federal police has recently joined the party”⁶²². O desfecho foi que ela acabou abandonando a candidatura. No topo da disputa ficaram os dois candidatos da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes e o pretense sucessor do mesmo partido, José Serra⁶²³.

A revista manteve sua tradição e publicou opiniões sobre as eleições que se ajustam à sua linha editorial:

George Soros, a famous investor and currency speculator offers Brazilians a stark choice in October's presidential election: vote for Jose Serra, the candidate of President Fernando Henrique Cardoso's centrist coalition, or expect an Argentine-style crash in which Brazil would be forced to default on its 685 billion reais (\$ 245 billion) of public debt⁶²⁴.

⁶²⁰ Here we go again (ed.). 29 jun. 2002. p. 13.; Who's afraid of Lula? 18 mai. 2002. p. 62.

⁶²¹ A party in search of the voters. 30 jun. 2001. p. 53 e ss.; Middle men. 15 set. 2001. p. 50.; Roseana's rise. 24 nov. 2001. p. 60.; The beauty and the beast. 2 mar. 2002. p. 60.

⁶²² Sarney's stash. 16 mar. 2002. p. 62.

⁶²³ Praying for votes. 20 abr. 2002. p. 59.; Stopping the rot in Brazil (ed.). 3 ago. 2002. p. 13 e ss.

⁶²⁴ The 685 billion reais question. 15 jun. 2002. p. 55 e ss.

Soros havia afirmado ao jornal Folha de S. Paulo que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva deixaria os investidores tão temerosos que esses não colocariam mais recursos no Brasil: “Only a victory for Mr Serra would banish such fears, he said”⁶²⁵. A coligação que elegeu Fernando Henrique Cardoso duas vezes estaria se unido em torno de José Serra, mas a eleição só começaria a se configurar, mais uma vez, depois da copa do mundo, advertia o semanário⁶²⁶.

Com o cenário eleitoral ficando mais nítido, a revista então perguntava: o candidato do PT renunciaria a sua retórica anti-FMI e assinaria um novo acordo se eleito? Lembrava ainda que pouco tempo antes o partido organizava marchas contra o FMI, mas que agora estava se aproximando do centro na política. Ciro Gomes incomodava mais a publicação do que Luiz Inácio Lula da Silva. Considerado contraditório, o candidato mais jovem das eleições aumentava amplamente suas intenções de voto - de 9% para 27% em apenas dois meses -, o que agitava ainda mais os mercados⁶²⁷. Sobre o petista, lembrava que estava comprometido com a ortodoxia econômica e que: “[...] he is not such a frightening prospect”⁶²⁸.

Em uma análise pragmática do cenário, a publicação afirmou que mesmo que um candidato moderado da esquerda - Lula - e que um populista - Ciro Gomes - estejam à frente nas pesquisas, nenhum deles empreenderia uma política econômica muito diferente da de Fernando Henrique Cardoso⁶²⁹.

Conforme a revista, no primeiro semestre José Serra aparentava que ia ganhar as eleições. No entanto, passou a opinar que ele pareceria ser o candidato errado que quis apresentar-se como o candidato da mudança; o que não colaborou para que sua campanha deslanchasse. Lembrava, porém, que esse cenário poderia se modificar com a campanha televisiva visto que, José Serra tinha mais tempo que os outros candidatos, e que Luiz Inácio Lula da Silva, muitas vezes com boas perspectivas, já tinha perdido três eleições⁶³⁰. Afora que o candidato do PSDB escolheu arriscadamente a estratégia de atacar Ciro Gomes, o que não surtiu tanto efeito. Contudo, a revista volta a asseverar que José Serra era o mais alinhado aos ideais pró-mercado, mas que: “Mr da Silva, a bearded former trade-union leader, is making increasingly convincing efforts at moderation”⁶³¹.

⁶²⁵ Ibid., 55 e ss.

⁶²⁶ Deal making. 22 jun. 2002. p. 58.

⁶²⁷ Pacting with the enemy. 13 jul. 2002. p. 49.; All things to all men. 27 jul. 2002. p. 50.

⁶²⁸ Here we go again (ed.). 29 jun. 2002. p. 13.

⁶²⁹ A backlash against the free market? (ed.). 17 ago. 2002. p. 12 e ss.

⁶³⁰ Oue sera, Serra. 17 ago. 2002. p. 41 e ss.

⁶³¹ On the attack. 31 ago. 2002. p. 41.

Com o primeiro turno se aproximando, o semanário noticiava que o candidato do PT parecia então imbatível; estava começando a parecer o novo presidente do Brasil: “This year, Brazil’s eternal candidate is a new, centrist Lula in a suit, pledging to run the government’s finances sensibly”⁶³². Juntava-se a isso a falta de carisma de José Serra que desencorajava os brasileiros a acreditarem no seu desejo por mudança. No entanto, a revista advertia que os investidores ainda preferiam a continuidade e que, muitas vezes, o candidato não resistia em fazer promessas que aumentariam os gastos públicos, como por exemplo, a de dobrar o salário mínimo em quatro anos. Para a *Economist*, a equipe de Luiz Inácio Lula da Silva entendia a importância de tentar afiançar os investimentos com medidas iniciais que servissem para construir um cenário de segurança. Os mercados, por sua vez, fariam o teste do primeiro ano de governo obrigando-o a manter as taxas de juros elevadas e influenciando na escolha do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central⁶³³.

Mesmo com as sinalizações do candidato do PT de que a ortodoxia econômica seria mantida, para a publicação acautelava que os mercados ainda estavam nervosos com os possíveis resultados eleitorais em outubro e que se Luiz Inácio Lula da Silva fosse eleito teria pouco tempo para estabelecer sua credibilidade. Com sua liderança nas pesquisas de intenção de voto, o real estava no nível mais baixo de todos os tempos, ademais acreditava-se que ele perderia rapidamente o controle das precárias finanças do país⁶³⁴.

Depois do primeiro turno, as eleições foram tidas como um grande sucesso para o petista, que havia assumido um discurso mais moderado. Teve quase o dobro dos votos do segundo colocado e chamou os candidatos Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Ciro Gomes (PPS) para a formação de uma grande aliança para o segundo turno⁶³⁵.

Segundo a *Economist*, com as perspectivas de que Luiz Inácio Lula da Silva venceria facilmente a segunda etapa sobre José Serra, a crise agravar-se-ia e o real seria mais desvalorizado. Com o objetivo de tranquilizar seus leitores garantia que se eleito, o candidato concordaria em aumentar o superávit primário. Os investidores estavam interessados em saber quem dirigiria a economia; o que o candidato deixou claro que só anunciaria depois da votação. No entanto, revelou que travaria um amplo diálogo com a sociedade criando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social⁶³⁶.

⁶³² Lula scents victory at last. 12 set. 2002. p. 57 e ss.

⁶³³ Ibid., 57 e ss.

⁶³⁴ Race against time. 28 set. 2002. p. 99.

⁶³⁵ Sweating into a second round. 12 out. 2002. p. 62.

⁶³⁶ The real crisis becomes more so. 19 out. 2002. p. 92 e ss.; Talking victory. 26 out. 2002. p. 60 e ss.

Em editorial depois do segundo turno, a revista afirmou que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva era significativa e mais do que isso, que sendo o Brasil a quarta maior democracia do mundo, suas eleições importavam no cenário internacional. Como pela primeira vez o Estado estaria nas mãos de alguém que não era representante das elites, sua vitória expressava um triunfo para a democracia e a chegada do PT ao poder representava uma saudável alternância de poder⁶³⁷.

Apesar de a revista ser de certo modo simpática ao petista, reconhecendo inclusive sua história, ao noticiar sua vitória em segundo turno alertava que ela coincidia com um momento desastroso nas finanças, com o real se desvalorizando 40%. Voltou a afirmar que o ex-sindicalista de um lado cedia à austeridade do mercado, mas que de outro, continuava fazendo promessas que aumentariam os gastos públicos. Todavia, a revista deixava claro que o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva não significaria uma revolução. A única indicação garantida era a de Antônio Palocci para a equipe de transição, mas especulava que José Dirceu na Casa Civil e José Genoíno na Defesa eram indicações praticamente certas. No entanto, o que interessava mesmo eram os nomes da equipe econômica. Para a *Economist*, o presidente eleito estabeleceu uma ampla aliança que lhe garantiu a vitória e não descartava que para governar aquela se ampliasse inclusive para partidos como o PSDB e o PMDB, apesar destes terem se manifestado que se preparavam para ser oposição e, não, governo⁶³⁸.

No final de 2002, os primeiros sinais de que o governo agradaria o mercado começaram a aparecer e tornaram-se notícia na *Economist*. Ao nomear Antônio Palocci para o comando da economia e deixar quase certa a indicação de Henrique Meirelles para a Presidência do Banco Central e ainda marcar uma viagem a Washington, o presidente dava os sinais que a publicação desejava: de que os rumos da economia permaneceriam, em sentido geral, os mesmos do governo anterior⁶³⁹.

6.2 *Economia*

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso continua a predominância da economia sobre a política na perspectiva da revista? Com uma equipe econômica mais alinhada ao que pregava a *Economist* houve mais otimismo? Não há muita dúvida sobre o fato de que o Plano

⁶³⁷ The meaning of Lula (ed.). 5 out. 2002. p. 11 e ss.

⁶³⁸ From pauper to president: now Lula's struggle really begins. 2 nov. 2002. p. 57 e ss.; Lula's hard choices (ed.). 2 nov. 2002. p. 13 e ss.

⁶³⁹ Mr da Silva goes to Washington. 14 dez. 2002. p. 54.

Real despertou mais confiança sobre os rumos da economia. Tanto a eleição de Fernando Henrique Cardoso quanto as primeiras medidas de seu governo foram destacadas como positivas pela *Economist*. Mesmo que algumas vezes houvesse desconfiança sobre a continuidade do processo, e mesmo certa ansiedade a respeito da abertura do mercado, das reformas e das privatizações, o tom geral era positivo dado que esse governo parecia se aproximar daquilo que desejava a linha editorial da revista. Assim, ao submeter muitas das suas decisões políticas às possibilidades econômicas do país, o governo estava ajustado àquilo que a publicação considerava adequado. Outro fato que devemos notar é que a figura do presidente também agradava, críticas personalistas que podem ser encontradas em diversos momentos, não apareceram nesse período.

Isso não quer dizer que a publicação isentou a política econômica de críticas e alertas. O primeiro deles foi sobre a possibilidade do retorno da inflação devido ao aumento do consumo em função da estabilidade da moeda, do aumento da renda e da oferta de crédito. Apesar das reformas econômicas terem colocado o país em um nível classificado como impressionante se comparado a períodos anteriores havia muito a se fazer e o semanário advertia que muitos obstáculos políticos ainda estavam por vir. Mas, em suma, a abertura trazia boas perspectivas econômicas para o Brasil em ascensão⁶⁴⁰.

Depois de um ano do Plano Real a revista acreditava que o Brasil podia comemorar. Quinhentos mil empregos foram criados, o que fazia com que a taxa de desemprego fosse a menor em uma década, a inflação estava abaixo dos 30% anuais⁶⁴¹. O crescimento e a modernização do parque industrial com aumento da produtividade eram responsáveis por esse cenário⁶⁴². Com relação ao Plano Real, em geral, as opiniões da revista eram favoráveis: foi classificado como espetacularmente bem sucedido, colocando fim numa inflação crônica. Além disso, garantia que a queda nos preços e a estabilidade da economia, que tiraram oito

⁶⁴⁰ The carnival begins. 18 fev. 1995. p. 82 e ss.; A glass half-full. 29 abr. 1995. p. 3 e ss.; Be calm, be picky (ed.). 14 jan. 1995. p. 18.; Pushing on. 10 jun. 1995. p. 68.; Debt wish (ed.). 27 mai. 1995. p. 17.

⁶⁴¹ Happy birthday. 8 jul. 1995. p. 58.

⁶⁴² A indústria automobilística era a mais destacada. Cf. Latin America starts to compete (ed.). 15 abr. 1995. p. 15 e ss.; Car crash ahead (ed.). 10 mai. 1997. p. 14 e ss.; A handbrake on subsidies (ed.). 13 fev. 1999. p. 19 e ss.; Rising Rio. 15 jul. 1995. p. 56.; An unfinished revolution. 27 mar. 1999. p. 12 e ss. Outros setores também eram citados, como no caso da produção de calçados e bebidas. Cf. Not just a load of cobblers. 24 jun. 1995. p. 89 e ss.; Flag of convenience. 7 ago. 1999. p. 68.; Who dares wins. 23 set. 2000. p. 106 e ss. A revista concluía que, devido à expansão da indústria, as melhores notícias vinham do setor privado. Cf. The best news is private. 29 abr. 1995. p. 21 e ss. A indústria brasileira também se internacionalizava com a venda de diversas empresas nacionais para investidores estrangeiros. Cf. The buying and selling of Brazil Inc. 9 nov. 1996. p. 115 e ss.; An unfinished revolution. 27 mar. 1999. p. 12 e ss.

milhões de pessoas da pobreza, aconteceram graças à gestão de Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Economia em 1994⁶⁴³.

O então ministro foi considerado o responsável pelo êxito na redução da inflação. Contudo, ainda deveria provar que era capaz de mantê-la a níveis aceitáveis, além de conter o déficit orçamentário, privatizar grandes setores da economia e reformar a Constituição “mais adequada à Utopia que ao Brasil” que tornava tarefas já complicadas ainda mais difíceis⁶⁴⁴. Mesmo que a figura e as ações de Fernando Henrique Cardoso agradassem a revista, a avaliação dela sobre a economia brasileira também flutuou ao longo dos oito anos. Assim, embora a maioria dos artigos fosse de aprovação dos passos que a política econômica dava, havia momentos que a publicação reservava para dar alguns alertas. Por exemplo, quando publicou a opinião do economista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Rüdiger Dornbusch:

Mr Dornbusch has been arguing, rightly, that this plan cannot be sustained indefinitely by the current policy mix of an expensive currency, high interest rates and fiscal laxity. More controversially in a country where price stability is still a novelty, he also claims that Brazil should opt for a bit more inflation, rather than keep real interest rates for most firms at a choking 30%⁶⁴⁵.

O câmbio sobrevalorizado passava a ser uma preocupação. O ajuste para estabilizá-lo poderia comprometer o crescimento da economia e as previsões eram de que o país não cresceria mais de 1% em 1997⁶⁴⁶. E completou: “To safe the real, the government has pushed interest rates to 35% more than inflation and ordered tax rises and spending cuts”⁶⁴⁷.

Fernando Henrique Cardoso havia tomado medidas para conter a fuga de capitais mas esta, na avaliação da publicação, não tinham sido suficientes para que o mercado reputasse mais confiança no país. A tentativa do governo consistiu em: dobrar a taxa de juro, que chegaram a 43%, no anúncio de um pacote de ajuste fiscal e aumento de impostos. No entanto, a única possibilidade da confiança dos mercados ser plenamente retomada era que, depois da eleição, o governo determinasse um corte de gastos ainda mais severo. Mesmo

⁶⁴³ Go, go, whoa. 7 dez. 1996. p. 119.; Rediscovering the Americas (ed.). 17 mai. 1997. p. 18.; Electoral bargains. 13 set. 1997. p. 68.

⁶⁴⁴ Latin realities (ed.). 30 mar. 1996. p. 19.

⁶⁴⁵ Brazil's Rudi awakening. 8 jun. 1996. p. 116.

⁶⁴⁶ Brazil on borrowed time. 8 nov. 1997. p. 69 e ss.; Brazil heads for recession. 15 nov. 1997. p. 69 e ss.; Can Brazil hold the line? 31 jan. 1998. p. 59.

⁶⁴⁷ Underperforming opposition. 29 nov. 1997. p. 70 e ss.

assim, a recessão em 1999 era tida como praticamente inevitável e, o real, estava em risco por causa da queda no nível das reservas internacionais⁶⁴⁸.

Para a revista a política econômica dava, então, sinais de esgotamento:

Low inflation rests on a policy mix that is no longer sustainable: an overvalued real hindering exports and encouraging imports; tight Money to limit the resultant trade gap; and a loose fiscal policy that has forced the government to rely on interest rates to steer the economy⁶⁴⁹.

O caminho para um alívio diante da crise que se avizinhava, era o novo acordo com o FMI que o Congresso Nacional acabara de aprovar. Como contrapartida a um suporte financeiro de aproximadamente quinze bilhões de dólares determinava uma meta de superávit primário entre 2,5 e 3%⁶⁵⁰. Nesse sentido, o semanário anunciou que para conter a fuga de capitais, que já estava em torno de trinta bilhões de dólares, a equipe econômica havia divulgado um novo pacote de austeridade que previa corte de gastos e aumento de impostos. Como no ano anterior, os gastos do governo haviam aumentado e a revista argumentava que o presidente não estava com muita credibilidade nesse setor. Além disso, era essencial desvalorizar o real e diminuir as taxas de juros: “High interest rates not only add to the government’s interest bill and budget deficit. They are also crippling business, and pushing the Brazilian economy into recession”⁶⁵¹.

Desta maneira resumia a situação da economia brasileira:

Since the introduction of the *real* in 1994 Brazilian politicians have bet that high interest rates and a stable Exchange rate would keep inflation at bay and attract enough foreign Money to allow budget reforms to work slowly through the countries political labyrinth. That bet has been lost. [...] In the past two months the government has proved politically weak [...] incompetent [...] and unable⁶⁵².

Em novembro de 1998, o governo veiculou que o pacote de resgate do FMI seria de 41,5 bilhões de dólares. Os resultados esperados eram: a melhora dos índices da bolsa de valores, a possível diminuição da taxa de juros para algo próximo dos 20% e o aumento da

⁶⁴⁸ The battle royal for Brazil's real. 12 set. 1998. p. 61 e ss.; Last stand? 19 set. 1998. p. 113.; Why the left isn't winning. 19 set. 1998. p. 74 e ss.

⁶⁴⁹ Can Cardoso use financial chaos to reform Brazil? 26 set. 1998. p. 63 e ss.

⁶⁵⁰ A deal at last. 17 out. 1998. p. 127.; Brazil near the edge (ed.). 22 nov. 1997. p. 18.; Once upon a time on Wall Street (ed.). 24 out. 1998. p. 16.; The world's forgotten danger (ed.). 14 nov. 1998. p. 15 e ss.; A confusing world economy (ed.). 21 nov. 1998. p. 19 e ss.; A bad time to be an ostrich (ed.). 19 dez. 1998. p. 15 e ss.; Scandal time. 21 nov. 1998. p. 70.

⁶⁵¹ Cracking the Brazil nuts. 31 out. 1998. p. 103 e ss.

⁶⁵² Ibid.

oferta de crédito. A revista defendia que depois do acordo, o presidente estava lutando pela estabilidade e que dependia do Congresso para aprovar o ajuste fiscal e o corte de gastos⁶⁵³.

O primeiro ano do segundo mandato é marcado por previsões negativas sobre a economia: “[...] the question is how far and fast the economy will shrink”⁶⁵⁴. Segundo a *Economist*, o descontentamento chegara às ruas e entre 70 e 80% da população temia a volta da inflação e o aumento das taxas de desemprego: a população culpava Fernando Henrique Cardoso que, no entanto, dava passos importantes e necessários para a estabilização da economia, entre eles uma política de câmbio flutuante⁶⁵⁵.

O governo enfrentava a recessão, a desvalorização do câmbio e a inflação em alta. O país passava pelo mais íngreme declínio econômico desde o início dos anos 1980. A reforma fiscal tinha de ser mais profunda do que aquela acordada com o FMI: “To achieve stability, Brazil must find a more sensible tax structure, get better control of fiscally lax state governments and reform its public pensions”⁶⁵⁶. Nessa altura o desemprego chegava a 8% e a revista previa que o PIB deveria cair cerca de 4%⁶⁵⁷.

Mesmo que, de acordo com a *Economist*, estivesse difícil dizer que as coisas estavam melhorando, acreditava-se que a situação pararia de piorar e havia esperanças de que a taxa de juros caísse, de 45% para 28,8%. Além disso, Armínio Fraga, à frente do Banco Central, deveria implementar uma política monetária confiável baseada em uma meta inflacionária. De qualquer maneira, a previsão era que o PIB iria afundar: menos 5,5%.

Com o objetivo de diminuir os impactos da crise aconselhava que se realizasse uma reforma fiscal. E, mantendo a tradição, a *Economist* avaliava que o governo mantinha gastos muito altos com o setor público - em salários e aposentadorias⁶⁵⁸.

Um dos artigos do *survey* de 1999 fez um balanço das mudanças promovidas pelo Plano Real. Conforme o periódico, o plano deu poder de compra para uma parte da população - chamada classe média emergente - e provocou duas mudanças fundamentais: a abertura dos

⁶⁵³ The real thing. 21 nov. 1998. p. 100 e ss.; Cardoso tries again. 2 jan. 1999. p. 46.; Brazil on the slide. 16 jan. 1999. p. 81 e ss.

⁶⁵⁴ No peace for Brazil's president. 23 jan. 1999. p. 55 e ss.

⁶⁵⁵ Blaming the pilot. 6 fev. 1999. p. 62 e ss.; Still a big risk (ed.). 23 jan. 1999. p. 18.; Brazil's slippery slope. 6 fev. 1999. p. 93 e ss.; After Brazil (ed.). 6 fev. 1999. p. 18.; The new danger (ed.). 20 fev. 1999. p. 17 e ss.; Irresponsible in Argentina (ed.). 13 mar. 1999. p. 20.

⁶⁵⁶ Down but not out (ed.). 20 mar. 1999. p. 20 e ss.

⁶⁵⁷ Brazil's Lenten diet. 27 fev. 1999. p. 57 e ss.; Brazil rocks the Mercosur boat. 13 fev. 1999. p. 67 e ss.; Bungle in the jungle. 19 fev. 2000. p. 73 e ss.; That sinking feeling. 6 mar. 1999. p. 99.

⁶⁵⁸ First steps to safety. 13 mar. 1999. p. 127 e ss.; A sorry state. 27 mar. 1999. p. 9 e ss.

mercados e a estabilização da economia. A terceira mudança, esta, estava por se completar: era a reforma do Estado⁶⁵⁹.

Apesar da expectativa de inflação para 1999 ser de 17% e do desemprego estar em 8% com possibilidade de atingir 12%, o *survey*, como vimos em outras situações, trazia perspectivas razoáveis. Afirmava que o país estava emergindo da recessão e que o principal problema, a inflação, estava controlado pela baixa demanda⁶⁶⁰.

Segundo a reportagem especial, desde 1997 uma combinação de câmbio supervalorizado, uma política fiscal frouxa e um orçamento apertado resultaram em um déficit público crescente e um rombo nas contas correntes do Estado. A primeira resposta do governo consistiu em medidas que sacrificavam o crescimento. Na difícil escolha entre a austeridade e o crescimento, Fernando Henrique Cardoso teria optado pela primeira, o que a revista aprovava com o argumento de que, em outros momentos, quando se fez a opção pelo desenvolvimento, seguiram-se crises ainda mais duras⁶⁶¹. Esse tipo de avaliação corrobora nossa afirmação anterior de que há uma tendência nos *surveys* a um tratamento mais favorável da condição política e econômica do Brasil no sentido de que, as reportagens especiais apresentavam o país para o investidor estrangeiro como uma opção confiável para realização de negócios.

Ainda sobre as medidas tomadas por Fernando Henrique Cardoso, o *survey* destacara a desvalorização cambial: “Speaking on a mobile phone from a public lavatory at Rio de Janeiro’s international airport, where he had taken refuge from the media, Mr Cardoso on January 12th ordered his finance minister to prepare to devalue the *real* the next morning”⁶⁶². Depois disso, o câmbio já havia caído 35%.

Pouco depois da publicação do *survey*, em meados de abril, a revista asseverava que não havia evidências de que a recuperação da economia viria antes de junho. A desvalorização da moeda teria provocado uma desordem na política e na economia⁶⁶³. Mesmo assim, afirmava que a economia se recuperava, embora o mercado de trabalho ainda patinasse: “The currency is stable again, interest rates have tumbled to their lowest level in nine months, and the public finances are looking better”⁶⁶⁴.

⁶⁵⁹ An island no more. 27 mar. 1999. p. 15 e ss. Nesse conjunto de reportagens Reid critica o chamado *custo Brasil*.

⁶⁶⁰ The battle for confidence. 27 mar. 1999. p. 6 e ss. Ainda no *survey*, outro artigo argumenta que a demanda havia aumentado devido ao controle da inflação e a consequente preservação do valor dos salários. Cf. The rise and retreat of the consumer. 27 mar. 1999. p. 4.

⁶⁶¹ The devaluing of a presidency. 27 mar. 1999. p. 3 e ss.

⁶⁶² Ibid.

⁶⁶³ Democracy gets back to business. 17 abr. 1999. p. 74 e ss.

⁶⁶⁴ Work cut out. 22 mai. 1999. p. 82. Cf. Matters of tax. 12 jun. 1999. p. 74 e ss.

Assim sendo, no segundo semestre havia mais certeza da recuperação. A revista afirmou que em análises anteriores chegou a considerar que o país entraria em colapso e que seus vizinhos latinoamericanos passariam pela crise internacional mais tranquilamente. Concluiu que ambas as avaliações estavam erradas e que os países de língua espanhola entravam na recessão mais profunda desde os anos 1980 e que, ao contrário, o Brasil recuperava-se da queda. Reportava que isso se deu graças às reformas empreendidas por Fernando Henrique Cardoso, que foram chamadas de neoliberalismo selvagem pelo PT. No entanto, o que acontecia era que, através delas, o país recuperava-se da desvalorização de janeiro e que depois de previsões sobre decréscimo no PIB, 1999 terminaria com crescimento de 0,9%; resultado da alta de 3,1% no último trimestre do ano⁶⁶⁵.

O semanário era favorável às medidas de ajuste da economia propostas pelo governo como alternativa à crise que se avizinhava. Uma delas era a Lei de Responsabilidade Fiscal. Manter as contas públicas em dia era prioridade. Por isso, opinava que as reformas de Fernando Henrique Cardoso estariam colocando o Brasil em um caminho de crescimento sustentável e sem inflação. O superávit primário estava acima daquele acordado com o FMI e a Lei de Responsabilidade Fiscal era significativa no sentido do controle das contas públicas, principalmente por limitar as despesas com salários⁶⁶⁶.

Ao contrário do que se verificou em 1999, o Brasil do ano 2000 atraía investimentos estrangeiros em níveis recordes, o que diminuía o déficit na balança de pagamentos, tornava a indústria e os serviços mais competitivos e as empresas nacionais concorriam em condições de igualdade no mercado internacional. As multinacionais convenciam-se de que o Brasil era o país do futuro; o único país que recebia mais recursos externos era a China⁶⁶⁷.

De acordo com a *Economist*, o ambiente para investimentos ficava mais favorável e, por isso, especulava-se que as agências de risco deveriam subir a classificação do país. A Moody's categorizava o Brasil como B2, o que o colocava cinco pontos abaixo do grau de investimento. Já para a Standard and Poor's o país era B+ e estava, portanto, a quatro pontos de sair do nível de especulação⁶⁶⁸.

Mesmo assim, a sombra da inflação voltava a rondar a economia. Sempre que os preços se elevavam e havia a possibilidade de descontrole, a revista alertava para a volta do mal dos anos 1980. Em 2000, eram os preços dos alimentos que preocupavam e a publicação

⁶⁶⁵ Brazil's unsteady recovery. 28 ago. 1999. p. 40 e ss.; Deconstructing Latin ills (ed.). 4 set. 1999. p. 21 e ss.

⁶⁶⁶ A cautious comeback for Brazil's Cardoso. 12 fev. 2000. p. 63 e ss.; Nuts in Brazil (ed.). 9 out. 1999. p. 19. Progress and pitfalls in Brazil's public finances. 6 mai. 2000. p. 73 e ss. A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101 - foi publicada em 4 de maio de 2000.

⁶⁶⁷ The nationalist groundswell in Brazil. 26 fev. 2000. p. 81 e ss.; Trouble in paradise. 3 jun. 2000. p. 95 e ss.

⁶⁶⁸ B for Brazil. 15 jul. 2000. p. 107.

advertia que dificilmente atingir-se-ia a meta de 6%. Esses alertas aconteciam com frequência, mas isso não impedia que um clima de otimismo se instalasse no noticiário econômico. O dólar subia e, ainda assim, garantia-se que a economia crescia forte e que os problemas do país eram contornáveis⁶⁶⁹.

A publicação avaliava que as reformas econômicas aprimoraram as expectativas de crescimento do Brasil. No entanto, o déficit nas contas correntes significava que a economia ainda era vulnerável a choques externos. Com vistas a manter a estabilidade, reportava a recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de que o Brasil deveria enfatizar a cobrança de impostos, reformar mais profundamente o sistema de aposentadorias e tornar o Banco Central independente como forma de garantir que a inflação estivesse controlada⁶⁷⁰.

Em 2001, foi feito um novo acordo com o FMI e a mera possibilidade de um candidato que já havia se declarado contra o pagamento das dívidas vencer as eleições no pleito de 2002, alarmava os investidores. Para a *Economist*, a melhor forma de o governo estabilizar seus débitos era o aumento de impostos, já que a dívida externa causava preocupação e a revista considerava insustentável a situação do Brasil com as taxas de juros que estavam sendo praticadas à época⁶⁷¹.

As avaliações que a publicação fez sobre a sustentação da economia variam muito no início dos anos 2000. Em pouco tempo a tendência de análise muda e o país deixa de ser destacado pelo seu crescimento e passa a ser avaliado a partir de um cenário de recessão; foi o que aconteceu em 2001. Em junho, mesmo com ressalvas, a revista acreditava que o cenário para o país era de crescimento. Já em setembro, falava em recessão na medida em que o FMI tinha diminuído pela metade sua previsão de crescimento - o real continuava a desvalorizar-se e a inflação ultrapassaria a meta de 6%. Para a *Economist*, o Brasil fora abatido por eventos externos como a crise na Argentina e o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos. Por outro lado, ainda no mesmo ano, avaliou que os problemas do Brasil eram menos severos do que os da Argentina e que o enfraquecimento da moeda colaborava para o superávit na balança comercial⁶⁷².

⁶⁶⁹ A mild relapse in Brazil. 2 set. 2000. p. 61.; Safety first for Brazil's economy. 24 mar. 2001. p. 70.; Gloom over the River Plate (ed.). 14 jul. 2001. p. 13 e ss.

⁶⁷⁰ Brazil. 16 jun. 2001. p. 132.

⁶⁷¹ In hock, again. 28 jul. 2001. p. 53.; How the bug can spread (ed.). 21 jul. 2001. p. 21 e ss.; Crunch time (ed.). 11 ago. 2001. p. 10.

⁶⁷² The big squeeze. 29 set. 2001. p. 68 e ss.; Uncoupling. 10 nov. 2001. p. 66.; Chips on its shoulder. 4 mai. 2002. p. 56 e ss. Mas, a revista lembrava que desde o início da gestão do PSDB a dívida pública tinha passado de 30% para 55% do PIB, mesmo com mais de 100 bilhões de dólares arrecadados com as privatizações. Cf. The 685 billion reais question. 15 jun. 2002. p. 55 e ss.

E novamente a revista usa da comparação com a Argentina para avaliar a condução da economia brasileira. Assim enumerava: enquanto o maior país da América Latina tinha sua maior dívida internamente, o vizinho contava com uma maior dívida externa. No primeiro, o câmbio era flutuante e, no segundo, era fixo por força da legislação e ainda, enquanto na Argentina a economia era pequena e dependente, a do Brasil era bem maior e diversificada⁶⁷³.

Por essa proximidade, a crise que se instalava em terras portenhas poderia chegar ao Brasil - e por isso o governo devia permanecer atento. Mesmo que a situação aqui fosse melhor que na Argentina, no segundo semestre de 2002 foi preciso recorrer ao FMI mais uma vez. Na *Economist*, Paul O'Neil, Secretário de Tesouro dos Estados Unidos, afirmou que o Brasil tinha mantido seus compromissos até então e que podia esperar mais apoio, mesmo que os mercados continuassem aflitos com as perspectivas da sucessão presidencial. No intuito de acalmar o mercado o presidente fez uma reunião com os quatro principais candidatos à eleição presidencial e reuniões de emergência com o Comitê de Política Monetária (COPOM). A publicação apontava que Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes que acusavam o socialdemocrata Fernando Henrique Cardoso de implantar aqui medidas neoliberais, não falavam mais em renegociação da dívida⁶⁷⁴.

Como vimos na seção anterior, em 2002, boa parte das análises econômicas estavam vinculadas ao cenário eleitoral. A revista preocupava-se com a manutenção das políticas econômicas implementadas por Fernando Henrique Cardoso nos oito anos de sua gestão. E, por consequência, com a perpetuação de um modelo que se aproximava da linha político-ideológica defendida pela publicação.

6.2.1 Privatizações

Na perspectiva da *Economist* um elemento crucial para o sucesso da economia era a realização de um amplo programa de privatização das atividades controladas pelo Estado. O governo Fernando Henrique Cardoso parecia ir ao encontro dos desejos da revista, ainda que não na velocidade por ela desejada, mas os feitos do presidente nesse setor foram festejados. Todavia, antes de comemorar o sucesso de algumas privatizações criticou o resgate aos

⁶⁷³ Here we go again (ed.). 29 jun. 2002. p. 13.

⁶⁷⁴ Fingers crossed. 5 jan. 2002. p. 42.; Lifelines for Brazil and Uruguay. 10 ago. 2002. p. 45 e ss.; A matter of faith. 17 ago. 2002. p. 60 e ss.; The real crisis becomes more so. 19 out. 2002. p. 92 e ss.; A backlash against the free market? (ed.). 17 ago. 2002. p. 12 e ss.

bancos estaduais. Para ela, o Brasil errou ao perder a oportunidade de forçar a venda desses bancos públicos, em especial o Banespa:

[...] by the standards of the stable and fiscally prudent Brazil that President Fernando Henrique Cardoso says he is aiming to create, they are far from good enough [...] Mr Cardoso has a better chance than any previous president of getting Brazil's public finances under control once and for all. But he has now – at best – missed a golden opportunity to signal that his country seriously means to change⁶⁷⁵.

O semanário lembrava que as privatizações começaram no governo de Fernando Collor e que, desde 1991, 45 estatais haviam sido vendidas, injetando no caixa do governo algo em torno de doze bilhões de dólares. Noticiava ainda a privatização do Banco Meridional e anunciava que entre as próximas empresas da lista estavam joias como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a qual acabou sendo adquirida por um consórcio formado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - privatizada quatro anos antes. Alertava que o único problema era ainda a pouca regulamentação do sistema privatizado. Porém, acreditava que isso não paralisaria o processo⁶⁷⁶.

O projeto de diminuição das funções do Estado continuava e, em 1998, a ênfase foi no setor elétrico com a expectativa de que se estendesse para o de petróleo e gás. O governo federal que detinha 81,7% das ações da Petrobrás pretendia vender pelo menos 30% desse montante. Quanto às empresas de energia elétrica, uma das primeiras a ser privatizada foi a Light, do Rio de Janeiro; e a revista previa que todo o setor estivesse nas mãos de empresas privadas no decorrer de dois anos. Para o projeto ir mais adiante: “Mr Cardoso has hinted that full privatization may follow if he wins a second term in October”⁶⁷⁷.

Para a *Economist*, o déficit em 1998 deveria atingir 7% do PIB e só não seria maior porque as privatizações foram um sucesso e os recursos adquiridos colaboravam no equilíbrio das contas públicas⁶⁷⁸. O caso da Telebrás foi usado como exemplo. A venda da estatal por 22 bilhões de reais, 64% acima do lance inicial proposto, foi considerada um grande êxito, mas pontuava: “Even so, some buyers may have got bargains. Brazil is one of the world's most promising telecoms markets”⁶⁷⁹.

Como vimos, no setor de telecomunicações as notícias sobre a privatização vieram junto com os escândalos envolvendo aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso. Luiz

⁶⁷⁵ Brazil's missed opportunity (ed.). 20 jan. 1996. p. 17. A privatização do Banespa acaba acontecendo em 2000.

⁶⁷⁶ Privatisation trundles ahead. 15 jun. 1996. p. 66.; Nerves of steel in Brazil. 10 mai. 1997. p. 94.

⁶⁷⁷ Darkness and light in Brazil. 14 fev. 1998. p. 59 e ss.

⁶⁷⁸ Tightrope tricks. 15 ago. 1998. p. 45 e ss.

⁶⁷⁹ A clear line from Brazil. 1 ago. 1998. p. 22.

Carlos Mendonça de Barros e André Lara Resende foram interceptados em ligações telefônicas que provavam a intenção deles em favorecer o consórcio formado pelo Banco Opportunity. Os arranjos envolviam ainda o antigo presidente do Banco Central, Pécio Arida (sócio do Opportunity). Os vazamentos culminaram na renúncia de Luiz Carlos Mendonça de Barros que na época ocupava o Ministério das Comunicações. Em seu depoimento no Senado o ministro admitiu sua preferência pessoal pelo banco em questão. André Lara Resende que havia assumido o BNDES e também renunciou. Segundo a *Economist*, esses eram os melhores assessores de FHC e era muito difícil substituí-los à altura⁶⁸⁰. Sobre as denúncias opinou: “The Mendonça de Barros Brothers and Mr Lara Resende broke no rules, but attracted the envy of less talented mortals”⁶⁸¹. Mesmo com essas ressalvas, a impressão geral sobre as privatizações era positiva: “The government introduced a vast privatization programme that helped to attract record levels of foreign investment”⁶⁸².

6.2.1.1 O setor de energia

Se antes os artigos que tratavam da questão energética estavam inseridos no grupo daqueles sobre política internacional, dado que se relacionavam ou ao preço do petróleo no mercado mundial ou às preocupações sobre o desenvolvimento de energia nuclear, agora figuravam nos artigos que tratavam de questões internas, principalmente aqueles que tratavam do impacto econômico que poderia ser causado, caso o Brasil vivesse uma crise de abastecimento.

O setor energético, de base hidrelétrica, foi uma das prioridades do processo de privatização durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Com a venda das empresas públicas do setor, a produção e distribuição de energia elétrica foram concedidas a empresas privadas, mesmo que o controle permanecesse público conforme determina o artigo 21 da Constituição de 1988.

⁶⁸⁰ Scandal time. 21 nov. 1998. p. 70.; Crossed lines in Brazil. 28 nov. 1998. p. 77 e ss. Luiz Carlos Mendonça de Barros foi presidente do BNDES entre novembro de 1995 e abril de 1998, quando assumiu o Ministério das Comunicações, órgão em que permaneceu até novembro quando renunciou.

⁶⁸¹ Crossed lines in Brazil. 28 nov. 1998. p. 77 e ss.

⁶⁸² The devaluing of a presidency. 27 mar. 1999. p. 3 e ss.

A atividade nas mãos da iniciativa privada supostamente traria mais eficiência ao setor, muito embora a revista começasse a expor sua preocupação acerca da capacidade energética do país frente ao aumento da demanda⁶⁸³.

Em 2001, a crise no abastecimento de energia torna-se realidade e a *Economist* publica artigo em que, ironicamente, declarava a inocência de São Pedro. O presidente havia atribuído a vicissitude à falta de chuvas, mas a publicação afirmava que houve falhas na expansão da rede de transmissão. Como medida emergencial, o governo determinou restrição do consumo em 20% para que não houvesse interrupção do fornecimento - os chamados *blackouts*. A revista tratava as ações do governo com desconfiança e noticiava que os cortes de energia continuavam acontecendo apesar de o governo declarar que a crise estava no fim. Além disso, notava que os preços aumentavam sem que o serviço de distribuição melhorasse. Para a *Economist*, uma das causas do racionamento era o Brasil ser dependente demais das usinas hidrelétricas e não ter investido em diversificação de suas fontes⁶⁸⁴.

6.3 *Política Internacional*

Como os temas de política internacional foram retratados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso? No período em que o sociólogo esteve à frente do executivo, sua atuação ficou conhecida como *diplomacia presidencial*. De acordo com Danese, essa se caracteriza pela condução pessoal de assuntos relativos à política externa como forma de promoção dos interesses nacionais, de divulgação do país do real e das reformas, com a intenção de certificar os investidores internacionais da segurança do mercado brasileiro⁶⁸⁵. Nesse quadro, a indicação da potencialidade do país como liderança regional e dos países emergentes começa a solidificar-se novamente. As questões nuclear e ambiental apesar de aparecerem, perderam a importância. No caso da questão nuclear, esta foi o tema mais importante da política internacional nos anos 1970 e, a questão ambiental protagonizou boa parte dos editoriais sobre o Brasil no final dos anos 1980. De 1995 a 2002, a estabilização da economia e a abertura ao mercado internacional parecem ser os temas mais importantes e, mesmo em política internacional, são os textos conectados a esses temas que dominam o noticiário e a editoria.

⁶⁸³ Goin' fission. 20 nov. 1999. p. 111 e ss.

⁶⁸⁴ St Peter is innocent. 26 mai. 2001. p. 66 e ss.; A struggle for power. 2 fev. 2002. p. 50.; When caps do not fit (ed.). 9 jun. 2001. p. 16.; Gloom over the River Plate (ed.). 14 jul. 2001. p. 13 e ss.

⁶⁸⁵ DANESE, Sérgio França. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

6.3.1 Potência emergente e regionalismo

O Brasil é de novo considerado uma potência pela revista? Qual imagem do país é projetada na esfera internacional? Podemos dizer que, com maior ou menor ênfase, a ideia de que o Brasil é uma potência esteve presente na *Economist* desde o final dos anos 1960. Mesmo em épocas de crise foi possível perceber que a revista optou, em momentos precisos, por destacar a potencialidade do país. Particularmente quando da publicação dos *surveys*, que entendemos destinados a vender uma imagem mais positiva do Brasil para os investidores internacionais. Além do mais, outra característica está sempre presente: há uma oscilação entre as imagens de uma economia em ascensão e imagens de uma economia em crise. Mas, de que maneira a *Economist* passa a atribuir determinado *status* a um país?

A resposta para isso pode ser vista nessa passagem: “A less well known mark of national esteem is whether a country is included in *The Economist*’s economic indicator pages (see pages 96-98). Our power to delete countries at the mere click of a mouse can, it seem, provoke international disputes”⁶⁸⁶. Apesar de ser importante considerar que esta é uma autoimagem da revista, esse tipo de informação reforça nossa ideia de que a mídia é um elemento relevante na criação de imagens, na atribuição de *status* e no posicionamento dos países no cenário internacional⁶⁸⁷. A imprensa especializada em economia seria responsável pela criação dessas imagens e a revista deixa tal fato explícito:

Behind such disputes lies a deeper issue: the labels given to countries are out-of-date. So ‘industrial economies’ are misnamed now that industrial production accounts for only one-quarter of their output – much less than in the emerging economies. And the ‘emerging market’ label – itself created to provide a more positive image for the ‘third world’ – also looks tarnished. It once conjured up the image of dynamic economies and stock markets; now, with countries from Thailand, to Russia, to Brazil in deep recession, cynics have renamed them ‘submerging’ markets. [...] Four years ago, *The Economist* suggested a new set of labels for country groupings: the ‘paralysed’ (poor economies, such as those in Africa, that have been standing still); the ‘progressing’ (emerging markets); and the ‘paranoid’ (the rich countries that are terrified of competition from the progressives)⁶⁸⁸.

⁶⁸⁶ Feeling left out (ed.). 2 jan. 1999. p. 17.

⁶⁸⁷ Como vimos, a construção da imagem de um Estado passa, necessariamente, pela representação que outros atores fazem dele; no caso do nosso estudo, a mídia. Cf. WENDT, 1999. Da mesma forma, deposita-se importância primeira na racionalidade econômica; a economia seria o fator decisivo. Cf. LOCKE, 2001. Da mesma forma, a estabilidade do sistema seria dependente das leis do mercado. Cf. MACPHERSON, 1985.

⁶⁸⁸ Feeling left out (ed.). 2 jan. 1999. p. 17.

Mesmo essa classificação é considerada insuficiente. Em um mercado globalizado, em constante mutação, as economias mais desenvolvidas paralisavam-se, enquanto outras faziam o possível para se defenderem da competição com aquelas que avançavam. Dessa forma, a revista sugere, ironicamente, a solução:

Perhaps we should group countries according to their chances of gaining entry to our indicator pages: the puny (too small, no hope) the persistent (governments which pen the most letters of complaint), and the persuasive (those with good arguments, of course, not frenetic phrases). But the only sure winners will be the patient: economies that expand by following sound policies⁶⁸⁹.

A seção “Economic and financial indicators” existe desde 1960. Dados sobre o Brasil começam a integrá-la em 1976, oferecendo informações sobre os preços das *commodities*⁶⁹⁰. Nesse ano, as relações políticas e comerciais entre o Reino Unido e o Brasil têm uma demonstração pública de proximidade com a recepção do General Ernesto Geisel pelo governo britânico entre 4 e 6 de maio. Não é possível determinar uma relação causal entre esses dois fatos; mas é preciso considerar que há, nos anos 1970, uma solidificação dos laços comerciais entre as duas economias. Já entre 1977 e 1980, os dados sobre o país desaparecem dessa seção. Em 1981, voltam a compor os indicadores econômicos e financeiros da revista e, desde então, são exibidos continuamente. Ao longo dos anos, indicadores cada vez mais diversificados sobre a economia brasileira são apresentados, extrapolando aqueles sobre os preços das *commodities*. Nos anos 1980, surgem referências sobre os débitos internacionais dos novos países industrializados, dados sobre inflação e comércio internacional. Nesse período, o Brasil estava incluído no grupo de países em desenvolvimento.

É salutar ainda que o Brasil comece a aparecer nos gráficos que apresentavam dados sobre o mercado financeiro (*Financial Markets*) em 1994. Depois disso, os dados sobre esse setor vão se tornando mais frequentes do que aqueles sobre o preço das *commodities*. É em 1994 também que a revista passa a dedicar uma página exclusiva para tratar de dados relativos aos *mercados emergentes* em que o país está inserido⁶⁹¹.

Os indicadores financeiros e econômicos nos revelam mais do que aquilo que aparece nos gráficos e tabelas. Nessa seção, podemos ver como o país está avaliado, que imagem corresponde a seu posicionamento no mundo, segundo a *Economist*. A princípio, os únicos

⁶⁸⁹ Ibid.

⁶⁹⁰ Dados sobre os preços de produtos brasileiros aparecem na revista desde a sua fundação. No entanto, segundo nosso levantamento, é apenas a partir de 1976 que o país passa a integrar sistematicamente a seção “Economic and financial indicators”.

⁶⁹¹ The Economist Historical Archives (1843-2011) [Internet]. Gale Databases. Available from: <http://find-galegroup-com.ez31.periodicos.capes.gov.br/econ/start.do?prodId=ECON&userGroupName=capesnatgeo>.

dados sobre o Brasil referiam-se a cotação de algumas *commodities*. Depois disso, o país ganha visibilidade compondo o grupo dos países em desenvolvimento e, em seguida, os mercados emergentes. Essa modificação na forma de apresentar os dados não diz respeito apenas ao Brasil. O país estava inserido numa mudança mais ampla, na maneira de se fazer negócios em uma economia globalizada⁶⁹².

Isto posto, podemos dizer que entre 1995 e 2002, nas imagens apresentadas pela *Economist*, a referência mais comum deixa de ser a de país em desenvolvimento e passa a ser a de mercado, país ou economia emergente. É interessante notar ainda que a publicação tem preferência por se referir aos países como *mercados* enfatizando, mais uma vez, a prevalência da economia sobre a política⁶⁹³. Como vimos anteriormente, com uma maior abertura da economia, a tendência do semanário é a de criar a imagem de um país mais receptivo ao investidor estrangeiro e, por isso, mesmo a ideia de que a década de 1980 foi perdida, é revisada. A imagem transmitida agora era a de uma economia que apesar de passar por crises, tinha alguma solidez⁶⁹⁴.

Entretanto, havia menos euforia sobre a potencialidade em comparação com as perspectivas apresentadas na década de 1970. Em 1995, por exemplo, a *Economist* declarou que houve um momento em que as previsões colocavam o país entre as maiores economias do mundo no novo milênio. A realidade era que houve certa desilusão com a América Latina; e, enquanto isso, a China ocupava esse espaço⁶⁹⁵.

Mesmo assim, um conjunto relevante de textos confirma a noção de que o Brasil estava cada vez mais inserido nos mercados internacionais e sentia a influencia desses - tanto para o bem quanto para o mal. Por conseguinte, são várias as reportagens sobre os abalos sofridos pelo país em função das crises na Ásia, na Argentina e em outros países emergentes. Como os mercados financeiros internacionais e a economia global importavam cada vez mais, também a crise conectava-se ao que acontecia em outros países. A publicação advertia que as economias emergentes não estavam imunes às flutuações do mercado internacional⁶⁹⁶.

Esse olhar sobre a inserção do país no mundo aplicava-se também a influência exercida por ele em outras economias, especialmente no Cone Sul. Por ocasião da

⁶⁹² Cf. BUZAN, 2004.

⁶⁹³ Macpherson que no marco do liberalismo ultrapassa-se a ideia de uma economia de mercado para se pensar em uma sociedade de mercado. Cf. MACPHERSON, 1985.

⁶⁹⁴ The chairman's brief (ed.). 6 set. 1997. p. 22.; Rational anxiety in Brazil. 2 ago. 1997. p. 66.

⁶⁹⁵ The risk in Asia (ed.). 28 jan. 1995. p. 13 e ss.

⁶⁹⁶ Brazil near the edge (ed.). 22 nov. 1997. p. 18.; Will Brazil be next? (ed.). 19 set. 1998. p. 22 e ss.; Goldilocks or gridlock? (ed.). 19 jun. 1999. p. 19.; Brazil on the slide. 16 jan. 1999. p. 81 e ss.; Brazil's slippery slope. 6 fev. 1999. p. 93 e ss. Emerging sickness (ed.). 3 jun. 2000. p. 20.; How the bug can spread (ed.). 21 jul. 2001. p. 21 e ss.

desvalorização do câmbio, publicou: “Imagine you are a British manufacturer. Suddenly the euro falls 30-40%. Or a Canadian, and the American dollar falls likewise. That is the sort of shock that has hit Argentina, Paraguay and Uruguay, Brazil’s partners in the Mercosur trade block”⁶⁹⁷.

6.3.1.1 Regionalismo: A ALCA e o MERCOSUL

No contexto regional podemos dizer que a atuação do Brasil foi relevante no jogo de forças que determinaram o destino de dois blocos regionais: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A atuação da diplomacia brasileira foi entendida como importante para a desestabilização da primeira proposta e na consolidação da segunda: “If Brazil’s only aim is to redress the balance of power, fine, say free traders. Brazilians are not alone in thinking that the United States threw its weight around in negotiating NAFTA”⁶⁹⁸.

As bases institucionais do MERCOSUL foram sedimentadas em 1994 com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Este protocolo previa que o bloco tivesse *status* de União Aduaneira a partir do ano de 1995. A revista destacou que essa iniciativa seguia a tendência internacional de associação dos países em blocos comerciais regionais. Informava ainda que, de acordo com a OMC desde 1948, 109 acordos como esse foram notificados⁶⁹⁹.

Com o estabelecimento definitivo do MERCOSUL, o periódico noticiava que o comércio entre Brasil e Argentina havia crescido. Nesta perspectiva, o governo americano anunciou que pretendia firmar a Argentina entre seus aliados prioritários e sobre cuja situação a revista afirmou: “Conspiracy theorists see an American attempt to divide the two main Mercosur partners in negotiations on the proposed Free Trade Area of the Americas (FTAA)”⁷⁰⁰. A ideia de uma possível cisão entre os dois países reforçava-se com as declarações de Carlos Menem, presidente da Argentina, contrárias a ambição brasileira de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, com o argumento de que isso quebraria o arranjo regional de poder.

As avaliações da revista sobre a união aduaneira também não são completamente consistentes. Segundo ela, O MERCOSUL só teria condições de sobreviver se regras mais

⁶⁹⁷ Brazil rocks the Mercosur boat. 13 fev. 1999. p. 67 e ss.

⁶⁹⁸ Brazil gets its way. 30 mar. 1996. p. 63 e ss. Cf. Rediscovering the Americas (ed.). 17 mai. 1997. p. 18.

⁶⁹⁹ The right direction? (ed.). 16 set. 1995. p. 23 e ss.

⁷⁰⁰ Sweet nothings? 20 set. 1997. p. 80.

aprofundadas de aplicação do livre-comércio fossem acordadas entre os países. Por outro lado, apresentava dados que confirmavam a consolidação do bloco atestando que o comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai tinha crescido de quatro bilhões de dólares em 1990 para dezoito bilhões em 1997. Mais adiante, sustentou que a crise nas duas maiores economias prejudicava o bom funcionamento do bloco, ao ponto de a Argentina estabelecer barreiras comerciais para os produtos brasileiros⁷⁰¹.

Com relação ao Brasil a publicação considerava que o MERCOSUL representaria uma etapa da sua projeção de poder não apenas na América do Sul, mas no mundo. A ambição do país em constituir-se como uma liderança internacional voltava, então, às páginas da revista⁷⁰². Essa ideia é reforçada quando o semanário afirmou que o país - apesar de sua posição dominante na América do Sul -, devido às suas dimensões, economia e população, sempre se absteve de mostrar seu peso para os vizinhos. Não obstante, essa situação vinha se modificando:

[...] under Fernando Henrique Cardoso, its cosmopolitan and polyglot President since 1995. Brazilian soldiers have taken part in UN peacekeeping: 69 left for East Timor this week. Brazil has used its diplomatic clout to help settle a nasty border dispute between Peru and Ecuador; twice in the past four years, it has joined the United States in applying pressure to abort coups in Paraguay⁷⁰³.

Ainda no sentido de enraizar sua liderança, o Brasil, de acordo com o que avaliava a *Economist*, dava preferência a um MERCOSUL mais amplo e menos aprofundado. Quando o acordo regional completou dez anos, a publicação externou que era preciso fazer um balanço realista da situação do bloco; este estava baseado apenas nas economias do Brasil e da Argentina. Repetia a declaração da diplomacia que o MERCOSUL era o *destino* do Brasil e que, a ALCA, *uma opção*⁷⁰⁴. Para a revista chegava a hora de o país escolher e, esta escolha, era importante regionalmente. Haja vista que, mesmo que a retórica fosse outra, o Brasil era uma liderança no bloco. Naquele momento, o debate principal era se haveria adesão, conjunta ou individualmente, dos países do Cone Sul à ALCA e o Brasil era o mais reticente dos negociadores. Consoante a *Economist*, o principal argumento era que os Estados Unidos

⁷⁰¹ Sour Mercosur (ed.). 14 ago. 1999. p. 13. Necessário lembrar que a *Economist* já havia defendido que o Brasil adotasse a política de paridade com o dólar, então vigente na Argentina.

⁷⁰² Brazil rocks the Mercosur boat. 13 fev. 1999. p. 67 e ss.

⁷⁰³ Southern crossroads. 26 ago. 2000. p. 52.

⁷⁰⁴ Ibid. O Chanceler Celso Lafer repetiu essa declaração em diversas oportunidades. Cf. ROSSI, Clóvis. Europa oferece ao Mercosul avançar mais que Alca. **Folha de S. Paulo**, 21 mar. 2001. s/p.

mantinham fortes subsídios agrícolas e que isso prejudicaria o bloco; em contrapartida lembrou que o país também permanecia relativamente protecionista⁷⁰⁵.

Já nas projeções para as eleições de 2002 argumentava: “If Mr Serra wins the presidential, and whatever his doubts about American inconsistency, he is likely to sign up for an FTAA – even a less than perfect one, provided that, on balance, going in is better than staying out”⁷⁰⁶.

Outros sinais de que a economia brasileira importava mais no mundo também eram apontados, como por exemplo, a declaração do FMI qualificando o país para emprestar recursos ao próprio Fundo e a outras nações. Afirmou, igualmente, que a sorte parecia estar sorrindo para o Brasil; o país não precisaria da segunda parte do empréstimo em 1999, pois superara a meta de superávit primário para o ano. Avaliou ainda que poucos países tinham bancos de investimento tão fortes como os daqui⁷⁰⁷.

A *Economist* enfatizava que já era tempo do gigante da América Latina varrer seu complexo de inferioridade: “Brazil is simple *o mais grande*, or the biggest”⁷⁰⁸. Historicamente, o país, que sempre esteve isolado dos vizinhos de língua espanhola, teve sua autoconfiança abatida por crises econômicas recorrentes e pela dificuldade de estabelecer uma democracia estável. Todavia, o semanário fazia um prognóstico de um futuro melhor e, a razão disso era que o país resolveu abrir sua economia. Porém a *Economist* fazia a ressalva de que o caminho para tal processo se concretizar era longo: “Brazil’s share of the world trade is smaller than in the mid-1970s. [...] Reversing that decline might be helped if Brazil were to overcome its lingering inferiority complex”⁷⁰⁹. Uma das iniciativas nesse direção foi a primeira reunião dos presidentes da América do Sul, realizada por iniciativa de Fernando Henrique Cardoso; o Brasil finalmente começava a exercer uma liderança discreta, mas há muito almejada⁷¹⁰.

Além da atuação na economia regional, os investimentos em modernização das Forças Armadas também foram vistos como um degrau na ambição internacional. Conforme a publicação, os civis estariam, pela primeira vez, pensando em estruturar as armas da maneira que o país precisava. Lembrou que somente em 1999 a chefia das Forças Armadas saiu das

⁷⁰⁵ The risks to free trade (ed.). 30 jan. 1999. p. 19.; Some realism for Mercosur (ed.). 31 mar. 2001. p. 15 e ss.; Breaking barriers in the Americas (ed.). 21 abr. 2001. p. 14.

⁷⁰⁶ Stealing for a fight. 23 mar. 2002. p. 56 e ss.

⁷⁰⁷ Missing the point (ed.). 10 out. 1998. p. 15 e ss.; Still a big risk (ed.). 23 jan. 1999. p. 18.; Short on profits. 7 mar. 1998. p. 108 e ss.; Matters of tax. 12 jun. 1999. p. 74 e ss.

⁷⁰⁸ Mexico overtakes Brazil. 8 set. 2001. p. 65.

⁷⁰⁹ Brazil's 500 years of solitude (ed.). 22 abr. 2000. p. 15 e ss.

⁷¹⁰ South American dreams (ed.). 9 set. 2000. p. 21.

mãos dos militares. Nesse quadro: “The aim of the review is to try to align Brazil’s military capabilities with its foreign policy objectives”⁷¹¹.

Para a *Economist*, as relações entre civis e militares permaneciam tensas mesmo depois da morte do último presidente militar, João Batista Figueiredo, em dezembro de 1999. Mesmo ano em que foi criado o Ministério da Defesa e que o comando das Forças Armadas foi colocado, pela primeira vez, nas mãos de um civil. A revista repercutiu negativamente a fala do Deputado Federal, Jair Bolsonaro - para ele o presidente deveria ser condenado à morte por traição⁷¹².

6.3.1.2 Relações Brasil-Argentina

A quase totalidade dos textos que trataram as relações bilaterais entre Brasil e Argentina estão na seção de editoriais. Outro fato é que, no período abordado neste capítulo, nenhum outro parceiro comercial teve importância para a revista. Até mesmo as relações com os Estados Unidos não estiveram sob os holofotes, a não ser em algumas menções sobre a questão da ALCA. Não obstante, as relações entre as duas maiores economias do Cone Sul tiveram destaque.

A princípio, a *Economist* notava que os dois países estavam sendo bem sucedidos na realização do conjunto de reformas necessário para a inserção de suas economias no mercado globalizado⁷¹³. As exportações argentinas cresciam principalmente para o Brasil e as duas economias caminhavam juntas, mesmo em momentos mais complicados⁷¹⁴. Ainda afirmava que: “Argentina’s belt-tightening economy minister, Domingo Cavallo, and Brazil’s reforming president, Fernando Henrique Cardoso, are two key figures in the economic rehabilitation of Latin America”⁷¹⁵. Sobrelevava que o Brasil teve êxito em reduzir a inflação, assim como a Argentina.

Quando a recessão rondava a região, o impacto nas relações entre os dois países era assinalado. Dizia-se que os riscos aumentavam para os argentinos com a crise do câmbio no

⁷¹¹ Defence dilemmas. 27 jan. 2001. p. 70. O Ministério da Defesa foi criado em junho de 1999. Cf. FUCILLE, Luis Alexandre. **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil**. 2006. 282 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas.

⁷¹² Dog fight. 8 jan. 2000. p. 55.

⁷¹³ Be calm, be picky (ed.). 14 jan. 1995. p. 18.

⁷¹⁴ Argentina's currency squeeze (ed.). 5 ago. 1995. p. 18 e ss.

⁷¹⁵ Latin realities (ed.). 30 mar. 1996. p. 19.

Brasil. Os investidores tinham medo que a cotação do dólar seguisse o que aconteceu aqui, mesmo que lá a paridade estivesse prevista em lei. Segundo apontava a *Economist*, os maiores impactos da desvalorização do real seriam sentidos na indústria argentina⁷¹⁶. E neste quadro, começava a criticar Carlos Menem: “President Carlos Menem has served his country well. He is now serving badly”⁷¹⁷.

Em comum, Brasil e Argentina mantinham altas taxas de juros para atrair os investimentos estrangeiros, apesar da maior dificuldade no mercado internacional e da onda de desvalorização das moedas das economias emergentes. Foi o que aconteceu. A desvalorização do real em 1999 rendeu ampla cobertura da revista e, muitas vezes, essa se relacionava aos impactos causados na economia do país vizinho. A principal dificuldade era que os produtos argentinos tornavam-se menos competitivos no mercado brasileiro e isso afetaria suas exportações. A isso se juntava a situação interna do país vizinho que a revista classificava como a beira de um caos financeiro. Alertava que o Brasil por estar próximo e por ter ligações comerciais bem estreitas com a Argentina, poderia ser afetado. Contudo, conforme avaliava a editoria, os riscos eram pequenos⁷¹⁸.

Enquanto na avaliação do semanário, a Argentina vivia uma situação financeira complicada e negociava um acordo com o FMI, este, noticiava que o Brasil tinha recebido uma nova ajuda. A *Economist* opinou que a impressão transmitida por essa atitude foi que os Estados Unidos resolveram abandonar os portenhos e salvar o Brasil antes que houvesse um agravamento da crise. Se lá a economia estava em ruínas, as finanças brasileiras estavam em desordem e precisavam de atenção⁷¹⁹.

6.3.2 Protecionismo

O debate sobre a posição do Brasil no mundo, na ALCA e no MERCOSUL traz a reboque a discussão de um tema muito caro à *Economist*: o protecionismo. A revista sempre

⁷¹⁶ Ibid.; Rediscovering the Americas (ed.). 17 mai. 1997. p. 18.; Irresponsible in Argentina (ed.). 13 mar. 1999. p. 20.; Menem's final days (ed.). 29 mai. 1999. p. 15 e ss.; Argentina's next steps (ed.). 23 out 1999. p. 18 e ss.

⁷¹⁷ Irresponsible in Argentina (ed.). 13 mar. 1999. p. 20.

⁷¹⁸ Emerging sickness (ed.). 3 jun. 2000. p. 20.; Argentina's desperate choices (ed.). 24 mar. 2001. p. 24 e ss.; Cavallo's latest gamble (ed.). 23 jun. 2001. p. 13.; Gloom over the River Plate (ed.). 14 jul. 2001. p. 13 e ss.; Aid for Argentina (ed.). 18 nov. 2000. p. 28 e ss.; How the bug can spread (ed.). 21 jul. 2001. p. 21 e ss.; Too little, too late? (ed.). 25 ago. 2001. p. 12.; Time to end the agony (ed.). 3 nov. 2001. p. 13 e ss.; Here we go again (ed.). 29 jun. 2002. p. 13.

⁷¹⁹ Crunch time (ed.). 11 ago. 2001. p. 10.; A backlash against the free market? (ed.). 17 ago. 2002. p. 12 e ss.

considerou o Brasil um país protecionista. E, nos anos 1990 e início dos anos 2000, entende que o país começa a levar essa discussão aos foros multilaterais.

Para a *Economist*, por décadas a política protecionista do país resguardou a produção nacional - desde sapatos até a soja. O resultado disso foi que, ao abrir as fronteiras para a importação, o setor produtivo nacional não estava preparado, o que acabou por acarretar o fechamento de mais de quinhentos mil postos de trabalho, principalmente no campo.

Todavia, de acordo com a revista, o balanço era positivo uma vez que o Brasil, finalmente, tinha aceitado o desafio da competição. Apesar de reconhecer que o protecionismo dos países ricos afetava as exportações brasileiras, depositava a maior parte da culpa pela ineficiência da produção nacional, no chamado, *custo Brasil*. Este, um conjunto de desvantagens competitivas que iam desde impostos em cascata até uma infraestrutura deficiente, afetando a inserção mais efetiva no mercado internacional. Para a *Economist*, os políticos faziam o possível para tornar os produtos não competitivos; e os impostos sobre a produção aumentavam os custos em 10% ou 15%⁷²⁰. A publicação afirmava ainda que o nacionalismo afetava o crescimento da economia e concluía: “Economic nationalism was one reason why Brazil was so slow to abandon protectionism and open up to trade and investment”⁷²¹.

A atuação nos foros comerciais internacionais chamou a atenção no caso da luta pela quebra de patentes dos remédios contra a AIDS, na gestão de José Serra no Ministério da Saúde. O ministro propôs, na OMC, que os países votassem condenando aqueles que usavam acordos comerciais para impedir que países pobres tivessem acesso a medicamentos mais baratos. Segundo o semanário, Brasil e Índia, como lideranças dos países pobres, não concordavam com os Estados Unidos nos debates sobre proteção da propriedade intelectual no que se referia a produção de fármacos. Posteriormente, a *Economist* acaba convencida da argumentação brasileira sobre o acesso a medicamentos mais baratos e, passa então a defender que outros países pobres copiem o exemplo do Brasil na produção e distribuição de medicamentos contra o vírus HIV⁷²².

⁷²⁰ Land for the landless. 13 abr. 1996. p. 61.; Protectionist? What, us? 3 ago. 1996. p. 50.; An unfinished revolution. 27 mar. 1999. p. 12 e ss.; Trade beefs. 10 fev. 2001. p. 72.; Latin America starts to compete (ed.). 15 abr. 1995. p. 15 e ss. A revista afirmou ainda que o *custo Brasil* foi intensificado com a desvalorização do real. Cf. Bungle in the jungle. 19 fev. 2000. p. 73 e ss.

⁷²¹ The nationalist groundswell in Brazil. 26 fev. 2000. p. 81 e ss.

⁷²² Trade beefs. 10 fev. 2001. p. 72.; A cure for high prices. 19 mai. 2001. p. 64.; Gambling with lives (ed.). 2 jun. 2001. p. 16.; Patent problems pending (ed.). 27 out. 2001. p. 14.; High stakes at Doha (ed.). 3 nov. 2001. p. 14.; Steeling for a fight. 23 mar. 2002. p. 56 e ss.; The long war (ed.). 13 jul. 2002. p. 18.

6.3.3 Questão nuclear

Ao longo de anos o principal assunto dentro do tema de política internacional foi a questão nuclear. Com o fim da Guerra Fria novos temas passam a tomar conta da agenda, com destaque para o meio ambiente no início dos anos 1990. No entanto, as discussões sobre não-proliferação foram retomadas quando surgiu a possibilidade do Brasil finalmente tornar-se signatário do TNP. Depois de negociações internas, o país aderiu ao tratado em 1998. Era uma demonstração de confiança na proposta dos países detentores de armas nucleares de que, em um futuro próximo, seriam tomadas as medidas necessárias para a eliminação dos arsenais já existentes. Como isso não aconteceu, o Brasil ainda reluta em assinar o Protocolo Adicional até que os compromissos assumidos avancem⁷²³. A revista lembrou ainda que o Brasil e a Argentina decidiram conjuntamente abandonar seus programas de desenvolvimento de armas nucleares uma vez que governos democráticos assumiram o poder e as tensões internacionais se abrandaram⁷²⁴.

Por outro lado, também noticiava a intenção do Brasil de reforçar a sua produção de energia nuclear antecipando as preocupações com a crise de abastecimento que seguiria. Além disso, destacou que o país estava prestes a desenvolver um projeto usando a tecnologia desenvolvida pela Marinha, nos anos 1980, para propulsão de submarinos⁷²⁵.

6.3.4 Meio ambiente

Apesar do menor destaque, as questões ambientais não deixaram de aparecer nas páginas da *Economist*, compondo o rol dos *novos temas* em debate na política internacional.

Segundo a revista, o Brasil tentava aprovar leis ambientais, mas estas *não pegavam*. A maior preocupação era a região amazônica que estava ameaçada pela mineração e pela

⁷²³ Bush's hang-ups (ed.). 15 dez. 2001. p. 10 e ss. Sobre a posição brasileira Cf. JESUS, Diego Santos Vieira de. Em nome da autonomia e do desenvolvimento: Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear. **Boletim Meridiano** 47, v. 13, n. 129, p. 28-34, 2012.; HERZ, Monica e LAGE, Victor Coutinho. BRICS e Questão Nuclear: Contestações e Rearfirmações diante dos Mecanismos de Governança Global. **Carta Internacional**, v. 6, n. 2, p. 31-54, 2011.

⁷²⁴ Containing the nuclear threat (ed.). 25 mar. 1995. p. 18 e ss.; Don't ban the bomb (ed.). 4 jan. 1997. p. 17 e ss. A revista se referia ao Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear assinado por Argentina e Brasil em 1991. Cf. BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Desarmamento Nuclear e Não Proliferação **TNP - Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares**. 2015. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=559-tnp-tratado-de-nao-proliferao-de-armas-nucleares&lang=pt-BR >. Acesso em: 9 dez. 2015.

⁷²⁵ Goin' fission. 20 nov. 1999. p. 111 e ss. Sobre o submarino nuclear Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. O projeto do submarino nuclear brasileiro. **Contexto Internacional**, v. 33, p. 277-314, 2011.

agricultura de larga escala. Apesar do *lobby* desses setores, a pressão por mais preservação crescia nacional e internacionalmente. Os dados apontavam que, em 1995, os índices de devastação foram recordes, cerca de 29 mil km², área comparada pela publicação com a Bélgica. Lembrou ainda que durante a ditadura militar a devastação era estimulada pelo Estado: a construção de estradas, isenção de impostos para a agropecuária e grandes projetos de ocupação. Apesar dessa dinâmica ter acabado, os índices de desmatamento não diminuíram e suas causas eram agora mais difusas. Portanto mais difíceis de serem combatidas⁷²⁶.

As queimadas também eram motivo de preocupação. E com relação a esse caso, noticiava que, no estado de Roraima, a reserva Yanomami sofria com as chamas e com a falta de estrutura do poder público para combatê-las⁷²⁷.

De modo geral podemos afirmar que, no governo Fernando Henrique Cardoso, a questão ambiental não teve o destaque dos anos anteriores, apesar do periódico afirmar que o sociólogo tinha boa vontade no tratamento do tema. Para a revista, mesmo pressionado pelo *lobby* dos ruralistas, o presidente propôs mudanças no Código Florestal com vistas a preservação das florestas que ainda restavam.

Nessa perspectiva, a publicação comemorava que o desenvolvimento sustentável poderia salvar o meio ambiente sem afetar a economia. Apontava agora que o desmatamento vinha caindo desde os anos 1990 e que a maior parte da floresta continuava em pé, contrariando as previsões sombrias dos anos 1980. De acordo com a *Economist*, o manejo de impacto reduzido podia ser mais rentável para as madeireiras que a exploração predatória e isso era a esperança de que a floresta continuasse preservada. A certificação de procedência tornou-se um ativo no mercado, valorizando o produto⁷²⁸.

Do ponto de vista do semanário, a devastação já promovida em grandes áreas do mundo apresentava seus resultados. Alterações climáticas como secas e enchentes estavam mais comuns e o custo humano e econômico começava a aparecer. Numa forma de expressão típica da *Economist*, comparava a biodiversidade à segurança trazida pela pluralidade de investimentos: “Species, like shares, differ from one another, and they respond differently to external events. The more species, therefore, the less volatile and unstable the ecosystem”⁷²⁹.

Então, ainda que a revista desse importância à questão ambiental, a centralidade da argumentação mantinha-se no viés econômico:

⁷²⁶ Trees and the law. 7 fev. 1998. p. 70.

⁷²⁷ Brazil's Amazon forest burns. 21 mar. 1998. p. 74.

⁷²⁸ Managing the rainforests. 12 mai. 2001. p. 117 e ss.; Still chopping. 29 abr. 2000. p. 64.

⁷²⁹ Saving the rainforest (ed.). 12 mai. 2001. p. 12.

For many rich-world conservationists the value of preserving biodiversity is more a matter of sentiment and aesthetics than of pragmatism. People do not burn Picassos or cathedrals, so why should they burn Amazon rainforest? There is nothing wrong with this question – economic arguments sometimes come second to ethical or aesthetic ones – but it does need to be recognised that all such ‘external public goods’ have to be paid for, even if the cost comes only in benefits forgone [...] Fortunately, the world’s growing understanding of the value of biodiversity is coming at the same time as the discovery of ways to make it pay without destroying it⁷³⁰.

⁷³⁰ Ibid.

7 A imagem do Brasil no século XXI

A questão da imagem do Brasil no mundo tem referências importantes tanto interna como internacionalmente. Discussões sobre o potencial do país nas relações regionais e internacionais apareceram na academia, com maior ou menor ênfase. Os observadores estrangeiros, desde o Império, mencionavam a grandeza da nação. No período de investigação a que corresponde esse trabalho (1964-2010) isso acontece, mais especificamente, duas vezes. No início dos anos 1970, quando o Brasil parecia *condenado à grandeza* e a imagem do *milagre econômico* havia se espalhado pela imprensa internacional e, mais recentemente, no início do século XXI.

Características próprias do país como sua envergadura continental, o tamanho da população e da economia são fatores importantes, mas acredita-se que a retomada da imagem de potência deve-se tanto a fatores internos quanto a fatores externos. O país passou a ser reconhecido como uma das maiores e mais estáveis democracias do mundo e modificou sua postura - não apenas diante da região -, desempenhando um papel mais atuante nos foros internacionais. O contexto também mudou, o fim da Guerra Fria e a aceleração do capitalismo global favoreceram certa difusão do poder: “The change in the international context did not determine a particular trajectory, but it had a significant influence on how policy makers viewed Brazil’s place in the world”⁷³¹. A isso se soma a ideia de que o Brasil esteja diretamente envolvido em temas de ampla repercussão internacional no atual século, como mudanças climáticas, segurança alimentar e direitos humanos. Neste sentido, a atuação do país nas instituições multilaterais intensifica-se, como por exemplo, o papel proeminente que teve na criação do G-20 em 2003.

Em 2001, o conceito de potência emergente adquire renovada importância. O Brasil, juntamente com Rússia, Índia e China são alçados a esse posto pelo banco de investimento Goldman Sachs que cunhou o termo BRICs e parece ter influenciado na construção de uma nova percepção sobre o Brasil⁷³². A imagem de potência em ascensão tornou-se frequente tanto na literatura de relações internacionais quanto na mídia. Diferentemente dos anos 1970,

⁷³¹ CASON, Jeffrey W. e POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 2, p. 117-40, 2009. p. 3. Ver também: HUNTINGTON, 1999.; KINGSTONE, Peter. Brazil: The Sleeping Giant Awakens. **World Politics Review**, v. 12, n. 1, 2009.

⁷³² O’NEIL, Jim. Building better global economic BRICs. **Goldman Sachs, Global Economics Paper**, n. 66, p. 1-16, 2001. Em 2003, há um relatório ainda mais otimista. Cf. WILSON, Dominic e PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming With BRICs: The Path to 2050. **Goldman Sachs, Global Economics Paper**, n. 99, p. 1-24, 2003. A África do Sul passou a compor o grupo apenas em 2010. O acrônimo passou de BRICs para BRICS. Cf. Why is South Africa included in the BRICS? 29 mar. 2013. s/p.

o discurso e a percepção sobre o Brasil se assentam, basicamente em, quatro fatores: o crescimento e a estabilidade econômica, o regime democrático, a redução da desigualdade social e a autossuficiência energética. Além disso, a potencialidade do Brasil como exportador, a forte presença nas instituições multilaterais e as relações com outros países em desenvolvimento, são frequentemente destacadas⁷³³. Essa percepção é ainda reforçada por organismos internacionais vinculados ou não aos governos. É o caso da Commission of European Communities⁷³⁴, do Council on Foreign Relations⁷³⁵ e do National Intelligence Council⁷³⁶.

⁷³³ Para exemplos dessa nova percepção na academia Cf. O'NEIL, Shannon. Brazil as an emerging power: the view from the United States. **SAIIA Policy Briefing**, v. 16, p. 1-4, 2010.; HURRELL, Andrew. Brazil and the New Global Order. **Current History**, v. 109, n. 724, p. 60-66, 2010.; HURRELL, Andrew. Lula's Brazil: A Rising Power, but Going Where? **Current History**, v. 107, n. 706, p. 51-57, 2008.; DE ONIS, Juan. Brazil's Big Moment: A South American Giant Wakes Up. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 6, p. 110-22, 2008. Na imprensa: FOLLATH, Erich e GLUESING, Jens. From poverty to power: how good governance made Brazil as a model nation. **Spiegel Online**, 8 out. 2012. s/p.; LYONS, John. Economy Fuels Brazil's Ambitions Beyond South America. **Wall Street Journal**, 6 fev. 2009. s/p.; MOFFETT, Matt. Brazil Joins Front Rank of New Economic Powers. **Wall Street Journal**, 13 mai. 2008. s/p. O Brasil também foi capa da *Economist: Brazil takes off* em 14 de novembro de 2009 e da *FT Magazine: Here comes Brazil* em 22 de fevereiro de 2013. Alguns livros destacando a nova imagem do Brasil no mundo também foram publicados, entre eles o do correspondente da *Economist* para a América Latina e hoje responsável pela Coluna Belo, Michael Reid. Cf. REID, Michael. **Brazil: The Troubled Rise of a Global Power**. New Haven and London: Yale University Press, 2014. Outro exemplo é o livro do correspondente do *New York Times*, Larry Rohter. Cf. ROHTER, Larry. **Brazil on the rise: the story of a country transformed**. New York: Macmillan, 2012. O Banco Mundial também tem uma publicação sobre a ascensão do Brasil: Cf. VINOD, Thomas. **From inside Brazil: development in a land of contrasts**. Washington: World Bank and Stanford University Press, 2006. E ainda Cf. ROETT, Riordan. **The New Brazil**. Washington: Brookings Institution Press, 2011. Sobre a discussão acerca da imagem internacional do Brasil Cf. BUARQUE, Daniel. **Brazil, um país do presente: a imagem internacional do país do futuro**. São Paulo: Alameda, 2013.

⁷³⁴ Cf. COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **Communication from the Commission to the European Parliament and the Council: Towards an EU-Brazil Strategic Partnership**. Bruxelas, 2007. v. 281. Nesse documento podem-se ver referências como: "Over the last years, Brazil has become an increasingly significant global player and emerged as a key interlocutor for the EU" [...] "The time has come to look at Brazil as a strategic partner as well as a major Latin American economic actor and regional leader" [...] "Over the last few years Brazil has emerged as a champion of the developing world in the UN and at the WTO" (p.2). "In recent years Brazil has assumed a leading role on behalf of developing countries in the WTO, notably in agricultural trade and through the G20 group" (p. 4).

⁷³⁵ O conselho (órgão independente do governo americano) lança, periodicamente, uma publicação chamada *Task Forces*, em duas oportunidades, o Brasil foi tema: ROBERT, Stephen e MAXWELL, Kenneth R. Council on Foreign Relations. **Task force report: A Letter to the President and a Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil**. 2001.; BODMAN, Samuel W. , WOLFENSOHN, James D. e SWEIG, Julia E. Council on Foreign Relations. **Task force report: Global Brazil and U.S.-Brazil Relations**. 2011. A primeira dessas publicações tem dezessete páginas e não coloca o Brasil na condição de potência emergente ou em ascensão no sistema internacional. A segunda conta com 125 páginas e nela vemos referências como: "[...] a significant power and presence on the world stage" (p. 3); "And Brazil must adjust to its new role as a global power" (p. 5); "[...] now be counted among the world's pivotal powers. Brazil" (p. 7); "[...] a new potential hegemon with its sights set on global power" (p. 54); "[...] Brazil's emerging role as a global power" (p. 80).

⁷³⁶ NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts**. Washington, 2000.; NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2025: A Transformed World** Washington, 2008. O primeiro faz onze menções ao Brasil e o segundo 25.

Consideramos assim que no início do século XXI, o Brasil volta a despertar interesse internacional no sentido de vir a ocupar o rol das grandes potências. E, neste capítulo pretendemos analisar como essa imagem desenvolveu-se na *Economist*⁷³⁷.

7.1 *A Economist e o Brasil: a potência em pauta*

Qual a imagem do governo de Luiz Inácio Lula da Silva na *Economist*? Como a revista lida com a eleição de um partido de esquerda? Diante de um momento de entusiasmo internacional em relação ao Brasil, como se porta o semanário? Tendo como ponto de partida essas indagações iniciamos a análise do último período histórico proposto neste trabalho. Destarte, verificaremos os artigos e editoriais publicados entre 2003 e 2010.

Seguindo o mesmo critério de seleção apresentado nos capítulos anteriores obtivemos um universo de 235 artigos e 139 editoriais. Nos primeiros a temática dominante foi política interna. Dentre esses textos há uma distribuição razoável entre os que tratam mais especificamente de políticas sociais, eleições e conjuntura interna. Como novidade, podemos destacar um aumento dos artigos cujo conteúdo envolvia violência e a desconexão desses artigos no que diz respeito a uma discussão mais aprofundada sobre direitos humanos. Além disso, há um aumento considerável de artigos que tratam de corrupção. Apesar do número não ser tão grande, não podemos ignorar os artigos que tratam especificamente da figura do presidente. São textos que não se relacionam a medidas do governo, mas, especificamente à personalidade e à popularidade dele.

Quando se trata dos artigos sobre política e relações internacionais destacam-se os textos sobre a potencialidade do Brasil. Da mesma forma que, aludindo a questões econômicas, é relevante a quantidade de matérias que se referem ao crescimento da economia. Dito isso, podemos inferir que estamos diante de uma nova fase de entusiasmo da revista em relação ao Brasil, comparável àquela do início dos anos 1970. Acredita-se que a publicação tem uma tendência histórica de alternar momentos de alta expectativa com fortes críticas à condução da economia e que essa oscilação depende de uma aproximação, ou não, do modelo

⁷³⁷ A percepção da mídia britânica sobre o Brasil foi objeto de uma dissertação defendida no *King's College London*. O trabalho, inserido nos estudos pós-coloniais, selecionou os cinco artigos, considerados os mais relevantes de cada ano, publicados no *Guardian*, no *Observer*, no *Times*, no *Financial Times*, no *Independent* e na *Economist*, entre 2004 e 2011. Cf. NOBEN, Kirsten. **The relation between Brazil and the "West": a critical analysis of the perception of Brazil in the British media**. 2012. 65 p. Dissertação (Mestrado). Brazil in a Global Perspective, King's College London, Londres.

de livre mercado defendido pela publicação. Os dados podem ser confrontados na Tabela 8 abaixo:

TABELA 8: Temas dos artigos sobre o Brasil, por ano (2003-2010)

Tema Geral	Tema específico	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total por subtema	Total por tema
Política interna	Conjuntura interna/Governo Lula	4	5	4	4	2	3	1		23	142 (60,43%)
	Corrupção		1	8		4	2	2	2	19	
	Eleições		2	1	6	1	2	2	12	26	
	Energia/petróleo/infraestrutura		1			3	3	4	3	14	
	Lula	3	1		1			1	1	7	
	Políticas sociais (educação, saúde, assistência social, igualdade racial)	6	3	2	2	4	4	3	3	27	
	Reformas	5	2			2				9	
	Violência	5		2	2	4	2		2	17	
Política Internacional	Brasil potência/liderança regional	2	2		2	1	1	6	4	18	28 (11,91%)
	Meio Ambiente	1				1	1		1	4	
	Política externa/comércio internacional/blocos regionais	1	1	2			1	1		6	
Economia	Crescimento da economia/estabilidade/investimentos	7	4	4	2	6	7	11	4	45	54 (22,98%)
	Indústria		3						1	4	
	Recessão/crise de confiança	1	3					1		5	
Outros	Outros	1		1	1	1	2	5		11	11 (4,68%)
Total por ano		36	28	24	20	29	28	37	33		235

Fonte: Elaboração própria

Nos editoriais, importa notar que em relação ao período anterior (1995-2002) há uma inversão nos montantes dos textos sobre economia e política internacional. No período correspondente aos dois primeiros governos do PT há uma predominância daqueles cuja temática é a atuação do Brasil no mundo, com ênfase no papel de liderança. Nos textos que trataram de política interna, as referências à conjuntura interna e às políticas sociais se igualaram. Sobre economia, da mesma forma que nos artigos, há proeminência das alusões ao crescimento e ao bom momento para investimentos, como pode ser visto na Tabela 9:

TABELA 9: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais, por ano (2003-2010)

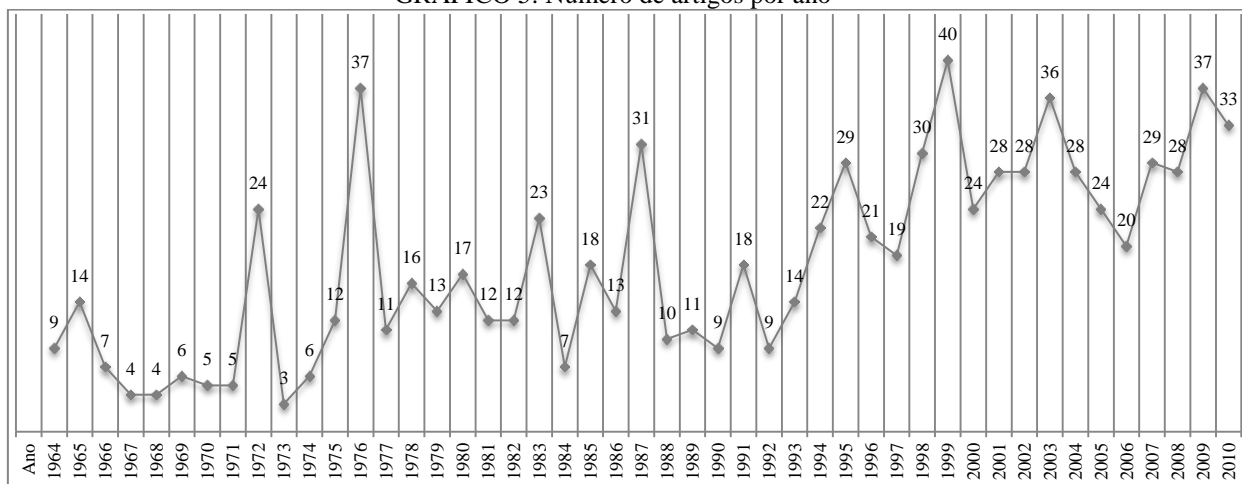
Tema Geral	Tema específico	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total por subtema	Total por tema
Política Interna	Conjuntura interna/Governo Lula	2			4		1	1	3	11	31 (22,30%)
	Corrupção			1						1	
	Eleições								3	3	
	Energia/petróleo/infraestrutura						1	1		2	
	Lula	1			1					2	
	Políticas sociais (educação, saúde, assistência social, igualdade racial)	3	1	2	2	1		1	1	11	
	Reformas	1								1	
Política Internacional	Brasil potência/liderança regional	4		5	3	5	5	9	8	39	66 (47,48%)
	Meio Ambiente		1		1		2	3	3	10	
	Política externa/comércio internacional/blocos comerciais		5	3	2	2	1	1	3	17	
Economia	Crescimento da economia/estabilidade/investimentos		2	2		3		7	10	24	38 (27,34%)
	Indústria				1		1	6	1	9	
	Recessão/crise de confiança	1			2		2			5	
Outros	Outros				2			2		4	4 (2,88%)
Total por ano		12	9	13	18	11	13	31	32		139

Fonte: Elaboração própria

Isto posto, acreditamos que seja agora possível fazermos um comparativo do número de artigos e editoriais que fizeram parte do nosso universo de pesquisa. Segundo o critério de seleção foram incorporados todos os artigos que tivessem a palavra *Brazil* no título ou nas palavras-chave e os editoriais em que ela aparecesse pelo menos uma vez em qualquer parte do texto. Como esse critério foi replicado nos quatro períodos estudados (1964-1984, 1985-1994, 1995-2002 e 2003-2010), é possível termos uma noção da evolução quantitativa da cobertura sobre o Brasil.

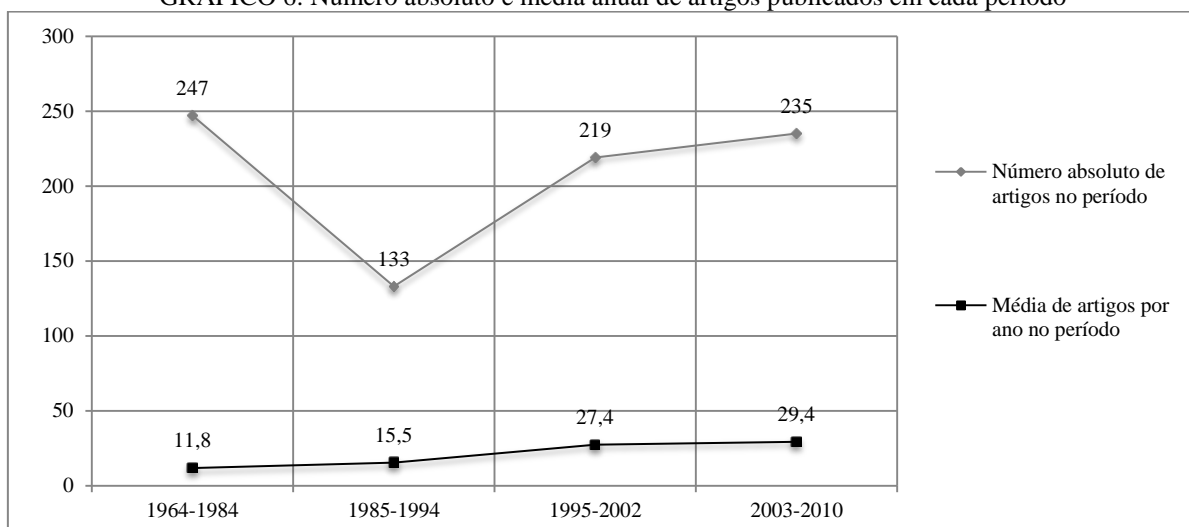
Nos anos 1970 e 1980 há picos no número de artigos apenas nos anos em que os *surveys* são publicados como, por exemplo, em 1972, 1976, 1983 e 1987. Entretanto, pode-se perceber que há maior equilíbrio na quantidade de textos por ano a partir de meados dos anos 1990, conforme se vê no Gráfico 5. Apesar do número absoluto por ano variar, foi possível perceber que a média de artigos publicados por período cresceu consideravelmente, como apontam os dados do Gráfico 6.

GRÁFICO 5: Número de artigos por ano



Fonte: Elaboração própria

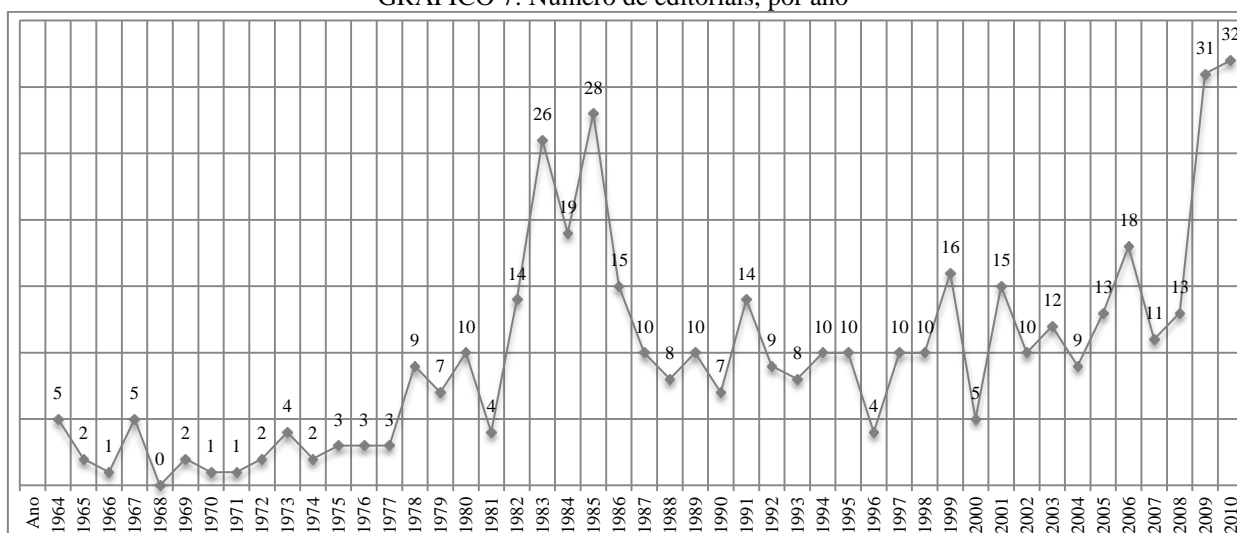
GRÁFICO 6: Número absoluto e média anual de artigos publicados em cada período



Fonte: Elaboração própria

Nos editoriais, o comportamento da revista é um pouco diferente. Há dois picos de publicação de textos que tratam de assuntos relativos ao Brasil. Um nos anos 1980 e o outro entre 2009 e 2010. Entre 1983 e 1985 a maioria das referências é ao endividamento externo e à crise econômica. No século XXI, a maioria desses remete à potencialidade do país e ao desempenho do papel de liderança regional, assim como dos países em desenvolvimento, como pode-se observar no Gráfico 7:

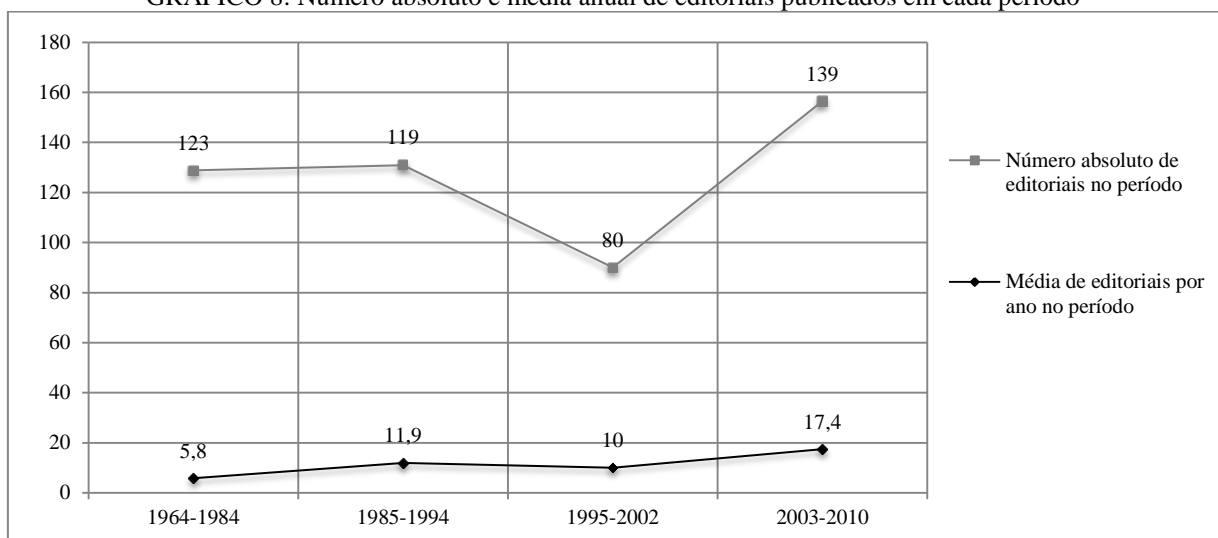
GRÁFICO 7: Número de editoriais, por ano



Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 8 podemos visualizar, além da quantidade total, o número médio de editoriais em cada um dos períodos estudados.

GRÁFICO 8: Número absoluto e média anual de editoriais publicados em cada período



Fonte: Elaboração própria

7.2 Política interna: os governos Luiz Inácio Lula da Silva na *Economist*

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva gerou muita expectativa na revista. Durante o período eleitoral vários textos foram publicados especulando o que poderia acontecer no caso de uma vitória do petista. A maioria deles pretendia acalmar os investidores estrangeiros reafirmando os compromissos assumidos durante a campanha.

De acordo com a *Economist* a eleição de 2002 foi um sinal de maturidade da democracia brasileira destacando, inclusive, que não houve nenhum tipo de manifestação das Forças Armadas sobre a vitória de um partido de esquerda. Afirmou que a vitória do ex-sindicalista trazia esperanças de recuperação da economia de uma forma que incluísse os mais pobres. Numa sociedade notoriamente desigual, ele prometia acabar com a fome e o desemprego sem fragilizar as finanças, descrevia. Diagnosticou ainda que Lula assumia o país diante de um risco financeiro, com o dólar e os juros altos e uma dívida de cerca de 60% do PIB, a qual se comprometia a pagar. Neste sentido, a revista opinou que ele havia escolhido ministros capazes de levar essa promessa adiante e destacava o pragmatismo de Antonio Palocci. A indicação de Henrique Meirelles, cuja pretensão era manter boa parte da equipe de seu antecessor - Armínio Fraga -, também era festejada e concluía que os mercados rapidamente responderiam a esses sinais⁷³⁸.

⁷³⁸ Lula's burden of hope. 4 jan. 2003. p. 39 e ss. Apenas um artigo tratou do regime militar. Nele a revista afirmou que o Brasil havia saído da ditadura sem um acerto de contas final. A abertura dos arquivos era uma necessidade e Lula teria que fazer isso. Cf. Resurrecting the right to history. 27 nov. 2004. p. 63 e ss. Sobre a

Quanto à conjuntura interna, diversos artigos trataram do relacionamento do poder executivo com o Congresso Nacional. Para o semanário, o Brasil tinha uma Presidência no estilo americano e um Parlamento mais parecido com o italiano. A governabilidade era um dos grandes problemas; já que o partido que venceu as eleições majoritárias não tinha formado maioria legislativa e sofria inclusive com a oposição de radicais dentro da própria coalizão. Mesmo quando Lula selou o acordo com o PMDB a revista continuou cética e afirmou que poucos partidos são tão oportunistas quanto esse⁷³⁹.

Segundo o *survey* de 2003⁷⁴⁰, Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu com o discurso da mudança, porém: “This survey will argue that, far from starting from scratch, Lula should build on Mr Cardoso’s achievements by continuing to pursue many of his predecessor’s best policies”⁷⁴¹. Questionava entretanto, se o presidente, sem nenhuma experiência administrativa pregressa, conseguiria governar um país tão grande e diverso. Ao mesmo tempo, respondia que o mercado tinha se acalmado com as indicações palatáveis, mas que um pesadelo ainda era possível, visto que Fernando Henrique Cardoso não conseguiu, mesmo com larga maioria no Congresso, realizar as reformas necessárias. Segundo a publicação o presidente não podia contar, nem mesmo, com o próprio partido. E conclui: “For now, either triumph or tragedy seems possible”⁷⁴².

Depois desse tatear inicial em que apontava suas dúvidas quanto aos caminhos que o governo seguiria, a revista posicionou-se seguidamente de maneira favorável às políticas adotadas. Afirmava que o presidente de esquerda tinha feito um bom começo, tomando medidas responsáveis do ponto de vista da macroeconomia e corrigindo rapidamente a inépcia inicial quanto às políticas sociais. E pede, por isso, que a América Latina tenha mais Lulas e menos Hugo Chávez⁷⁴³. Neste aspecto:

maturidade da democracia brasileira, a avaliação da revista coincide com a proposição de O’Donnell e Schmitter de que a participação efetiva de partidos de esquerda nas eleições e a possibilidade deles vencerem os pleitos são características importantes do processo de transição e consolidação da democracia. Ver: O’DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986. Especificamente sobre o caso brasileiro Cf. MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcântara (org.). **A democracia brasileira: balanços e perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p.73-105.

⁷³⁹ Gatecrashing the honeymoon. 8 fev. 2003. p. 58; A majority, sort of. 31 mai. 2003. p. 52.

⁷⁴⁰ O *survey* intitulado *Make or Break* foi publicado em 22 de fevereiro de 2003 e se propunha a analisar as perspectivas do Brasil sob Lula. Com dezesseis páginas, apenas uma ocupada por propaganda. Na capa uma foto significativa de Lula abraçado a uma eleitora.

⁷⁴¹ Make or break. 22 fev. 2003. p. 3 e ss.

⁷⁴² Ibid. A revista tratou da expulsão de alguns membros do PT por terem votado contra a reforma previdenciária proposta pelo governo. Cf. Lula’s purge. 20 dez. 2003. p. 77 e ss.

⁷⁴³ The turmoil down south (ed.). 1 nov. 2003. p. 16 e ss. A publicação afirmava que a Venezuela não era democrática, mas que mesmo que houvesse alguma aproximação entre os dois países, o Brasil estava inune ao chavismo. Cf. No end to the pain (ed.). 8 fev. 2003. p. 16 e ss.

The region in fact has two sharply different lefts. One is made up of radical anti-American populists, epitomised by Mr Chávez. The other is social-democratic and economically responsible. This one includes Brazil's Luiz Inácio Lula da Silva and Michele Bachelet⁷⁴⁴.

A correlação de forças entre a Presidência da República, a oposição e sua base aliada apareceu em alguns artigos. Segundo a *Economist*, enquanto o governo esforçava-se em realizar um ajuste de contas para diminuir a dívida pública aumentando inclusive as metas de superávit fiscal, tentava agradar a esquerda com medidas como a distribuição de terras para a reforma agrária e a criação da Secretaria de Igualdade Racial. As dificuldades na relação de Luiz Inácio Lula da Silva com o Congresso continuavam a ser notícia. Isso aconteceu quando a oposição fez propostas de aumento do salário mínimo acima do orçamento e também em situações em que o PMDB, mesmo compondo o governo, atuava ao lado daquela⁷⁴⁵. Para a publicação, o Planalto tinha perdido o controle do Congresso Nacional quando da rejeição da candidatura do petista Luiz Eduardo Greenhalgh para a Presidência da Câmara dos Deputados e a vitória de Severino Cavalcanti, do Partido Progressista (PP), aliado formal, mas com uma agenda não governista. A revista disse que a atuação do presidente da Câmara dos Deputados era o *tormento de Lula*. Nesse ínterim, algumas reformas ambiciosas estavam programadas para serem votadas; entre elas a que propunha a autonomia do Banco Central. A dificuldade de compor maioria e a fragmentação no legislativo permanecia sendo notícia, mesmo com a Presidência da Câmara agora nas mãos do PT, com Arlindo Chinaglia (a partir de 2007). Isso obrigava o governo a fazer concessões aos partidos aliados como a indicação de Edson Lobão (PMDB) para o Ministério de Minas e Energia. O PMDB é, aliás, objeto de várias críticas. Definido como um peso que o presidente tinha que carregar para manter a maioria no Congresso. A revista indicava que o governo misturava popularidade com impotência, um dos exemplos disso foi a rejeição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em 2007, classificada como a maior perda do segundo mandato⁷⁴⁶.

Era grande a preocupação sobre a continuidade das reformas iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o periódico, o partido do presidente tinha feito oposição a elas, principalmente à reforma da Previdência e agora tinha a tarefa de levá-las adiante. Todavia, enfatizava que as aposentadorias eram apenas uma das áreas em que o

⁷⁴⁴ Bolivia takes on the superpower (ed.). 21 jan. 2006. p. 12.

⁷⁴⁵ Gruel before jam. 15 fev. 2003. p. 54.; Wages of bumbling. 26 jun. 2004. p. 62.; Falling apart, though not really. 18 dez. 2004. p. 94.

⁷⁴⁶ The clergy conspire. 19 fev. 2005. p. 54.; Parliament or pigsty? 10 fev. 2007. p. 56.; Wolf pack. 26 jan. 2008. p. 60.; The cheque bounces. 22 dez. 2007. p. 78.

governo gastava mal; entre elas estavam também as universidades públicas e o financiamento habitacional.

Consoante a publicação, Luiz Inácio Lula da Silva havia se submetido à ortodoxia do governo anterior e, provavelmente, levaria adiante as duas reformas mais desejadas - a fiscal e a da previdência. Para isso precisava ter maioria no Congresso e, conseqüentemente, apoio do PMDB⁷⁴⁷. As reformas eram anunciadas como um caminho inclusive para a efetivação de políticas sociais: “Lula can be proud of his economic choice. Now the challenge is to help the 60m Brazilians who live in poverty by ensuring faster growth and by reforming the state”⁷⁴⁸.

A reforma tributária foi anunciada pela *Economist* como uma das prioridades do novo presidente. Tinha por objetivo corrigir falhas no sistema de arrecadação e simplificar tributos como o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)⁷⁴⁹.

A publicação continua a bater na tecla de que o Estado brasileiro é muito grande e gasta demasiadamente com aposentadorias: cerca de 11% do PIB, segundo os dados apresentados. Diagnosticou assim que o sistema precisava de uma agenda ambiciosa de modernização⁷⁵⁰.

7.2.1 Lula: “nunca antes na história desse país”

Qual o destaque dado à figura do novo presidente? Existe influência da imagem dele na construção da imagem do país? Diferentemente do que aconteceu em todo o período estudado anteriormente, agora, entre 2003 e 2010 muitos textos se referem especificamente a Luiz Inácio Lula da Silva como um personagem político. Sua personalidade e popularidade foram objeto de um número razoável de artigos, o que é uma novidade no que diz respeito à cobertura realizada pela *Economist*. No período correspondente a essa pesquisa (1964-2010)

⁷⁴⁷ Fixing the finances. 22 fev. 2003. p. 6 e ss.; Compromising idealists. 8 mar. 2003. p. 57.; Lula's great pension battle. 5 abr. 2003. p. 56 e ss.; Starting the marathon. 10 mai. 2003. p. 49.; Lula comes under friendly fire. 19 jul. 2003. p. 41 e ss.; Reform not revolution (ed.). 26 abr. 2003. p. 12.

⁷⁴⁸ To Lula's credit (ed.). 4 set. 2004. p. 13 e ss. As primeiras vitórias do governo quanto às reformas aparecem no segundo semestre de 2003. As propostas para a reforma do sistema de aposentadorias do setor público são aprovadas por ampla maioria. Cf. Pension plan. 9 ago. 2003. p. 44.

⁷⁴⁹ Scrambling for money. 13 set. 2003. p. 58.

⁷⁵⁰ Heavy going. 14 abr. 2007. p. 117 e ss.; Laws for the lawmakers. 10 nov. 2007. p. 72.; Bloated, wasteful, rigid and unfair. 4 set. 2004. p. 51 e ss.

foram publicados 35 textos, entre artigos e editoriais que mencionavam *Lula* no título contra nove que faziam referência a Fernando Henrique Cardoso, por exemplo⁷⁵¹.

Sobre a popularidade do presidente eleito a revista afirmava: “Indeed, judging by the adulation accorded to Luiz Inácio Lula da Silva since being elected president in October, some Brazilians seem to think that he is the long-awaited Messiah”⁷⁵². Entretanto, também demonstrava expectativas diante da sua imagem: “Brazilian history offers Lula few positive role models – with lucky, he might become one himself”⁷⁵³. Opinava que o ex-sindicalista tinha demonstrado que a ideologia contava menos que os compromissos de responsabilidade na gestão da economia assumidos durante a campanha e afirmava que além de estar bem visto pelo mercado, permanecia popular e mantinha as rédeas da economia. E como resultado, o real se recuperava frente ao dólar⁷⁵⁴. Neste sentido sustentava: “Despite his austerity, his popularity with Brazilians is at record levels for a president who has now been in office for almost six months”⁷⁵⁵.

Noticiava ainda que em 2003 foi recebido na London School of Economics (LSE) como um *popstar*, enquanto sua aprovação chegava a 78% no Brasil⁷⁵⁶. Lembrava que, com as primeiras denúncias de corrupção a popularidade de Lula foi pouco abalada e que a única coisa que poderia diminuí-la era uma piora nos indicadores econômicos: “More than most presidents, Brazil’s Luiz Inácio Lula da Silva is sustained by popular faith”⁷⁵⁷.

Depois do chamado escândalo do mensalão e próximo da sua reeleição, em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva pareceu ganhar nova força nas páginas da revista que esclarecia: ele era popular e, não, populista como algumas vezes era acusado. Sobre as eleições: “Last year, Brazil’s worst scandal in a dozen years nearly finished him. The polls now predict his victory over likely rivals in next October’s presidential election”⁷⁵⁸.

No editorial *The magic of Lula*, a publicação destacou os bons números da economia, afirmando que as denúncias de corrupção foram mais danosas à imagem do partido que à sua

⁷⁵¹ Não era apenas a *Economist* que destacava a relevância de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2010, o *Financial Times* o indicou entre as cinquenta personalidades que mudaram a década e a revista americana *Time* colocou seu nome em primeiro lugar na lista dos líderes mais influentes do mundo. Em 2009 foi considerado o *homem do ano* pelo *Le Monde* e a *personalidade do ano* pelo *El País*. Cf. BUARQUE, 2013.

⁷⁵² Make or break. 22 fev. 2003. p. 3 e ss.

⁷⁵³ What sort of president? 22 fev. 2003. p. 16.

⁷⁵⁴ Out of Patagonia (ed.). 24 mai. 2003. p. 12 e ss.; Starting the marathon. 10 mai. 2003. p. 49.; Why isn't Brazil rich like America? 22 fev. 2003. p. 5.

⁷⁵⁵ Lula'twixt inflation and recession. 21 jun. 2003. p. 53 e ss.

⁷⁵⁶ Lula comes under friendly fire. 19 jul. 2003. p. 41 e ss.

⁷⁵⁷ A test of faith in Lula. 6 mar. 2004. p. 55.

⁷⁵⁸ Lula's leap. 4 mar. 2006. p. 57 e ss. Cf. também: Digging up the dirt. 2 jun. 2007. p. 58 e ss.

própria: “He has the potential to become one of Latin America’s most remarkable democratic politicians”⁷⁵⁹.

Pela revista, Luiz Inácio Lula da Silva é considerado melhor do que os críticos dentro do país podiam admitir. Tinha sido reeleito apesar de denúncias sobre corrupção no partido, e estas, teriam derrubado um político menos habilidoso⁷⁶⁰. Concluiu ainda que: “It is rare indeed to find a president in his second turn with an approval rating of 80%, as Brazil’s Luiz Inácio Lula da Silva now enjoys”⁷⁶¹. Mesmo assim, o periódico afirmou que ele deixou claro que não recorreria a uma alteração na Constituição para que pudesse concorrer ao terceiro mandato e que estava apoiando a candidatura de Dilma Rousseff, competente politicamente, todavia carente de apelo com as massas⁷⁶².

O otimismo tinha também relação com os bons resultados da economia. Segundo a *Economist*, o presidente enfurecia os partidários dos governos anteriores não dando crédito algum pelo cenário favorável, tentava criar a ideia de que o Brasil transformara-se depois de 2002; ao que a revista acrescenta: *na maioria das vezes, ele está certo*. Citou o exemplo da redução da taxa de juros em junho de 2009 para 9,25%. Era a primeira vez que ficara em apenas um dígito desde os anos 1960. Nesse quadro sentenciava: Lula é o mais forte que um brasileiro pode ser⁷⁶³.

7.2.2 Políticas sociais

Desde os anos 1990, a cobertura sobre a promoção de políticas sociais pelo governo federal ocupa cada vez mais espaço nas páginas da revista. Essa temática teve destaque nos governos de Fernando Henrique Cardoso, mas adquire uma proporção ainda maior nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva. A disposição do presidente em negociar com os *dois mundos*, como chamou a revista, foi ressaltada quando da participação dele tanto no Fórum Social Mundial em Porto Alegre quanto no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça,

⁷⁵⁹ The magic of Lula (ed.). 4 mar. 2006. p. 11 e ss. Era usado como exemplo para outros presidentes da região, como quando Fernando Lugo venceu as eleições no Paraguai. Cf. The bishop of democracy (ed.). 9 ago. 2008. p. 12.

⁷⁶⁰ Should try harder (ed.). 14 abr. 2007. p. 14.; An economic superpower, and now oil too (ed.) 19 abr. 2008. p. 14 e ss.

⁷⁶¹ Lula's last lap. 10 jan. 2009. p. 45 e ss.

⁷⁶² Ibid. Com as eleições se aproximando, a revista criticou o lançamento do filme sobre a vida do presidente. Cf. Lula, sanitised. 23 jan. 2010. p. 48.

⁷⁶³ Ready to roll again. 13 jun. 2009. p. 53.; Time to enter history (ed.). 2 jan. 2010. p. 8.; Lula opts for a quiet life. 7 abr. 2007. p. 54 e ss.

em 2003: “Ironically, if Lula is to satisfy them both, it will not be by creating a new paradigm but by working creatively within an established one”⁷⁶⁴. Destacou que em Davos ele havia proposto a criação de um fundo para combater a miséria e a fome e que em Porto Alegre anunciou o lançamento do Programa Fome Zero. Contudo, a publicação deixava claro que não haveria mudanças radicais, reafirmando a necessidade de reformas e afirmando que o país não faria oposição à Davos⁷⁶⁵.

O semanário enunciava que Luiz Inácio Lula da Silva era sincero quando dizia que empreenderia todos os esforços para acabar com a pobreza profunda que, em alguma medida, atingia cinquenta milhões de pessoas. O programa concebido beneficiaria os usuários com dinheiro para que pudessem, essencialmente, comprar comida. Para a revista, a proposta não parecia muito diferente das políticas que já tinham sido adotadas anteriormente e que o Banco Mundial havia recomendado que tivessem continuidade. Os dados sobre desigualdade apresentados na *Economist* davam conta que os 50% mais pobres acessavam apenas 10% da riqueza nacional; era a maior disparidade entre os países grandes⁷⁶⁶. Sobre as políticas de distribuição de renda asseverou:

When the time comes, very soon, for Lula to take on vested interests (including those who elected him) to push through deep reforms, he should draw inspiration from a rough calculation by Marcelo Neri, an economist at the Getulio Vargas Foundation, a university. He says that about 50m Brazilians earn less than 79 *reais* a month reckoned to be needed to eat properly. Bringing the income of each and every one of them up to this bare minimum would cost 20 billion *reais* a year. It sounds a lot, but it is only one-twelfth of Brazil's current social spending of 240 billion *reais*⁷⁶⁷.

O início do plano de combate à pobreza foi criticado, visto que os avanços tinham sido muito pequenos. Entretanto, a revista noticiava que a direção dos programas seria alterada e que algumas iniciativas de transferência de renda deviam ser combinadas e coordenadas. O periódico apontava que apesar de 16% do orçamento da União ser direcionado a programas sociais, apenas 0,4% ia efetivamente para assistência social. A maior parte dos gastos era com aposentadorias, saúde e educação. Elogiava as iniciativas do governo anterior, como o Bolsa Escola, que atingiu cinco milhões de famílias e reiterava que o Fome Zero ainda não tinha

⁷⁶⁴ Lula's message for two worlds. 1 fev. 2003. p. 47 e ss.

⁷⁶⁵ Ibid.

⁷⁶⁶ Make or break. 22 fev. 2003. p. 3 e ss.; Three square meals a day. 22 fev. 2003. p. 9 e ss.; What to do about slums (ed.). 11 out. 2003. p. 16.; Bloated, wasteful, rigid and unfair. 4 set. 2004. p. 51 e ss.

⁷⁶⁷ Fixing the finances. 22 fev. 2003. p. 6 e ss. (grifos originais)

funcionado. Lembrou também que essas medidas não foram favorecidas porque a economia havia crescido pouco e o Brasil mantinha uma das piores distribuições de renda do mundo⁷⁶⁸.

No final do primeiro ano de governo, a revista afirmou, curiosamente, que o presidente colocou os *banqueiros antes dos mendigos* e que as políticas sociais até então tinham fracassado. Por isso, faria uma nova tentativa: “The new plan merges four income-transfer programmes, which had been spread out among four different ministries, into one, called Bolsa Família”⁷⁶⁹. Ainda em 2003, o programa atingiria 3,6 milhões de famílias, e este número deveria chegar a onze milhões em 2006. Para a publicação, o governo mantinha as políticas anteriores e tendia a finalizar o trabalho criando um cadastro único de beneficiários. Indicou que o Fome Zero continuaria, mas que a sua importância estava escondida pelo Bolsa Família. Lembrava também que o então ministro da Educação, Cristovam Buarque, quando era governador de Brasília foi pioneiro em programas de transferência de renda⁷⁷⁰.

O Brasil inseria-se em um conjunto de esforços de países latino-americanos para enfrentar a pobreza. Transferir renda para as famílias significava:

The aim is both to help them and to break the cycle of poverty by giving their children a better chance to escape it. The money is normally paid to woman (who spend it better than men). Payments – the equivalent of \$ 50-70 a month – are high enough to make a difference but low enough not to distort labour markets by removing the incentive to work. The fiscal cost is fairly modest⁷⁷¹.

Em 2006, o Bolsa Família já era tratado pela revista como o mais importante programa social do mundo tendo promovido uma redução sustentada da pobreza⁷⁷². Segundo a *Economist*, uma versão do programa existia anteriormente, mas tanto o valor pago quanto a cobertura foram aumentados. Atestava a partir daí que os esforços para reduzir a pobreza vinham dando frutos e que de março de 2002 a junho de 2006 a proporção da renda nacional que ia para a metade mais pobre da população, cresceu de 9,8% para 11,9%. Concluía assim que o programa de alívio da miséria era um sucesso inquestionável, porém ainda estava longe de promover a criação de postos de trabalho e a qualificação da mão-de-obra, conforme afirmou em artigo do *survey* de 2007⁷⁷³.

⁷⁶⁸ Targeting the poor. 16 ago. 2003. p. 40 e ss.

⁷⁶⁹ Joining forces. 25 out. 2003. p. 64.

⁷⁷⁰ Ibid.; The year of changing unexpectedly. 3 jan. 2004. p. 33 e ss.

⁷⁷¹ Not always with us (ed.). 17 set. 2005. p. 13.

⁷⁷² Lula's leap. 4 mar. 2006. p. 57 e ss.; The battle for Latin America's soul (ed.). 20 mai. 2006. p. 12.; Change, please (ed.). 1 jul. 2006. p. 10 e ss.; Who leads Latin America? (ed.). 30 set. 2006. p. 14.

⁷⁷³ Rich man, poor man. 14 abr. 2007. p. 123 e ss. A reportagem especial foi publicada em 14 de abril de 2007 com o título *Dreaming of glory*. Os artigos ocuparam quinze páginas da revista e apenas uma página de propaganda.

A publicação asseverou que a *globalização funciona para ideias também*⁷⁷⁴. O exemplo ofertado é o próprio programa Bolsa Família: “the largest in the world known in development jargon as a ‘conditional cash transfer’ programme, it was modelled partly on a similar scheme in Mexico”⁷⁷⁵. Um benefício adicional apontado é que o esquema de transferência de renda ajudou a aumentar os índices de crescimento econômico, principalmente em regiões mais pobres como o Nordeste, e completava: com o modesto orçamento o país estava tendo um bom retorno.

O artigo ainda tentou desfazer alguns mitos. Primeiro de que o programa estava sujeito a fraudes: ainda que houvesse algumas desconfianças, em grande medida, o dinheiro estava sendo aplicado onde devia. O segundo questionamento era que o programa tornar-se-ia permanente: essa preocupação era a mais legítima e enfrentá-la dependeria de investimentos em educação. E por último, afirmava que a acusação de que aquele se configuraria como compra de votos era injusta: a gratidão da população não se transformava em apoio ao PT⁷⁷⁶.

Ademais, noticiou que os programas de transferência de renda, os bons resultados da economia e o aumento real do salário mínimo provocaram um aumento da classe média. Segundo a revista, esse fenômeno não aconteceu apenas no Brasil, mas também a China e a Índia apresentavam resultados nesse sentido. Aqui, teria havido um declínio da desigualdade e um crescimento da classe C que passou de 42% da população em 2004 para 52% em 2008. A extrema pobreza caíra pela metade nesse mesmo intervalo de tempo⁷⁷⁷.

Sob Luiz Inácio Lula da Silva, a conclusão do periódico era que a desigualdade e as disparidades regionais também diminuiriam, resultado dos programas de redução da pobreza e de um aumento de duas vezes e meia no valor do salário mínimo: “How much credit does Lula deserve for all this? His government turned Bolsa Familia from a small scale experiment into the world’s biggest conditional cash-transfer programme”⁷⁷⁸.

Juntamente com os governos do Chile e do Uruguai, o do Brasil era classificado como pertencente à centro-esquerda responsável: “[...] have achieved lasting social progress by respecting the role of private investment and sanctity of contracts”⁷⁷⁹.

⁷⁷⁴ Esse tipo de afirmação é particularmente interessante uma vez que partimos da proposição teórica construtivista que ideias compartilhadas na esfera internacional são elementos importantes para a constituição da imagem de um país. Cf. WENDT, 1999.; ADLER, 1999.; REUS-SMIT, 2002.

⁷⁷⁵ Happy families. 9 fev. 2008. p. 54 e ss.

⁷⁷⁶ Ibid.; Cf. Give the poor money (ed.). 31 jul. 2010. p. 10.

⁷⁷⁷ Two billion more bourgeois (ed.). 14 fev. 2009. p. 17.; A better today. 14 nov. 2009. p. 16 e ss. Ao citar dados como os do crescimento da classe C, temos um exemplo de como a revista, algumas vezes, reproduz o discurso oficial.

⁷⁷⁸ In Lula's footsteps. 3 jul. 2010. p. 49 e ss.

⁷⁷⁹ The beef in Buenos Aires (ed.). 27 fev. 2010. p. 14.

No campo dos investimentos sociais, além dos programas de redução da pobreza, a questão educacional esteve entre os focos do semanário como já havia acontecido durante os governos do PSDB. Conforme a *Economist*, dois terços dos trabalhadores brasileiros, entre os quais se incluía o chefe do executivo, não haviam concluído a educação básica. Era fundamental então que o país aumentasse tanto a qualidade quanto a quantidade de escolas. E volta a criticar o investimento federal na educação superior, afirmando que boa parte do orçamento para a educação ia para as universidades frequentadas por estudantes oriundos de famílias ricas. Lembrou ainda que o ex-ministro Paulo Renato Soares tinha a intenção de criar uma espécie de reembolso para as universidades públicas, o que não passaria no Congresso Nacional, cheio de representantes da classe média beneficiária desses privilégios. Sobre a nova gestão do Ministério da Educação afirmou: “The best Mr Buarque might hope to achieve is to make universities more cost-effective by increasing student numbers without a corresponding rising in funding”⁷⁸⁰.

Segundo a revista, o país até aquele momento, apresentava índices preocupantes nessa área, já que teve baixos resultados nas avaliações da OCDE⁷⁸¹. Acreditava que isso se devia a escolhas feitas por governos anteriores, enfatizando que quando coube ao Brasil implantar um sistema nacional de educação, os desejos da elite vieram primeiro. Sobre o governo Luiz Inácio Lula da Silva disse que esse havia feito, desde o início da gestão, duas escolhas ruins para o Ministério e que finalmente tinha indicado um bom nome, Fernando Haddad, que desfrutava de apoio para realizar a reforma educacional. Alguns resultados positivos são noticiados em 2010; o Brasil estaria apresentado índices melhores, enquanto a Argentina decaía⁷⁸².

O poder executivo também intensificara o debate sobre a implantação de políticas de promoção da igualdade racial e isso apareceu na cobertura da revista. Esta ajuizou que o mito da democracia racial, construído no início do século XX, teria colaborado para a sedimentação da desigualdade social. O Brasil agora reconhecia seu problema e estava buscando soluções para ele e a expansão das políticas de cotas dependia de ações firmes do governo: “But, Joana’s description of herself as ‘black’, or *negra*, belongs to a new era in

⁷⁸⁰ The first step to ensuring Brazil’s future prosperity is to improve its schools. 22 fev. 2003. p. 13 e ss. Cristovam Buarque pediu demissão do Ministério da Educação depois do primeiro ano de governo e assumiu seu lugar, Tarso Genro. A revista afirmou que esse tinha a missão de reformar as universidades públicas e que o governo esperava que ele fizesse menos reclamações públicas diante do orçamento escasso. Cf. Now bring on the doers. 31 jan. 2004. p. 49.

⁷⁸¹ Land of promise. 14 abr. 2007. p. 115 e ss.; Low marks. 14 abr. 2007. p. 125 e ss.

⁷⁸² Still a lot to learn. 6 jun. 2009. p. 51 e ss.; No longer bottom of the class. 12 nov. 2010. p. 51 e ss.

Brazil's racial politics. It implies that racial mixing has done nothing to correct racism, that *pardos* and *pretos* (the census term for blacks) are in the same boat⁷⁸³.

Para a *Economist*, por anos, a autoimagem da população negra no Brasil foi fluida, mas esse tipo de referência à identidade tendia a acabar, principalmente em função de dois projetos de lei, que deixariam quatro décadas de políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos *empalidecidas*:

The Racial Quota Law and the Racial Equality Statut

e would create a sweeping system of racial preferences in universities, the civil service and the private sector. An initial quota of 20% (rising later to nearly 50%) of senior civil-service jobs and vacancies at federal universities are to be set aside for those of 'African' ancestry⁷⁸⁴.

Apesar de mencionar as críticas às referidas leis, a revista posiciona-se favoravelmente: “[...] if centuries of colour-blindness have failed to better the lot of the black and the brown, it is unlikely that the same society will improve the plight of an even greater number of multi-coloured Brazilians⁷⁸⁵”.

No campo da saúde o tema abordado com mais intensidade foram os bons resultados da experiência brasileira de combate à AIDS. Acreditava que isso se devia ao interesse internacional que a temática despertava. Para a revista, o Brasil era um exemplo que deveria ser largamente seguido. Nenhum país em desenvolvimento tinha alcançado tanto sucesso no combate à doença e isso era resultado também da quebra de patentes dos medicamentos. De acordo com a publicação, as políticas adotadas no país evitaram um desastre⁷⁸⁶.

A revista tratou ainda do tema da reforma agrária. No início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva lembrava que os assentamentos realizados no governo anterior diminuiriam bastante os conflitos no campo e perguntava se o petista conseguiria acabar com eles. Os primeiros indicativos eram de que a luta se intensificaria, devido à lentidão no enfrentamento

⁷⁸³ Out of Eden. 5 jul. 2003. p. 49 e ss. (grifos originais). A revista criticou, mais uma vez, a ideia de igualdade racial em Black brainpower. 14 fev. 2004. p. 56. Nesse artigo, quantifica que apenas 2% dos estudantes das universidades públicas eram negros. Cf. também: The race docket. 7 ago. 2010. p. 41.

⁷⁸⁴ No black and white matter. 15 jul. 2006. p. 58. Depois de longa tramitação três diferentes leis foram aprovadas nesse sentido: a Lei 12.288 de 20 de julho de 2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre a reserva de vagas nas instituições federais de ensino e a Lei 12.990 de 9 de junho de 2014 que trata da reserva de 20% das vagas no serviço público federal.

⁷⁸⁵ Ibid. A avaliação positiva das políticas de ação afirmativa corrobora a posição liberal da revista. Cf. RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Entretanto, a revista já tinha criticado tais políticas em editorial argumentando, ao analisar o caso americano, que o tempo para elas já tinha passado. Cf. End it, don't mend it (ed.). 5 abr. 2003. p. 12.; Affirmative anticipation. 13 mar. 2010. p. 54.

⁷⁸⁶ Roll out, roll out. 30 jul. 2005. p. 77.; A conflict of goals. 12 mai. 2007. p. 61.; A portrait in red. 15 mar. 2008. p. 70.; Help at last (ed.). 29 nov. 2003. p. 11.; Could AIDS explode in India? (ed.). 17 abr. 2004. p. 9.; Too much morality, too little sense (ed.). 30 jul. 2005. p. 12 e ss.; Symptomatic relief (ed.). 6 set. 2003. p. 13.

de questões políticas e sociais. Segundo dados apresentados em 2005, o governo petista tinha assentado 59 mil famílias por ano, contra uma média de 66 mil na gestão anterior⁷⁸⁷.

7.2.3 Política energética: um dos motores do crescimento

Um dos temas de preferência da *Economist* está relacionado à questão energética. Primeiramente ela estava conectada à produção de energia nuclear e ao mercado de petróleo e, por isso, mais relacionada aos textos de política internacional. Mais recentemente, o assunto aparece mais nos artigos relativos à política interna. A novidade está no fato de que a revista começa a tratar da autossuficiência brasileira em relação à produção do petróleo.

Conforme a publicação o país vinha, de forma geral, se recuperando no setor energético. Isto era importante para que não se criassem mais dúvidas sobre o modelo escolhido, de base hidrelétrica, pois o risco de desabastecimento permanecia nos períodos de estiagem. Previa, apesar disso, que ainda poderia haver racionamento de energia em 2010⁷⁸⁸. No setor hidrelétrico a revista destacou os grandes projetos na Amazônia, em especial Belo Monte. Depois de tratar das críticas feitas por ambientalistas, opina: “But without Belo Monte, Brazil would have to build nuclear power plants or invest in coal-fired thermal energy”⁷⁸⁹.

Nesse compasso, o investimento na produção de etanol, bastante criticado pela revista nos anos 1980, recebeu outro tipo de avaliação: “Thanks partly to ethanol from sugarcane, Brazil aims to be an energy superpower”⁷⁹⁰. A demanda por álcool crescia rápido, já que 90% dos carros são bicomustíveis, sendo considerado a segunda maior fonte de energia do país, depois do petróleo⁷⁹¹.

“God may indeed be Brazilian after all”⁷⁹². Iniciando o artigo com essa frase a revista tratou da descoberta da bacia de petróleo de Tupi que renderia, segundo as perspectivas apontadas, de cinco a oito bilhões de barris. Acrescentou ainda a fala de Sérgio Gabrieli,

⁷⁸⁷ Jobs that grow on trees. 22 fev. 2003. p. 11 e ss.; Lula comes under friendly fire. 19 jul. 2003. p. 41 e ss.; A thin red line. 21 mai. 2005. p. 59. Segundo a revista, desde 1995 mais de 900 mil famílias teriam sido assentadas no Brasil. Cf. This land is anti-capitalist land. 28 abr. 2007. p. 59 e ss.

⁷⁸⁸ No switch-off, please. 4 dez. 2004. p. 75.; Highway to somewhere. 20 out. 2007. p. 68 e ss.; The year of changing unexpectedly. 3 jan. 2004. p. 33 e ss.

⁷⁸⁹ Power and the Xingu. 24 abr. 2010. p. 49 e ss.

⁷⁹⁰ Scarcity in the midst of surplus. 18 ago. 2007. p. 41 e ss.

⁷⁹¹ Lean, green and not mean. 28 jun. 2008. p. 67 e ss.; Ethanol's mid-life crisis. 4 set. 2010. p. 55 e ss.; Clever, but unprincipled (ed.). 10 out. 2009. p. 14 e ss.

⁷⁹² All this and oil too. 17 nov. 2007. p. 57 e ss.

presidente da Petrobrás de que havia potencial para novas descobertas dessa ordem. Segundo a *Economist*, mesmo que o óleo de Tupi fosse difícil de extrair, a empresa era líder mundial em águas profundas e o Brasil caminhava em direção à autossuficiência. Tinha as maiores descobertas de petróleo do século⁷⁹³.

Também interessou à revista as discussões sobre as leis que controlariam a exploração do pré-sal. A possibilidade de usufruir desse novo campo foi comparada a um *ticket* milionário e o Brasil estaria então, *condenado à prosperidade* - era uma potência petrolífera ascendente⁷⁹⁴.

7.2.4 Eleições

Durante o período do governo Luiz Inácio Lula da Silva foram realizadas duas eleições nacionais, uma em 2006 e uma em 2010, e essas constituem quase a totalidade dos artigos que trataram do tema, com exceção de poucos textos que cobriram as eleições municipais de 2004 e 2008⁷⁹⁵.

Como vimos, a cobertura sobre a campanha de 2006 foi influenciada pelas notícias sobre corrupção que envolviam membros do PT, no entanto, sobre o presidente a revista indicava: “Last year, Brazil’s worst scandal in dozen years nearly finished him. The polls now predict his victory over likely rivals in next October’s presidential elections”⁷⁹⁶.

Segundo a publicação, o chefe do executivo continuava subindo nas pesquisas, enquanto o PSDB escolhia quem seria o candidato do partido. Previa que Geraldo Alckmin deveria ser apontado já que, se José Serra perdesse novamente, isso arruinaria sua carreira política. Logo foi decidido que o PSDB seria representado pelo governador de São Paulo e o semanário alertava que suas principais barreiras estavam dentro do próprio partido. José Serra e Aécio Neves estavam com os olhos nas eleições de 2010 e estes teriam mais chances se Geraldo Alckmin não estivesse concorrendo a um segundo mandato⁷⁹⁷.

⁷⁹³ Ibid.; A funny kind of reward. 30 ago. 2008. p. 54 e ss.; Plunging in. 14 fev. 2009. p. 60.; Oil and revolution. 25 jul. 2009. p. 48.

⁷⁹⁴ Preparing to spend a "millionaire ticket" from offshore. 5 set. 2009. p. 57 e ss.; Condemned to prosperity. 14 nov. 2009. p. 11 e ss.; Raining on Rio's parade. 10 abr. 2010. p. 54.; Deep trouble (ed.). 8 mai. 2010. p. 13. A imagem de *condenado à prosperidade* surgira nos anos 1970.

⁷⁹⁵ Confused. 21 ago. 2004. p. 48.; Local skirmishes. 2 out. 2004. p. 55.; Taming an urban monster. 29 jan. 2005. p. 51 e ss.; Pointers to the presidency. 11 out. 2008. p. 70.

⁷⁹⁶ Lula's leap. 4 mar. 2006. p. 57 e ss.

⁷⁹⁷ The mayor or the governor. 11 mar. 2006. p. 56.; An outsider with a (slight) chance. 24 jun. 2006. p. 67 e ss.

Não há nenhuma oposição da revista em relação à reeleição. Relembrou que quatro anos antes, quando Luiz Inácio Lula da Silva venceu pela primeira vez, deixou o Brasil e o mundo apreensivos, mas que dessa vez era diferente, ele tinha boas chances de vitória, mesmo com as notícias sobre corrupção. Quando as eleições vão para o segundo turno e o petista acaba vencendo Geraldo Alckmin, a publicação contabilizava que a esquerda moderada tinha vencido em seis países da América Latina⁷⁹⁸.

A *Economist* apontou que a principal promessa do presidente reeleito era acelerar o crescimento econômico. Novamente, o principal problema do governo seria a relação com o poder legislativo. Muito embora, o PMDB compusesse o governo desta vez, desde o início. De qualquer forma, os *mantras* do segundo mandato deveriam ser: crescimento, inclusão e desbloqueio comercial⁷⁹⁹.

As notícias sobre a campanha de 2010 começaram bem antes do ano eleitoral e giravam em torno de quem seria a escolha do presidente para a sucessão. Em 2008, a então ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff já era cotada para disputar as eleições presidenciais. Conforme a publicação, a alcunha de mãe do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sedimentaria seu caminho até o mais alto posto da nação em 2010. Com um passado interessante, a ministra foi descrita da seguinte maneira: “She is impressive up close, mixing personal charm with firmness and an evident grasp of technical detail”⁸⁰⁰.

Na metade de seu segundo mandato Luiz Inácio Lula da Silva tinha 78% de aprovação e, para a *Economist*, a grande questão da política brasileira era se ele iria conseguir transferir sua *mágica eleitoral* para quem fosse pleitear a sucessão. Em 2009, o semanário anunciou que Dilma Rousseff era impressionantemente competente, mas faltava-lhe o carisma do presidente⁸⁰¹.

Na reportagem especial de 2009⁸⁰², a revista diz que Dilma Rousseff é uma personalidade política muito mais interessante do que aparentava, uma administradora habilidosa que tem visões bem próximas das de Luiz Inácio Lula da Silva quanto ao controle da inflação e sobre o poder do governo de conduzir a economia. Depois de lembrar o

⁷⁹⁸ Contentment and complacency. 2 set. 2006. p. 48.; When victory spells defeat. 7 out. 2006. p. 65 e ss.; Lula the political prizefighter. 28 out. 2006. p. 67 e ss.; It's democracy, stupid (ed.). 9 dez. 2006. p. 14 e ss.

⁷⁹⁹ Lula's second chance. 4 nov. 2006. p. 64.; Bulldozer required. 6 jan. 2007. p. 39 e ss.

⁸⁰⁰ Dilma and the goat. 5 abr. 2008. p. 61. Cf. também: The handover (ed.). 02 out. 2010. p. 12.

⁸⁰¹ Pointers to the presidency. 11 out. 2008. p. 70.; A wounded force in search of a new compass. 29 ago. 2009. p. 42. Ainda que Dilma Rousseff fosse a primeira opção, Marta Suplicy ainda era tida como uma possibilidade. No PSDB, a revista apontava que era praticamente certa a candidatura de José Serra.

⁸⁰² A reportagem especial acompanhou a edição de 14 de novembro de 2009 em que o Brasil foi capa da publicação. A imagem do Cristo Redentor decolando e chamada *Brazil takes off* ficaram famosas como uma expressão da imagem de potência que o país adquirira. A reportagem especial; propriamente dita; teve dezoito páginas; três delas ocupadas por propagandas.

passado de militante de esquerda da ministra, avaliou que ela tinha uma boa reputação com os homens de negócios, e sentenciava: é dura, porém justa. Ainda segundo o texto, o presidente atribuiria a ela a responsabilidade por ter colocado o governo de novo nos trilhos depois das denúncias de corrupção. Por outro lado, a revista criticou: ela pretendia tornar o Estado mais eficiente, mas não menor⁸⁰³.

Em 2010, quando a candidatura de Dilma Rousseff se consolidou e o campo oposicionista também se definiu - nas candidaturas de Marina Silva pelo Partido Verde (PV) e de José Serra pelo PSDB -, a simpatia do semanário pela candidata do PT parece ter diminuído⁸⁰⁴. Ao justificar o insucesso dos liberais afirma:

One reason why liberals have been so muted since Brazil became a democracy again is that voting in elections is compulsory. This means that a large number of poor voters, who pay little tax but benefit from government welfare spending, help to push the parties in the direction of a bigger state. If the same system were to be applied to America, the Democrats might well enjoy a permanent majority⁸⁰⁵.

De acordo com a publicação, Dilma Rousseff não era uma candidata óbvia, todavia estava se saindo bem pois angariava a popularidade conquistada por seu antecessor, principalmente nas periferias, o que era atribuído ao sucesso do Programa Bolsa Família⁸⁰⁶. A partir de então, a revista passou a se posicionar claramente a favor da candidatura de José Serra:

Brazilians does face a choice in October. Mr Serra would provide them with a strong but lean state, that would make room for more private investment and initiative and would tax its citizens less. Mrs Rousseff's advisers think that Brazil has time to bring down interest rates and taxes gradually, and that the state should promote industrial development and redistribute income. After 16 of stability and policy continuity under Mr Cardoso and Lula, neither candidate offers a radical change of course. What is at stake is the speed of the country's progress⁸⁰⁷.

⁸⁰³ Her master's voice. 14 nov. 2009. p. 57.

⁸⁰⁴ Serra waits, a bit too patiently, for the presidency. 6 fev. 2010. p. 51.; Another Silva. 24 abr. 2010. p. 50.

⁸⁰⁵ The almost-lost cause of freedom. 30 jan. 2010. p. 62. A revista pareceu retomar aqui um argumento que tem origem no liberalismo clássico, de que a posição política de alguns é mais legítima que a de outros. Locke, no "Segundo Tratado sobre o Governo Civil" enuncia algumas vezes que há uma diferença de racionalidade entre as classes possuidoras e trabalhadoras. No parágrafo 30 afirma: "E entre aqueles que contam como a parte civilizada da humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivas para a determinação da propriedade", da mesma forma, mais a frente no parágrafo 48 alega que os diferentes graus de indústria dos homens podem fazer com que eles adquiram posses em diferentes proporções. E no parágrafo 54: "Embora eu tenha dito anteriormente que, por natureza, todos os homens são iguais, não se pode supor que eu me referisse a todos os tipos de igualdade. A idade ou a virtude podem dar aos homens uma precedência justa. A excelência dos talentos e dos méritos pode colocar alguns acima do nível comum". Cf. LOCKE, 2001. Esse tipo de posicionamento foi criticado por C. B. Macpherson. Cf. MACPHERSON, 1985.

⁸⁰⁶ In Lula's footsteps. 3 jul. 2010. p. 49 e ss. Em 2008, tinha afirmado a que gratidão que as famílias sentiam por receber o Bolsa Família não se transformava em apoio ao PT. Cf. Happy families. 9 fev. 2008. p. 54 e ss.

⁸⁰⁷ In Lula's footsteps. 3 jul. 2010. p. 49 e ss.

A *Economist* deixava patente qual das candidaturas representava o ideário liberal. A predileção de Dilma Rousseff por um Estado forte fez com que a publicação decidisse apoiar o candidato do PSDB. Avaliava que a petista estava mais perto da Presidência, mas que José Serra merecia ganhar por sua longa e bem sucedida trajetória na política. Enfrentava, no entanto, a candidata de Luiz Inácio Lula da Silva e, esse fator, diminuía suas chances⁸⁰⁸.

Com a eleição praticamente decidida o periódico ajuizava que Dilma Rousseff teria o governo mais poderoso desde a ditadura, devido às alianças realizadas para a sua eleição. Lembrava, contudo, que isso acontecia no aspecto formal, que no dia-a-dia a política de alianças no legislativo federal era bem mais complicada⁸⁰⁹.

A *Economist* noticiou que foi a candidatura de Marina Silva que levou as eleições para o segundo turno, e não, a de José Serra. Por isso, o próximo candidato do PSDB deveria ter sido Aécio Neves - mais carismático. Mesmo assim, quando parecia que o tucano herdaria boa parte dos votos dirigidos ao PV no primeiro turno, a publicação expressou que havia alguma chance contra a petista, cujo desempenho tinha sido surpreendente para quem nunca havia disputado uma eleição. Embora considerasse que em um possível governo seria menos pragmática que seu antecessor⁸¹⁰. Por isso, em um editorial, recomendou o voto em José Serra: “In a suddenly exciting context, Jose Serra would be a better president than Dilma Rousseff”⁸¹¹. Afirmava que a eleição ainda estava aberta e que o Brasil tinha uma chance. Nos assuntos em que divergiam, o candidato do PSDB tinha, na opinião do periódico, posições mais persuasivas. Por outro lado, Dilma Rousseff defendia que o Estado desempenhasse um papel mais importante na economia:

Mr Serra also has faults, notably a worrying tendency to try to micro-manage everything. But his record suggests that he would move fast to cut wasteful spending and eliminate the fiscal deficit, and the he would be keener to mobilise private capital for much-needed infrastructure⁸¹².

Havia ainda duas outras razões pelas quais o eleitor deveria votar no PSDB: a primeira era que Dilma Rousseff não era Luiz Inácio Lula da Silva, e em segundo lugar, o PT tinha começado a se aconchegar no poder. Portanto, depois de oito anos, o Brasil se beneficiaria

⁸⁰⁸ Reflected glory. 14 ago. 2010. p. 37 e ss.

⁸⁰⁹ Under a lucky star. 11 set. 2010. p. 50.; The passing of kirchnerismo (ed.). 30 out. 2010. p. 18.

⁸¹⁰ A miss, but not by a mile. 9 out. 2010. p. 63 e ss.; Better late than never? 23 out. 2010. p. 59 e ss.

⁸¹¹ Second round, second thoughts? (ed.). 23 out. 2010. p. 15.

⁸¹² Ibid.

com uma mudança na Presidência⁸¹³. Entretanto, o resultado foi favorável à candidata do PT. Na avaliação do semanário, ela venceu as eleições graças ao apoio do ex-presidente e teria que provar, durante seu governo, que poderia ser uma líder em si mesma: “Ms Rousseff will have to convince the doubters that she is not Lula in lipstick”⁸¹⁴. Para a revista, suas melhores chances estavam em indicar Antonio Palocci para a Casa Civil, ou melhor ainda, para o Ministério da Fazenda⁸¹⁵.

7.2.5 Alguns problemas permaneciam: corrupção e violência

Os casos de corrupção começaram a ser objeto de uma cobertura mais detida da revista nos anos 1990. Todavia, assim como acontece com outros assuntos, se intensificou durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva. Uma parte da responsabilidade por isso pode ser atribuída ao próprio reforço que a imagem do Brasil recebeu internacionalmente no século XXI. Mas, especificamente sobre o tema da corrupção, considera-se que há, em alguma medida, influência da imprensa nacional.

O primeiro desses artigos mencionou que era normal ver políticos se envolvendo com casos de corrupção, contudo havia estranhamento quando essas imputações chegavam a José Dirceu, do PT. O texto referia-se a denúncia de que o bicheiro Waldomiro Diniz havia pago contas da campanha petista: “The system of party finance invites scandal. Brazilian candidates depend on large corporate contributions”⁸¹⁶.

A crise advinda da comunicação de irregularidades, apesar de não atingir a popularidade do chefe do executivo, ameaçava o bom andamento do governo: “Mr Palocci policies, Mr Dirceu effectiveness and Lula’s leadership are all in question”⁸¹⁷.

A partir de 2005, intensificam-se as notícias sobre denúncias de corrupção que envolviam o ministro da Casa Civil e outros políticos ligados ao PT. De acordo com a *Economist*, o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva estava envolvido em escândalos, a popularidade estava decrescendo e a economia já não ia tão bem. Somavam-se as denúncias feitas por Roberto Jeferson⁸¹⁸. Resumia as acusações da seguinte maneira: “The most

⁸¹³ Ibid.

⁸¹⁴ Stepping into outsize shoes. 6 nov. 2010. p. 61.

⁸¹⁵ Ibid. A simpatia com a figura de Antônio Palocci é marcante na *Economist*. Para a publicação, ele representava maior proximidade da equipe econômica com as regras do livre mercado.

⁸¹⁶ A halo tarnished. 21 fev. 2004. p. 56.

⁸¹⁷ Out of love. 3 abr. 2004. p. 52.

⁸¹⁸ Lula’s mid-term blues. 4 jun. 2005. p. 57.

sensational charge is that the PT, which lacks a majority in Congress, paid a monthly allowance of 30,000 reais (\$12,500) to congressman from two allied parties in return for their votes”⁸¹⁹. Noticiou ainda que diante das acusações, José Dirceu renunciou ao cargo e que sua sucessora, Dilma Rousseff era competente, mas sem grande peso político. Entretanto, concluiu que até aquele momento, muito pouco havia sido provado⁸²⁰. Nesta perspectiva: “The *mensalão* revealed defects of a different sort. It remains a sea of supposition dotted with islands of facts”⁸²¹.

A partir de então uma série de artigos tratou dos casos de malfeitos envolvendo membros do governo. Especulava-se que o presidente inclusive não concorreria às eleições de 2006, sustentando que pela primeira vez as pesquisas indicavam que ele perderia para José Serra. Falava-se no maior escândalo político dos últimos quinze anos. Sobre isso, a publicação opinava que as expectativas geradas em torno do governo do PT, de que este seria exemplo de honestidade, tornavam as notícias ainda mais chocantes. Apontava, nesse sentido, que o clima era negativo e que mesmo sem provas a oposição cogitava um *impeachment*⁸²².

Quando as alegações de corrupção chegaram a Antonio Palocci o periódico mostrou-se bastante reticente em aceitá-las. Afirmou que o ministro tinha conseguido combinar estabilidade com crescimento moderado e que sua saída desmoralizaria o presidente. Um sucessor não teria as mesmas condições de tomar medidas necessárias para manter o curso da economia. O título do artigo é significativo: “Palocci’s value”⁸²³. A tendência da publicação era, por conseguinte, defendê-lo: “An effective finance minister tries to fend off corruptions claims and friendly fire”⁸²⁴, “No one else in PT combines his reformist zeal and clout”⁸²⁵. Com a sua saída definitiva do governo, a publicação não demonstrava muita confiança no seu sucessor, Guido Mantega⁸²⁶.

Contrariando algumas previsões da revista, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para o segundo mandato. Entretanto, as notícias sobre corrupção permaneceram. O semanário expressou que a Polícia Federal era, naquele momento, a maior celebridade do país. Que suas operações podiam fazer com que o Brasil parecesse mais corrupto, mas isso significava que as

⁸¹⁹ Jeffersonian democracy, tropical style. 25 jun. 2005. p. 65 e ss.

⁸²⁰ Ibid.

⁸²¹ Lula's leap. 4 mar. 2006. p. 57 e ss. (grifos originais).

⁸²² From bad to worse. 9 jul. 2005. p. 44.; Following the money trail. 16 jul. 2005. p. 45 e ss.; Fall from grace in Lulaland (ed.). 16 jul. 2005. p. 12.; The fall of the Workers' Party. 20 ago. 2005. p. 38 e ss.; The loneliness of Lula. 24 set. 2005. p. 72.

⁸²³ Palocci's value. 27 ago. 2005. p. 44. Ainda sobre Palocci Cf. Who leads Latin America? (ed.). 30 set. 2006. p. 14.

⁸²⁴ Palocci under siege. 19 nov. 2005. p. 59 e ss.

⁸²⁵ House calls. 25 mar. 2006. p. 67.

⁸²⁶ After Palocci. 1 abr. 2006. p. 50.

autoridades estavam apenas mais aptas para detectar os casos de desvios de conduta⁸²⁷. Ao confirmar essas colocações seguiram-se notícias sobre as gravações realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) de conversas do ministro do STF Gilmar Mendes com o então senador Demóstenes Torres, sobre a condenação de Daniel Dantas afirmando que este tinha trânsito fácil no governo Fernando Henrique Cardoso, sobre os atos secretos do Senado e sobre o *impeachment* de dois governadores, além das discussões acerca da Lei da Ficha Limpa⁸²⁸.

O periódico divulgou que com a abertura do processo do mensalão marcava-se a primeira vez que a mais alta corte do país julgaria políticos criminalmente. Em fevereiro de 2010 antecipou-se dizendo que ninguém foi para a prisão nesse caso e lembrou que Collor, que renunciara para evitar o *impeachment* em 1992, estava de volta à política⁸²⁹.

Sobre corrupção no Brasil resume: “Brazil is probably no more corrupt than other countries of similar size and wealth. It come out better than China and India and a long way ahead Russia in the latest index of perceptions of corruption compiled by Transparency International, a German NGO”⁸³⁰.

7.2.5.1 Violência

O tema da violência teve alguma relevância se levarmos em conta referências bastante diversas a ele. Embora seja importante notar que não aparece associado à questão dos direitos humanos como aconteceu anteriormente. Violência policial e carcerária deixam de aparecer no noticiário e é difícil precisar o por quê. Desta forma, a revista trata do clima de insegurança no Brasil tanto numa resenha sobre o filme *Cidade de Deus* quanto em um artigo que abordava as condições de vida nas favelas do Rio de Janeiro. Neles, argumentou que as condições de vida melhoraram, mas que a violência tinha piorado. E esta violência antes atribuída à desigualdade social, passa a ser vista como resultado da impunidade. Definiu a

⁸²⁷ Digging up the dirt. 2 jun. 2007. p. 58 e ss.; Lazy, hazy days for lucky Lula. 30 jun. 2007. p. 59 e ss.

⁸²⁸ Spying on justice. 6 set. 2008. p. 61.; Fall of an opportunist. 6 dez. 2008. p. 60.; Governors under fire. 28 mar. 2009. p. 59 e ss.; Cleaning up. 10 jul. 2010. p. 50.; House of horrors. 11 jul. 2009. p. 49. Na realidade, os governadores do Maranhão, Jackson Lago (PDT), e do Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB), tiveram seus mandatos cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

⁸²⁹ Enter the judges. 1 set. 2007. p. 40.; The money trail. 27 fev. 2010. p. 53. Essas informações envolvem algumas imprecisões da revista. Primeiro, em 2010, o processo que julgaria os crimes do chamado mensalão não havia sido finalizado, o que aconteceu apenas em dezembro de 2012 com a condenação de 26 acusados. Sobre Collor, a renúncia não impediu que o processo de *impeachment* seguisse.

⁸³⁰ The money trail. 27 fev. 2010. p. 53.

violência como um problema endêmico e multifacetado e demonstrou preocupação acerca da segurança dos jogos Pan-Americanos que seriam realizados no Rio de Janeiro. Sobre São Paulo, a revista argumentou que o comando do crime estava dentro das cadeias⁸³¹.

O estatuto do desarmamento foi defendido pela *Economist*. Segundo o semanário a lei tinha o potencial de salvar muitas vidas e ia ao encontro do desejo da população. Nos dados divulgados computava-se que três quartos dos brasileiros eram favoráveis às restrições a venda de armas, já que a violência ultrapassava o desemprego como maior preocupação da nação. Em 2008 a revista trazia dados que davam conta de uma queda na taxa de homicídios. Esses resultados melhores foram atribuídos a uma combinação de três fatores: o controle da venda de armas, algumas mudanças nas polícias e a diminuição da população jovem. A pacificação da Cidade de Deus e a tomada do Complexo do Alemão também são apresentadas com bons resultados⁸³². Entretanto, o tema permanecia relevante na cobertura feita pela publicação.

7.3 *Economia*

A política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva agrada a *Economist*? Quais são os pontos fortes destacados pelo semanário? Conforme vimos na Tabela 8, apresentada no início do capítulo, há um número bastante expressivo de artigos que fazem alusão à economia de uma forma positiva; 83,3% dos textos tratavam do crescimento, das vantagens da estabilidade, do ambiente favorável aos investimentos ou de assuntos correlatos. Esse predomínio é visto também nos editoriais, nestes, 63,1% versavam sobre esses tópicos e outros 23,7% aludiam ao bom desempenho da indústria. Neste sentido, a revista entendia que os oito anos em que o petista esteve na Presidência foram positivos economicamente e isso se refletiu em todo o noticiário acerca do Brasil, referendando nossa suposição de que o viés econômico na perspectiva da revista era predominante sobre a política.

⁸³¹ City of God and gripes. 25 jan. 2003. p. 54.; Getting away with murder. 22 fev. 2003. p. 14 e ss.; What ails Rio de Janeiro? 10 mai. 2003. p. 48 e ss.; Gangs v the state. 29 mar. 2003. p. 58.; Law-enforcers on the rampage. 9 abr. 2005. p. 44.; The mob takes on the state. 20 mai. 2006. p. 59 e ss.; Crime of passion. 16 set. 2006. p. 69.; The slow road to paradise. 14 abr. 2007. p. 126 e ss.; Fight in the favelas. 4 ago. 2007. p. 41.

⁸³² Disarming. 22 nov. 2003. p. 66 e ss.; Protecting citizens from themselves. 22 out. 2005. p. 61 e ss.; Blame it on Rio. 20 jan. 2007. p. 60.; No end of violence. 14 abr. 2007. p. 127. Not as violent as you thought. 23 ago. 2008. p. 42.; A magic moment for the city of God. 12 jun. 2010. p. 57 e ss.; Conquering Complexo do Alemão. 4 dez. 2010. p. 59.

7.3.1 Economia em crescimento: mercado emergente

As primeiras notícias sobre a política econômica do novo governo diziam respeito ao compromisso assumido pelo presidente de manter a estabilidade. Abordavam também sobre o interesse dos investidores estrangeiros no mercado financeiro brasileiro. A revista dizia que os principais beneficiados com a eleição do petista foram os pobres e, ironicamente, o mercado financeiro. Comemorava que Antonio Palocci, ministro da Fazenda, anunciara o aumento da meta de superávit fiscal dos 3,75% acordados com o FMI para 4,25% com o objetivo de diminuir a dívida pública, quase duplicada no governo anterior e anunciava também cortes no orçamento de diversos setores. A *Economist* concluiu que Luiz Inácio Lula da Silva não apenas seguiu a austeridade financeira de seu antecessor como a endureceu e os investidores, que estavam em pânico com sua vitória, respiraram aliviados quando estas medidas foram postas em prática⁸³³.

Sobre Antonio Palocci afirmava que desde que assumira o Ministério da Fazenda trabalhava para assegurar aos céticos que o Brasil ia pagar suas dívidas. Tinha subido os juros duas vezes - se encontravam então na casa dos 26%, e tinha conseguido manter a inflação relativamente estável em 8,5%. Através de políticas fiscais e monetárias rígidas teve êxito em controlar as finanças; em suma, era um ministro bastante *habilidoso*⁸³⁴.

No artigo *Fixing the finances* publicado no *survey* de 2003, a revista criticou Fernando Henrique Cardoso afirmando que ele se ateu a inventar novos impostos e não realizou as reformas que deveria. Depositava então a esperança de que isso fosse realizado no novo governo. Acreditava que essa gestão tinha capacidade de convencer os investidores e, ao mesmo tempo, fazer o real se recuperar. Para isso, uma das medidas fundamentais apontadas pela revista era a independência do Banco Central. Neste aspecto, festejou o início da tramitação da Emenda Constitucional (EC) 40⁸³⁵.

O início das discussões sobre outra Emenda Constitucional, a 41, também foi tida como um avanço para a publicação. A intenção dessa EC era promover a reforma

⁸³³ Picking losers. 11 jan. 2003. p. 43.; Lula'twixt inflation and recession. 21 jun. 2003. p. 53 e ss.; Gruel before jam. 15 fev. 2003. p. 54.; Fixing the finances. 22 fev. 2003. p. 6 e ss.; Make or break. 22 fev. 2003. p. 3 e ss.; Lula's leap. 4 mar. 2006. p. 57 e ss.; A time to talk, and a time to do (ed.). 22 fev. 2003. p. 15 e ss.; Hard or soft? 27 set. 2003. p. 60.

⁸³⁴ Palocci's potion. 22 mar. 2003. p. 56 e ss.; Lula comes under friendly fire. 19 jul. 2003. p. 41 e ss.; Doubting Lula. 24 abr. 2004. p. 86 e ss.

⁸³⁵ Fixing the finances. 22 fev. 2003. p. 6 e ss.; Lula's great pension battle. 5 abr. 2003. p. 56 e ss. A Emenda Constitucional acabou aprovada em 29 de maio de 2003 e foi considerada o primeiro passo para uma possível autonomia do Banco Central, alterando o artigo 192 da Constituição Federal, e permitindo que o sistema financeiro seja regulado por diferentes leis complementares.

previdenciária e, por isso, o semanário sustentava que mesmo que, na prática, a economia realizada não fosse tão grande, os investidores a viam como uma prova de que o governo tinha o fito de gastar menos e estabilizar o déficit⁸³⁶.

Conforme a publicação, o governo Luiz Inácio Lula da Silva comemorava discretamente que tinha conseguido, no primeiro ano de gestão, estabilizar a inflação, diminuir a taxa de juros e fazer a economia melhorar apresentando índices positivos também na produção industrial. Entretanto, demonstrava preocupação com as taxas de desemprego e com a infraestrutura nacional⁸³⁷.

A *Economist* apostava em perspectivas animadoras para 2004. Estimava que o crescimento deveria ficar na casa dos 4%. As metas de superávit primário e o início das reformas convenceram os investidores e, assim, a publicação perguntava: Lula vai focar no crescimento ou nas reformas sociais? Segundo declaração de Luiz Dulci, então ministro da Secretaria-Geral da Presidência era hora de favorecer o investimento produtivo para promover um ciclo de desenvolvimento sustentado. E completando, noticiou que Antonio Palocci havia anunciado medidas para encorajar os bancos a fazerem empréstimos para o setor da construção civil⁸³⁸.

Como já foi verificado anteriormente, em alguns momentos, as análises apresentadas pela revista parecem um pouco voláteis. Ou seja, em pouco tempo, a euforia vira descontentamento e a confiança, suspeição. É o acontece ainda no primeiro semestre de 2004 quando o semanário sustentou que o mercado financeiro havia perdido a confiança no presidente. O motivo era que ele havia concedido aumento para os salários dos servidores públicos e tinha destinado dinheiro extra para o assentamento de trabalhadores sem terra. Segundo a publicação isso atrapalharia as metas de economia do governo federal. Mesmo assim, a previsão de crescimento estava entre 3% e 4%. Criticava também o baixo investimento em infraestrutura - o que o Brasil buscava sanar tentando aprovar uma lei de parceria público-privada similar à britânica⁸³⁹.

Sustentando nossa afirmação, ainda no mesmo ano, o periódico já alardeava novamente os bons resultados da economia afirmando serem os melhores desde que a nova equipe econômica assumira. Descrevia o crescimento acelerado, a queda de 11% na taxa de desemprego e apontava que o real se firmava frente ao dólar. Neste sentido, resumia que a

⁸³⁶ Pension plan. 9 ago. 2003. p. 44. A Emenda Constitucional 41 acabou aprovada em 19 de dezembro de 2003.

⁸³⁷ A battle won, another begun. 8 nov. 2003. p. 58.

⁸³⁸ The year of changing unexpectedly. 3 jan. 2004. p. 33 e ss.

⁸³⁹ Doubting Lula. 24 abr. 2004. p. 86 e ss.; An underpowered economy. 8 mai. 2004. p. 53 e ss. Em diversas oportunidades a revista criticou o avanço lento das políticas sociais e de redistribuição de renda de Lula. No entanto, também reprovava ações nesse sentido, por desagradarem o mercado.

economia ia bem e que as defesas financeiras eram mais sólidas do que nunca. A isso se somavam a popularidade pessoal do presidente e de seu governo⁸⁴⁰.

Dava os créditos ao chefe do Executivo e ao ministro da Fazenda por terem optado pela rigidez da ortodoxia econômica honrando as dívidas e apertando as políticas fiscal e monetária. O custo foi que o Brasil sofreu uma pequena recessão, mas os resultados seriam positivos:

Lula by contrast, is starting to reap the fruits of macroeconomic rigour. This week came news that in the second quarter Brazil's economy grew by 5,7% compared with the same period last year – the third successive quarter of strong growth. Inflation remains a worry, but at 7% over the past 12 months, not a huge one. The public debt is a far bigger headache. But the numbers are at least starting to move in the right direction: from a peak of 59% of GDP last December it fell to 56% in June. Unemployment too, is on the way down, while real wages are rising. So too, is Lula's approval rating⁸⁴¹.

O otimismo permanecia: “Last year Brazil's economy turned in its best performance for a decade”⁸⁴². Os dados apresentados davam conta de que o crescimento havia chegado perto dos 5%, a dívida pública caíra de 57% para 52% do PIB e a inflação de 12,5% em 2002 para 7,6% em 2004. A revista atestava que Antonio Palocci tinha convencido os credores que o Brasil conseguiria pagar sua dívida pública colossal e o país desfrutava do luxo de poder decidir se renovava, ou não, o acordo com o FMI⁸⁴³.

Analisando indicadores financeiros e econômicos, o periódico alertou que o Brasil ainda tinha muita dívida e altas taxas de juros, mas enfatizava as boas perspectivas: “Fiscal discipline and the taming of inflation have improved Brazil's growth prospects. [...] A reversal of the current account into surplus has also made the country less vulnerable to volatility in foreign investment”⁸⁴⁴. Nessa mesma orientação afirmava: “Brazil's agreement with the IMF has helped steer it through financial turmoil and an inflationary spike. It's repayment exploits the robust balance of its international payments: reserves stand at some \$ 67 billion”⁸⁴⁵.

Meses depois, a queda do ministro Antonio Palocci causou descontentamento à *Economist*. Segundo ela, seu substituto, Guido Mantega, era inclinado a ver o Estado mais como um promotor do crescimento do que um obstáculo a ele. Sustentava que ele prometia

⁸⁴⁰ Scandal-and success. 31 jul. 2004. p. 46.; Party poopers. 18 set. 2004. p. 66.; Lula at half-time. 6 nov. 2004. p. 58.; Make or break. 22 fev. 2003. p. 3 e ss.

⁸⁴¹ To Lula's credit (ed.). 4 set. 2004. p. 13 e ss.

⁸⁴² Risks, new and old. 5 fev. 2005. p. 50.

⁸⁴³ Ibid.; The dangers of tax and spend. 5 mar. 2005. p. 55 e ss.; Néstor unbound (ed.). 24 dez. 2005. p. 12 e ss.

⁸⁴⁴ Brazil. 12 mar. 2005. p. 126.

⁸⁴⁵ Kirchner and Lula: different ways to give the Fund the kiss off. 24 dez. 2005. p. 65 e ss.

manter o mesmo rumo na economia, porém que havia desconfiança de seu comprometimento para tal. Suspeitava-se que uma vez obtido o *chapéu* de Antonio Palocci, mudaria rapidamente a linha de atuação do Ministério da Fazenda⁸⁴⁶.

Deste modo, no segundo mandato, a publicação previa que a inflação continuaria baixa em 2007 - em 2006 o índice tinha sido de 3% - e que o governo projetava um crescimento de 5%. Não obstante, demonstrava certa descrença no pacote de medidas que visava o crescimento da economia. Os investimentos e os cortes de impostos eram ainda pouco expressivos, por isso avaliava que o principal gargalo do país aí estava⁸⁴⁷.

Reproduzindo a fala de Gilberto Mifano, superintendente geral da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), publicou que nunca um governo foi tão comprometido com o capital e que os investidores do mercado financeiro foram obrigados a admitir que os medos não tinham correspondente na realidade⁸⁴⁸. Entretanto, começava a se delinear a crítica ao Estado neodesenvolvimentista. E a *Economist* avaliou que o segundo mandato tendia a gerar menos atrito entre os reformistas e a esquerda:

The strongmen of the first term – the pro-reform finance minister Antonio Palocci and the chief of staff, José Dirceu, who largely supported him – were toppled by scandal. Their successors are Guido Mantega and Dilma Rousseff, who are less convinced of the need to curb an overgrown state⁸⁴⁹.

De acordo com a revista, o Brasil era grande, democrático e rico em recursos, seu desempenho não era maior pelo chamado *custo Brasil*. Desta maneira, afirmava que a natureza era muito generosa e que o desenvolvimento da agricultura fazia do país um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo; um *gigante agrícola tropical*. Defendia ainda que havia pouca evidência que a ênfase na produção agrícola pudesse causar desindustrialização. O Brasil tinha uma indústria forte e, pela primeira vez, suas empresas tinham investido mais no exterior do que os países estrangeiros em solo nacional. Os números eram francamente positivos e beneficiavam-se dos altos preços das *commodities* praticados em todo o mundo⁸⁵⁰. Desta forma: “Brazil is enjoying a virtuous cycle: soaring Asian demand

⁸⁴⁶ After Palocci. 1 abr. 2006. p. 50.

⁸⁴⁷ Bulldozer required. 6 jan. 2007. p. 39 e ss.; Stirred, but not shaken up. 27 jan. 2007. p. 50.; Bigger than thought. 24 mar. 2007. p. 61.

⁸⁴⁸ A second look. 7 abr. 2007. p. 82.

⁸⁴⁹ Lula opts for a quiet life. 7 abr. 2007. p. 54 e ss.

⁸⁵⁰ Land of promise. 14 abr. 2007. p. 115 e ss.; The economy of heat. 14 abr. 2007. p. 120 e ss.; Lazy, hazy days for lucky Lula. 30 jun. 2007. p. 59 e ss.; How to feed the world (ed.). 28 ago. 2010. p. 10 e ss. A revista afirmou ainda que se o *boom* das *commodities* tivesse um rosto este seria o do empresário Eike Batista. Cf. Money magnet. 21 jun. 2008. p. 104 e ss.

for exports from its farms and mines is balanced by a booming domestic Market, as – partly thanks to better social policies – some 20 m new consumers have emerged from poverty”⁸⁵¹.

O semanário dizia que era difícil acreditar que economias latino-americanas, especialmente Brasil e México, estivessem com um desempenho melhor do que aquele que tiveram nos anos 1970. Contudo, era isso que vinha acontecendo, era o quarto ano que o crescimento ficava acima dos 5%, a inflação era de apenas um dígito e havia superávit na balança comercial. A estabilidade financeira e o crescimento rápido, somados a políticas sociais estavam transformando as condições de vida no país. No Brasil, a renda dos mais pobres crescia mais que a dos ricos⁸⁵².

Nesse ínterim, a crise internacional de 2008 começava a afetar economias do mundo todo. A *Economist* propôs-se então a explicar por que os efeitos dessa crise foram mais leves no Brasil e perguntava-se: “Why Brazil is better placed than it used to be to cope with a world slowdown”⁸⁵³. As razões enumeradas eram: o país tinha desenvolvido uma demanda interna forte, estava também mais integrado ao mercado mundial, as exportações tinham crescido e eram mais variadas, a transparência na administração do Banco Central deixava o país menos vulnerável a choques financeiros e o investimento externo direto era cada vez mais forte. Esse conjunto de fatores fazia, então, com que o Brasil lidasse melhor com a crise internacional do que havia acontecido em momentos anteriores. Adicionalmente, os empreendedores brasileiros estavam mais abertos a investir e a correr o risco inerente, o que dinamizava a economia. Como resultado, o mercado de ações também crescia. Mesmo que países como a Argentina estivessem crescendo mais que o Brasil, a revista enfatizava que o caminho escolhido aqui era mais seguro; a opção pela estabilidade agradava a *Economist*⁸⁵⁴.

Apresentava então pesquisas que mostravam como o perfil dos cidadãos mudara. Os dados apontavam que desde 2002 a classe média tinha passado de 44% para 52% da população: “Brazil, previously notorious for its extremes, is now a middle-class country”⁸⁵⁵.

A revista citou que Luiz Inácio Lula da Silva teria dito que a crise nos Estados Unidos não afetaria o Brasil. Todavia, pouco tempo depois, o governo retirara esse tipo de discurso,

⁸⁵¹ The handover (ed.). 02 out. 2010. p. 12.

⁸⁵² Up from the bottom of the pile (ed.). 18 ago. 2007. p. 10 e ss.

⁸⁵³ This time it will all be different. 19 jan. 2008. p. 45 e ss.

⁸⁵⁴ Ibid.; Betting the fazenda. 8 mar. 2008. p. 68.; Food, fuel and froth. 8 mar. 2008. p. 92.; The tortoise and the hare. 22 mar. 2008. p. 63 e ss.; Into the storm (ed.). 25 out. 2008. p. 13 e ss.

⁸⁵⁵ Half the nation, a hundred million citizens strong. 13 set. 2008. p. 63 e ss. A revista citava que o crescimento da classe média tendia a favorecer o PSDB em eleições posteriores. Referia-se a uma pesquisa do Data Folha e ao pesquisador da Universidade de Brasília, David Fleischer. André Singer publicou um artigo e posteriormente um livro em que apresenta conclusões nesse sentido. Cf. SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 85, p. 83-102, 2009.; SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

apesar da publicação concordar que os efeitos foram sentidos de forma diferente aqui. Avaliou que diversos países estavam estudando formas de fazer os bancos direcionarem créditos para setores que o Estado entendia como necessários. O Brasil, serviria de exemplo, pois já fazia isso há muito tempo. Segundo a publicação, o Goldman Sachs apreciava esse envolvimento estatal com o setor bancário, mas isso dificilmente evitaria que a crise chegasse ao país e a economia enfraquecesse⁸⁵⁶. Todavia: “One way or another, Brazilian banking seems likely to remain a profitable exception to the disasters elsewhere”⁸⁵⁷.

A capacidade de recuperação da economia continuava a aparecer nas páginas do semanário: “Among the last to fall into recession, Brazil may be among the first to grow out of it”⁸⁵⁸. Nesse quadro, acredita-se que a revista aderiu ao clima de otimismo em torno do Brasil, justificado pela crise nos países centrais. Era preciso criar condições para que os investidores mantivessem seus rendimentos, se não nos Estados Unidos e na Europa, nas economias emergentes.

O periódico avaliava que a economia brasileira estava em uma forma apropriada. O Banco Central esforçava-se para controlar a inflação e para manter o capital estrangeiro no país⁸⁵⁹. No *survey* de 2009 apontava que as empresas estavam se fortalecendo apesar da crise internacional e que o setor financeiro tinha melhorado muito. A consequência disso era que havia uma maior inversão de capitais na economia. Julgava ainda que as crises sempre afetaram o país, mas que aquela iniciada em 2007/2008 parece ter tido um efeito diferente e que o Brasil estava sabendo aproveitar essa onda de confiança e otimismo⁸⁶⁰.

Ainda mais positivo é o artigo que abre a reportagem especial citada, *Getting it together at last*. Nele, o periódico anunciava que o país vivia seu melhor momento. Dizia que o Brasil já havia se tornado democrático, tinha crescimento econômico e a inflação controlada – nunca, anteriormente, esses três fatores estiveram reunidos. Isso fazia com que as perspectivas de que viesse a compor o quadro das cinco maiores economias do mundo, antes do meio do século, se configurassem.

Discutia ainda que, mesmo com a crise internacional, coisas boas pareciam estar acontecendo. O Brasil tornara-se autossuficiente em petróleo e todas as três grandes agências

⁸⁵⁶ The credit crunch reaches Brazil Inc. 8 nov. 2008. p. 63 e ss.; Reaping the rewards of indolence. 7 mar. 2009. p. 53. Os bancos brasileiros apresentavam os maiores lucros entre os bancos privados na América Latina. Cf. High living. 20 mai. 2006. p. 148.

⁸⁵⁷ Spread bets. 21 mar. 2009. p. 60 e ss.

⁸⁵⁸ Ready to roll again. 13 jun. 2009. p. 53. Ver também: Down Mexico. 17 out. 2009. p.

⁸⁵⁹ Push the float out. 12 set. 2009. p. 89.; Juggling technocrats and party hats. 17 out. 2009. p. 65 e ss.; That fragile thing: a good reputation (ed.). 2 mai. 2009. p. 12 e ss.

⁸⁶⁰ Survival of the quickest. 11 nov. 2009. p. 6 e ss, Breaking the habit. 14 nov. 2009. p. 5.; Arrivals and departures. 14 nov. 2009. p. 9 e ss.

de risco tinham classificado os papéis como grau de investimento. Lembrava que o modelo de desenvolvimento do século XX, que gerou o *milagre econômico*, quebrou justamente com a crise do petróleo e o país ficou sem o crescimento e com inflação e dívida externa enormes. Isto porque o modelo era sustentado pelo desenvolvimentismo estatal, débito estrangeiro e uma economia semifechada. A revista afirmava então que o cenário, no século XXI, era bem diferente. O Brasil colhia as recompensas da estabilidade e de uma economia mais integrada ao mercado internacional⁸⁶¹.

A pequena recessão que o país enfrentou em 2009 foi comparada com a queda em um trampolim pela *Economist* e algumas projeções falavam que o crescimento poderia atingir 7%⁸⁶². O resultado era:

New skyscrapers are going up along Avenida Faria Lima in the business district of Sao Paulo. Sales of computers and cars are booming, while a glut of passengers has clogged the main airports. Brazil created 962,000 new formal-sector jobs between January and April. [...] The economy's red-hot start to the election year has increased the chance that it will be Lula's candidate, Dilma Rousseff, who gets the chance to try⁸⁶³.

Com a eleição decidida, no final de 2010 a revista afirmou que a perspectiva era que a equipe econômica mantivesse a retitude fiscal e monetária *apesar* de continuar com Guido Mantega, de linha desenvolvimentista, no Ministério da Fazenda. A presidenta eleita também havia indicado que queria a redução das taxas de juros⁸⁶⁴.

7.4 *Política Internacional*

O ambiente favorável na economia gerou expectativa na política internacional? Qual a imagem do Brasil na esfera internacional defendida pela revista? Como vimos, a ideia de Brasil potência não é nova, já aparecera nos anos 1970 e é reconstruída durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, analisaremos de que forma aspectos do debate político internacional contribuíram para a sedimentação dessa imagem na *Economist* novamente. São dois focos diferentes: um na potencialidade do Brasil como mercado emergente e, o outro, na

⁸⁶¹ Getting it together at last. 11 nov. 2009. p. 3 e ss.

⁸⁶² Falling in love again with the state. 3 abr. 2010. p. 43 e ss.; Curb your enthusiasm (ed.). 24 abr. 2010. p. 10.

⁸⁶³ Flying too high for safety. 22 mai. 2010. p. 55 e ss.

⁸⁶⁴ Many questions, a few answers. 27 nov. 2010. p. 56 e ss.

possibilidade do país vir a exercer um papel de liderança no jogo político internacional. A ideia de potência se faz presente em ambos os casos.

Assim, a revista retomou a ideia de país do futuro e observou, a princípio, que o novo governo poderia significar tanto um salto para a prosperidade como a volta à pobreza: “[...] is a social and economic under-achiever, the eternal ‘country of the future’ (as it calls itself ironically) whose future never arrives”⁸⁶⁵. O que se vê a seguir é que a publicação ficou com a primeira opção. Daí:

Such a leap in what Brazil – a country with a population (186 m) equal to that of the whole of the rest of South America and a land area bigger than all 25 EU countries combined – has been waiting for since the early 1970’s, when it was one of the world’s fastest growing economies⁸⁶⁶.

Vários fatores somavam-se para a construção da nova imagem de potência. Entre elas a descoberta de novos poços de petróleo que poderiam, conforme a *Economist*, transformar o país numa potência energética:

Yet there are reasons to believe that South America’s economic powerhouse of 190 m people is starting to count in the world. [...] Brazil enjoyed Chinese rates of growth in the third quarter of the 20th century that was when it was as poor as China. It is much harder for a middle income country as Brazil now is, to grow at such rates. [...] Compared with the past, Brazil is indeed doing much better⁸⁶⁷.

Parece que o otimismo com o Brasil atingiu seu auge em 2009. Mesmo antes da capa com o Cristo Redentor *decolando*, a *Economist* publicava artigos e editoriais francamente favoráveis ao governo e exaltando a imagem positiva do país no cenário internacional. Por exemplo:

This is a great time to be a Brazilian. [...] Brazil is now in every list of the half dozen or so new places that matter in the 21st century. I seems that no international gathering, be it to discuss financial reform or climate change, is complete without Lula. [...] Brazil’s new prominence is deserved [...] Lula too deserves much of the praise heaped upon him⁸⁶⁸.

Sustentava ainda que o Brasil já era uma das dez maiores economias do mundo e que dessas, tinha sido a última a sucumbir à recessão e, parecia que seria um dos primeiros países

⁸⁶⁵ Make or break. 22 fev. 2003. p. 3 e ss. O Brasil assinara um acordo com o Peru para construir uma ponte e mais 700 quilômetros de rodovia com o objetivo de ter uma rota mais curta para suas exportações para a China. Cf. Short cut to China. 26 mar. 2005. p. 67.; Connecting to the world. 13 set. 2008. p. 64.

⁸⁶⁶ Lula's leap. 4 mar. 2006. p. 57 e ss.

⁸⁶⁷ An economic superpower, and now oil too (ed.) 19 abr. 2008. p. 14 e ss.

⁸⁶⁸ Whose side is Brazil on? (ed.). 15 ago. 2009. p. 10.

a superá-la. Para a revista, os bons resultados internos deram fôlego para as ambições do presidente na política externa: “His Brazil wants to be seen as a great power by setting itself up as the leader of a united Latin America while also seeking new alliances with other rising powers of the global ‘south’”⁸⁶⁹.

Somava-se ainda o *marketing* positivo trazido pelo acrônimo BRICs tendo vantagens mesmo sobre os países que compunham o grupo. Ao contrário da Rússia e da China, era uma democracia, em uma região majoritariamente democrática. E, admiravelmente, para uma potência em ascensão, renunciou às armas nucleares.

Em 14 de novembro de 2009, o Brasil ganha a capa da *Economist*. “Brazil takes off” era a chamada, completada pela frase: a grande história de sucesso da América Latina⁸⁷⁰. No editorial, com o mesmo título, a revista afirmou que quando o Goldman Sachs incluiu o Brasil nos BRICs havia muita reticência quanto à capacidade do país. Mas estava comprovada sua possibilidade de liderar, juntamente com a China, a economia mundial para fora da recessão. Mais do que isso, assegurava:

And, in some ways, Brazil out classes the other BRICs. Unlike China, it is a Democracy. Unlike India, it has no insurgents, no ethnic and religious conflicts nor hostile neighbours. Unlike Russia, it exports more than oil and arms, and treats foreign investors with respect⁸⁷¹.

Todavia, lembrava que o país ainda tinha alguns pontos fracos. Um deles era que os gastos do governo continuavam a crescer e que, tanto a iniciativa pública, quanto a privada, seguiam investindo pouco. A revista também ponderava que o respeito internacional conquistado pelo país era merecido e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazia jus a boa parte da *adulação* recebida. Contudo, era preciso lembrar que ele teve muita sorte, colhendo os frutos do *boom* das *commodities* e trabalhando sobre uma plataforma econômica sólida construída por seu antecessor⁸⁷².

Nesse quadro, resumia que a conjuntura interna e a posição do Brasil no mundo se transformaram para melhor com o petista na Presidência. O ativismo do presidente trouxe benefícios para o país. Sem embargo, insistia que as relações com Cuba, Venezuela e Irã manchavam, um pouco, sua reputação. Para o futuro governo Dilma Rousseff via, na política

⁸⁶⁹ Ibid.

⁸⁷⁰ Era a segunda vez que o Brasil estava na capa da revista em seu formato mais contemporâneo. A primeira foi em 1999 e a chamada era: “Storm clouds from Brazil”, também com uma foto do Cristo Redentor.

⁸⁷¹ Brazil takes off (ed.). 14 abr. 2009. p. 13.

⁸⁷² Ibid.

externa, um desafio: “The next government will face a particular test in South America, where Brazil has at last become the main engine for regional growth”⁸⁷³.

7.4.1 Comércio internacional: economia emergente e liderança nas negociações

No âmbito do comércio internacional a revista noticiou que Luiz Inácio Lula da Silva pretendia aumentar as exportações do Brasil em 10% por ano. Apesar dos principais mercados para os produtos brasileiros permanecerem sendo os Estados Unidos, a União Europeia e o Mercosul, o comércio com outros países em desenvolvimento tinha crescido 35% nos últimos cinco anos; com a China, por exemplo, tinha triplicado⁸⁷⁴. Neste quadro: “Luiz Inácio Lula da Silva, sees China as the country’s most promising business partner and an ally in boosting Brazil’s global influence”⁸⁷⁵. Mas, alertava que o país asiático poderia até funcionar como um motor para a economia brasileira, contudo muito mais como consumidor do que como investidor. Conceder *status* de economia de mercado para aquele país, como fez o Brasil, poderia ter um alto custo⁸⁷⁶.

O semanário lembrou que no discurso de posse o presidente deixou evidente que as relações com a América Latina seriam prioridade. Mesmo que as negociações da ALCA estivessem em curso, o MERCOSUL receberia atenção especial do governo federal tanto em termos políticos, quanto econômicos⁸⁷⁷.

Nas discussões sobre a ALCA estava embutida a preocupação brasileira com o tema do protecionismo. Consoante a *Economist*, a relutância do Brasil em aderir era justificada pela negativa americana de reduzir os subsídios. É este o debate que vai também inspirar os artigos sobre a Rodada Doha⁸⁷⁸.

Segundo a *Economist*, na ocasião, os países pobres deixaram a mesa de negociação por não obterem um acordo satisfatório com os países mais desenvolvidos. Argumentava que

⁸⁷³ The handover (ed.). 02 out. 2010. p. 12.

⁸⁷⁴ Looking south, north or both? 7 fev. 2004. p. 51 e ss.; Hot flush. 22 mai. 2004. p. 54 e ss.

⁸⁷⁵ Falling out of love. 6 ago. 2005. p. 43 e ss.

⁸⁷⁶ Ibid. A diminuição do ritmo de crescimento da China fazia cair o preço das *commodities* e isso afetava diretamente o Brasil. Cf. The great fall of China? (ed.). 15 mai. 2004. p. 11 e ss.; Stronger China (ed.). 29 set. 2007. p. 14.

⁸⁷⁷ North, south or both. 24 mai. 2003. p. 52.; Lula's world. 4 mar. 2006. p. 59.

⁸⁷⁸ Bras, bolts and Brazil. 22 nov. 2003. p. 61 e ss. A Rodada Doha foi lançada em 2001 no Catar e previa negociações sobre livre comércio e crescimento econômico, com ênfase nos países em desenvolvimento. Cf. BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. **Comércio Internacional**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=694&catid=139&Itemid=593&lang=pt-BR>. Acesso em: 12 fev. 2016.

os subsídios desses países provocavam uma tragédia nas economias menores e, que, a Europa estava tentando dividir aqueles que se opuseram; buscando selar acordos bilaterais⁸⁷⁹.

Por outro lado, o periódico também enfatizava que os países em desenvolvimento deveriam diminuir as barreiras comerciais, sobretudo para produtos industrializados. Brasil e Índia foram considerados intransigentes nas negociações e argumentava que esses países só teriam a ganhar com um comércio internacional mais livre. Em 2006, com um novo ciclo de negociações na OMC, afirmou que o país estava pronto para se comprometer e que tinha consciência de que, se a rodada falhasse novamente, todos teriam a perder. Resumia então que ao abraçar a política de corte de tarifas, aumentaria o seu peso no comércio internacional⁸⁸⁰.

Neste cenário, a atuação do Brasil como articulador internacional começou a ser destacada: “Lula’s government seems to see south-south co-operation as a substitute for the freer trade with rich countries”⁸⁸¹. Nesta perspectiva, afirmou ainda que Luiz Inácio Lula da Silva, depois de selar um pacto entre o MERCOSUL e a Índia, havia proposto que os países do G-20 fizessem um acordo de livre-comércio: “Lula looks like an ardent promoter of an old idea, fashionable in the Non-Aligned Movement in the 1970’s that poor countries can stand up to rich ones and achieve development by co-operating with each other”⁸⁸². Havia, portanto, certa reprovação da estratégia brasileira de unir-se a outras economias emergentes em detrimento de estabelecer relações comerciais mais livres com os países centrais. O que não mudava a percepção da *Economist* sobre a importância adquirida pelo Brasil no comércio internacional⁸⁸³.

7.4.1.1 BRICs

⁸⁷⁹ Coming unstuck (ed.). 2 nov. 2002. p. 14.; Sour subsidies (ed.). 17 abr. 2004. p. 11.

⁸⁸⁰ A step forward (ed.). 7 ago. 2004. p. 11 e ss.; Delivering on Doha's promise (ed.). 8 jan. 2005. p. 11.; Five minutes to midnight (ed.). 29 abr. 2006. p. 13 e ss. Slouching towards disaster (ed.). 8 jul. 2006. p. 12 e ss.; Potsdam's price (ed.). 30 jun. 2007. p. 14.; Remember Doha? (ed.). 19 jul. 2008. p. 15 e ss.; Wake up Europe! (ed.). 10 out. 2009. p. 12. A publicação várias vezes criticou a atuação dos Estados Unidos nesse campo. Cf. Mr Bush goes south (ed.). 3 mar. 2007. p. 12 e ss.

⁸⁸¹ Looking south, north or both? 7 fev. 2004. p. 51 e ss.

⁸⁸² Ibid. Sobre o G-20, a revista afirma que é um grupo inspirado pelo Brasil e formado na reunião da OMC em 2003.

⁸⁸³ A nova estratégia de inserção internacional do Brasil tinha quatro eixos: o aprofundamento da integração regional, o compromisso com o multilateralismo, uma agenda comercial afirmativa e a busca de parcerias diversificadas com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Cf. SILVA, André Luiz Reis da. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Boletim Meridiano** 47, v. 11, n. 120, p. 18-24, 2010. Para uma análise sobre a participação dos BRICs na ordem internacional Cf. HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes. In: HURRELL, Andrew, et al. (org.). **Os Brics e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.9-41.

A revista lembrava que em 2003, o Goldman Sachs tinha colocado o Brasil junto com a Rússia, a Índia e a China como um dos BRICs - países em desenvolvimento que dividiriam o domínio econômico do mundo em 2050. Destacava o crescimento dos mercados emergentes, especialmente desses *quatro maiores*. Segundo o semanário, o dinamismo de tais economias fez com que a força de trabalho global dobrasse: “The biggest developing countries China, India and Brazil, have all bust on the global trade scene”⁸⁸⁴.

Apesar de notar que o crescimento do Brasil era menor que da China e da Índia, a publicação justificava dizendo que isso acontecia porque o país era mais rico e urbanizado que os concorrentes. Ainda que o progresso aqui fosse mais lento, considerava que as instituições brasileiras eram mais fortes, que o país tinha passado a ser credor internacional e que sua cotação como grau de investimento chegaria em breve⁸⁸⁵. Neste sentido:

By standards of other big emerging economies such as China’s and India’s, Brazil continues to disappoint. Latin America’s giant grew by annual average of 2,6% over the past three years, and is unlikely to grow by more than 4% in 2006. [...] By standards of its own recent past, however, Brazil is faring well⁸⁸⁶.

Ao fazer um balanço do poder econômico no mundo a publicação avaliou que Brasil, Rússia, China e Índia somavam dois quintos da renda dos países emergentes. Ajuizava que talvez demorasse um pouco mais para que a previsão feita pelo Goldman Sachs se concretizasse, porém isso era apenas uma questão de tempo, não se duvidava mais que aconteceria⁸⁸⁷.

Concluía a revista: “Helped by global enthusiasm for Brazil’s goods and financial securities, the Cardoso-Lula tandem has wrought an *economic miracle* of a different sort”⁸⁸⁸. Desse modo, vemos que a antiga imagem do milagre econômico é reeditada, a revista tem certa tendência de fixar-se em algumas simbologias para descrever o cenário econômico do Brasil. Essa se destacou nos anos 1970 e acabou resgatada no século XXI. Semelhantemente, no *survey* de 2009, a *Economist* especulava sobre outra imagem antes utilizada - não apenas

⁸⁸⁴ Tired of globalisation (ed.). 5 nov. 2005. p. 13 e ss. Sobre o aumento da participação desses países no comércio internacional Cf. AMSDEN, Alice. **A ascensão do resto: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo Unesp, 2009.

⁸⁸⁵ Grow up (ed.). 16 out. 2004. p. 12.; How China runs the world economy (ed.). 30 jul. 2005. p. 14.; Land of promise. 14 abr. 2007. p. 115 e ss.

⁸⁸⁶ The magic of Lula (ed.). 4 mar. 2006. p. 11 e ss.

⁸⁸⁷ Surprise! (ed.). 16 set. 2006. p. 11 e ss. A globalização teria colaborado para o surgimento de novos tipos de companhias multinacionais. Agora com sede em países emergentes, essas empresas estavam instalando-se em países ricos e tornando-se globais. Cf. Wind of change (ed.). 12 jan. 2008. p. 10 e ss.

⁸⁸⁸ Land of promise. 14 abr. 2007. p. 115 e ss. (grifos meus). A ideia de *milagre econômico* é retomada pela revista, mais uma vez como justificativa da imagem internacional de potência.

pelo semanário. Questionava qual seria o *futuro do país do futuro*: “judged against its own past, Brazil is doing astonishingly well”⁸⁸⁹. E ainda:

Brazil has so often flattered to deceive. In 2003 economists at Goldman Sachs bracketed it with Russia, India and China in a new acronym: the BRICs, they said, would dominate the world economy by 2050 and provide most of its growth in the intervening years. Brazil sluggish economy has led many to question its right to membership of the club.

In fact, as our special report this week makes clear, Brazil is doing rather better than many assume. Signs of progress abound⁸⁹⁰.

Entre os sinais do *progresso* enumerou: a inflação estava sob controle, a economia avançava e o crescimento deveria atingir 4,5% em 2007, as exportações dobraram, as taxas de juros ainda eram altas, mas caíam coerentemente, e a dívida pública era, pela primeira vez, manejável. Além disso, o periódico registrou que a desigualdade marcante, por anos, vinha amainando e a distribuição de renda tornava-se menos desigual. Como consequência a pobreza caíra para um terço do que era no início dos anos 1990. E ainda: “Brazil is a rising power in the world, too. It is a leader in alternative fuels and because of its rainforest, a crucial actor against climate change”⁸⁹¹.

Com a chegada da crise econômica internacional, a *Economist* perguntava como o mundo emergente enfrentaria a tempestade que afetava a economia mundial. Sobre o Brasil, acreditava na capacidade do país de lidar com o momento desfavorável. O país estava incluído em um sistema mais liberal e, por isso, tinha condições de enfrentar a crise⁸⁹².

A publicação diagnosticava que as maiores economias emergentes recuperar-se-iam antes dos Estados Unidos. Elas se tornaram mais resistentes às recessões americanas fortalecendo seus mercados internos e tomando medidas macroeconômicas mais prudentes. Apesar de ainda estarem associadas a maior economia do mundo e terem sentido mais a crise do que alguns analistas imaginaram, retomariam o crescimento⁸⁹³.

7.4.2 Presença do Brasil no mundo

⁸⁸⁹ Two Americas. 14 nov. 2009. p. 17 e ss.

⁸⁹⁰ Should try harder (ed.). 14 abr. 2007. p. 14.

⁸⁹¹ Ibid.

⁸⁹² Into the storm (ed.). 25 out. 2008. p. 13 e ss.; How China sees the world (ed.). 21 mar. 2009. p. 15.

⁸⁹³ Decoupling 2.0 (ed.). 23 mai. 2009. p. 13.; Leviathan Inc (ed.). 7 ago. 2010. p. 11 e ss.

7.4.2.1 Conselho de Segurança

O país desejava projetar uma imagem mais ativa no cenário internacional e um dos sinais disso foi a decisão de participar da operação de paz no Haiti: “Brazil is bidding for big-power status. What sort of power does it want to Be? [...] Luiz Inácio Lula da Silva, the country’s left-leaning president, is carving out a role for Brazil as a spokesman for poor countries”⁸⁹⁴. Visava com essa ação, uma cadeira permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reformado. O envio das forças de paz era um preço que o país deveria pagar por estar entre aqueles que estabelecem as regras da política internacional⁸⁹⁵.

A hipótese de um CSNU reformulado é discutida pela publicação. Segundo o que informava, Japão, Brasil e Índia seriam candidatos naturais para a nova composição⁸⁹⁶. Diante disto, a revista parecia ser favorável a esse movimento: “The UN Security Council - whose permanent members include Britain and France but exclude Japan, India and Brazil - has long looked outdated and will soon look absurd”⁸⁹⁷.

Afirmava ainda que o CSNU permanecia legítimo, mas que isso desvaneceria em pouco tempo, a não ser que os candidatos naturais citados anteriormente, mais a Alemanha e um país africano fossem incorporados como membros permanentes⁸⁹⁸.

As ambições brasileiras também foram relacionadas quando da crise no Irã, este era acusado de desenvolver um plano nuclear secreto. Brasil e Turquia voluntariaram-se como negociadores e a publicação perguntava-se se o posicionamento assumido por ambos de fato ajudaria a resolver o impasse. De acordo com a *Economist*, o Brasil já tinha composto o CSNU dez vezes, contudo nunca havia votado contra uma posição majoritária. Isso acontecera em junho de 2010, momento em que os dois países se opuseram a aplicações de sanções ao Irã. Para o semanário, isso fazia parte de uma estratégia brasileira de estreitar os laços com outros países emergentes para ter uma posição mais proeminente no cenário internacional⁸⁹⁹.

⁸⁹⁴ A giant stirs. 12 jun. 2004. p. 52 e ss. A atuação do Brasil no Haiti foi considerada um grande sucesso. Cf. But what is it for? 17 jan. 2009. p. 46.

⁸⁹⁵ Lula's world. 4 mar. 2006. p. 59.; Policy, not altruism. 25 set. 2010. p. 66 e ss. A revista manifestava que esse tipo de ação não deveria ser tão forte com Luiz Inácio Lula da Silva fora da Presidência.

⁸⁹⁶ Kofi Annan's reform plan (ed.). 26 mar. 2005. p. 12.; A collision in East Asia (ed.). 16 abr. 2005. p. 13 e ss.

⁸⁹⁷ Surprise! (ed.). 16 set. 2006. p. 11 e ss.

⁸⁹⁸ A chance for a safer world (ed.). 6 jan. 2007. p. 7. O debate sobre a reformulação do CSNU passa pela ampliação da agenda de segurança internacional para além do enfoque político-militar; abrangendo também a segurança econômica, ambiental, societal, humana e alimentar. Para isso Cf. BUZAN, Barry e HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Unesp, 2012.

⁸⁹⁹ Not just any deal will do. 22 mai. 2010. p. 67 e ss. Afirmara também que o Brasil esteve relutante em pressionar o Irã. Cf. Getting beyond no (ed.). 24 set. 2005. p. 17 e ss. Admite, entretanto, em 2010 que o Brasil e

O manifesto desejo do Brasil de ser membro permanente estava conectado a uma estratégia de adensamento da presença do país no mundo. Destarte, afirmava:

Brazil now has more diplomatic missions in Africa than Britain has. [...] And it has played a more active role on global issues such as trade, climate change and regulating the international financial system. [...] Much of this new assertiveness flows naturally from Brazil's growing power, which stems from stability, a robust democracy, faster economic growth and successful social policies⁹⁰⁰.

Essas iniciativas completavam o que se chamava de *diplomacia da generosidade*. Segundo a revista, com o objetivo de reforçar seu *soft power* o país investia em um programa de assistência no Haiti baseado no Bolsa Família, e intensificado depois do terremoto e em diversas propostas nos países africanos, especialmente aqueles falantes de língua portuguesa⁹⁰¹.

No sentido de reforçar a presença dos países emergentes nas instâncias internacionais, a revista sugeria uma reforma ampla das instituições globais, como por exemplo, que o G-8 fosse transformado em G-12 para incluir China, Brasil, Índia e Espanha. Muito embora alertasse que a mais ultrapassada das instituições fosse realmente o CSNU, por outro lado, lembrava que não seria tão fácil aos quatro candidatos mais óbvios - Brasil, Índia, Alemanha e Japão - conseguirem uma vaga como membros permanentes por enfrentarem oposição dentro das próprias regiões: da Argentina, do Paquistão, da Itália e da China⁹⁰².

7.4.2.2 Liderança regional

Conforme a *Economist*, o Brasil sempre almejou aumentar sua estatura no mundo. Posicionava-se como uma liderança na América do Sul e tentava enfatizar suas relações com o continente africano, com o Oriente Médio e a Ásia⁹⁰³. Mas, o foco permanecia na região, foi

a Turquia foram importantes no desenho do acordo com o Irã. Cf. *A step away from the bomb* (ed.). 12 jun. 2010. p. 17 e ss.

⁹⁰⁰ *An Iranian banana skin*. 19 jun. 2010. p. 52 e ss.

⁹⁰¹ *Lula and his squabbling friends*. 15 ago. 2009. p. 38 e ss.; *Speak softly and carry a blank cheque*. 17 jul. 2010. p. 52 e ss.; *A plan for Haiti* (ed.). 23 jan. 2010. p. 11 e ss.

⁹⁰² *What a way to run the world* (ed.). 5 jul. 2008. p. 16.; *Thinking the UNthinkable* (ed.). 13 nov. 2010. p. 14 e ss. A ideia era incluir o que a revista chamou de *economias esperançasas*. Cf. *The better part of valour* (ed.). 14 mar. 2009. p. 12.

⁹⁰³ *The diminishing of Brazil*. 13 mai. 2006. p. 59 e ss. Essa diversificação da política externa brasileira não é exatamente uma novidade. A política externa independente do governo Geisel tinha uma proposta parecida. Sobre essa aproximação Cf. SALES, Camila Maria Risso. **Relações internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula**. 2007. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Sobre a política externa do

o que concluiu um artigo sobre a primeira reunião dos países da América Latina e Caribe: “Not only does Brazil, the world’s fourth-largest democracy have legitimate aspirations to regional leadership and to a bigger role in the world”⁹⁰⁴.

Afirmou que o presidente tinha chegado ao poder com três objetivos no campo da política externa: um assento no CSNU, um acordo comercial internacional e um bloco sul-americano forte. Apesar de não tê-los atingido completamente, tinha conseguido aumentar os laços comerciais com a África e a Ásia e reforçar sua imagem de líder regional: “The message: it is Brazil, with a growing economy and a popular president in Luiz Inácio Lula da Silva, and not the United States that is now the leading power in the region”⁹⁰⁵. A conclusão da revista soava um pouco irônica e ia ao encontro de outras manifestações subseqüentes que criticavam alguns aspectos da política externa de Luiz Inácio Lula da Silva.

A reunião da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), realizada em agosto de 2009, foi considerada um fiasco. A publicação argumentava que o desejo de integrar a América do Sul, a partir de uma aliança antiamericana, ações como o convite para que a Venezuela integrasse o MERCOSUL e a ênfase nas relações Sul-Sul, eram uma tentativa de dar uma compensação à esquerda ao eleitorado e, qu,e a tendência do segundo mandato era estabelecer uma política mais pragmática⁹⁰⁶.

Outro episódio que trouxe à tona a possibilidade de o Brasil participar mais ativamente da política internacional foi o golpe em Honduras. Ao perguntar de que lado o país ficaria, a revista adiantou que teria dois caminhos a seguir: um, defender a democracia, e o outro, abraçar os autocratas. Sugeriu que uma forma de ajudar era afastando Manuel Zelaya da

governo Geisel Cf. HURRELL, 1986. Sobre os governos Luiz Inácio Lula da Silva Cf. VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

⁹⁰⁴ The samba beat, with missteps. 20 dez. 2008. p. 83. A revista referia-se à I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento realizada nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia.

⁹⁰⁵ Ibid. Sobre o regionalismo Hurrell afirma: “Um país pode enxergar a região como meio de agregar poder e fomentar uma coalizão regional para facilitar suas negociações internacionais”. Destacando que essa foi a maneira com que o Brasil atuou no MERCOSUL diante da ALCA. Cf. HURRELL, 2009. p. 22. Ainda sobre a atuação do Brasil na região, Cf. MALAMUD, Andrés. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011.; LIMA, Maria Regina Soares de e HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

⁹⁰⁶ Lula and his squabbling friends. 15 ago. 2009. p. 38 e ss.; A new start in the Americas (ed.). 25 abr. 2009. p. 18 e ss.; A menagerie of monikers (ed.). 9 jan. 2010. p. 12. Essa guinada à esquerda na política externa foi discutida por pesquisadores brasileiros da área de relações internacionais. Cf. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O governo Lula em face dos desafios sistêmicos de uma ordem internacional em transição. **Carta Internacional**, v. 1, n. 1, p. 13-21, 2006.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162-84, 2004.

influencia de Fidel Castro e Hugo Chávez⁹⁰⁷. A atuação do Brasil foi negativamente avaliada pela *Economist*. Esta asseverou que o país sempre afirmara que não interviria em negócios internacionais, mas que esse não parece ter sido o caso. Nas palavras da *Economist*, muito embora o Brasil tenha atuado no caso, não se posicionava quando Chávez neutralizava as instituições venezuelanas, intervindo seletivamente: “Though the recent leftward lurch in Brazil’s foreign policy has muddied the issue, Latin America’s political divide is not between left and right, it is between democracy and autocracy, represented principally by Mr Chávez and his ally Cuba”⁹⁰⁸.

7.4.3 Meio ambiente e não proliferação

A questão ambiental entrou definitivamente na pauta da *Economist* a partir do final da década de 1980. Já o debate sobre a não-proliferação teve grande destaque na década anterior. No século XXI, ambos os temas apareceram contudo sem grande relevância.

Durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva alguns artigos referiram-se a temática ambiental conectando-a as mudanças na agricultura⁹⁰⁹. Houve também referências a emissão de carbono proveniente das queimadas nas florestas enfatizando, no entanto, que os índices de desmatamento vinham diminuindo. Para a revista, desde que assumiu, o presidente tentava equalizar os interesses daqueles que queriam transformar a Amazônia numa grande reserva e dos que queriam fazer dela uma fazenda. Noticiava que o país tinha desenvolvido um sofisticado sistema de monitoramento da floresta e destacava também o papel do Brasil nas negociações internacionais sobre o tema, especialmente sobre o Protocolo de Kyoto⁹¹⁰. Acrescentava: “Some middle-income countries such as Brazil and Mexico, have announced targets for cutting emissions”⁹¹¹.

⁹⁰⁷ Why and how to reinstate Zelaya (ed.). 25 jul. 2009. p. 12.; Whose side is Brazil on? (ed.). 15 ago. 2009. p. 10. Manuel Zelaya foi derrubado por um golpe militar em 28 de junho de 2009. Na ocasião foi expulso do país e depois de passar pela Costa Rica e pela Nicarágua, volta para Honduras. No dia 21 de setembro refugiou-se na embaixada brasileira onde ficou por quatro meses.

⁹⁰⁸ Honduras defies the world (ed.). 5 dez. 2009. p. 16 e ss. Criticou mais uma vez a aproximação com Cuba em: Raúl the pragmatist (ed.). 13 nov. 2010. p. 12 e ss.

⁹⁰⁹ An amber light for agri-business. 4 out. 2003. p. 53 e ss.; Look for the silver lining (ed.). 19 jul. 2008. p. 18.; Awash in waste (ed.). 11 abr. 2009. p. 17 e ss.; Attack of the really quite likeable tomatoes (ed.). 27 fev. 2010. p. 16.

⁹¹⁰ The final frontier. 14 abr. 2007. p. 122 e ss.; Welcome to our shrinking jungle. 7 jun. 2008. p. 58 e ss.; Dancing with the bear. 18 abr. 2009. p. 54.; Saving the rainforest (ed.). 24 jul. 2004. p. 11.; Seeing REDD in the Amazon (ed.). 13 jun. 2009. p. 13 e ss.

⁹¹¹ Stopping climate change (ed.). 5 dez. 2009. p. 11 e ss.

Segundo a publicação, as taxas de desmatamento estavam no menor nível em duas décadas e isso se devia a ações bem sucedidas do governo, como por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias verdes, nas quais era pioneiro, e a matriz energética, baseada em recursos renováveis. Para a *Economist*, a energia limpa era competitiva apenas em alguns casos bem específicos e usava o etanol proveniente da cana-de-açúcar como exemplo⁹¹².

Sobre a temática nuclear, desde que o Brasil assinou o TNP nos anos 1990, deixava de ser uma preocupação. Alertava apenas que a condescendência da comunidade internacional com a Índia podia fazer com que o país se negasse a ser fiscalizado pelos órgãos responsáveis pelo controle de armas nucleares, exigindo tratamento paritário⁹¹³.

Temos portanto, que dois dos temas mais relevantes em décadas anteriores, ficaram em segundo plano. A emergência do país em termos políticos e, principalmente, econômicos tomou conta da maioria do noticiário sobre política internacional. O Brasil era agora um dos grandes mercados para investimento, estava em ascensão e isso interessava a *Economist* sobremaneira.

⁹¹² Less smoke, less ire. 25 set. 2010. p. 14 e ss.; Green dreams (ed.). 18 nov. 2006. p. 11.; Seeing REDD in the Amazon (ed.). 13 jun. 2009. p. 13 e ss.; The world's lungs (ed.). 25 set. 2010. p. 13.; The least of God's creatures has value (ed.). 23 out. 2010. p. 18. Como vimos, a revista era favorável à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e considerava sustentável a produção de etanol. Sabemos, no entanto, que a monocultura da cana-de-açúcar e as condições de trabalho nas fazendas tornam essa ideia bastante questionável.

⁹¹³ Holding the line (ed.). 18 jan. 2003. p. 12; How to stop the spread of the bomb (ed.). 30 abr. 2005. p. 16.; From bad to worse (ed.). 22 jul. 2006. p. 12 e ss.; Worse will come (ed.). 25 ago. 2007. p. 12.; If not now, never (ed.). 1 mai. 2010. p. 12.

8 Considerações Finais

A *Economist* é uma das mais importantes revistas do mundo. A cobertura feita por ela importa na forma como um determinado assunto será tratado tanto por outros órgãos da imprensa como pelo público em geral. A projeção de imagens forjada pela publicação repercute no mundo inteiro, dada a importância que a mídia transnacional vem adquirindo como ator relevante na sociedade internacional.

Essa tese procurou demonstrar através da análise dos artigos e editoriais publicados sobre o Brasil entre 1964 e 2010 que a revista mantém uma linha editorial em que demonstra seu viés político-ideológico liberal. O fio condutor é que o periódico tende a submeter a política à economia e avaliar o país mais positiva ou negativamente dependendo de sua aproximação ou afastamento desse marco ideológico.

Neste sentido, durante a ditadura militar, período que correspondeu à análise feita no capítulo 4 (1964-1984), a imagem do *milagre econômico* e a projeção da ideia de *Brasil potência* se sobrepõem às denúncias de violação dos direitos humanos, muitas vezes ignoradas. Foi possível identificar que algumas temáticas interessavam mais à publicação e colaboraram para a construção das imagens do Brasil. O sucesso da política econômica nos primeiros anos da década de 1970, a importância da questão energética, principalmente em relação à política nuclear e a postura dos governos militares são os assuntos fundamentais da cobertura da *Economist* acerca do Brasil.

A forma como o Brasil foi noticiado e interpretado durante a ditadura militar refletiu o viés da revista e isso pode ser visto em diversos momentos: como na defesa da necessidade de intervenção militar, no uso do Brasil como um exemplo de adesão dos países em desenvolvimento ao livre mercado e na quase ausência de críticas sobre o desrespeito aos direitos humanos e à prática da tortura. Por outro lado, o endividamento e a inflação em função de uma política econômica considerada equivocada pareceram ser os elementos que capitanearam as críticas, inclusive em outros setores.

Críticas essas que se tornaram mais frequentes durante os anos que foram averiguados no capítulo 5 (1985-1994). Os contratemplos econômicos pelos quais o país passou foram predominantes no noticiário. A *Economist* mantém sua ênfase no aspecto econômico como condicionador da política. Mesmo que nesse período passe a dar mais importância a temas como desigualdade social, direitos humanos e ecologia mantém-se fiel a ideia de que o de avanços nessas áreas são resultado do progresso econômico e esse só pode ser atingido

através da liberdade nos negócios; inclusive os avanços políticos seriam resultado do processo de liberalização da economia.

A reconfiguração política e econômica pela qual o mundo passou no final dos anos 1980 teve reflexos no Brasil. Aqui se completou a mudança de regime, foi promulgada uma nova Constituição e subiram ao poder os primeiros governantes eleitos pelo voto direto. O país passou ainda pelo teste do *impeachment* do primeiro presidente eleito. Depois de assumir o governo, o desacreditado vice-presidente Itamar Franco lançou o Plano Real, a princípio tido como apenas mais um plano de estabilização.

No período seguinte, que vai de 1995 a 2002, e corresponde ao sexto capítulo dessa tese foi possível visualizar que a aproximação do governo com o ideário neoliberal levou a revista a aprovar a maioria das ações desse, iniciando a construção de uma imagem mais positiva do Brasil na esfera internacional. Ao submeter as decisões políticas às possibilidades econômicas do país, o governo ajustava-se àquilo que a publicação considerava adequado. Outro fato notável é que a figura do presidente Fernando Henrique Cardoso também agradava, críticas personalistas que podem ser encontradas em diversos momentos, não apareceram nesse período. Além disso, fez uma defesa enfática da emenda que previa a possibilidade de reeleição.

A tendência liberal da revista é sentida também no tratamento que ela dá a questões como a educacional e a racial. A *Economist* criticava largamente o ensino superior gratuito, defende uma avaliação meritocrática dos professores e políticas de ação afirmativa inspiradas na experiência norte-americana.

No quadro internacional, a indicação da potencialidade do país como liderança regional e dos países emergentes começou a solidificar-se novamente. De 1995 a 2002, a estabilização da economia e a abertura ao mercado internacional parecem ser os temas mais importantes mesmo em política internacional.

No último período analisado, correspondente aos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a imagem de potência emergente tornou-se frequente. Diferentemente dos anos 1970, o discurso e a percepção sobre o Brasil se assentavam em, basicamente, quatro fatores: o crescimento e a estabilidade econômica, o regime democrático, a redução da desigualdade social e a autossuficiência energética. Havia, na *Economist*, um forte entusiasmo com as condições econômicas do país emergente. Tanto o presidente da República quanto o ministro Antonio Palocci, enquanto esteve à frente da pasta da Fazenda, foram fartamente elogiados pela publicação.

Desta forma, partimos do pressuposto de que os atores internacionais são moldados pelo meio em que atuam e que a imagem de um país depende da forma como ele é apresentado no ambiente internacional. Além disso, consideramos que a mídia internacional é um elemento relevante nessa construção e julgamos que a *Economist* era representativa desse cenário. A partir disso, foi possível construir um grande painel em que apresentamos o posicionamento da revista sobre diversos assuntos no intuito de compreendermos tanto a forma como se deu a cobertura sobre os acontecimentos no Brasil quanto perfil da publicação.

Assim, confirmamos nossa hipótese de que o periódico inglês tem um diapasão nas suas análises, que é a aplicação das regras do livre mercado. O país é exaltado quando se aproxima destas e, por outro lado, é depreciado se se afasta. Preza também por uma política dentro dos moldes do marco liberal, por isso é favorável a liberalização das drogas, do casamento entre pessoas do mesmo sexo e de políticas de ação afirmativa. Defende a todo custo a diminuição da esfera de atuação do Estado e a liberdade de ação dos mercados.

Mesmo no longo período compreendido pela nossa análise (1964-2010) foi possível perceber que as linhas centrais não se modificaram, principalmente quando se trata da questão econômica. Por isso, podemos dizer que a cobertura da *Economist* é marcada por uma razoável regularidade e que as diversas imagens que utilizou para se referir ao Brasil tinham a marca do liberalismo. O *milagre econômico* veio com a abertura dos mercados, a *estabilidade* com o ajuste neoliberal e a *potência emergente* com manutenção da ortodoxia na política econômica.

É importante notar, no entanto, que não existe um Brasil criado, inventado pela *Economist*, mas as posturas político-ideológicas de longo prazo da revista contribuíram para que a imagem brasileira repercutida em suas páginas fosse mais positiva ou negativa dependendo do contexto interno e internacional. O que é considerado como acerto ou erro está conectado à postura mais pró ou contra o livre mercado que o país foi assumindo.

Referências bibliográficas

- ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 47, p. 201-46, 1999. ISSN 0102-6445. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200011&nrm=iso >. Acesso em: 11 ago. 2015.
- ALARCON, Rodrigo. **Brasil: represión y tortura**. Santiago: Editorial Orbe, 1971.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O governo Lula em face dos desafios sistêmicos de uma ordem internacional em transição. **Carta Internacional**, v. 1, n. 1, p. 13-21, 2006. ISSN 1413-0904. Disponível em: < <http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/250> >. Acesso em: 23 fev. 2016.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162-84, 2004. ISSN 0034-7329. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&nrm=iso >. Acesso em: 23 fev. 2016.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AMSDEN, Alice. **A ascensão do resto: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo Unesp, 2009.
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: EDUSC, 1999. 270.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985. Disponível em: < http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=2038 >. Acesso em: 16 dez. 2014.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UNB/IPRI, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BIOCCA, Ettore. **Estratégia do terror: a face oculta e repressiva do Brasil**. Lisboa: Iniciativas, 1974.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BODMAN, Samuel W. , WOLFENSOHN, James D. e SWEIG, Julia E. Council on Foreign Relations. **Task force report: Global Brazil and U.S.-Brazil Relations**. 2011.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Desarmamento Nuclear e Não Proliferação TNP - Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares**. 2015. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=559-tnp-tratado-de-nao-proliferao-de-armas-nucleares&lang=pt-BR >. Acesso em: 9 dez. 2015.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade: Mortos e desaparecidos maio de 1974 - outubro de 1985.** 2014. v. 3. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/MortoseDesaparecidos_Maiode1974-Outubrode1985.pdf >. Acesso em: 16 dez. 2014.

———. **Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. Comércio Internacional.** s/d. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=694&catid=139&Itemid=593&lang=pt-BR >. Acesso em: 12 fev. 2016.

BUARQUE, Daniel. **Brazil, um país do presente: a imagem internacional do país do futuro.** São Paulo: Alameda, 2013.

BUZAN, Barry. **From international to world society?: English school theory and the social structure of globalisation.** Cambridge, Eng.: Cambridge University Press, 2004. xviii, 294 p.

———. As implicações do 11 de Setembro para o estudo das relações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 24, n. 2, p. 233-65, 2002. ISSN 0102-8529. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000200001&nrm=iso >. Acesso em: 11 ago. 2015.

BUZAN, Barry e HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Unesp, 2012.

BUZAN, Barry e WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAMARA, Dom Hélder e LAMARTINE, José. **Em defesa da pessoa humana.** Dom Hélder pastor da liberdade - website s/ano. Disponível em: < <http://www.pe-az.com.br/dh/1969.htm> >. Acesso em: 13 out. 2014.

CANTARINO, Geraldo. **A Ditadura que o inglês viu.** Rio de Janeiro: MauadX, 2014.

CASON, Jeffrey W. e POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 2, p. 117-40, 2009. Disponível em: < <http://ips.sagepub.com/content/30/2/117.abstract> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

CHECKEL, Jeffrey T. The Constructivist Turn in International Relations Theory. **World Politics**, v. 50, n. 2, p. 324-48, 1998. ISSN 00438871. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/25054040> >. Acesso em: 10 out. 2014.

CODATO, Adriano. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História. Questões e Debates**, n. 40, p. 11-36, 2004. Disponível em: < <http://works.bepress.com/adrianocodato/25/> >. Acesso em: 10 out. 2014.

COHEN, Bernard C. **The press and foreign policy**. Westport, Conn: Greenwood Press, 1983.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **Communication from the Commission to the European Parliament and the Council: Towards an EU-Brazil Strategic Partnership**. Bruxelas, 2007. v. 281. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007DC0281&from=EN> >. Acesso em: 3 fev. 2016.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. As ideias do poder: dependência e globalização no discurso recente de Fernando Henrique Cardoso. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e (org.). **Globalização, democracia e ordem internacional**. São Paulo; Campinas: UNESP; UNICAMP, 2004. cap. 3, p.65-90.

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 360 p.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI-5**. FGV/CPDOC s/ano. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> >. Acesso em: 10 out. 2014.

DANESE, Sérgio França. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DE ONIS, Juan. Brazil's Big Moment: A South American Giant Wakes Up. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 6, p. 110-22, 2008. ISSN 00157120. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/20699375> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

EDWARDS, Ruth Dudley. **The pursuit of reason: The Economist 1843-1993**. London: Hamish Hamilton, 1993. 1020 p.

FOLLATH, Erich e GLUESING, Jens. From poverty to power: how good governance made Brazil as a model nation. **Spiegel Online**, p. 8 out. 2012. Disponível em: < <http://www.spiegel.de/international/world/good-governance-series-how-brazil-became-a-model-nation-a-843591.html> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra e MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008. ISSN 0101-3157. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100002&nrm=iso >. Acesso em: 15 ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUCCILLE, Luis Alexandre. **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil**. 2006. 282 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000378085> >. Acesso em: 10 dez. 2015.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 525 p.

———. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 538 p.

———. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a. 417 p.

———. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 507 p.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts**. Washington, 2000. Disponível em: < http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_2015%20Report.pdf >. Acesso em: 3 fev. 2016.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2025: A Transformed World**. Washington, 2008. Disponível em: < <http://www.aicpa.org/research/cpahorizons2025/globalforces/downloadabledocuments/globaltrends.pdf> >. Acesso em: 3 fev. 2016.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GREEN, James Naylor. **We cannot remain silent: opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States**. Durham, N.C. ; London: Duke University Press, 2010. xiv, 450 p.

GREENSLADE, Roy. Economist group defies gloomy media trend with upbeat results. **The Guardian**, London, 21 jun. 2011.

———. Interview - Andrew Rashbass: 'The biggest reason we are successful is that we are lucky'. **The Guardian**, London, 27 nov. 2011.

HERZ, Monica e LAGE, Victor Coutinho. BRICS e Questão Nuclear: Contestações e Rearfirmações diante dos Mecanismos de Governança Global. **Carta Internacional**, v. 6, n. 2, p. 31-54, 2011. ISSN 1413-0904. Disponível em: < <http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/37> >. Acesso em: 6 dez. 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HOLSTI, Kalevi J. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 14, n. 3, p. 233-309, 09/01, 1970. ISSN 00208833. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/3013584.pdf?acceptTC=true> >. Acesso em: 27 nov. 2014.

HOPKIN, Jonathan. The Comparative Method. In: MARSH, David e STOKER, Gerry (org.). **Theory and Methods in Political Science**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010. cap. 14, p.285-307.

HUNTINGTON, Samuel P. The lonely superpower. **Foreign Affairs**, v. 78, n. 2, p. 35-49, 1999.

HURRELL, Andrew. Brazil and the New Global Order. **Current History**, v. 109, n. 724, p. 60-66, 2010. ISSN 00113530. Disponível em: < http://openurl.ac.uk/athens:112?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:journal&genre=article&sid=ProQ:ProQ%3Aartshumanities&atitle=Brazil+and+the+New+Global+Order&title=Current+History&issn=00113530&date=2010-02-01&volume=109&issue=724&spage=60&au=Hurrell%2C+Andrew&isbn=&jtitle=Current+History&btitle=&rft_id=info:eric/&rft_id=info:doi/ >. Acesso em: 11 ago. 2015.

———. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes. In: HURRELL, Andrew, LIMA, Maria Regina Soares de, HIRST, Mônica, MACFARLANE, Neil, NARLIAR, Amrita e FOOT, Rosemary (org.). **Os Brics e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.9-41.

———. Lula's Brazil: A Rising Power, but Going Where? **Current History**, v. 107, n. 706, p. 51-57, 2008. ISSN 00113530. Disponível em: < http://openurl.ac.uk/athens:112?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:journal&genre=article&sid=ProQ:ProQ%3Aartshumanities&atitle=Lula%27s+Brazil%3A+A+Rising+Power%2C+but+Going+Where%3F&title=Current+History&issn=00113530&date=2008-02-01&volume=107&issue=706&spage=51&au=Hurrell%2C+Andrew&isbn=&jtitle=Current+History&btitle=&rft_id=info:eric/&rft_id=info:doi/ >. Acesso em: 11 ago. 2015.

———. **On Global Order: Power, Values, and Constitution of International Society**. New: Oxford University Press, 2007.

———. **The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985**. 1986. 385 p. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculty of Social Studies, University of Oxford, Oxford.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Em nome da autonomia e do desenvolvimento: Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear. **Boletim Meridiano** 47, v. 13, n. 129, p. 28-34, 2012. ISSN 1518-1219. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/5677> >. Acesso em: 9 dez. 2015.

KING, Gary, KEOHANE, Robert O. e VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton : Princeton University Press, 1994.

KINGSTONE, Peter. Brazil: The Sleeping Giant Awakens. **World Politics Review**, v. 12, n. 1, 2009.

KUCINSKI, Bernardo e TRONCA, Italo “**Pau de Arara**” – **La Violence Militaire au Brésil**. Paris: Cahiers Libres, 1971. Disponível em: < http://kucinski.com.br/pdf/livros_LaViolencePRINT_RV.pdf >. Acesso em: 11 ago. 2015.

LEISS, William. **C.B. Macpherson: dilemmas of liberalism and socialism**. Montréal: New World Perspectives, 1988. 152 p.

LEZAUN, Javier. Limiting the Social: Constructivism and Social Knowledge in International Relations. **International Studies Review**, v. 4, n. 3, p. 229-34, 2002. ISSN 1468-2486. Disponível em: < <http://isr.oxfordjournals.org/content/isr/4/3/229.full.pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

LIMA, Maria Regina Soares de e HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006. ISSN 1468-2346. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/store/10.1111/j.1468-2346.2006.00513.x/asset/j.1468-2346.2006.00513.x.pdf?v=1&t=il0xfb3z&s=a3c7d41b92cd2912f862750b67e205194ae2ba98> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

LIPSET, Seymour Martin. Liberalism, Conservatism, and Americanism. **Ethics & International Affairs**, v. 3, n. 1, p. 205-18, 1989. ISSN 1747-7093. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/j.1747-7093.1989.tb00219.x> >.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Petrópolis: Vozes, 2001. 317 p.

LYONS, John. Economy Fuels Brazil's Ambitions Beyond South America. **Wall Street Journal**, p. 6 fev. 2009. Disponível em: < <http://www.wsj.com/articles/SB123397388345159609> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Sarney: os Planos Cruzados (1986) e Bresser (1987). **Texto para Discussão. IE/Unicamp**, n. 157, p. 1-63, 2009. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto157.pdf> >. Acesso em: 30 set. 2015.

———. Um aspecto da política econômica do "milagre brasileiro": a política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971. **Estudos Econômicos**, v. 38, n. 1, p. 151-72, 2008-03-01, 2008. ISSN 1980-5357. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35944/38661> >. Acesso em: 15 ago. 2015.

MACPHERSON, Crawford B. **The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke**. Oxford: Oxford University Press, 1985. ix, 310 p.

———. **The life and times of liberal democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1977. 120 p.

MALAMUD, Andrés. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011. ISSN 1548-2456. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-2456.2011.00123.x> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

MANHEIM, Jarol B. e ALBRITTON, Robert B. Changing National Images: International Public Relations and Media Agenda Setting. **The American Political Science Review**, v. 78, n. 3, p. 641-57, 09/01, 1984. ISSN 00030554. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1961834.pdf> >. Acesso em: 1 set. 2014.

MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcântara (org.). **A democracia brasileira: balanços e perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p.73-105.

MARQUES, Sylvia Ferreira. **A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995-2002): uma leitura construtivista do conceito de potência média**. 2005. 120 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=6509@1 >. Acesso em: 17 dez. 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)**. 2015. 234 p. Tese (Professor Titular). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

———. Adieu à la dictature militaire? **Brésil (s). Sciences humaines et sociales**, n. 5, p. 17-32, 2014. ISSN 2425-231X.

———. O projeto do submarino nuclear brasileiro. **Contexto Internacional**, v. 33, p. 277-314, 2011. ISSN 0102-8529. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200002&nrm=iso >. Acesso em: 9 dez. 2015.

———. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1996. 204 p.

———. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987. 112 p.

MOFFETT, Matt. Brazil Joins Front Rank of New Economic Powers. **Wall Street Journal**, p. 13 mai. 2008. Disponível em: < <http://www.wsj.com/articles/SB121063846832986909> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

MOLINA, Matías M. Tempos nunca vistos. **Valor Econômico**, São Paulo, p. 13 dez. 2013.

NISBET, Robert A. **Conservatism: dream and reality**. Milton Keynes: Open University Press, 1986. 118 p.

NOBEN, Kirsten. **The relation between Brazil and the “West”: a critical analysis of the perception of Brazil in the British media**. 2012. 65 p. Dissertação (Mestrado). Brazil in a Global Perspective, King's College London, Londres.

NOBRE, Marcos. Pensando o impeachment. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 34, p. 15-19, 1992.

O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986. 73 p.

O'NEIL, Jim. Building better global economic BRICs. **Goldman Sachs, Global Economics Paper**, n. 66, p. 1-16, 2001. Disponível em: < <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

O'NEIL, Shannon. Brazil as an emerging power: the view from the United States. **SAIIA Policy Briefing**, v. 16, p. 1-4, 2010.

O senhor polêmica. **O Povo Online**, p. 13 mai. 2013. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2013/05/13/noticiasjornalpaginasazuis,3054845/o-senhor-polemica.shtml> >. Acesso em: 29 fev. 2016.

PERRY, William. **Contemporary Brazilian foreign policy: the international strategy of an emerging power**. Beverly Hills: Sage Publications, 1976.

PERRY, William e KERN, Sheila. The Brazilian nuclear program in a foreign policy context. **Comparative Strategy**, v. 1, n. 1-2, p. 53-70, 1978. ISSN 0149-5933. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01495937808402565> >. Acesso em: 27 nov. 2014.

POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

POWER, Jonathan. **Amnesty International: the human rights story**. Oxford: Pergamon Press, 1981. 128 p.

PRADO, Débora Figueiredo Barros do e MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo José Sarney (1985-1990). **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 67-80, 2010.

QUERO, Caio. Comissão da Verdade do Rio investiga 'ligação' entre atentados na OAB e Riocentro. **BBC Brasil**, p. 2013. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/celular/noticias/2013/04/130330_oab_damous_cq_ac.shtml#social-nav >. Acesso em: 17 dez. 2014.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REID, Michael. **Brazil: The Troubled Rise of a Global Power**. New Haven and London: Yale University Press, 2014.

REUS-SMIT, Christian. Imagining society: constructivism and the English School. **The British Journal of Politics & International Relations**, v. 4, n. 3, p. 487-509, 2002. ISSN 1467-856X. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/1467-856X.00091> <http://bpi.sagepub.com/content/4/3/487.full.pdf> >. Acesso em: 12 ago. 2015.

ROBERT, Stephen e MAXWELL, Kenneth R. Council on Foreign Relations. **Task force report: A Letter to the President and a Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil**. 2001.

ROETT, Riordan. Brazil ascendant: international relations and geopolitics in the late 20th century. **Journal of international affairs**, v. 29, n. 2, p. 139-54, 1975. ISSN 0022-197X.

Disponível em: < <http://www.econbiz.de/Record/brazil-ascendant-international-relations-and-geopolitics-in-the-late-20th-century-roett-riordan/10002704636> >. Acesso em: 27 nov. 2014.

———. **The New Brazil**. Washington: Brookings Institution Press, 2011.

ROHTER, Larry. **Brazil on the rise: the story of a country transformed**. New York: Macmillan, 2012.

ROSSI, Clóvis. Europa oferece ao Mercosul avançar mais que Alca. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, s/p., 21 mar. 2001. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2103200120.htm> >. Acesso em: 10 dez. 2015.

ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do desenvolvimento econômico. Um Manifesto não-Comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SALES, Camila Maria Risso. **Relações internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula**. 2007. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000407617> >. Acesso em: 12 fev. 2016.

SALLUM Jr., Brasília. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Revista Dados**, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a02> >. Acesso em: 6 out. 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

———. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986. 195 p.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada (volume II - As questões clássicas)**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHNEIDER, Ronald M. **Brazil, Foreign Policy of a Future World Power**. Boulder: Westview Press, 1976.

SCHOOYANS, Michel. **Demain, le Brésil? Militarisme et technocratie**. Paris: Les Editions du Cerf, 1977. 169 p.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, André Luiz Reis da. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Boletim Meridiano** 47, v. 11, n. 120, p. 18-24, 2010. ISSN 1518-1219. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/637> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 85, p. 83-102, 2009. ISSN 0101-3300. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300004&nrm=iso >.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
 ———. **The politics of military rule in Brazil: 1964-85**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1988. xi, 420p.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 2014.

TOWNSHEND, Jules. **C.B. Macpherson and the problem of liberal democracy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. 191 p.

TUNGATE, Mark. **Media monoliths: how great media brands thrive and survive**. London ; Sterling, VA: Kogan Page, 2004. viii, 261 p.

UNDURRAGA, Tomás. "Complexo de vira-lata: The use and abuse of The Economist in Brazilian domestic disputes." Paper presented at the 175 years of The Economist: An International Conference, London, 24, 25 set. 2015.

URT, João Nackle. **Construção de confiança na América do Sul: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: < http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4881 >. Acesso em: 17 dez. 2014. Acesso em: 14 out. 2014.

VELOSO, Fernando A., VILLELA, André e GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, p. 221-46, 2008. ISSN 0034-7140. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&nrm=iso >. Acesso em: 11 dez. 2014.

VIGEVANI, Tullo. **O contencioso Brasil x Estados Unidos da informática: uma análise sobre formulação da política exterior**. São Paulo: EdUSP, 1995.

———. **Terceiro Mundo: conceito e história**. São Paulo: Ática, 1990.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02> >. Acesso em: 23 fev. 2016.

VIGEVANI, Tullo, MARTINS, Aline Regina Alves, MIKLOS, Manoela e RODRIGUES, Priscila. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 83, p. 111-43, 2011. ISSN 0102-6445. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000200005&nrm=iso >. Acesso em: 11 ago. 2015.

VINOD, Thomas. **From inside Brazil: development in a land of contrasts**. Washington: World Bank and Stanford University Press, 2006. Disponível em: < <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6951> >. Acesso em: 23 fev. 2016.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado e a Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

———. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. 339 p.

WANTA, Wayne, GOLAN, Guy e LEE, Cheolhan. Agenda Setting and International News: Media Influence on Public Perceptions of Foreign Nations. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 81, n. 2, p. 364-77, 2004. Disponível em: < <http://jmq.sagepub.com/content/81/2/364.abstract> >. Acesso em: 27 nov. 2014.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. xv, 429 p.

WILSON, Dominic e PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming With BRICs: The Path to 2050. **Goldman Sachs, Global Economics Paper**, n. 99, p. 1-24, 2003. Disponível em: < <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

WORCESTER, Donald Emmet. **Brazil: from colony to world power**. New York: Scribner, 1973.

ANEXO I - Busca nos editoriais

WELCOME RISSO SALES | Change databases | Kings College London | LOG OUT | Help?

The Economist Historical Archive 1843-2011

HOME | ADVANCED SEARCH | BROWSE BY DATE | SEARCH HISTORY | MARKED ITEMS (0)

ADVANCED SEARCH

IN

IN

IN

LIMIT YOUR SEARCH

Publication Date:

Advertising
 Class Medals
 Displays

Arts and Sports
 Arts & Entertainment
 Review
 Sports

Business News
 Business and finance
 Company meeting reports and statements
 Economic and financial indicators
 Financial and commercial tables
 Railway Monitor

Limit by Illustration Type
 Cartoon
 Chart
 Drawing-Painting
 Graph
 Map
 Photograph
 Table

Opinion and Editorial
 Editorial
 Letter to the editor
 Page-Not Column
 Lexicographical Column
 Clarification Column

News
 Court and social
 Law
 News
 News in brief
 Politics and parliament
 Science and technology

People
 Obituary
 Business appointments

Supplements Only
 Table of contents

Exportable Tables Only
 Cover Pages Only

© Copyright 2011 Cengage Learning | Privacy policy | Terms of use | Copyright | Contacts

ANEXO II – Busca nos artigos

WELCOME RISSO SALES | Change databases | Kings College London | LOG OUT | Help?

The Economist Historical Archive 1843-2011

HOME | ADVANCED SEARCH | BROWSE BY DATE | SEARCH HISTORY | MARKED ITEMS (0)

ADVANCED SEARCH

IN

IN

IN

LIMIT YOUR SEARCH

Publication Date:

Advertising
 Classified ads
 Displays

Arts and Sports
 Arts & Entertainment
 Review
 Sports

Business News
 Business and finance
 Company meeting reports and statements
 Economic and financial indicators
 Financial and commercial tables
 Railway Monitor

Limit by Illustration Type
 Cartoon
 Chart
 Drawing-Painting
 Graph
 Map
 Photograph
 Table

Opinion and Editorial
 Editorial
 Letter to the editor
 Bagehot Column
 Lexington Column
 Chamberlain Column

News
 Court and social
 Law
 News in brief
 Politics and parliament
 Science and technology

People
 Obituary
 Business appointments

Supplements Only
 Table of contents

Exportable Tables Only
 Cover Pages Only

© Copyright 2011 Cengage Learning | Privacy policy | Terms of use | Copyright | Contacts